



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ações e Projetos Estratégicos - 2018/2019

Ações e Projetos Estratégicos - 2019/2020

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Presidente

Desembargador Ricardo José Roesler

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Desembargador Cid José Goulart Junior

Juízes Efetivos

Juiz Wilson Pereira Junior

Juiz Fernando Luz da Gama Lobo d'Eça

Juiz Vitoraldo Bridi

Juiz Jaime Pedro Bunn

Desembargador Celso Kipper

Juízes Substitutos

Desembargador Volnei Celso Tomazini

Desembargador Jaime Ramos

Juiz Ítalo Augusto Mosimann

Juiz Alexandre Evangelista Neto

Juiz Luís Francisco Delpizzo Miranda

Desembargador Jorge Antonio Maurique

Juiz Osmar Mohr

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Marcelo da Mota

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. Roger Fabre

Diretor-Geral

Sérgio Manoel Martins

(composição em 24 de abril de 2019)

Presidência

Assessoras Jurídicas

Ana Eloise de Carvalho Flôres

Cláudia Menezes Moure

Assessora de Comunicação Social

Ana Patrícia Tancredo Gonçalves Petrelli

Secretária de Controle Interno e Auditoria

Denise Goulart Schlickmann

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral

Secretária

Renata Beatriz de Fávere

Assistência Executiva

Simone dos Santos Di Bernardi Martins

Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais

Evelise Alves Niero

Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral

Giovani Moisés Pacheco

Escola Judiciária Eleitoral

Diretor

Desembargador Antônio Zoldan da Veiga

Vice-Diretor

Hugo Frederico Vieira Neves

Diretor-Geral

Sérgio Manoel Martins

Assessora Jurídica de Recursos Humanos da Direção-Geral

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Assessora Jurídica de Licitações e Contratos da Direção-Geral

Dilene Soares Tavares dos Anjos

Assessor Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

Augusto César Campos

Coordenadora de Julgamento de Licitações

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke

Secretário Judiciário

Daniel Schaeffer Sell

Coordenadora de Registro e Informações Processuais

Fernanda Maria Tavares Silva

Coordenador de Apoio ao Pleno

Maximiniano Simões Sobral

Coordenador de Gestão da Informação

Edmar Sá

Secretário de Administração e Orçamento

Eduardo Cardoso

Coordenador de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Salésio Bauer

Coordenador de Contratações e Materiais

Rafael Alexandre Machado

Coordenadora de Infraestrutura e Serviços

Valéria Luz Losso Fischer

Secretária de Gestão de Pessoas

Andréa Bernadete Tobias Granja

Coordenador de Pessoal

Rodrigo Mendes dos Santos

Coordenadora de Desenvolvimento Organizacional

Vera Lúcia Dias Lopes

Coordenadora de Pagamento e de Legislação

Suzete Miria Virgílio Ziert

Secretário de Tecnologia da Informação

Álvaro Sampaio Corrêa Neto

Coordenadora de Eleições

Patrícia Hahnert Sardá Lisbôa

Coordenador de Soluções Corporativas

Samuel Fernandes Ribeiro

Coordenador de Suporte e Infraestrutura Tecnológica

Eron Domingues

Apresentação, 7

Parte I

Visão geral organizacional e ambiente externo, **13**

Parte II

Estratégia e gestão institucional, **19**

Parte III

Resultados da gestão, **98**

Parte IV

Finalísticos: prestação jurisdicional, **119**

Parte V

Finalísticos: organização de eleições, **126**

Parte VI

Finalísticos: conscientização política e educação, **151**

Parte VII

Finalísticos: cadastros e gestão da informação, **186**

Parte VIII

Viabilizadores: orçamento/finanças, **194**

Parte IX

Viabilizadores: gestão de pessoas, **214**

Parte X

Viabilizadores: contratos e materiais/infraestrutura/administração, **244**

Parte XI

Viabilizadores: tecnologia da informação, **261**

APRESENTAÇÃO

Disponibilizo a Vossas Excelências o relatório das ações e projetos estratégicos desenvolvidos durante a minha gestão, no período de 12 de março de 2018 a 11 de abril de 2019, em obediência ao contido no art. 22, inciso XL, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRESA n. 7.847, de 12.12.2011)¹.

Os relatórios de gestão costumam ser documentos estáticos, representando uma fotografia da instituição em determinado momento, fortemente baseada em números. Não é o caso deste documento: procurei produzir um relatório dinâmico, que alia a necessária visão estatística sobre o momento atual a uma descrição viva e detalhada daquilo que transforma a organização: as ações².

De modo a guardar a relação entre as ações individuais e coletivas e a sua contribuição para a realização da Missão do TRESA, elas foram agrupadas e consolidadas considerando sua associação aos macroprocessos da Cadeia de Valor, que representam os principais conjuntos de processos de trabalho que conduzem à prestação dos serviços à sociedade catarinense. Essas informações sobre as ações complementam, harmoniosamente, o detalhamento sobre o contexto estratégico do TRESA, as medidas para gestão de riscos e controles internos, os indicadores que expressam de forma objetiva os resultados da organização, a alocação de recursos e outros elementos informacionais necessários para formar uma visão completa sobre a organização e seu futuro.

A Instituição se empenhou na realização de atos direcionados à consecução de novos desafios, em especial para aprimorar a gestão estratégica, melhorar o clima organizacional e a comunicação, aumentar a transparência e ampliar a modernização da Justiça Eleitoral. Foi um ano de trabalho intenso e de amadurecimento institucional, repleto de iniciativas e projetos inovadores, com benefícios diretos para a sociedade. Este relatório, como sempre ocorreu em anos anteriores, compreende a descrição das principais ações implementadas pelo TRESA, além dos resultados obtidos no cumprimento de sua Missão e dos projetos que proporcionarão a necessária continuidade administrativa.

¹ Apresentado aos Juízes Membros do TRESA na sessão administrativa do dia 11 de abril de 2019. Este relatório utiliza informações atualizadas e alinhadas com as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

² A situação e as realizações do período 2018-2019 são apresentadas neste relatório em páginas com margem em cor azul. Complementarmente, as ações que foram selecionadas e priorizadas para o período 2019-2020 estão em páginas com margem em tom violeta.

Dentre as ações e projetos desenvolvidos no período, destaco, de início, as campanhas institucionais voltadas para as Eleições 2018: Campanha “Eleição com participação é eleição sem corrupção”, dirigida ao combate à corrupção no financiamento das campanhas eleitorais, que teve a parceria de instituições públicas e privadas, com a realização de peças publicitárias e ações concretas dirigidas a eleitores, partidos, imprensa e outros públicos. Campanha “Se é fake, não é news”, cujo objetivo foi informar a comunidade sobre o que são as chamadas fake news e proporcionar alternativas e dicas para que eleitores não fossem enganados por notícias falsas, iniciativa pioneira na Justiça Eleitoral brasileira. E, por fim, a Campanha “O voto é meu. Meu futuro. Minha escolha”, que teve por finalidade engajar os jovens eleitores no processo democrático. A campanha foi dividida em duas fases: na primeira, foram produzidos vídeos, posts e material gráfico incentivando o alistamento eleitoral de adolescentes entre 15 e 17 anos; na segunda, foram produzidos 22 vídeos respondendo às dúvidas mais frequentes sobre as Eleições.

Ainda sobre as eleições, registro que, não obstante os inúmeros desafios impostos pelo contexto político e social no ano de 2018, o processo eleitoral em Santa Catarina transcorreu dentro de absoluta regularidade, desde a votação até a apuração, totalização e transmissão dos resultados das zonas eleitorais para este Tribunal e para o Tribunal Superior Eleitoral, os quais foram concluídos com eficiência e segurança, assegurando-se — em especial — a consistência dos dados. Considerando a complexidade desse processo eleitoral, o grande número de candidatos e eleitores, seções e pessoas envolvidas, concluo que o pleito foi um sucesso, visto que as dificuldades foram suplantadas com a perspicácia, o denodo, o empenho e a dedicação de todas as equipes envolvidas no planejamento e na realização das eleições. Aproveito para enfatizar, nesse sentido, a excelente atuação dos Membros desta Corte, da Corregedoria Regional Eleitoral, da Procuradoria Regional Eleitoral, dos Juízes Eleitorais, dos Promotores Eleitorais, da Escola Judiciária Eleitoral, da Ouvidoria e de todos os servidores desta Justiça Especializada. Diante da grandiosidade do evento e dos riscos advindos das ameaças impingidas à Justiça Eleitoral, também merecem especial registro a instituição e a atuação do Comitê de Segurança das Eleições 2018 e do Comitê Consultivo da Internet. Além disso, as atividades administrativas, predominantemente voltadas à realização das eleições no ano de 2018, possibilitaram mapear, planejar e executar mais de 1.500 atividades em nível estratégico, tático e operacional, cumprindo-se rigorosamente os prazos previstos na legislação eleitoral.

Galgando novo degrau na escala de maturidade em governança pública, o TRESC definiu, nos termos da Resolução TRESC n. 7.975/2018, o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, que veio preencher importantes lacunas internas e prover o alinhamento às Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral e às boas práticas de governança indicadas no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a exemplo da Governança de Contratações, reconhecida como referência entre os órgãos da Administração Pública Federal.

A modernização da Justiça Eleitoral recebeu igualmente a devida atenção: inicialmente pela automação e pelo aperfeiçoamento de diversos processos organizacionais, de modo a conferir ainda mais eficiência à prestação jurisdicional, aos serviços eleitorais e aos processos internos de trabalho. Nesse ponto impende assinalar o avanço do projeto de cadastramento biométrico, que possibilitou o alcance da meta de 3 milhões e 200 mil eleitores biometrizados e, com a coordenação e o planejamento das revisões de eleitorado pela Corregedoria Regional Eleitoral, o atingimento de 184 municípios; a modernização do parque de urnas eletrônicas e do parque de equipamentos de TI, na Sede e nas Zonas Eleitorais, alavancaram esse processo de modernização, juntamente com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e sua utilização nas Eleições 2018.

Essa evolução de governança e gestão veio acompanhada de avanço quanto à transparência, ampliando não apenas os canais para comunicação com a sociedade, mas também o volume e a relevância das informações prestadas à sociedade, por iniciativa deste Tribunal, o que se reflete na elevada colocação obtida em 2018 pelo TRESC no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A gestão de pessoas e a comunicação interna (endomarketing) foram destaques nesse período. Com relação ao primeiro tema, promoveu-se a convergência de esforços de todas as áreas do Tribunal para viabilizar a implementação de uma nova política de gestão por meio do Programa de Gestão por Competências e seus subsistemas (gestão por competências, dimensionamento da força de trabalho e identificação de ocupações críticas). Além dessa, outras iniciativas voltadas para a melhoria do clima organizacional foram planejadas e executadas, tais como: a realização da 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense, evento de alinhamento institucional que abordou temas relacionados à gestão, inovação e integração e que contou com a participação de todos os gestores e servidores da Sede e das Zonas Eleitorais; a instituição do Prêmio Conecta, com a seleção das melhores ações inovadoras no âmbito do TRESC, conferindo prêmios aos servidores vencedores em 4 categorias de inovação; a constituição de grupos focais de servidores para elaborar propostas a partir do resultado do diagnóstico de clima organizacional; a instituição do teletrabalho; a instituição do benefício da estabilidade nos cargos e funções comissionadas às servidoras gestantes e adotantes, entre outras medidas.

Na comunicação interna, o período foi marcado por evolução, notadamente quanto à valorização do servidor. A partir de iniciativas demandadas pelas circunstâncias do período eleitoral, no sentido de adotar ferramentas mais ágeis para a comunicação entre equipes, foi construída toda uma nova matriz de comunicação dinâmica, que inclui o Projeto TRE Informa, os grupos oficiais de comunicação instantânea entre as Zonas Eleitorais e a Administração, os grupos voltados ao corpo funcional da Sede, entre outros. A definição de um calendário institucional centralizado e permanentemente visível no site da Intranet agilizou a sincronização de atividades conjuntas e a ênfase no endomarketing esteve presente em todas as comunicações da Administração. Outrossim, a

reforma do espaço da Biblioteca para viabilizar maior integração entre os servidores e a criação da Biblioteca Digital igualmente contribuíram para a modernização e evolução da comunicação interna.

No que se refere às ações e projetos futuros, ressalto que, além dos 4 projetos prioritários para a Justiça Eleitoral catarinense - que serão brevemente detalhados a seguir - há uma série de outras ações transformadoras e viabilizadoras em andamento, com escopos que variam grandemente, como a instalação de uma nova Zona Eleitoral em Navegantes; a implantação de uma nova plataforma de videoconferência com as Zonas Eleitorais; o aprimoramento da segurança da informação nos equipamentos da Sala de Sessões; e a elaboração do livro sobre a história da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, para ficar em apenas 5 exemplos.

Programa Gestão por Competências. A previsão é de que o modelo de gestão seja implantado, na sede do Tribunal, até julho de 2019, e, nas zonas eleitorais, até dezembro deste ano. Ao final da implantação, pretende-se não somente atender às recomendações das normativas dos órgãos superiores, mas também aprimorar os processos e as rotinas de trabalho no TRESC. Além disso, o modelo servirá como importante ferramenta para viabilizar a adoção de critérios objetivos para a alocação e remanejamento de servidores, para a implementação de uma avaliação de desempenho mais eficaz, bem como para o (re)dimensionamento da força de trabalho e para a adequação do programa de desenvolvimento dos servidores, vinculando-o, de forma definitiva às ações estratégicas do Tribunal.

Planejamento das Eleições 2020. A 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense marcou o início das atividades de planejamento das Eleições 2020. A busca por oportunidades de melhoria e a ênfase na inovação, com participação direta de Zonas Eleitorais e unidades da Sede, marcarão o novo ciclo, a ser gerenciado pelo Grupo de Trabalho responsável - nesta etapa - por centralizar a operacionalização das atividades necessárias a fomentar, analisar e consolidar os artefatos de planejamento, tendo em vista a melhoria contínua do projeto.

Biometria 2019-2020. As metas da Biometria para o período que vai até o fechamento do cadastro eleitoral para as Eleições 2020 foram definidas pelo Tribunal Pleno, em Resolução, considerando a contribuição catarinense para as metas nacionais mantidas pelo TSE e mantendo a proporcionalidade com o histórico de atendimentos nos ciclos anteriores. A coordenação operacional é compartilhada entre a Secretaria da Corregedoria (revisões) e a Direção-Geral (demais casos), com acompanhamento estatístico apoiado pela Assessoria de Planejamento. Todas as áreas do Tribunal contribuem, seja com atividades de sua atribuição ou com a cessão de recursos, de modo a apoiar o chamamento e atendimento de eleitores, que ocorrem em todas as Zonas Eleitorais catarinenses.

Implantação do PJE no 1º grau. Por determinação do TSE e atendendo a meta nacional estabelecida pelo CNJ, o sistema de Processo Judicial Eletrônico – já em uso no 2º grau de jurisdição – deverá ser implantado, até dezembro de 2019, também nas Zonas Eleitorais, estabelecendo a nova plataforma tecnológica a ser utilizada nas Eleições 2020 em toda a Justiça Eleitoral.

Finalizamos esta gestão sobre um alicerce sólido, construído com muito empenho e comprometimento institucional, que funcionará, acredito, como base para a continuidade das ações estabelecidas. Muitos projetos foram implantados e outros iniciaram seu curso, mas espero que todos deixem marcas indelévels de sua relevância na história desta Instituição.

Confiante de que a missão restou cumprida, aproveito o ensejo para externar minha profunda gratidão a Vossas Excelências, ao Procurador Regional Eleitoral, aos Juízes Eleitorais, aos Promotores Eleitorais, ao Diretor da Escola Judiciária e ao Ouvidor da Justiça Eleitoral catarinense. Faço um agradecimento especial ao Desembargador Cid Goulart Júnior, Corregedor e Vice-Presidente desta Casa, por todo apoio conferido à Administração, pela parceria e trabalho conjunto no cumprimento das metas e dos planejamentos executado e a executar. Também registro, com muita satisfação e reconhecimento, a dedicação dos servidores e gestores que se engajaram na conquista dos desafios lançados no início de 2018. Agradeço a todos pelo trabalho sério e comprometido no cumprimento da missão constitucional de nossa Instituição e pela eficiência no serviço prestado à sociedade catarinense.

Florianópolis, 25 de abril de 2019.

Desembargador Ricardo José Roesler

Presidente do TRESC

Parte I

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

JUSTIÇA ELEITORAL

O QUE É?

- O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II e art. 120, *caput*, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.
- As competências do TRESC estão fixadas nos arts. 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos arts. 20 e 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011). O TRE-SC está localizado na Rua Esteves Júnior n. 68, Centro, Florianópolis, SC.
- 98 Zonas Eleitorais
- 5.073.052 eleitores
- 295 municípios

COMO FOI CRIADA?

- Pelo Código Eleitoral de 1932 (Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932).
- Atualmente, é regida principalmente pelo Código Eleitoral de 1965 (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

COMO É A SUA ESTRUTURA?

- A Justiça Eleitoral catarinense é estruturada em dois graus de jurisdição, não possuindo, entretanto, quadro próprio de magistrados.
- 1º Grau: composto por um juiz eleitoral em cada zona eleitoral, escolhido dentre os juizes de direito, e pelas juntas eleitorais, de existência provisória apenas nas eleições e compostas por um juiz de direito e por dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- 2º Grau: é representado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que possui em sua composição dois desembargadores do Tribunal de Justiça, dois juizes de direito, um juiz do Tribunal Regional Federal (desembargador federal) ou um juiz federal e dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral. Os juizes dos TREs, salvo por motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

**FORTALECER A
CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA
ELEITORAL, ESPECIALMENTE
QUANTO À EFETIVIDADE,
TRANSPARÊNCIA E
SEGURANÇA**

**MISSÃO
INSTITUCIONAL**

**GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO
ELEITORAL E O LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO DE
VOTAR E SER VOTADO, A FIM DE FORTALECER A
DEMOCRACIA**

**VISÃO DE
FUTURO**

COERÊNCIA: alinhamento entre discurso e
prática

COMPROMETIMENTO: atuação com
dedicação, empenho e envolvimento em
suas atividades

ÉTICA: atuação sob os princípios da
honestidade, lealdade e dignidade

FLEXIBILIDADE: atitude de abertura
permanente para compreender a
necessidade de mudanças, adotando
medidas para promovê-las

INOVAÇÃO: estímulo à criatividade e à
busca de soluções diferenciadas

INTEGRAÇÃO: compartilhamento de
experiências, conhecimentos e colaboração
participativa na Justiça Eleitoral que
conduzam à formação de equipes orientadas
para resultados comuns

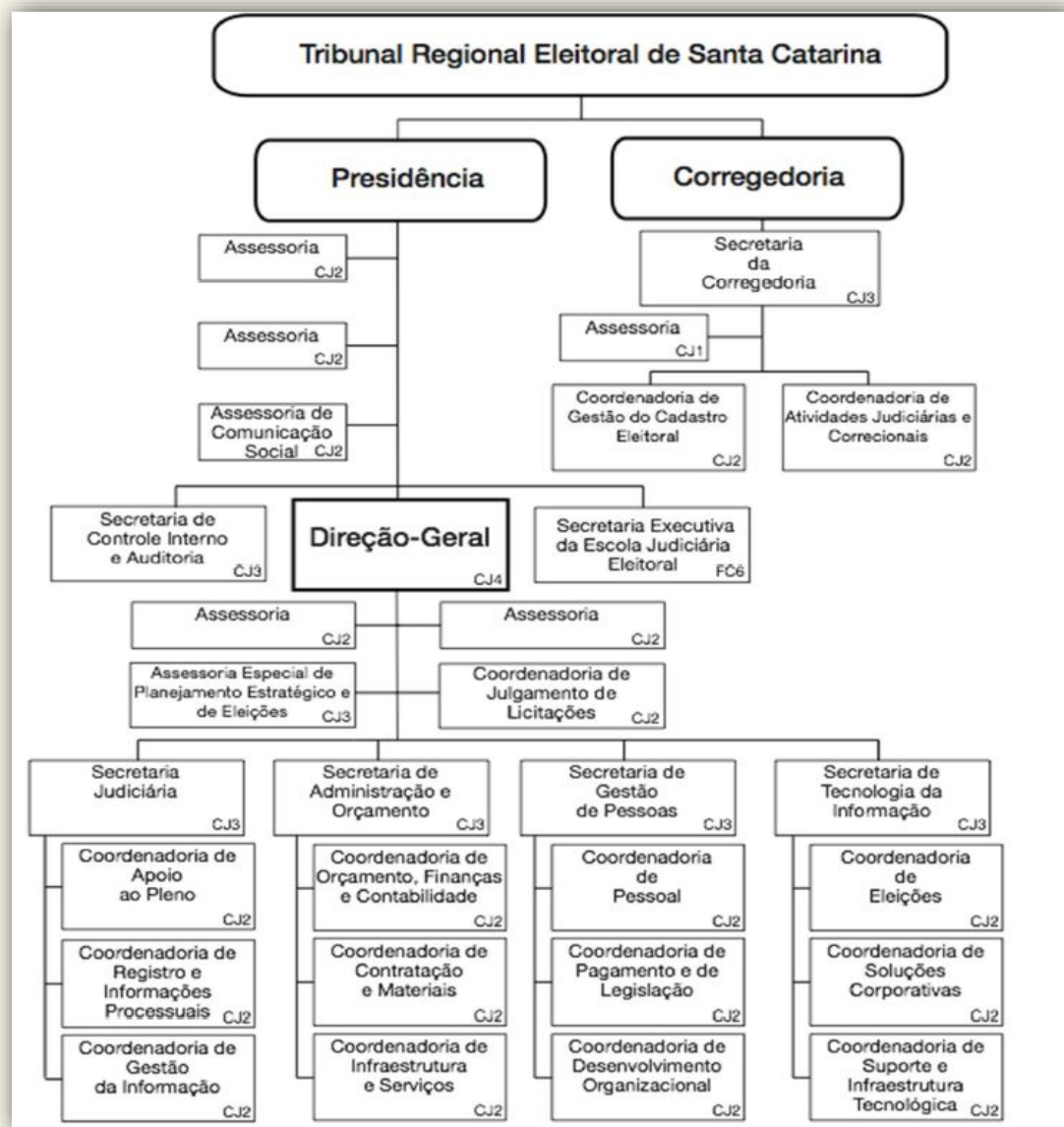
RECONHECIMENTO: adoção de práticas de
estímulo e valorização das contribuições
individuais e de grupos que conduzam ao
cumprimento da missão do TRESC

RESPEITO: reconhecimento e aceitação das
diferenças entre as pessoas

TRANSPARÊNCIA: garantia do acesso às
informações, ações e decisões institucionais

VALORES

Estrutura Organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



O organograma apresentado a seguir corresponde à estrutura orgânica simplificada do TRESC, instituída pela Res. TRESC n. 7.930/2015 que aprovou o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/estrutura-organica/index.html>

Ambiente Externo

2018 foi um ano de grandes desafios para a Justiça Eleitoral. A realização das Eleições, em um cenário político complexo, exigiu uma atuação institucional mais proeminente perante a Sociedade. Exigiu, também, uma comunicação institucional mais efetiva: esclarecedora e desmistificadora quanto aos aspectos relacionados à segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica. Como ameaça, os reflexos da Emenda Constitucional n. 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal, começaram a impactar o alcance dos resultados da Instituição frente aos objetivos estratégicos, principalmente em relação à impossibilidade de recomposição da força de trabalho - que afeta direta e indiretamente a entrega dos valores esperados pela Sociedade.

Modelo de Negócios

Os macroprocessos finalísticos agrupam processos de trabalho identificados na cadeia de valor que são essenciais para o cumprimento da missão institucional.

Em razão da relevância, em 2018 o TRE-SC passou a medir o indicador “IA8.10 - Índice de mapeamento de processos de trabalho identificados na cadeia de valor” para monitorar a sua evolução, promovendo ajustes necessários para que os processos identificados sejam mapeados e aperfeiçoados e entreguem os valores esperados à Sociedade e demais partes interessadas.

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina executa quatro macroprocessos finalísticos identificados em sua cadeia de valor a seguir detalhados.

Saiba mais: http://internet.tre-sc.gov.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/planejamento_estrategico/TRE_SC_-_Cadeia_de_Valor_18.pdf

Cadeia de Valor (finalística)	Descrição	Principais Insumos	Partes Interessadas	Valor Gerado/Impacto
1. PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à garantia da legitimidade dos pleitos eleitorais mediante prestação jurisdiccional em relação às ações eleitorais, prestação de contas de campanhas eleitorais, propaganda eleitoral, ao funcionamento dos partidos políticos e aos direitos políticos.	Ações Eleitorais; Processos de Registro de Candidaturas; Processos de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias; Outras demandas judiciais e administrativas.	Sociedade; Eleitores; Partidos Políticos; Candidatos; Advogados.	Processos julgados; Legitimidade do processo eleitoral garantida; Livre exercício do direito de votar e ser votado garantido.
2. ORGANIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização do sufrágio universal, logística de votação e apuração, registro de candidaturas, convocação de auxiliares, preparação de locais críticos, preparação de urnas, acompanhamento da votação, totalização, divulgação de resultados, diplomação, procedimentos de auditoria e segurança do processo eleitoral.	Eleições municipais, estaduais e gerais.	Cidadão/Eleitor, Ministério Público Eleitoral, Advogados, Partidos Políticos, Candidatos; Presidência da República do Brasil; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Governo do Estado de Santa Catarina; Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Prefeituras municipais; Câmaras de Vereadores; Imprensa.	Candidaturas registradas; Logística de votação realizada; Eleições apuradas e totalizadas; Resultados divulgados; Eleições auditadas e seguras; Candidatos eleitos e diplomados; Eleitores representados; Democracia fortalecida.

Cadeia de Valor (finalística)	Descrição	Principais Insumos	Partes Interessadas	Valor Gerado/Impacto
3. CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação, instrução e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política.	Aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral; Desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania; Desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral; Promoção da qualificação de agentes políticos.	Advogados; Auxiliares eleitorais; Candidatos; Cidadão/Eleitor; Imprensa; Ministério Público Eleitoral; Partidos Políticos; Sociedade.	Servidores e magistrados capacitados; Agentes políticos qualificados; Eleitores conscientizados; Cidadania fortalecida.
4. CADASTROS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, à execução da gestão documental e à segurança da informação.	Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE); Formulário de Atualização da Situação Eleitoral (FASE); Registros de órgãos partidários estaduais e municipais; Registros de filiação partidária.	Cidadão/Eleitor; Ministério Público Eleitoral; Advogados; Partidos Políticos; Candidatos; Imprensa.	Eleitores alistados; Eleitores revisados, Eleitores transferidos; Cadastros de eleitores e de órgãos partidários atualizados; Situação do eleitor regularizada;



Segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/seguranca-das-eleicoes-informatizadas>)



Lex Eleitoral

Conheça o manual produzido pelo TREC que reúne as principais normas aplicáveis ao processo eleitoral de 2018 (<http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/catalogo-de-publicacoes/eleicoes-2018/index.html>)



Guia do Eleitor

A fim de promover a conscientização política e difundir conceitos relacionados ao exercício da cidadania, o TREC publicou o Guia do Eleitor contendo dois grandes tópicos: **Conhecendo o Nosso Sistema Eleitoral** e **Exercendo a Cidadania**. A primeira parte apresenta os principais institutos do nosso sistema eleitoral, enquanto que a segunda tem a finalidade de dirimir eventuais dúvidas do eleitor sobre o alistamento eleitoral e o exercício do voto. (http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/institucional/publicacoes/imagens/Guia_do_Eleitor_2018.pdf)



Guia do candidato Reúne os principais temas concernentes ao registro da candidatura, à propaganda eleitoral e à prestação de contas, a fim de esclarecer as dúvidas mais frequentes dos partidos e candidatos

Parte II

Estratégia e Gestão Institucional

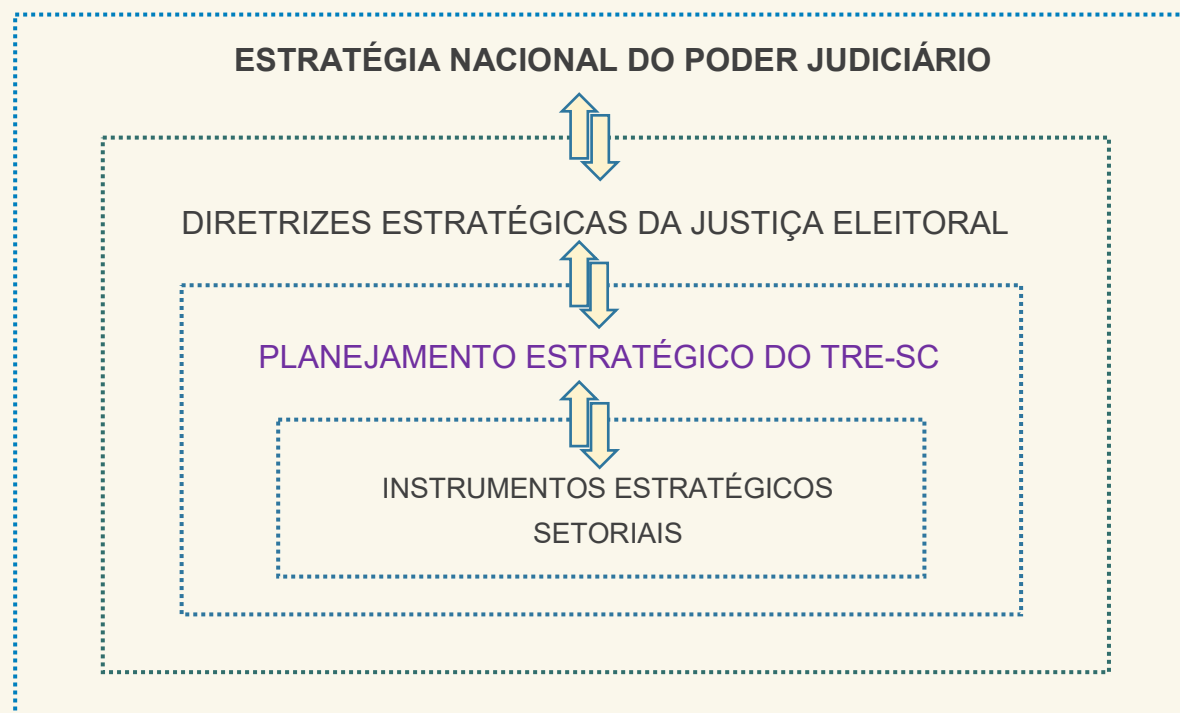
O Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina foi instituído pela Resolução TRESA n. 7.935/2015 e está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário (estabelecida pela Res. CNJ n. 198/2014) e às diretrizes estratégicas estabelecidas para o segmento Justiça Eleitoral.

Em 2018, o instrumento estratégico do TRESA teve seu texto adequado em razão da Res. TRESA n. 7.975/2018, que dispôs sobre o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral

de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa. O instrumento também teve sua vigência ampliada em 1 ano (2016-2021), incorporando medidas de melhoria propostas pelas unidades e aprovadas pelas instâncias internas de governança que resultaram em um novo conjunto de indicadores e metas para este Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/planejamento-estrategico/index.html>

Alinhamento do Planejamento Estratégico do TRE-SC



Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

2
0
1
6

Visão de futuro:

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

2
0
2
1

Valores:

Coerência

Comprometimento

Ética

Flexibilidade

Inovação

Integração

Reconhecimento

Respeito

Transparência

Sociedade

Garantia dos direitos
da cidadania

Combate à corrupção e à
improbidade administrativa

Processos Internos

Fortalecimento da segurança
e da transparência do
processo eleitoral

Celeridade e produtividade
na prestação jurisdicional

Aperfeiçoamento da
gestão da informação

Pessoas e Recursos

Aperfeiçoamento da
gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da
gestão orçamentária

Fortalecimento da
governança

Aperfeiçoamento da
governança de Tecnologia
da Informação

Objetivos Estratégicos	Descrição
Garantia dos direitos da cidadania	Objetivo relacionado ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.
Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Objetivo relacionado ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.
Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Objetivo que visa garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Objetivo que têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.
Aperfeiçoamento da gestão da informação	Objetivo relacionado ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação alinhada às normativas legais e adequada às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho.
Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Objetivo relacionado a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRESA. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.
Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.
Fortalecimento da governança	Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRESA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.
Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação	Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

Desdobramento da Estratégia Institucional

As estratégias estabelecidas pela instituição para alcançar seus objetivos estão desdobradas nos seguintes planos:

Planos Institucionais	Descrição
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	Instrumento estratégico setorial que institucionaliza objetivos, indicadores e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a governança de tecnologia da Informação no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas	Instrumento estratégico setorial que institucionaliza objetivos, indicadores e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a gestão de pessoas no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
Plano de Comunicação da Estratégia	Instrumento que orienta a comunicação institucional frente aos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico e respectivas iniciativas definidas para alcançá-los.
Plano Anual de Comunicação - 2018	Alinhado ao Plano de Comunicação da Estratégia, o Plano Anual de Comunicação tem como objetivo promover uma comunicação institucional de qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e acesso às informações referentes à Justiça eleitoral catarinense ao público externo (cidadãos, candidatos, partidos políticos, imprensa, advogados, promotores) e interno (magistrados, servidores e colaboradores).
Plano de Logística Sustentável	O Plano de Logística Sustentável é o instrumento que estimula a reflexão e a mudança dos padrões de consumo, fomentando ações que incentivem o aperfeiçoamento do gasto público, o uso sustentável de recursos e a correta gestão de resíduos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Principais Instâncias Internas de Governança



Tribunal Pleno

CF/1988 (art. 120, § 1º, incisos I, II e III), Resolução TRESA n. 7.847/2011 (Regimento Interno do TRESA).

Órgão colegiado de 2ª instância da Justiça Eleitoral catarinense, as atribuições do Tribunal estão previstas no art. 20 (incisos I a IV) e 21 (incisos I a XXVI) do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, destacando-se a disciplina dos atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as suas fases.



Presidência

Resolução TRESA n. 7.847/2011 (Regimento Interno do TRESA).

Dirigente máximo da Instituição. As atribuições do Presidente estão elencadas no art. 22, incisos I a XLII, do Regimento Interno do TRESA, dentre as quais se destacam: presidir as sessões, propondo e encaminhando as questões, e registrar os votos, proclamando o resultado dos julgamentos; despachar o expediente do Tribunal e editar atos, portarias e ordens de serviço; responsabilizar-se pelos atos de gestão fiscal.



Conselho de Governança Corporativa (CGC)

Resolução TRESA n. 7.975/2018 (Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina).

Instituído em 2018, o Órgão colegiado tem em sua estrutura o Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e o Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI).

Possui como principais atribuições avaliar, orientar e propor direcionamento sobre a governança, as diretrizes e as políticas institucionais; avaliar a estratégia da Instituição, monitorando seu desempenho e conformidade, podendo promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional; promover o alinhamento das estratégias, das diretrizes e das políticas ao interesse público; promover o envolvimento das partes interessadas; promover a comunicação e a integração entre as instâncias de governança e de apoio à governança; promover as boas práticas de governança pública, observando seus princípios.



Direção-Geral

Resolução TRESA n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA).

As atribuições da Direção-Geral estão elencadas no art. 36, incisos I a XXVIII do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA, dentre as quais se destacam: planejar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades orgânicas do Tribunal, aprovando os respectivos planos de ação e programas de trabalho; receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal e da Presidência.

Instâncias internas de Governança	Cargo/Classe
Tribunal Pleno	Presidente do Tribunal
	Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
	Jurista 1
	Jurista 2
	Juiz de Direito 1
	Juiz de Direito 2
	Juiz Federal
Presidência	Presidente do Tribunal
Conselho de Governança Corporativa (CGC)	Presidente do Tribunal
	Corregedor Regional Eleitoral
	Magistrado escolhido pelo TRES
	Magistrado escolhido pelo TRES a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados
	Magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau a partir de lista de inscrição
	Diretor-Geral
	Secretário da Corregedoria Regional Eleitoral
Direção-Geral	Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados
	Servidor eleito por votação direta entre os servidores a partir de lista de inscrição
	Diretor-Geral

Estrutura CGC	Atribuições	Composição
Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE)	Acompanhar e analisar o desenvolvimento das ações e projetos estratégicos, apreciando e sugerindo à Presidência medidas necessárias à sua implementação e resolução de eventuais pendências; elaborar propostas de critérios para avaliação e priorização de planos, programas e projetos estratégicos; acompanhar e analisar os resultados dos indicadores estratégicos, podendo promover os ajustes necessários à melhoria do desempenho institucional; identificar alinhamentos entre planos, programas e projetos estratégicos das áreas judiciária e administrativa; prover informações à Presidência do Tribunal e à Direção-Geral para auxiliar a tomada de decisão; auxiliar no desdobramento da estratégia de atuação do Órgão, interagindo com as unidades orgânicas do Tribunal; atuar, no âmbito das suas atribuições, como núcleo de estatística e de gestão estratégica; encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça as informações periódicas de acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e do Programa Justiça em Números;	Diretor-Geral – Presidente do Comitê Secretário Judiciário Secretário de Administração e Orçamento Secretária de Gestão de Pessoas Secretário de Tecnologia da Informação Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral Assessor Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições
Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI)	Promover estudos e apresentar propostas para melhoria dos serviços desenvolvidos pelos cartórios eleitorais; apresentar demandas de interesse geral dos servidores dos cartórios eleitorais; participar de avaliações, estudos e projetos de interesse comum da Justiça Eleitoral de primeiro grau.	Representante da 1ª Região (2ª, 4ª, 5ª, 12ª, 13ª, 16ª, 24ª, 29ª, 31ª, 53ª, 56ª, 67ª, 68ª, 73ª, 84ª, 86ª, 91ª, 97ª, 100ª, 103ª Zonas Eleitorais); Representante da 2ª Região (3ª, 15ª, 17ª, 19ª, 22ª, 27ª, 30ª, 32ª, 38ª, 55ª, 60ª, 64ª, 74ª, 76ª, 87ª, 88ª, 95ª, 96ª, 105ª Zonas Eleitorais); Representante da 3ª Região (1ª, 10ª, 11ª, 20ª, 21ª, 23ª, 28ª, 33ª, 34ª, 42ª, 44ª, 52ª, 54ª, 62ª, 79ª, 92ª, 93ª, 98ª, 99ª, 104ª Zonas Eleitorais); Representante da 4ª Região (6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 14ª, 18ª, 25ª, 26ª, 36ª, 37ª, 39ª, 46ª, 47ª, 51ª, 57ª, 77ª, 81ª, 85ª, 90ª, 102ª Zonas Eleitorais); Representante da 5ª Região (35ª, 41ª, 43ª, 45ª, 48ª, 49ª, 50ª, 58ª, 61ª, 63ª, 65ª, 66ª, 69ª, 70ª, 71ª, 78ª, 82ª, 83ª, 94ª Zonas Eleitorais).

Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança do TRE-SC

Corregedoria Regional Eleitoral

Resolução TRESA n. 7.966/2017 (Regimento Interno da CRESC).

Órgão orientador, supervisor e fiscalizador dos Cartórios Eleitorais do Estado e dos respectivos serviços, as atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral estão elencadas no art. 5º de seu Regimento Interno.

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Resolução TRESA n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA).

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria tem como principais atribuições exercer o controle interno do Tribunal, zelando pelo cumprimento das normas legais que regem a administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, fiscalizando o cumprimento das normas do Tribunal Superior Eleitoral e das decisões do Tribunal de Contas da União (art. 20, incisos I à XVIII).

Ouvidoria

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina foi criada, em cumprimento ao art. 9º da Resolução CNJ n. 103/2010, pela atualmente revogada Resolução TRESA n. 7.793/2010, sendo regulamentada pela Resolução TRESA n. 7.989/2018, de acordo com a Lei n. 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos).

Possui como atribuições servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Comitê de aquisições

Incumbe ao comitê a responsabilidade de auxiliar a Administração nas decisões relativas às aquisições realizadas pelo Tribunal.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)

O comitê possui como principais atribuições: definir os princípios e diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação no TRE/SC; estabelecer objetivos de TIC, bem como deliberar e priorizar planos deles decorrentes; definir as prioridades de investimentos em TIC; e aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC.

Comissão de Ética

A comissão possui como atribuição zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Comissão de Segurança da Informação

A comissão possui como principais atribuições manter e atualizar a Política de Segurança da Informação e promover ações educativas para os usuários do TRESA sobre o tema Segurança da Informação.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

A comissão possui como principais atribuições a elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) deste Tribunal.

Comissão Permanente de Acessibilidade

A comissão possui como atribuição promover acessibilidade para as pessoas com deficiência em acordo com a Resolução CNJ n. 230/2016.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

A comissão possui como atribuição orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no órgão, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. Além disso, a Comissão é responsável pela definição dos procedimentos e normas de gestão documental no órgão, inclusive pela atualização dos instrumentos de gestão documental.

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Ouvidoria do TRESA

Tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a receber manifestações do usuário, orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

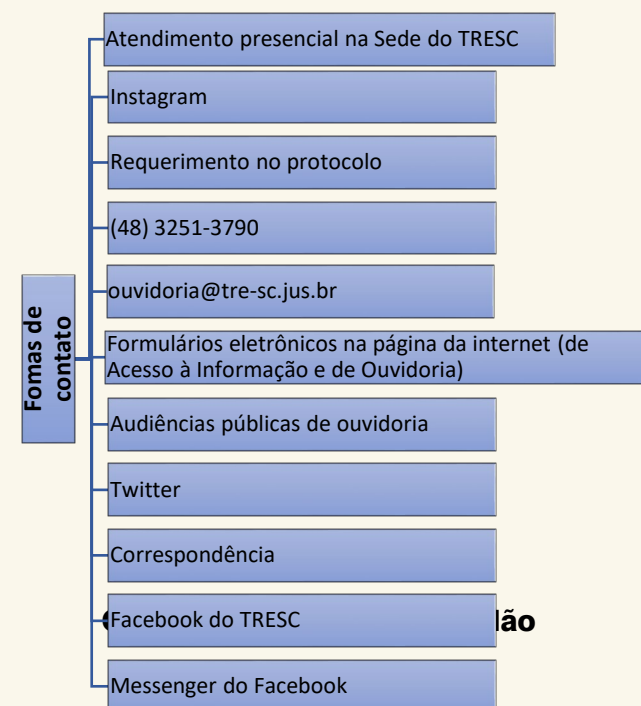
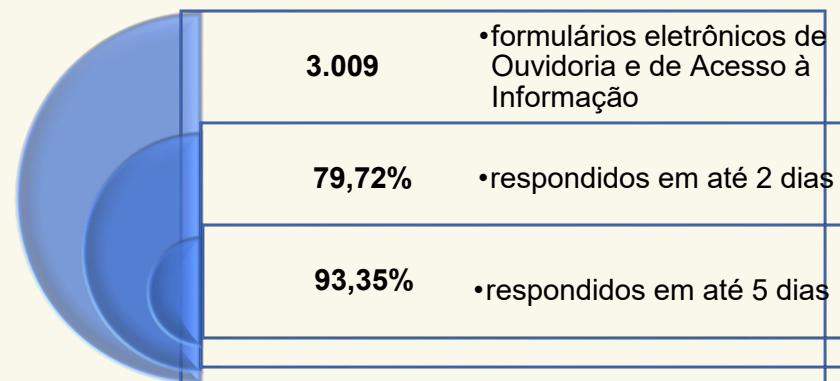
A Ouvidoria realizou audiências públicas nos dias 1º, 3 e 7 a 9.8.2018, nas cidades de Criciúma, Joinville, Concórdia, Chapecó e São Miguel do Oeste. O Planejamento da Ouvidoria para 2019 contempla a realização de audiências públicas - em conjunto com a Corregedoria Regional Eleitoral - em municípios submetidos a revisão do eleitorado, com o objetivo de esclarecer e ouvir a respeito dos trabalhos e da atuação da Justiça Eleitoral.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/aceso-a-informacao-e-ouvidoria/index.html>

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Com o advento da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), regulamentada no âmbito do Poder Judiciário pela Resolução CNJ n. 215/2015, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, por meio da Portaria P n. 294/2012, que está sob a responsabilidade da Ouvidoria, com apoio do Coordenador de Gestão da Informação.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/aceso-a-informacao/index.html>



O TRESA elaborou, e desde 2011 mantém à disposição do público, duas cartas de serviços ao cidadão. A primeira é referente aos serviços ordinariamente prestados nas Zonas Eleitorais. A outra é relativa aos serviços da sede do Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/catalogo-de-publicacoes/carta-de-servicos/index.html>

A Carta de Serviços dos serviços ordinariamente prestados nas Zonas Eleitorais está em fase final de atualização, por meio do PAE n. 1.855/2019, tendo participado da atividade as seguintes unidades do Tribunal: zonas eleitorais, por meio da sua representação no Comitê Permanente de Comunicação e Integração do Tribunal, a Ouvidoria, a Seção de Orientação do Cadastro Eleitoral, a Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral, a Coordenadoria de Gestão da Informação, a Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral e a Direção-Geral.

Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários

Aproximadamente 50% dos atendidos pela Ouvidoria responderam à pesquisa de satisfação. Destes, 91% avaliaram positivamente o serviço.

Há que se mencionar, ainda, a existência de pesquisa de satisfação do atendimento nos cartórios eleitorais, mantida pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SCRE) e pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/servicos-eleitor/appview/pesquisaQualidade/pesquisaQualidade.faces>

Considerados em conjunto (i) o percentual de satisfação com o atendimento nos Cartórios (83,67%) e (ii) o percentual de satisfação com os serviços da Ouvidoria (91%), o índice de qualidade no atendimento ao cidadão (IA1.1 da Resolução TRESA n. 7.991/2018) resultou 87%.

Portal da Transparência

As informações referentes à transparência do TRESA estão disponíveis na aba Transparência, disponível tanto no menu principal quanto no rodapé da capa do site do Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/index.html>

O conteúdo do Portal Transparência é: Acesso à Informação; Contas Públicas; Lista de veículos do TRESA; Controle Interno; Despesas e outras informações; Estatística processual; Metas Nacionais do Poder Judiciário; e Orçamento, finanças e pagamentos.

As informações relevantes sobre a atuação do TRESA também podem ser encontradas nos relatórios de gestão constantes do site eletrônico do TRESA.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/relatorios-de-gestao/index.html>

Comunicação Institucional

TRE-Infoma

O projeto TRE-Infoma consistiu na criação de quatro grupos institucionais na rede de conversação WhatsApp, funcionando como um canal direto de comunicação da Presidência com os servidores e juízes eleitorais e do Pleno. Os grupos (TRE-Infoma Sede, Zonas Eleitorais, Pleno e Juízes Eleitorais) tem como objetivo repassar mensagens da presidência, notícias e materiais de campanhas produzidos pela Assessoria de Comunicação Social (ASCOM).

Plano de Divulgação das Eleições 2018

O Plano de Divulgação das Eleições 2018 teve, como principal objetivo, planejar o fornecimento de informações relativas ao pleito de 2018 ao público externo. Para sua elaboração, foram realizadas, com os diversos setores do TRESC, reuniões conjuntas e por unidade, durante as quais foram mapeados os assuntos relevantes de cada unidade e o cronograma de sua divulgação pela ASCOM. Além disso, foram definidas quais divulgações seriam realizadas para os diferentes públicos (servidores, magistrados, partidos políticos, candidatos, veículos de imprensa, eleitores em geral).

Eleições em Pauta

Seminário sobre temas eleitorais para jornalistas, realizado em julho de 2018, tendo em vista a realização das Eleições em outubro.

Teve como objetivo atualizar os profissionais dos veículos de imprensa do Estado sobre os principais assuntos relativos ao processo eleitoral e mudanças em relação aos pleitos anteriores.

Cerca de 100 jornalistas participaram do evento que contou com palestras de servidores de áreas técnicas do Tribunal.

Grupo de Apoio Técnico – Combate às Fake News

Grupo criado para dar suporte ao Comitê Consultivo da Internet para combate às *fake news*.

Levando em conta a grande quantidade de notícias falsas que circularam durante o primeiro turno e que tinham a Justiça Eleitoral como alvo, o grupo foi instituído para atuar nas semanas anteriores ao segundo turno e no próprio dia de votação.

Foram coletadas e filtradas notícias falsas tanto para esclarecimentos imediatos nas redes sociais do Tribunal quanto para encaminhamento à Polícia Federal e Ministério Público.

Campanhas institucionais realizadas pelo TRE-SC em 2018



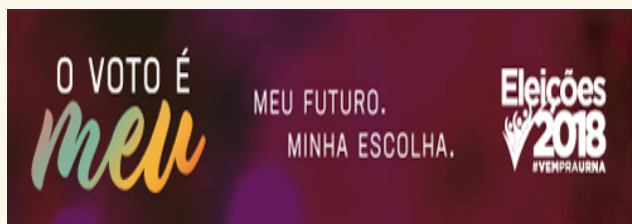
A campanha de combate à corrupção no financiamento das campanhas eleitorais, realizada durante as eleições de 2018, mobilizou entidades da sociedade civil, doadores e fornecedores de campanha, partidos políticos e cidadãos com o objetivo de realizar uma eleição com mais ética e transparência. A campanha, que teve a parceria de instituições públicas e privadas, realizou, além de peças publicitárias, ações concretas dirigidas a eleitores, partidos, imprensa e outros públicos.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/imprensa/campanhas/campanha-eleicao-com-participacao/index.html>



A campanha "Se é Fake não é News" foi uma realização do Comitê Consultivo da Internet e teve como objetivo informar a comunidade sobre o que são as chamadas *fake news* e proporcionar alternativas e dicas para que eleitores não caíssem em notícias falsas. O combate à desinformação foi um dos maiores desafios da Justiça Eleitoral para as Eleições 2018 e o TRE-SC foi o pioneiro nessa área, com a disseminação de materiais gráficos nas redes sociais do Tribunal e realização de palestras com membros do Comitê.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/imprensa/campanhas/campanha-se-e-fake-nao-e-news/index.html>



A campanha "O voto é meu - meu futuro, minha escolha" teve como objetivo o engajamento dos jovens eleitores no processo democrático. Na primeira fase, lançada em março de 2018, foram produzidos vídeos, posts e material gráfico chamando adolescentes entre 15 e 17 anos para que realizassem o alistamento eleitoral, sempre lembrando da importância de sua participação. Já na segunda fase, realizada em setembro, foram produzidos 22 vídeos respondendo as dúvidas mais frequentes sobre as Eleições.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/imprensa/campanhas/campanha-o-voto-e-meu/index.html>



A campanha "Mulheres na política - elas podem, o o país precisa", criada com o propósito de diminuir a disparidade da participação político-eleitoral entre mulheres e homens no Brasil. Um conjunto de ações – materiais gráficos para redes sociais e impressão, curso EaD e palestras – foram planejadas para orientar a atuação de mulheres e agremiações partidárias. A campanha foi lançada em outubro de 2017, um ano antes do pleito, considerando os prazos para filiação partidária e mudança de domicílio eleitoral.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/mulheres-na-politica/index.html>

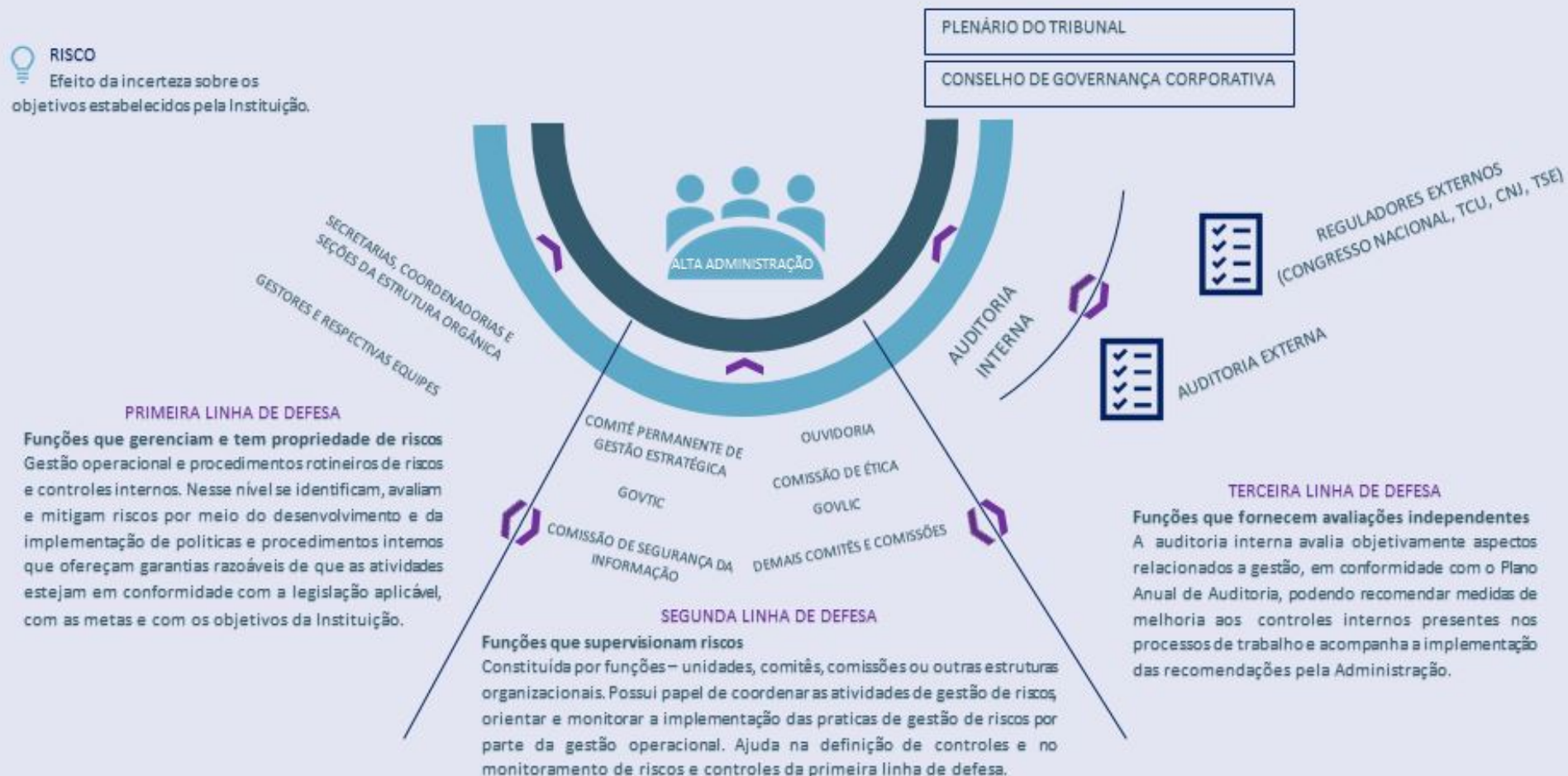
Canais de Comunicação com a Sociedade – Redes Sociais



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

LINHAS DE DEFESA

A figura a seguir demonstra o modelo de três linhas de defesa estruturado no TRE-SC para fortalecer os controles internos e contribuir para que a Instituição alcance seus objetivos estratégicos.



Na tabela a seguir estão elencados os principais riscos por área que em 2018 impactaram o alcance dos objetivos estratégicos e as medidas de mitigação adotadas pela Administração.

ÁREA	TIPO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
ELEIÇÕES	Imagem	Disseminação de notícias falsas sobre a segurança da urna eletrônica e do processo eleitoral	Desestabilização do processo eleitoral. Desconfiança dos eleitores nas Instituições democráticas. Impacta na imagem e credibilidade da Justiça Eleitoral junto à Sociedade. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE8 – Fortalecimento da governança	- Criação do Comitê Consultivo da Internet para combater as <i>fake News</i>. - Criação de Grupo de Apoio Técnico para apoiar o Comitê Consultivo da Internet. - Criação da campanha institucional Se é <i>fake</i> não é <i>news</i> - Criação da ação de combate às <i>fake News</i>. - Atuação institucional da Presidência junto à Secretaria de Segurança Pública e polícias Civil, Militar e Federal - Criação do Comitê de Segurança das Eleições
ELEIÇÕES	Financeiro	Restrições/Cortes orçamentários	Impacta no pagamento de serviço extraordinário, nas contratações e aquisições do projeto. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	- Cortes de quantitativo de materiais eleitorais, - Cortes no quantitativo de Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado.
ELEIÇÕES	Climático	Risco de ciclone extratropical na véspera da eleição.	Possibilidade de impacto na entrega das urnas eletrônicas e na estrutura dos Locais de Votação das áreas de risco identificadas. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	- Atuação institucional da Presidência com a Defesa Civil do Estado de SC e com a CELESC - Monitoramento ativo do risco climático - Medidas de proteção identificadas solicitadas pela Presidência aos juízos eleitorais das áreas de risco.

ÁREA	TIPO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
PESSOAS	Financeiro	Ausência de disponibilidade orçamentária para custear o Programa de Assistência à Saúde (PAS)	Pode impactar na inviabilização do custeio da cota parte do TRE-SC aos beneficiários do plano de saúde e na realização de campanhas de saúde, exames periódicos e no programa de atualização vacinal. Objetivos estratégicos impactados: OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	- Suspensão da realização de exames periódicos - Mudança da natureza do plano de saúde dos servidores de custo operacional para pré-pagamento
PESSOAS	Equipe	Carência de pessoal, em razão de aposentadorias de servidores, EC 95/2016 e Portaria TSE 671/2017 e alterações posteriores impedindo recomposição da força de trabalho	A sobrecarga de trabalho para os servidores ativos pode impactar em resultado negativo na pesquisa de Clima Organizacional e aumento do absenteísmo. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	- Abertura de vagas em concurso interno de remoção somente nos municípios do interior do Estado nos quais havia déficit de servidores e observando estritamente os critérios objetivos que ordenam o fator de criticidade dos cartórios com claros de lotação - Otimizar rotinas de trabalho, priorizando as atividades finalísticas e/ou essenciais
PESSOAS	Conformidade	Ausência de integridade dos sistemas corporativos, em especial do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH)	Impacta na qualidade das informações disponibilizadas pela Instituição. Objetivos estratégicos impactados: OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas OE8 – Fortalecimento da governança OE9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação	- Reportar as falhas aos setores competentes da área de tecnologia da informação do TRESC e do TSE.

ÁREA	TIPO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
TI	Gestão	Falta de conhecimento prévio sobre o escopo do projeto de identificação Civil Nacional	Incerteza quanto a custos, esforços e equipamentos necessários para implementação do projeto, podendo impactar na qualidade do serviço disponibilizado aos cidadãos OE1 – Garantia dos direitos da cidadania OE5 – Aperfeiçoamento da gestão da informação OE9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (RE3) – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio (PI1) Aprimoramento da segurança da informação (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	- Incrementar o contrato de serviços de <i>helpdesk</i> - Fomentar a adesão de parceiros para emissão do DNI
TI	Equipe	Alteração no modelo de contratação de mão de obra de TI realizada pelo TSE para o TRE-SC	Orçamento descentralizado e menor para suportar área técnica da TI do TRE-SC, reduzindo a quantidade e qualidade da mão de obra técnica especializada. OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária OE9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (RE1) Satisfação dos usuários de TIC	- Estabelecimento de ações de contingência para absorver o impacto e voltar a condição normal da operação da TI. - Monitoramento pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)
TI	Integração Tecnológica	Aproveitamento de informações biométricas do DENATRAN (+)	Oportunidade de aproveitamento dos dados biométricos coletados pelo DENATRAN gerando economia de recursos e esforços para cadastramento biométrico pelo TRE-SC OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.	- Validação da qualidade das informações coletadas nas Eleições 2018 - Monitoramento pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)

ÁREA	TIPO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
AQUISIÇÕES	Operacionais	Contratações frustradas	Possibilidade de inviabilização da execução de projetos estratégicos com impacto em todos os objetivos do ciclo estratégico vigente	- Promoção de estudos para o aprimoramento da sistemática de apuração de custos; - Viabilizar a capacitação dos integrantes das equipes de planejamento das contratações; - Avaliar constantemente as minutas-padrão de editais.
AQUISIÇÕES	Operacionais	Concentração de licitações em determinado período do exercício	Possibilidade de atraso na execução de projetos, de exigência de trabalho além da jornada e do aumento da probabilidade de erros e consequentes frustrações, impacta principalmente nos objetivos: OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária OE8 – Fortalecimento da governança	- Manter equipe de pregoeiros qualificada e disponível - Monitorar o cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano de Aquisições.
AQUISIÇÕES	Operacionais	Necessidade de contratação de objetos ou valores não contemplados no Plano de Aquisições	Revisão do Plano de Aquisições, sacrifício de demandas originalmente previstas, necessidade de pleitear suplementação orçamentária Impacta principalmente nos objetivos: OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária OE8 – Fortalecimento da governança	- Divulgar previamente à elaboração do Plano de Aquisições, os projetos da Administração para o exercício seguinte; - Aprimorar a estimativa de valores na fase de planejamento orçamentário.

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2018/2019

Iniciativa: Criação do Sistema de Governança

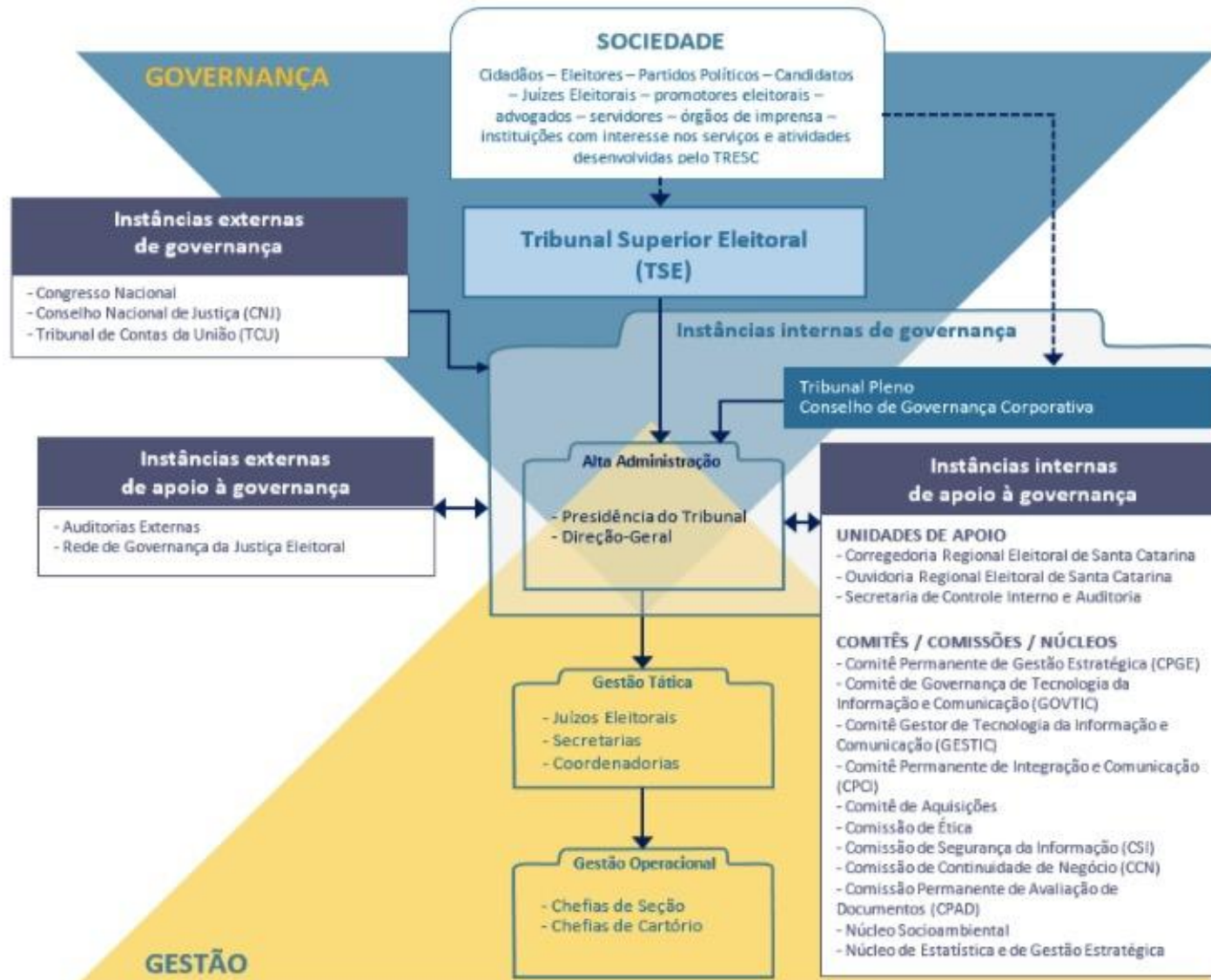
Principais unidades impactadas: Todo o TRE-SC; instâncias externas de governança; sociedade

Sinopse: Galgando novo degrau na escala de maturidade em governança pública, o TRE-SC definiu, nos termos da Resolução TRESC n. 7.975/2018, o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, que veio a preencher importantes lacunas internas e prover o alinhamento às Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n. 23.543/2017) e às boas práticas de governança indicadas no Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As instâncias internas de governança definidas pelo Sistema são o Tribunal Pleno, a Presidência do Tribunal, o Conselho de Governança Corporativa (CGC) e a Direção-Geral, apoiadas pelas secretarias executivas, pelas unidades internas de controle e de fiscalização da atuação do Órgão, e pelos núcleos, comissões e comitês criados para auxiliar o Conselho de Governança Corporativa no desenvolvimento e aprimoramento de suas competências. O Conselho de Governança Corporativa do TRESC (CGC) tem por finalidade promover a gestão estratégica, o relacionamento e a integração com as partes interessadas, os mecanismos de controle, a transparência e a prestação de contas dos resultados institucionais, e sua estrutura é integrada pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e pelo Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI).

JUSTIÇA ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Sistema de Governança e Gestão

Res. TRESC n. 7.975/2018



Iniciativa: Atualização e ampliação da vigência do Planejamento Estratégico

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

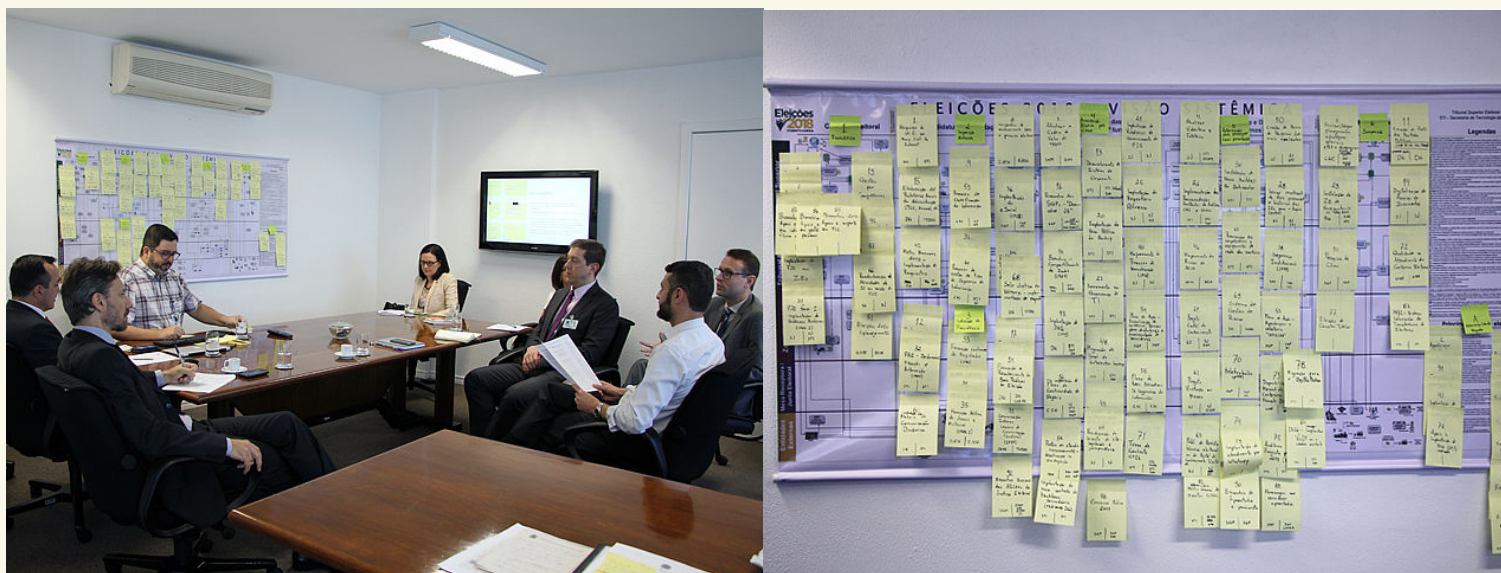
Sinopse: Para sincronizar o período de execução do Planejamento Estratégico do TRESC ao do novo Planejamento Estratégico do TSE e melhor adequá-lo aos prazos e calendários estratégicos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça, o Conselho de Governança Corporativa (CGC) deliberou, em reunião da análise da estratégia realizada no dia 28.6.2018, por ampliar em um ano a vigência do Planejamento Estratégico Corporativo, com a necessária adequação de indicadores e metas e iniciando o prazo para revisão dos planos estratégicos setoriais, cuja vigência será ampliada na mesma proporção. Esta ampliação consubstanciou-se na Resolução TRESC n. 7.991/2018, que estabelece que o período de vigência do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina passou a ser de 2016 a 2021 e apresentou os novos indicadores e metas.

Iniciativa: Priorização de atividades para 2019

Principais unidades impactadas: toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Em reunião de direcionamento realizada em 16.8.2018, o Presidente determinou que a implantação da Gestão por Competências, a Biometria 2019, a implantação do PJE no 1º grau e o planejamento das Eleições 2020 passassem a ser consideradas iniciativas de maior prioridade após a conclusão das Eleições 2018. A seguir, na Reunião de Análise da Estratégia 2018.1, realizada em 25.8.2018, o Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) deliberou pela produção de rol ordenado das atividades de 2019, de modo a permitir os ajustes que possibilitassem a priorização determinada pela Presidência. Após os estudos táticos e operacionais nas unidades, na semana de 19 a 23 de novembro foram realizadas 4 reuniões, nos âmbitos da Presidência, do Conselho de Governança Corporativa (CGC) e do CPGE, sendo que este último elaborou e formatou uma proposta - considerando o desafio de analisar não apenas a relevância, mas também a preservação de recursos e calendário para as prioridades superiores - de operacionalização do rol de cerca de 90 propostas de iniciativas trazidas pelas unidades, pelas Zonas Eleitorais (via Comitê Permanente de Comunicação e Integração - CPCI), pelos servidores (via pesquisa de clima

organizacional) e pelo plano anual de trabalho da Escola Judiciária Eleitoral. O resultado foi analisado e aprovado pela Presidência, com orientação de que todas as áreas da Justiça Eleitoral em SC realizassem seus ajustes internos quanto às suas demais atividades, de modo a melhor executar ou apoiar as atividades priorizadas pela Presidência. Esses ajustes poderiam incluir a redução de recursos alocados, a modificação em cronogramas ou mesmo a suspensão de atividades não relacionadas às iniciativas priorizadas.



Iniciativa: 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense: Gestão, Integração e Inovação

Principais unidades impactadas: toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: A Resolução TRESA n. 7.994/2019 criou a Convenção da Justiça Eleitoral catarinense. O objetivo é o alinhamento institucional da Justiça Eleitoral catarinense e o aprimoramento contínuo do processo eleitoral. O evento marcou o início do planejamento do Projeto Eleições 2020. Alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal, a iniciativa foi priorizada pela Presidência do TRE-SC. A 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense com o público das Zonas Eleitorais ocorreu no Hotel Sibara em Balneário Camboriú, nos dias 13 a 15 de março de 2019, e com o público das unidades da Sede do TRE-SC, nos dias 21 e 22 de março de 2019, no Hotel Quinta da Bica d'Água, em Florianópolis.





1ª Convenção da Justiça Eleitoral catarinense - Servidores Zonas Eleitorais



1ª Convenção da Justiça Eleitoral catarinense - Servidores Sede



SERVIDORES ZONAS ELEITORAIS





SERVIDORES SEDE



Iniciativa: Prêmio Conecta de Inovação

Principais unidades impactadas: toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: A Resolução TRESC n. 7.995/2019 instituiu o Prêmio Conecta no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense. Considerando que a capacidade de o Tribunal gerar resultados depende essencialmente da qualificação, da motivação, do comprometimento e da integração de seus servidores, e que esses aspectos podem ser impulsionados, entre outras ações, por mecanismos institucionais de reconhecimento profissional, o Prêmio Conecta tem por objetivo reconhecer ações inovadoras que contribuam para o aprimoramento dos processos organizacionais e a melhoria da prestação do serviço público, valorizando os trabalhos desenvolvidos por seu corpo funcional. Sua primeira edição, realizada em fevereiro e março de 2019, teve 73 trabalhos inscritos e premiou 23 deles, sendo 12 no segmento Zonas Eleitorais e 11 no segmento Sede. Os trabalhos são classificados em 4 categorias distintas: inovação de produto e serviço, inovação de processo, inovação de marketing e inovação organizacional. Um procedimento interno de votação, aberto a todos os servidores, escolhe os 5 trabalhos mais populares em cada segmento e categoria e, a seguir, uma comissão julgadora os avalia a partir de 13 critérios objetivos, definindo assim a ordem de classificação e premiação. A premiação ocorreu na 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense.



Iniciativa: Plano de Continuidade do Negócio

Principais unidades impactadas: toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: A Portaria P n. 13/2019 instituiu o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, considerando a necessidade de este Tribunal preservar a disponibilidade de serviços essenciais à Justiça Eleitoral catarinense, bem como dar tratamento efetivo em resposta a eventos nocivos que impactem o cumprimento da missão institucional. O PCN é o instrumento institucional da gestão de continuidade de negócios e tem como escopo a preservação da continuidade dos serviços essenciais à Justiça Eleitoral catarinense em cenários de interrupção que impactem o cumprimento da missão institucional, detalhando os papéis e as responsabilidades das equipes necessárias à sua completa formalização e execução. A mesma norma criou ainda a Comissão de Continuidade de Negócios (CCN), para administrar, expandir e operacionalizar o PCN.



Iniciativa: Atividades do Comitê de Segurança das Eleições

Sinopse: O Comitê de Segurança das eleições, presidido pelo Juiz Vitoraldo Bridi, atuou diretamente na inteligência do processo eleitoral, ao lado das forças de segurança estaduais e federais, antecipando possíveis ameaças e garantindo a segurança do processo eleitoral. Diversas ações foram efetivadas, tendo mobilizado, para a garantia da normalidade do pleito no Estado: no 1º turno, 470 policiais civis e 110 viaturas, 8504 policiais militares e 1539 viaturas, 205 policiais federais, 207 policiais rodoviários federais e 53 viaturas, 150 guardas municipais e 15 viaturas, e 340 bombeiros militares; e, no 2º turno, 668 policiais civis e 280 viaturas, 8741 policiais militares e 1263 viaturas, 205 policiais federais e 46 viaturas, 110 policiais rodoviários federais e 46 viaturas, 140 guardas municipais e 29 viaturas, 457 bombeiros militares e 215 viaturas.

Iniciativa: Providências do TRESC referentes à greve dos caminhoneiros**Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina**

Sinopse: Entre o término de maio e início de junho de 2018, houve uma paralisação geral do País por iniciativa dos caminhoneiros, denominada “Greve dos Caminhoneiros”, tendo como principais consequências o bloqueio de estradas e o desabastecimento de mercadorias em geral, o que gerou inúmeros problemas, principalmente relacionados ao deslocamento da população entre a residência e o local de trabalho, tanto por falta de combustíveis nos postos como de transporte público. Diante dessa grave situação, a Presidência agiu de forma determinante, suspendendo atividades não essenciais e priorizando as de natureza crítica à realização de eleições. A eficaz orientação repassada à época pela Administração, corroborada pela decisão da Presidência afastou riscos, evitou prejuízos às atividades essenciais e trouxe tranquilidade aos servidores que estavam imensamente preocupados e em busca de orientações da Administração quanto aos reflexos da eventual impossibilidade de comparecimento ao trabalho. Essa situação demonstrou, também, a necessidade de um canal de rápida comunicação entre a Administração e os servidores, que culminou com o aperfeiçoamento dos canais de comunicação até então existentes.

Iniciativa: Providências do TRESC referentes ao risco de ciclone extratropical na véspera e no dia do 2º turno das Eleições 2018

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral catarinense

Sinopse: Alerta encaminhado ao TRESC pela empresa prestadora de energia elétrica no Estado, posteriormente acompanhado em conjunto com a Defesa Civil estadual, indicava relevante risco de um ciclone extratropical atingir algumas regiões do Estado de Santa Catarina na véspera e no dia da realização do segundo turno de votação das Eleições 2018, o que levou a Administração do TRE-SC a incluí-lo no plano de gerenciamento de riscos e tratar preventivamente uma série de eventos, causas e possíveis impactos frente à iminente ameaça. O registro foi analisado pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE), convocado em caráter extraordinário pela Presidência do Tribunal, e com isso foram identificadas diversas medidas de tratamento e mitigação. O monitoramento ativo do risco, com auxílio da Defesa Civil, possibilitou a comunicação antecipada das medidas preventivas pela Presidência aos juízos eleitorais, cuja execução evitou danos nas regiões que chegaram a ser afetadas por condições climáticas adversas.

Iniciativa: Migração de processos para meio eletrônico, contribuindo para a sustentabilidade ambiental

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

O TRESP intensificou esforços para migrar seus processos que tramitavam inicialmente em papel para uma abordagem exclusivamente em meio eletrônico. Atualmente o repositório corporativo de documentos eletrônicos representa um rol de **3,7 milhões de documentos**, distribuído nos sistemas SADP, Breve e PAE.

Na prática, fazendo-se uma estimativa simplista e aproximada, caso cada um desses documentos tenha pelo menos 3 páginas, teríamos **11 milhões de folhas de papel**, o que representaria **22.000 resmas** e uma economia de **1.100 árvores**.

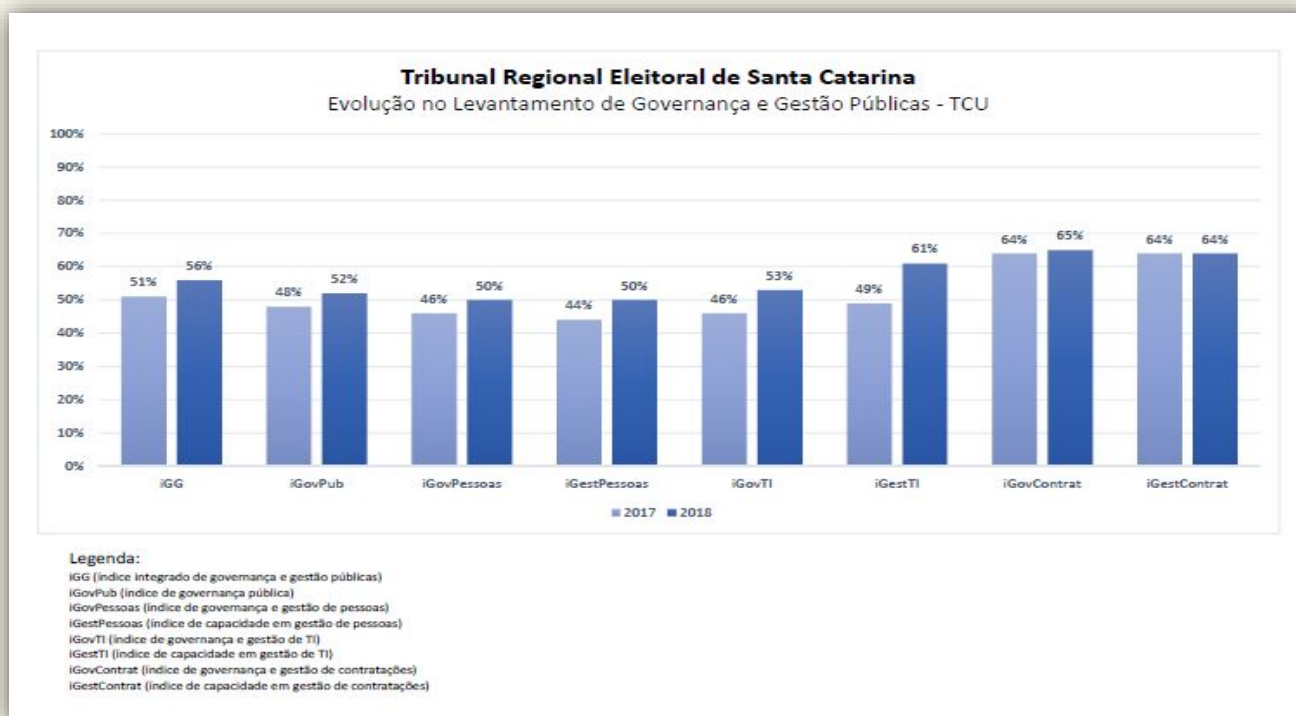


COMPLIANCE E CONFORMIDADE NO NÍVEL ESTRATÉGICO

Iniciativa: Acompanhamento do desempenho da Governança e Gestão Públicas no TRE-SC

Principais unidades impactadas: Todo o TRE-SC; instâncias externas de governança; sociedade

Sinopse: Trata-se de iniciativa realizada pelo TRE-SC para implementar boas práticas de governança e gestão públicas nas diversas áreas do Tribunal para o cumprimento de suas funções institucionais e a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade. O questionário é aplicado anualmente pelo TCU. O resultado alcançado em 2018 apresentou evolução consistente na maioria dos índices acompanhados e, dentre as 498 instituições públicas avaliadas, o TRE-SC obteve resultados superiores às médias de outros Tribunais e instituições do Poder Judiciário.



Iniciativa: Gerenciamento da conformidade quanto às metas nacionais e Programa Justiça em Números

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) coordena anualmente a definição de metas anuais e de metas específicas de cada segmento de Justiça e, a seguir, centraliza a análise de suas medições. No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, o Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE), atendendo ao comando do Juiz Gestor de Metas, coordena o desdobramento dessas metas em ações a serem realizadas pelas Unidades e pelas Zonas Eleitorais, e as estruturas de apoio à governança se encarregam de centralizar o recebimento das medições correspondentes, encaminhá-las às instâncias de análise e informá-las ao CNJ. As mesmas estruturas realizam atividades análogas quanto às medições do Programa Justiça em Números, também instituído por aquele Conselho.



Iniciativa: Relatório on-line de transparência no acompanhamento de iniciativas prioritárias

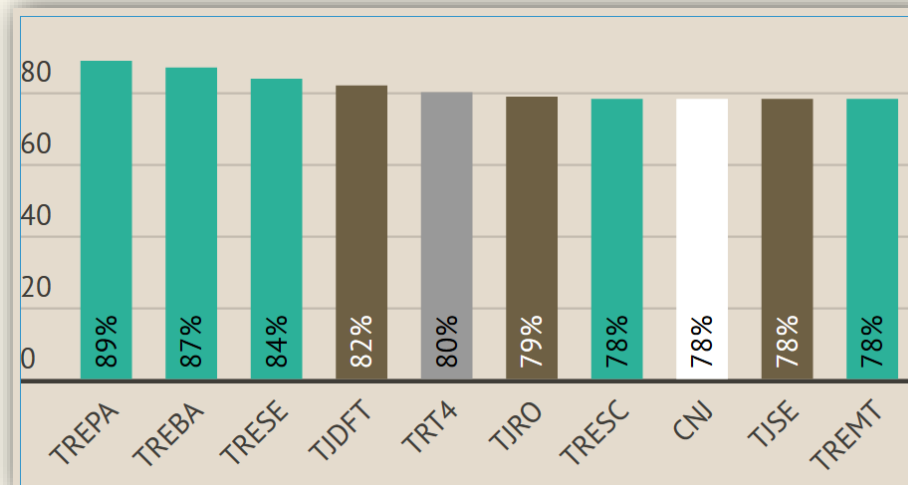
Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina, Sociedade

Sinopse: Inspirado pelas disposições das políticas e critérios de transparência definidas por órgãos externos de governança, o TRESA passou a contar, em 2018, com relatório on-line, atualizado semanalmente, sobre o andamento de todas as suas iniciativas estratégicas. As informações fornecidas pelas unidades sobre o andamento dos projetos, programas, obras e iniciativas acompanhadas pelo Escritório de Projetos Estratégicos, nos termos da Portaria P n. 15/2018, são disponibilizadas em duas versões, sendo que a da Internet (em <http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/planejamento-estrategico/acompanhamento-de-iniciativas-prioritarias/index.html>), voltada ao público externo, tem foco exclusivamente na transparência, e a da Intranet agrega ainda dados adicionais para apoio à governança e gestão.

Iniciativa: Transparência

Principais unidades impactadas: todos

Sinopse: Aprimoramento das informações disponibilizadas e atendimento aos requisitos da LAI e da Res. 215 do CNJ. O TRE-SC obteve o 4º lugar entre os Tribunais Eleitorais e o 7º lugar no Ranking de Transparência do Poder Judiciário (dentre 93 Tribunais e Conselhos), empatado com o próprio CNJ, atingindo 78,83% de cumprimento dos critérios



Iniciativa: Acompanhamento da conformidade aos quesitos do selo Justiça em Números 2018

Principais unidades impactadas: Todas as unidades da Sede

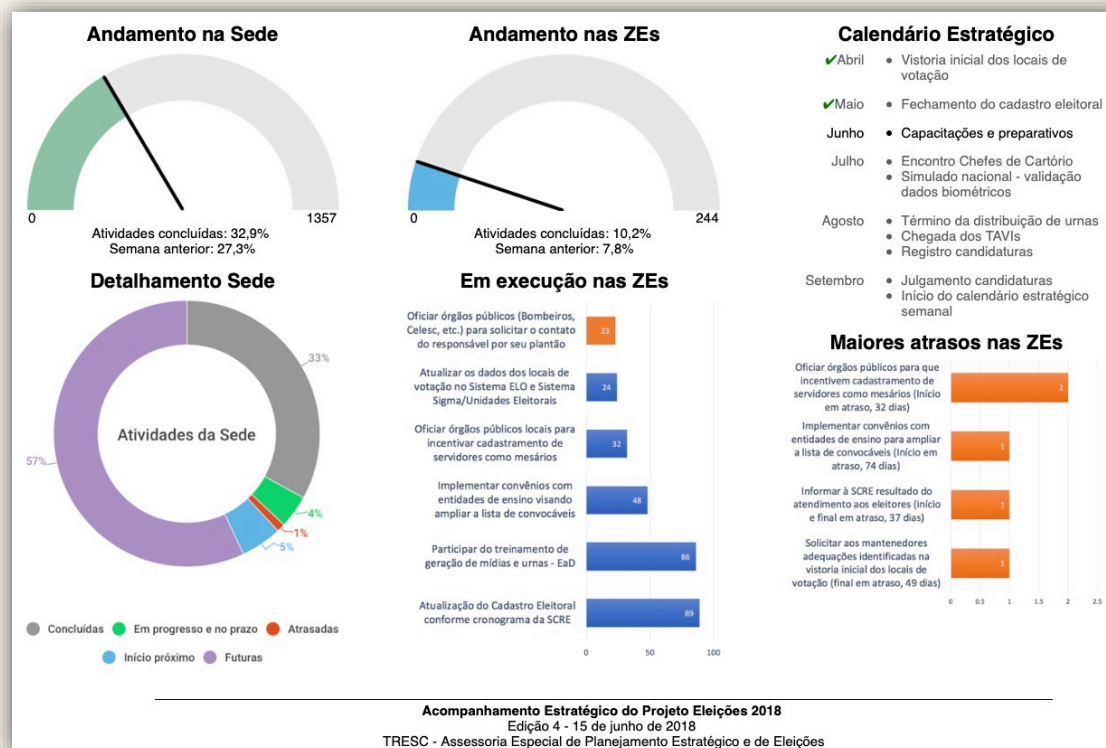
Sinopse: A Portaria CNJ nº 18/2018 definiu as regras para concessão do Selo Justiça em Números, que visa ao reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais, em quesitos relacionados ao nível de informatização do Tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação, entre outros. O cumprimento desses quesitos é coordenado pelo Juiz Gestor de Metas e, em 2018, o acompanhamento das ações das unidades relacionadas à conformidade a eles foi executado por uma assistência específica, respondendo diretamente à Direção-Geral, e encarregada de promover a comunicação interna relacionada aos atos necessários à evolução no grau de *compliance* referente ao Selo.



Iniciativa: ***Dashboard*** de acompanhamento estratégico do Projeto Eleições

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

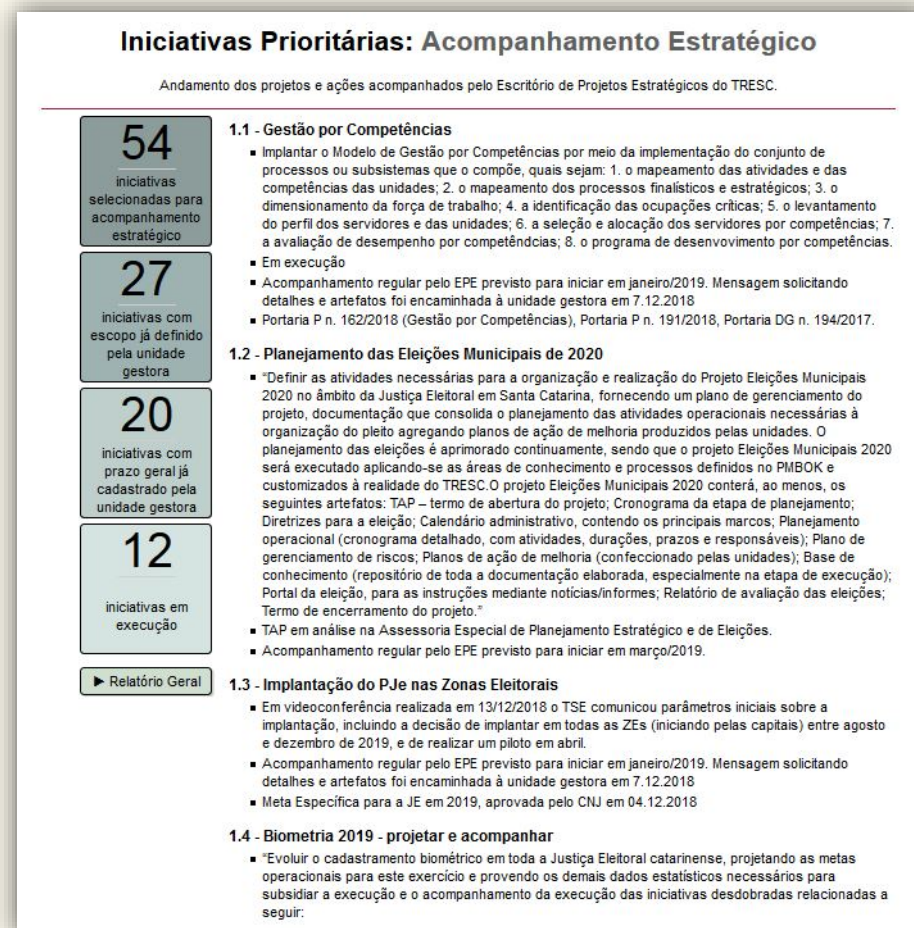
Sinopse: A necessidade de acompanhamento pela Presidência quanto aos principais indicadores e acontecimentos relacionados à execução do Projeto Eleições conduziu ao desenvolvimento de um *dashboard*, que é um painel de mostradores - exibido em monitor posicionado no gabinete da Presidência - no qual eram atualizados os detalhes do andamento, semana a semana, da execução do projeto na sede do TRESC e nas Zonas Eleitorais, indicando percentuais de completamento, situações excepcionais e outras informações necessárias ao acompanhamento em nível estratégico.



Iniciativa: ***Dashboard*** de acompanhamento do portfólio de iniciativas estratégicas

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Com a conclusão da votação e da totalização, o *dashboard* originalmente desenvolvido para acompanhamento pela Presidência quanto ao andamento do Projeto Eleições foi substituído por um novo conjunto de mostradores digitais relacionados às iniciativas prioritárias do TRESC, com informações atualizadas sobre o andamento dos projetos e ações acompanhados pelo Escritório de Projetos Estratégicos do TRESC, oferecendo visão geral do portfólio, além de detalhamento sobre os 4 projetos com priorização superior pela Presidência: a implantação da Gestão por Competências, a Biometria 2019, a implantação do PJE no 1º grau e o planejamento das Eleições 2020.



Iniciativa: Gerenciamento da conformidade quanto ao Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário – PLS/JUD (Resolução CNJ n. 201/2015)

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina; a sociedade; o meio-ambiente

Sinopse: A implementação das iniciativas de logística sustentável definidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal Superior Eleitoral é acompanhada por meio de um conjunto específico de indicadores objetivos, cujos avanços são constantemente medidos, analisados e comunicados às instâncias externas de governança, garantindo assim a permanente ampliação do grau de *compliance* da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, em respeito à sociedade e, em especial, ao meio ambiente.



COMUNICAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Iniciativa: Matriz de comunicação dinâmica

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Oferecendo suporte estrutural à política de valorização dos servidores (endomarketing) da Presidência, a ampliação da adoção de meios de comunicação dinâmicos, baseados em tecnologias e aplicativos móveis, ganhou impulso com a proximidade das Eleições 2018. A criação de grupos de comunicação horizontal conectando diretamente os públicos internos das Zonas Eleitorais à Administração (incluindo o Diretor-Geral e os titulares das unidades) foi avaliada como uma das melhores iniciativas de melhoria relacionadas ao pleito e, a partir de outubro de 2018, foi ampliada por diretriz da Presidência no sentido de definir e adotar canais e ferramentas que ampliassem a dinamicidade das comunicações. Estudo da Assessoria de Planejamento apontou alternativas para a disseminação de informações internas, a livre discussão horizontal, o encaminhamento e acompanhamento de chamados às unidades e a consulta e obtenção de dados de múltiplas origens e, após aprovação da Presidência, sua implantação teve início imediato, sendo constituída uma comissão permanente, coordenada por representante da Assessoria de Comunicação, para tratar de sua continuidade e evolução.



Iniciativa: Calendário institucional

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

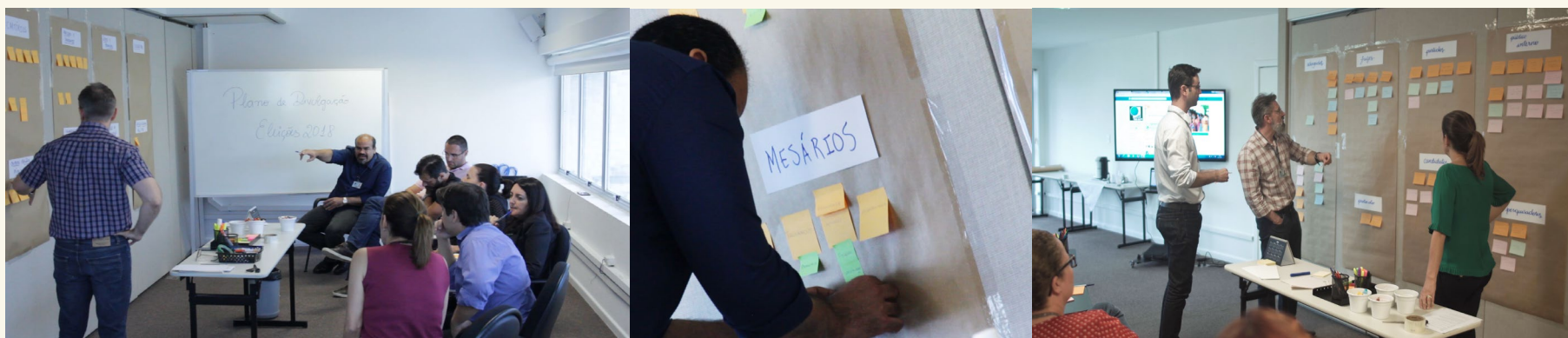
Sinopse: Em reunião realizada pela Presidência com todo o corpo diretivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, tratando da política de valorização dos servidores (endomarketing), foi apontada a demanda por meios que permitissem mais ampla disseminação do conhecimento sobre as atividades relevantes e períodos críticos de operação de todas as áreas da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, eis que a agenda corporativa disponível na ferramenta de colaboração (Zimbra) da rede interna do TRESC não era considerada suficiente para esse fim. Considerando a ausência de solução técnica imediatamente disponível para levar as informações dessa agenda à capa da Intranet corporativa, onde teriam a necessária exposição, a Assessoria de Planejamento desenvolveu software capaz de extrair-las e disponibilizá-las para exibição pelos sistemas da Intranet, e a STI pôde assim atender à demanda de incluir o Calendário Institucional em posição de destaque na rede corporativa.

Calendário Institucional								
< OUTUBRO >							27-07/10 Emissão DNI	
D	S	T	Q	Q	S	S	02/10 Reunião Interna - Comitê de Segurança (SJ/SAO/DG/ASCOM) - 14h	
	1	2	3	4	5	6	06/10 Oficialização do Sistema de Gerenciamento	
7	8	9	10	11	12	13	06/10 Votação Paralela - 1º Turno - 9h às 12h	
14	15	16	17	18	19	20	07/10 Eleições - 1º Turno	
21	22	23	24	25	26	27	16/10 Conexão TRE - 2º Turno - p/ Juízes	
28	29	30	31					

Iniciativa: Plano de Divulgação das Eleições 2018

Principais unidades impactadas: público externo, todas as unidades do TRES

Sinopse: criou-se o planejamento do fornecimento de informações relativas às Eleições 2018 ao público externo. A metodologia utilizada foi inovadora: *design thinking*. Foram realizadas reuniões colaborativas com as Unidades do TRES, nas quais ocorreu o levantamento de atividades, prioridades, públicos e cronograma. O Plano balizou todas as ações de comunicação do ano eleitoral de 2018.



Iniciativa: Consulta interna e participação na consulta pública (metas nacionais e específicas 2019)

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Aderindo ao processo participativo de definição de metas anuais e de metas específicas de cada segmento de Justiça, centralizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TRE-SC realizou consulta ao público interno para coletar posicionamentos sobre as metas existentes e sugestões de novas metas, das quais resultou um conjunto de propostas de metas encaminhadas à etapa nacional centralizada pelo TSE, que realizou consulta à população em geral que, por fim, selecionou as metas específicas para a Justiça Eleitoral, comprometendo os magistrados e servidores com o seu significado institucional, e ampliando a sua relevância para a sociedade.



Iniciativas: Escuta do servidor**Principais unidades impactadas: SGP**

Sinopse: Canal de comunicação e apoio ao servidor, que oferece um espaço de acolhimento e escuta, para a expressão e compreensão das suas demandas. Compreende também a identificação dos servidores que se encontram em licença prolongada e/ou com problemas que resultam na diminuição de sua capacidade laboral. Foram realizadas reuniões mensais com integrantes da Coordenadoria de Pessoal e Seção de Saúde para levantamento do absenteísmo. O projeto Escuta do Servidor é uma das iniciativas estratégicas do Eixo Interação e Comunicação, que compõe o Programa Desenvolve, destinada ao aprimoramento da comunicação SGP. Busca implementar estratégias para humanizar o ambiente de trabalho, tendo como consequência mais eficiência, produtividade e bem-estar aos servidores. Neste período foram realizadas 14 escutas, obtendo-se resultados positivos, considerando que doze dos servidores acompanhados, identificados por estarem em licença para tratamento de saúde ou outros afastamentos, retornaram às suas atividades laborais com regularidade. Os outros dois servidores enfrentam questões de saúde pessoal ou familiar de maior complexidade, necessitando de tratamento específico.



Iniciativa: Projeto TRE Informa

Principais unidades impactadas: Unidades do TRESC, Zonas Eleitorais, Pleno e Juízes Eleitorais

Sinopse: projeto que criou quatro grupos institucionais na rede de conversação WhatsApp, funcionando como um canal direto de comunicação da Presidência com os servidores, juízes eleitorais e com o Pleno (TRE-Informa: Sede, Zonas Eleitorais, Pleno, Juízes). Houve a dinamização do repasse de mensagens da presidência, notícias e materiais de campanhas produzidos pela ASCOM, em consequência, foi ampliado o conhecimento desses grupos, além de ter ocorrido a capacitação dos servidores e juízes, que se tornaram porta-vozes da Instituição. Ao todo foram encaminhadas 137 notícias, 34 posts sobre *Fake News*, 5 campanhas, 44 vídeos do TSE e 20 pronunciamentos/avisos da Alta Administração, incluindo a Presidência.



Iniciativa: Conteúdo Jornalístico

Principais unidades impactadas: Unidades do TRESC, Zonas Eleitorais, público externo, imprensa

Sinopse: produção de matérias jornalísticas e atendimento à imprensa, especialmente para a divulgação das Eleições 2018. Na página do TRESC, na web, foram publicadas 505 notícias relacionadas com a Justiça Eleitoral catarinense, envolvendo conteúdos sobre cadastramento biométrico, eleições gerais, julgamentos do Pleno, notícias institucionais, informações de serviços direcionados aos eleitores, campanhas, entre outros. Na intranet, foram publicadas 503 matérias jornalísticas, focadas em temas internos e externos. Além de terem sido seguidos o Plano Anual de Comunicação 2018 e o Plano de Divulgação das Eleições, também foram elaboradas matérias factuais não previstas e tantas outras a partir de sugestões de pauta encaminhadas pelas unidades do TRESC, resultando em notícias que promoveram uma visibilidade interna e externa positiva da instituição. Foram acompanhadas todas as sessões de julgamentos do Pleno e as decisões publicadas no Mural Eletrônico e no Diário da Justiça Eleitoral eletrônico. Os acórdãos e sentenças relevantes serviram de base para a produção de releases, publicados no site e disponibilizados para os veículos de comunicação do estado e do país, cadastrados no mailing. O mailing de imprensa do TRESC passou por atualizações, tendo, até 20 de dezembro de 2018, um total de 2095 contatos de veículos de comunicação cadastrados.

Iniciativa: Sala de Imprensa

Principais unidades impactadas: imprensa e público externo

Sinopse: a Sala de Imprensa montada para as Eleições 2018 contou com a presença de 100 jornalistas e 25 veículos de comunicação no dia da eleição, e foi subsidiada com informações atualizadas fornecidas pela Assistência de Imprensa, além de contar com coletivas de hora em hora sobre os mais diversos assuntos relativos ao pleito (serviços ao eleitor, segurança das eleições, segurança do processo eleitoral, divulgação dos resultados, entre outros).



Iniciativa: Repercussão Jornalística

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais do TRESC, imprensa e público externo

Sinopse: por meio de empresas contratadas – Studio Clipagem e MITI – foi feito o acompanhamento diário das notícias relacionadas com o TRESC e veiculadas em jornais, rádios, TVs estaduais e internet, auferindo a repercussão das matérias elaboradas pela Assessoria e enviadas à imprensa. Durante o ano, foram veiculadas mais de 1200 notícias em veículos impressos, eletrônicos e web. Na maioria dessas veiculações, a pauta versou sobre as Eleições 2018. Também foram intensificados os contatos, inclusive presenciais, com diretores, editores e jornalistas de órgãos de imprensa, a fim de otimizar a repercussão das notícias do TRESC – com destaque para a questão das *Fake News* -, bem como para obter apoio na divulgação de campanhas, comunicados e pronunciamentos na TV e no rádio.



Iniciativa: Entrevistas e atendimento da Imprensa

Principais unidades impactadas: imprensa, público externo, Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: em 2018 foram efetuados agendamentos de 248 entrevistas para os mais diversos veículos de comunicação social, tendo o tema das eleições como pauta na maior parte delas. Também foi preparado o material e contatados os veículos de comunicação para 2 edições de coletivas, com a presença maciça dos profissionais, além daquelas realizadas no dia do pleito. Foram esclarecidas as dúvidas dos repórteres permanentemente, o que exigiu a realização de pesquisas e consultas às unidades detentoras da informação técnica, ao site, ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), além de acompanhá-los em seu trabalho na sede do Tribunal. Houve ainda o acompanhamento e o apoio aos jornalistas quando da realização de coberturas e divulgação de eventos realizados tanto na sede do TRESC (solenidades, visitas institucionais, reuniões), quanto fora do Tribunal (a exemplo do teste da importação de dados biométricos realizado em São Bento do Sul e das inúmeras audiências públicas preparatórias às Eleições 2018).



Iniciativa: Gerenciamento do Canal do YouTube – Canal TRESC



Principais unidades impactadas: público externo

Sinopse: o canal do YouTube é utilizado como canal de armazenamento e gerenciamento de conteúdo público onde a ASCOM executa o upload de vídeos produzidos para campanhas eleitorais, TRE notícias, vídeos informativos para a sociedade, incluindo os do TSE, bem como é feita a transmissão ao vivo das Sessões Plenárias realizadas pelo TRESC.

Iniciativa: Seminário Eleições em Pauta

Principais unidades impactadas: público externo e imprensa

Sinopse: o seminário contou com a apresentação de palestras por servidores de áreas técnicas do TRESC, voltadas a jornalistas, que foram atualizados em assuntos relevantes para as Eleições 2018. O evento permitiu minimizar a disseminação de informações jornalísticas deficientes por parte da imprensa, facilitando o trabalho institucional. O encontro contou com a participação presencial de 100 jornalistas.



Iniciativa: Produção de áudios

Principais unidades impactadas: público externo e imprensa

Sinopse: Trata-se de instrumento de comunicação das Zonas Eleitorais com o público local, que recebeu informações gerais e pontuais sobre as atividades relacionadas com as Eleições 2018. Foram produzidos 97 Spots e 4 mensagens telefônicas pela ASCOM.

Iniciativa: Vídeos com o Presidente do TRESC

Principais unidades impactadas: Unidades TRESC, zonas eleitorais, público externo e imprensa

Sinopse: foram produzidos e veiculados vídeos com o Presidente do TRESC, como forma de comunicação com os servidores, juízes e eleitores catarinenses: a) três vídeos para imprensa, servidores e magistrados; b) dois vídeos de pronunciamento do 1º e 2º turno das Eleições 2018 veiculados nas emissoras de TV um dia antes do pleito; e c) um vídeo em forma de mensagem para juízes no 2º turno das Eleições para o Whatsapp.

Iniciativa: Atualização do repositório do Flickr

Principais unidades impactadas: público externo e imprensa

Sinopse: foi atualizado o repositório de fotos do **Flickr** com a criação de álbuns com fotos de alguns dos principais eventos do TRESC em 2018. Por meio desse canal a imprensa e o público conseguem ter acesso as fotos produzidas pela ASCOM para utilização em suas reportagens e compartilhamento que necessitem.

Iniciativa: Alcance das redes sociais

Unidades impactadas: eleitores, sociedade, partidos políticos, imprensa, órgãos públicos.

Sinopse: houve uma ampliação considerável do alcance das redes sociais do TRESA (Facebook, Instagram e Twitter) em 2018. Isso se deve, principalmente, porque, no período de 22 de agosto a 24 de outubro, foi destinado o valor de R\$ 1.799,07 para o impulsionamento nas redes sociais. Em 2018, foram produzidos e publicados 347 posts no Facebook (cards, vídeos ou gifs), e 286 posts no Instagram, sem contar os inúmeros Stories (que ficam disponíveis para visualização por um período de 24h). Além disso, o alcance médio, no Facebook, foi de 3 mil pessoas por publicação, chegando a ter posts que alcançaram sozinhos mais de 53 mil pessoas



23.630 seguidores

347 posts



6.828 seguidores



3.340 seguidores

286 posts + stories

Iniciativa: Atendimento aos cartórios eleitorais e unidades da Sede do Tribunal

Principais unidades impactadas: 98 cartórios eleitorais e unidades da Sede do TRESC

Sinopse: garantindo que todos os materiais gráficos (cartaz, banner, faixa, folder, etc) disponibilizados pela Justiça Eleitoral catarinense, seja no âmbito dos cartórios ou das unidades do Tribunal, observem um padrão de referência, em termos de identidade visual, a ASCOM atendeu, em 2018, aproximadamente 270 Breves, seja de produção de design gráfico, de conteúdo digital ou de faixas, banners e adesivos.

Iniciativa: Suporte Audiovisual

Principais unidades impactadas: Unidades do TRESC

Sinopse: a ASCOM apoiou, com o fornecimento de áudio e suporte, a realização de cerca de 63 cursos presenciais, reuniões e eventos ocorridos no TRESC e também prestou suporte para a realização de 130 Sessões Plenárias.

OUVIDORIA

Iniciativa: Celebração de termo de cooperação com Ministério Público de Santa Catarina (MPSC)

Principais unidades impactadas: Ouvidoria e público externo



Sinopse: Promover o intercâmbio de conhecimento técnico e administrativo, de informação, de dados e de boas práticas nas áreas de atendimento ao usuário de serviços públicos e de comunicação social, estabelecendo como unidades integradoras a Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina (ORESC) e a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) deste Tribunal e, por parte do MPSC, o Setor de Atendimento ao Cidadão (SEAC) e a Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO).

Iniciativa: Atendimento pelas Redes Sociais

Principais unidades impactadas: Ouvidoria, zonas eleitorais e público externo

Relevância/ganhos: Ciente da importância das redes sociais no contato da sociedade com esta Instituição, a Ouvidoria atua **em conjunto** com a Assessoria de Comunicação Social, respondendo de imediato a dúvidas postadas em quaisquer mídias sociais.

Iniciativa: Atendimento às demandas dos cidadãos.

Principais unidades impactadas: Ouvidoria, zonas eleitorais e público externo



Sinopse: No ano de 2018, 3.007 manifestações de cidadãos foram recebidas e tratadas pela Ouvidoria.

Iniciativa: Atuação no combate às *Fake News*

Principais unidades Impactadas: Ouvidoria, Secretaria de Administração e Orçamento e Secretaria de Gestão de Pessoas e zonas eleitorais.

Sinopse: Promover ações efetivas no combate às Fake News a respeito do mau funcionamento das Urnas Eletrônicas. Foram coletadas todas reclamações e denúncias registradas em atas de mesas receptoras de voto (MRV) ou perante a Ouvidoria e, a seguir, submetidas à análise técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação. Após, foi elaborada carta personalizada a cada eleitor esclarecendo a situação reportada, a qual foi distribuída no segundo turno da eleição, pelos mesários. Foram notificados 628 (seiscentos e vinte e oito) eleitores no primeiro turno e 307 (trezentos e sete) no segundo turno.

Iniciativa: Projeto Acessibilidade

Principais unidades impactadas: Ouvidoria, zonas eleitorais e público externo

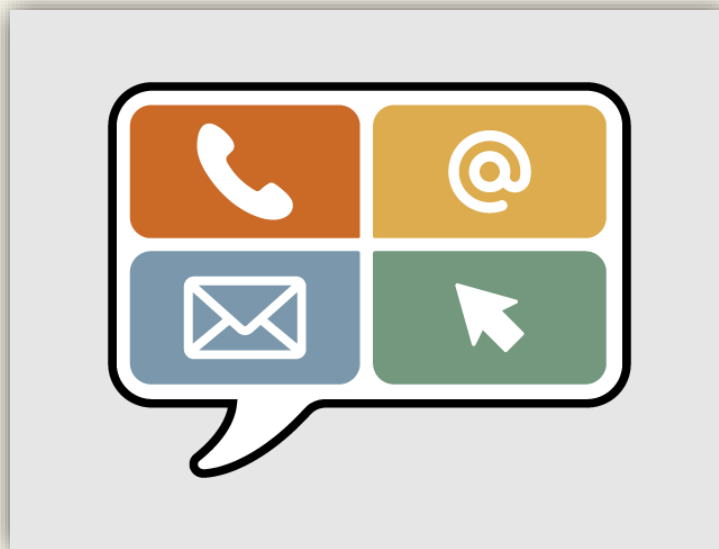
Sinopse: Em fase final de elaboração, o projeto, concebido pela Ouvidoria, tem como objetivo sensibilizar e capacitar os servidores para o tema e promover ações destinadas a melhorar o atendimento nos cartórios eleitorais e a acessibilidade nos locais de votação.



Iniciativa: Audiências Públicas

Principais unidades impactadas: Ouvidoria, zonas eleitorais e público externo

Sinopse: A Ouvidoria Iniciou roteiro de audiências públicas com o objetivo de aproximar o cidadão da Justiça Eleitoral, com foco especial nos municípios onde haverá revisão do eleitorado. Estão previstas quinze audiências em municípios polo, abrangendo cinquenta cidades.



AUDITORIA

Iniciativa: Acompanhamento da implementação de ações decorrentes de recomendações de auditoria



Principais unidades impactadas: Todas as unidades da sede do TRE-SC

Sinopse: A contínua realização de auditorias pela unidade responsável por esse aspecto do apoio à governança institucional é elemento essencial para a comprovação da conformidade do TRE-SC ao conjunto de normas que estabelecem os princípios e critérios para sua atuação. Dessas auditorias frequentemente resultam recomendações que, quando acolhidas pela Administração, implementam ajustes e melhorias e demandam ações a serem consideradas juntamente ao rol de iniciativas priorizadas. Ao transferir à Assessoria de Planejamento o acompanhamento da implementação dessas ações pelas unidades técnicas, permitiu-se a adoção do mesmo conjunto de técnicas e ferramentas já adotados pelo Escritório de Projetos Estratégicos para finalidades análogas, ampliando assim a eficiência e o grau de *compliance* da Justiça Eleitoral em Santa Catarina.



Iniciativa: Correições e Visitas Técnicas

Principais unidades impactadas: Corregedoria e zonas eleitorais.

Sinopse: Em 2018, foram realizadas correições ordinárias in loco em 12 (doze) zonas eleitorais: 3ªZE - Blumenau; 9ªZE - Concórdia; 15ªZE - Indaial; 22ªZE - Mafra; 26ªZE - Rio do Sul; 36ª ZE - Videira; 42ªZE - Turvo; 54ªZE - Sombrio; 73ªZE - Imbituba; 88ªZE - Blumenau; 90ªZE - Concórdia; 102ªZE - Rio do Sul, permitindo a identificação de problemas e também a devida adequação dos trabalhos às regras e orientações cartorárias.



Iniciativa: Contas do Tribunal

Principais unidades impactadas: Presidência, SCIA e demais unidades da Administração.

Sinopse: No exercício de 2017, por força da Decisão Normativa TCU n. 163/2017, o TRESP foi relacionado dentre as unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2017 julgadas pelo TCU. A SCIA elaborou as peças de sua responsabilidade segundo regulamentação do TCU, abrangendo o Relatório de Auditoria de Gestão, Pronunciamento do Dirigente do Controle Interno e o Certificado de Auditoria. As peças obrigatórias foram encaminhadas a tempo e modo à Corte de Contas, sendo que o respectivo procedimento constituído tramita sob o número 031.746/2018-7, tendo por relator o Ministro Raimundo Carreiro. Atualmente o processo encontra-se desde 29/3/2019 na Secex Administração, em tramitação. Conforme a Decisão Normativa TCU n. 170/2018, este Tribunal deverá apresentar o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018 até 30.4.2019. Pela sistemática trazida pelas normas de regência dessa matéria, além da citada DN TCU n. 170/ 2018, Portaria TCU n. 369/2018, orientações disponibilizadas no Sistema e-Contas, bem como, na publicação editada pelo TCU denominada “Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado: Evolução da Prestação de Contas” (Cartilha), o Relatório de Gestão e as informações complementares devem ser apresentadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), até a data acima citada, exclusivamente por intermédio do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas). A SCIA procedeu ao exame preliminar do relatório de gestão, previsto na Portaria P n. 45/2019, em especial quanto à conformação dos dados às diretrizes normativas estabelecidas pela Corte de Contas da União. Encontra-se em fase de elaboração o parecer da unidade de auditoria interna sobre a prestação de contas, a ser apresentada, por meio do sistema e-Contas ao TCU, na mesma data de apresentação do relatório de gestão e demais documentos. A atividade atende à obrigação constitucional de controle e às determinações do Tribunal de Contas da União.



Iniciativa: Realização de auditorias

Principais unidades impactadas: Presidência, SCIA e unidades auditadas

Sinopse: No que se refere às auditorias, cumpre relatar, sinteticamente, aquelas em acompanhamento – com recomendações expedidas –, em execução e planejadas para ocorrer no exercício em curso, todas instauradas com vistas à boa execução das atividades de controle interno e ao adequado suporte à gestão. A atividade atende à obrigação constitucional de controle e às determinações do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça. Ao par das determinações dos órgãos de controle externo, contribui para o atingimento dos objetivos estratégicos traçados pela Alta Administração e pela correção de falhas eventualmente detectadas antecipadamente à ação do controle externo.

[1] **Objeto:** Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos, como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, ISO 27001, as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013, nº 198/2014 e nº 211/2015 e o perfil de governança de TI traçado pelo TCU. **Unidade Auditada:** Secretaria de Tecnologia da Informação. [2] **Objeto:** Avaliar a criação, manutenção, utilização e prazos de conservação dos documentos que são gerados e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos ligados à atividade-fim do Órgão, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos. [3] **Objeto:** Avaliar (a) a efetividade dos controles internos adotados no processo de gestão da força de trabalho como resposta aos riscos inerentes ao subprocesso de dimensionamento (quantitativo e qualitativo) da força de trabalho, considerando-se como força de trabalho o servidor efetivo, o removido, o sem vínculo e o requisitado; (b) analisar os riscos mais relevantes associados à ausência do processo. [4] **Objeto:** Avaliar (a) a efetividade dos controles internos adotados no processo de gestão da força de trabalho como resposta aos riscos inerentes ao subprocesso de dimensionamento (quantitativo e qualitativo) da força de trabalho, considerando-se como força de trabalho o servidor efetivo, o removido, o sem vínculo e o requisitado; (b) analisar os riscos mais relevantes associados à ausência do processo. [5] **Objeto:** Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos, como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, ISO 27001, as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013, nº 198/2014 e nº 211/2015 e o perfil de governança de TI traçado pelo TCU. **Unidade Auditada:** Secretaria de Tecnologia da Informação. [6] **Objeto:** Avaliação da regularidade dos Procedimentos de Pagamento de Serviços Terceirizados, onde há Centrais de Atendimento ao eleitor e Obras, aferindo o cumprimento das normas legais vigentes. [7] **Objeto:** Avaliação da regularidade das Demonstrações Financeiras no SIAFI, aferindo o cumprimento das normas contábeis vigentes.

AUDITORIAS		AUDITORIAS EM EXECUÇÃO/PLANEJADAS/2019
REALIZADAS EM 2018		
ESPÉCIE	EXERCÍCIO	
1) Auditoria Concomitante em procedimentos de: (a) aquisições de bens e contratações de serviços cujos valores sejam iguais ou superiores aos limites fixados para expedição de Nota Técnica; (b) dispensas e inexigibilidades de licitação cujos valores sejam superiores a R\$ 8.000,00, à exceção daqueles que versarem sobre contratações de treinamento e capacitação; (c) procedimentos de locação, independentemente do valor, especialmente no que pertine às recomendações do TCU expressas no Acórdão n. 7.622/2015- 2ª Câmara.	2018	1) Auditoria em Serviços Administrativos com enfoque na contratação de serviços terceirizados com mão de obra residente. Período de execução: 18/2 a 04/7/2019.

2) Auditoria para a Avaliação do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRES.		2) Auditoria concomitante em procedimentos de: (a) dispensas e inexigibilidades de licitação cujos valores sejam de acordo com o disposto no art. 23, I e II, à exceção daqueles que versarem sobre contratações de treinamento e capacitação; (b) licitações cujos valores sejam iguais ou superiores também aos limites fixados para expedição de Nota Técnica; (c) locação de imóveis, independentemente do valor da contratação. Período de execução: 08/01 a 13/12/2019.
		3) Inspeção sobre a regularidade/conclusão dos inventários mobiliários do TRES. Período de execução: 08/07 a 30/08/2019.
		4) Auditoria Integrada TSE – Avaliação da Gestão – Processo de Avaliação dos Indicadores Estratégicos, em conformidade com o Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo – 2018 a 2021. Período de execução: setembro a dezembro.

EM ACOMPANHAMENTO		
ESPÉCIE	EXERCÍCIO	
1) Tecnologia da Informação – Auditoria em Segurança da Informação: (Procedimentos de Segurança da Informação: Controles de Acesso Lógico e de Acesso Físico às instalações do CPD e Planos de Contingência)	2010	
OBSERVAÇÃO: Das contribuições trazidas pelas auditorias da área administrativa para a Administração do TRESP no ano de 2018, destaca-se a Auditoria para a Avaliação do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRESP[1], trabalho realizado sob a coordenação do CNJ. Resultou desse trabalho a orientação à Administração para implementar, tão logo seja possível, (1) ações que viabilizem a aplicação da política formal para a gestão de riscos de TI no TRESP e (2) um Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TI no TRESP.		

Auditoria Concomitante em Procedimentos em procedimentos de (a) aquisições de bens e contratações de serviços cujos valores sejam iguais ou superiores aos limites fixados para expedição de Nota Técnica; (b) dispensas e inexigibilidades de licitação cujos valores sejam superiores a R\$ 8.000,00, à exceção daqueles que versarem sobre contratações de treinamento e capacitação; (c) procedimentos de locação, independentemente do valor (Acórdão TCU n. 7.622/2015- 2ª Câmara):

Ano	Número total de procedimentos analisados	Volume de recursos analisados
2018	31	R\$ 15.194.111,41
2019	04	R\$ 9.915.715,00
		R\$ 25.109.826,41

PROCESSOS DE MAIOR VALOR/2018		
PAE	OBJETO	VALOR
1.537/2018	Inexigibilidade de Licitação 2018 (Energia Elétrica - Celesc)	R\$ 912.000,00
10.039/2018	Contratação de Operadora de Saúde para a prestação de serviço médico-hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento (plano de saúde) aos servidores do TRES	R\$ 2.631.448,18
PAE 14.525/2018	Eleições - Contratação dos TAVIS	R\$ 6.490.078,80
PAE 14.689/2018	Transporte de envelopes de segurança, urnas eletrônicas e cabinas.	R\$ 1.786.350,00
PROCESSOS DE MAIOR VALOR/2019		
PAE	OBJETO	VALOR
315/2019	Inexigibilidade de Licitação 2018 (Energia Elétrica - Celesc)	R\$ 1.152.000,00
3.231/2019	Serviços de agenciamento integrador de estágio	R\$ 1.610.770,00

AUDITORIAS		AUDITORIAS EM EXECUÇÃO/PLANEJADAS/2019
REALIZADAS EM 2018		
ESPÉCIE	EXERCÍCIO	
		1) Ação Coordenada de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ/2019[2] Gestão Documental: Período de execução: 01/02 a 29/03/2019.
1) Auditoria Concomitante em Procedimentos de Aposentadoria, Pensões e Abono de Permanência.	2018	2) Auditoria Concomitante em Procedimentos de Aposentadoria, Pensões e Abono de Permanência: Período de execução: 08/01 a 13/12/2019.
2) Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Processo Gestão de Força de Trabalho – Dimensionamento da Força de Trabalho – 2018[3]	2018	3) Auditoria de Pessoal em Aposentadoria e Pensões: Período de execução 15/05 a 11/10/2019.

EM ACOMPANHAMENTO	
ESPÉCIE	EXERCÍCIO
1) Governança Institucional	2017
2) Controles Internos em nível de Atividade – Processo de Pagamento – 2017	2017
3) Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral – Processo Gestão de Força de Trabalho – Dimensionamento da Força de Trabalho – 2018[4]	2018
OBSERVAÇÃO: Das contribuições trazidas pelas auditorias realizadas pela SAAGAAP para a Administração do TRESC no ano de 2018, destaca-se a Auditoria Integrada TSE – Servidores – Processo de Gestão da Força de Trabalho [5], trabalho realizado sob a coordenação do TSE, que resultou em recomendações tendentes a melhorar a governança de pessoas deste Tribunal.	

Auditoria Concomitante em Procedimentos de Aposentadoria, Pensões e Abono de Permanência:

Ano	Número total de procedimentos analisados
2018	12
2019	08

AUDITORIAS JÁ REALIZADAS, EM FASE DE ACOMPANHAMENTO	
ESPÉCIE	EXERCÍCIO
Segurança Institucional (Conforme acordado em reunião de acompanhamento realizada em 24.8.2018, entre a Direção-Geral e esta Unidade Técnica de Auditoria, está suspenso o monitoramento das presentes recomendações, a ser retomado a partir do ano de 2020.)	2016

AUDITORIAS		AUDITORIAS EM EXECUÇÃO/PLANEJADAS/2019
REALIZADAS EM 2018		
ESPÉCIE	EXERCÍCIO	
1) Auditoria Concomitante em Procedimentos de Pagamento de Serviços Terceirizados, onde há Centrais de Atendimento ao Eleitor e Obras[6].	2018	1) Auditoria Concomitante em Procedimentos de Pagamento de Serviços Terceirizados e Obras. Período de execução: 8/01 a 13/12/2019.
2) Auditoria Concomitante das Demonstrações Financeiras no SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.[7]		2) Ação Coordenada de Auditoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ/2019: Avaliação Contábil, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional. Período de execução: Períodos a serem fixados após o recebimento do material para a realização do trabalho.
		3) Auditoria em Restos a Pagar não Processados a Liquidar Período de execução: 1º/10 a 19/12/2019

Auditoria Concomitante em Procedimentos de Pagamento de Serviços Terceirizados, onde há Centrais de Atendimento ao Eleitor e Obras:

Ano	Número total de procedimentos analisados	Número de procedimentos com registros de Achados de Auditoria
2018	562	19
2019	94	02

Iniciativa: atividades de acompanhamento e avaliação da gestão das seções

Principais unidades impactadas: Presidência, SCIA e unidades auditadas

Sinopse: Análise de procedimentos de consultas sobre aplicação de legislação e demais assuntos submetidos pela Alta Administração

Área de Pessoal:

Ano	Número total de procedimentos analisados
2018	06
2019	00

Análise de atos de pessoal encaminhados ao TCU (e-Pessoal):

Ano	Número total de procedimentos analisados
2018	17
2019	08

Iniciativa: Inspeção Administrativa 2018

Sinopse: Com a finalidade de acompanhar providências registradas em auditorias já realizadas, foi autuada inspeção administrativa, da qual são objeto as seguintes auditorias:

AUDITORIA	EXERCÍCIO
1) Folha de Pagamento	2016
2) Concomitante – Aposentadoria, Pensão e Abono de Permanência	2017
3) Processo de Pagamento de Comissionamento e Substituições	2017
4) Inspeção Administrativa	2016
5) Controle Patrimonial e Controle de Estoque (Armazenagem e Distribuição)	2011
6) Patrimônio Imobiliário	2010/2011
7) Auditoria no Processo de Gestão de Armazenamento e Manutenção Preventiva das Urnas Eletrônicas	2018
8) Auditoria no Processo de Gestão de Suprimentos de Materiais Eleitorais	2017
9) Auditoria de Segurança Institucional	2016

Quanto à Inspeção Administrativa, suas conclusões foram encaminhadas à Presidência, relatando o cumprimento, acompanhamento residual de providências e/ou sua inserção em parâmetros para as auditorias ou inspeções futuras.

Iniciativa: Cumprimento de recomendações e de determinações do Tribunal de Contas da União

Principais unidades impactadas: Presidência, SCIA e demais unidades da Administração a quem as recomendações ou determinações houverem sido dirigidas.

Sinopse: Segundo o que dispõe o item “Outras informações relevantes”, do Anexo II, da Decisão Normativa TCU n. 170/2018, nele deve o gestor manifestar-se sobre outras “informações não relacionados com as demais seções do relatório e que seja de interesse dos dirigentes da unidade prestadora de contas divulgar em razão da relevância e da necessidade de accountability dos gestores, entre as quais como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados, bem como o tratamento de determinações e recomendações do TCU”. Na minuta do Relatório de Gestão do TRESA referente ao exercício de 2018, constam as seguintes informações, in litteris: Apontamentos do Órgãos de Controle Em 27.11.2018, foi recebido neste Tribunal o Ofício n. 5435/2018-TCU/Sefip, de 16.11.2018, do Tribunal de Contas da União (TCU), determinando o envio de informações de atos de aposentadoria e pensão ao TCU por meio do sistema e-Pessoal, tendo em vista que foram verificadas inconsistências em atos de pessoal encaminhados àquele órgão por meio do sistema Sisac — que se encontra desativado —, conforme relação de inconsistências encaminhadas no Anexo 1 do Ofício n. 5435/2018-TCU/Sefip, e que os atos devem ser submetidos ao TCU, livre das falhas detectadas, por meio do sistema e-Pessoal, no prazo de 90 dias. Nesse sentido, informa-se que a Seção de Legislação da Coordenadoria de Pagamento e de Legislação da Secretaria de Gestão de Pessoas realizou a inclusão dos dados e o encaminhamento dos atos, por meio do sistema e-Pessoal, à Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCIA) dentro do prazo determinado. Relativamente às providências determinadas no ofício em questão, dos nove atos encaminhados por meio de formulários do sistema de atos de pessoal (e-Pessoal) à Secretaria de Controle Interno e Auditoria para exame, três encontram-se em diligência, dentro do prazo para a adoção das medidas solicitadas ao gestor de pessoal, tendo sido os demais atos tempestivamente encaminhados ao TCU, após cumpridas as providências ao encargo desta unidade.

No curso das auditorias realizadas pela unidade no exercício de 2018, foram expedidas as seguintes recomendações, como conclusão da Auditoria Integrada TSE – Processo de Gestão da Força de Trabalho, atualmente em monitoramento: Recomendação à Administração para que apresente plano de ação contemplando as atividades e o cronograma necessários à formalização de critérios técnicos a serem utilizados na distribuição e movimentação de servidores da sede e dos cartórios eleitorais, englobando, se assim entender e na medida do que foi

exposto, os procedimentos informalmente já utilizados pela SGP para o gerenciamento dos claro de lotação dos cartórios eleitorais e o conjunto de processos previstos para a implantação do Modelo de Gestão por Competências. Recomendação à Administração para que seja incluída, dentre os procedimentos a serem realizados para a formalização de critérios técnicos a serem utilizados na distribuição e movimentação de servidores da sede e dos cartórios eleitorais, a elaboração de plano de sucessão e realocação de servidores considerando a capacitação e a transferência de conhecimentos, de forma a garantir a continuidade das atividades do Tribunal em face de suas competências legais, e o atendimento dos princípios da eficiência, indisponibilidade e continuidade do serviço público. Recomendação à Administração para que o mapeamento de competências críticas seja incluído no rol de procedimentos que deverão ser realizados para a formalização de critérios técnicos a serem utilizados na distribuição e movimentação de servidores da sede e dos cartórios eleitorais de forma a garantir a continuidade das atividades do Tribunal em face de suas competências legais e o atendimento dos princípios da eficiência, indisponibilidade e continuidade do serviço público. A atividade atende à obrigação constitucional de controle e às determinações do Tribunal de Contas da União.

Iniciativa: Elaboração do Plano Anual de Auditoria /exercício 2019 baseada em riscos

Sinopse: A partir do exercício de 2018 a elaboração do Plano Anual de Auditoria/exercício 2019 utilizou a metodologia baseada em riscos. Por essa metodologia, em suma, parte-se da elaboração de uma matriz de macroprocessos auditáveis, sendo esses os processos constantes no Planejamento Estratégico do TRESP. Os gestores são consultados para, com base em critérios técnicos e objetivos, avaliar quais os processos de trabalho devem ser priorizados no planejamento das atividades de auditoria. Do resultado dessa consulta avaliativa é elaborado o Plano Anual de Auditoria do exercício seguinte.

Iniciativa: Elaboração de dois novos indicadores estratégicos com medição a partir de 2018

Sinopse: indicadores de apoio vinculados ao objetivo estratégico OE8: Fortalecimento da Governança:

IA8.8 – Índice de satisfação com os trabalhos de auditoria.

IA8.9 – Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados.

Iniciativa: Exame de regularidade contábil das contas do Tribunal

Principais unidades impactadas: SCIA, SAO.

Sinopse: No decorrer do exercício de 2018, de acordo com a Resolução 7.827/2011, a unidade, exercendo as funções de órgão setorial contábil do Tribunal (UG 070094, Gestão 000001), executou as seguintes atribuições: conformidade contábil no exercício da fiscalização dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Tribunal, informando à unidade gestora executora eventuais restrições; validação dos registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI, em confronto com os documentos originários, solicitando os ajustes cabíveis; conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União – SIAFI e no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET; Conferência do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, elaborado pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, realizado quadrimestralmente; Conferência e análise de contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis do Tribunal.

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2019/2020

Iniciativa: Atualização da cadeia de valor



Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: A cadeia de valor é ferramenta fundamental do gerenciamento de processos de trabalho, pois expressa a relação entre processos de apoio, processos finalísticos e os produtos entregues aos clientes. Essencial a análises relacionadas à estrutura, à otimização e à alocação estratégica de recursos, a versão atual da cadeia de valor foi desenvolvida em 2015, e é baseada no conjunto de processos daquela ocasião. Com a agregação de novos serviços da Justiça Eleitoral (a exemplo do DNI e da auditoria de urnas no local de votação) e a modernização de suas ferramentas tecnológicas (incluindo a adoção do PJe), torna-se necessário atualizar o instrumento.

Iniciativa: Política de Gestão de Riscos



Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral de Santa Catarina

Sinopse: Trata-se de importante etapa para o estabelecimento do Sistema de Gestão de Riscos do Tribunal, a Política de Gestão de Riscos contemplará: conceitos utilizados, objetivo, princípios, diretrizes, estrutura e responsabilidades na gestão dos riscos considerando a metodologia e etapas recomendadas no Roteiro de Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos publicado pelo TCU e aderente a versão atualizada da norma ISO 31000:2018.

Iniciativa: Atualização dos critérios de identificação, priorização e seleção de Projetos Estratégicos

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral de Santa Catarina

Sinopse: Trata-se de aperfeiçoamento dos critérios de identificação, priorização e seleção de Projetos Estratégicos, considerando o aperfeiçoamento da metodologia utilizada pelo CPGE e também adequação aos critérios utilizados no anexo da Res. TRESC n. 7.995 que instituiu o Prêmio Conecta no âmbito deste Tribunal.

Iniciativa: Atualização da lista de iniciativas estratégicas do TRE-SC abrangendo a ampliação da vigência do ciclo estratégico até 2021

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral de Santa Catarina

Sinopse: Atualizar a lista de iniciativas estratégicas do TRESC, adequando o formato atualmente existente para possibilitar alinhamento em múltiplos objetivos institucionais, promovendo os ajustes identificados pelas unidades e considerando a ampliação da vigência do Planejamento Estratégico institucional em 1 ano.

Iniciativa: Atualização e formalização do Plano da Comunicação da Estratégia do TRESC

Principais unidades impactadas: Toda Justiça Eleitoral de Santa Catarina

Sinopse: Trata-se de atualização e formalização do Plano de Comunicação da Estratégia deste Tribunal, adequando aos novos canais de comunicação com o público interno e externo.

Iniciativa: *Dashboard* de acompanhamento estratégico das metas de cadastramento biométrico

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Após a aprovação das metas de cadastramento biométrico para o período 2019-2020 e a consequente intensificação do atendimento nas Zonas Eleitorais catarinense, uma variedade de dados objetivos com interesse estratégico passará a estar disponível e será incluída nos painéis de instrumentos digitais já disponíveis no Gabinete da Presidência, de modo a permitir o acompanhamento direto da evolução do projeto.

Iniciativa: Acompanhamento da conformidade aos quesitos do Selo Justiça em Números 2019

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: O regulamento e o conjunto de quesitos referentes ao Selo Justiça em Números 2019 estão em elaboração pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mas, com o fito de ampliar o grau de compliance do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina aos critérios de pontuação, a Administração definiu como iniciativa priorizada para 2019 o conjunto de medidas necessárias a desdobrar os quesitos da norma nacional na forma de ações a serem desempenhadas pelas Unidades, sob a coordenação do Juiz Gestor de Metas. O acompanhamento da execução das ações das unidades passará à responsabilidade da Assessoria de Planejamento, permitindo assim a aplicação dos mesmos métodos e ferramentas empregados no âmbito do Escritório de Projetos Estratégicos (EPE).

Iniciativa: Consulta interna (metas nacionais e específicas 2020)

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Aderindo ao processo participativo de definição de metas anuais e de metas específicas de cada segmento de Justiça, centralizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o TRE-SC realizará consulta ao público interno para coletar posicionamentos sobre as metas existentes e sugestões de novas metas, visando a repetir ou ampliar o desempenho do procedimento realizado no ano anterior, do qual resultou um conjunto de propostas de metas encaminhadas à etapa nacional centralizada pelo TSE, que realizou consulta à população em geral e, por fim, selecionou as metas específicas para a Justiça Eleitoral, comprometendo os magistrados e servidores com o seu significado institucional e ampliando a sua relevância para a sociedade.

Iniciativa: Revisão e atualização dos quesitos de correição in loco

Principais unidades impactadas: CRE e zonas eleitorais

Sinopse: Objetivando manter os quesitos de correição adequados com as orientações expedidas pela Corregedoria e pela CGE, bem como com a legislação em vigor, os referidos quesitos avaliados durante os trabalhos correccionais serão revistos e atualizados.

Iniciativa: Correições

Principais unidades impactadas: CRE e zonas eleitorais

Sinopse: A Corregedoria tem previsão de realização de quarenta correições em cartórios eleitorais com objetivo de aferir a regularidade dos trabalhos executados, promovendo os ajustes e correções necessários.

Iniciativa: Avaliação do planejamento estratégico institucional

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral de Santa Catarina

Sinopse: Na continuidade da política institucional de valorização do servidor (endomarketing) e de fortalecimento da governança corporativa, disponibilizar um formulário eletrônico que possibilite a avaliação do Planejamento Estratégico do Tribunal, promovendo a gestão participativa na formulação da estratégia e possibilitando a melhoria contínua da Instituição na prestação de serviços à Sociedade.

Iniciativa: Adequação técnico-normativa das normas administrativas do TRESC

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral de Santa Catarina

Sinopse: Auxiliar as unidades do TRESC na elaboração de normas administrativas. Revisar e padronizar propostas de normas novas ou alteradoras, para garantir a coerência das normas administrativas.

Parte III

Resultados da Gestão

Para o ciclo em vigência até 2021, o Tribunal identificou os problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos e estabeleceu indicadores como forma de monitoramento da evolução dos resultados, demonstrados na tabela a seguir:

Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE1 – Garantia dos direitos da cidadania	 Sociedade	O objetivo refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.	- Qualidade no atendimento ao cidadão prestado pela Justiça Eleitoral catarinense abaixo da expectativa da Instituição; - Falta de tempestividade das respostas nos contatos dirigidos à Ouvidoria e ao Serviço de Acesso à Informação; - Ausência ou insuficiência de ações que promovam a cidadania, que despertem a conscientização sobre a ética na política e a participação crítica e consciente; - Insuficiência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva e visual no sítio eletrônico do TRE-SC; - Desempenho insuficiente relacionado às metas estabelecidas no plano de logística sustentável; - Insuficiência de comunicação institucional com a sociedade; - Insuficiência de acessibilidade nos locais utilizados pela Justiça Eleitoral catarinense; - Baixa participação dos eleitores de Santa Catarina no processo eleitoral.	IE1 – Índice de garantia dos direitos da cidadania IA1.1 – Índice de qualidade no atendimento ao cidadão IA1.2 – Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo IA1.3 – Índice de ações de promoção da cidadania IA1.4 – Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC IA1.5 – Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo IA1.6 – Índice de desempenho do plano de logística sustentável IA1.7 – Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC IA1.8 – Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense IA1.9 – Índice de participação eleitoral
OE2 – Combate à corrupção e à improbidade administrativa	 Sociedade	Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.	- Falta de conscientização do eleitorado, candidatos e partidos políticos sobre práticas ilícitas nas campanhas eleitorais; - Monitoramento da execução do Plano anual de auditoria aprovado pela Administração; - Falta de celeridade no julgamento de processos que possam importar restrições à diplomação ou a perda do mandato eletivo; - Falta de probidade administrativa; - Participação dos eleitores de Santa Catarina no processo eleitoral; - Monitoramento de implementação das recomendações expedidas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TRE-SC.	IE2 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa IA2.1 - Índice de execução do plano anual de auditoria IA2.2 - Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades IA2.3 - Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário IA2.4 - Índice de julgamento de processos prioritários IA2.5 - Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno

Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	 Processos Internos	Está relacionado a iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.	- Número de eleitores cadastrados biometricamente abaixo da expectativa da instituição; - Reconhecimento biométrico do eleitor aquém da expectativa, denotando baixa qualidade na coleta da biometria dos eleitores; - Baixo interesse de entidades participantes das audiências públicas do processo eleitoral, denotando desinteresse e desconhecimento de etapas importantes no processo eleitoral; - Número de mesários voluntários e de convocações realizadas por meio do Portal do eleitor abaixo das expectativas da Instituição; - Número de correções e inspeções aquém das previstas para realização no exercício.	IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral IA3.1 - Índice de eleitores com cadastro biométrico IA3.2 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor IA3.6 - Quantitativo de correções e inspeções
OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	 Processos Internos	Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.	- Ausência de celeridade no julgamento dos processos judiciais; - Ausência de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral.	IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional IA4.1 - Índice de agilidade no julgamento de processos judiciais IA4.2 - Índice de congestionamento líquido IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral
OE5 – Aperfeiçoamento da gestão da informação	 Processos Internos	O objetivo refere-se ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação e gestão documental alinhadas às normativas legais e adequadas às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho.	- Falta de maturidade da Instituição na gestão documental e na classificação das informações; - Ausência de segurança da informação em nível adequado; - Falta de transparência à população das informações da Instituição nos canais adequados.	IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação IA5.1 - Índice de maturidade em gestão documental IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação IA5.3 - Índice de classificação documental IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense

Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	 Pessoas e Recursos	Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-SC. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.	- Baixo índice de governança e gestão de pessoas; - Clima Organizacional aquém das expectativas; - Ausência de aderência e execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento; - Baixo índice de proteção à saúde do servidor.	IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas IA6.1 - Índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas) IA6.2 - Índice do clima organizacional IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento IA6.5 - Índice de proteção à saúde do servidor
OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	 Pessoas e Recursos	Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.	- Falta de aderência da execução ao planejamento orçamentário; - Falta de execução do orçamento estratégico; - Economia com a realização dos pregões aquém das expectativas da Instituição.	IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária IA7.1 - Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário IA7.2 - Índice de execução do orçamento estratégico IA7.3 - Índice de economia com realização de pregões

Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE8 – Fortalecimento da governança	 Pessoas e Recursos	Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-SC, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.	- Nível de maturidade em governança e gestão no TRE-SC aquém das expectativas da Instituição; - Falta de implementação de iniciativas estratégicas; - Ausência de reuniões de análise da estratégia, denotando baixa gestão participativa; - Ausência de adequação ao planejamento de contratações e de agilidade nas modalidades de contratações; - Insuficiência de mapeamento dos processos de trabalho identificados na Cadeia de Valor; - Maturidade de gestão de riscos aquém das metas estabelecidas para Instituição; - Qualidade e satisfação com os trabalhos de auditoria interna aquém das expectativas estabelecidas pela Instituição; - Baixo índice de governança e gestão de contratações.	IE8 - Índice de fortalecimento da governança IA8.1 – Índice-Geral de Governança do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações IA8.7 - Índice de maturidade em gestão de riscos IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos da auditoria interna IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados IA8.10 - Índice de mapeamento de processos de trabalho identificados na cadeia de valor IA8.11 - Índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat)
OE9 – Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	 Pessoas e Recursos	Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.	- Nível de governança e gestão de TI aquém das expectativas da Instituição; - Baixo desempenho dos indicadores do Planejamento Estratégico de TIC; - Nível de conformidade na área de Tecnologia da Informação aquém das expectativas estabelecidas pela Instituição.	IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação IA9.1 - Índice de governança e gestão de TI (iGovTI) IA9.2 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC IA9.3 - Índice de conformidade de TIC IA9.4 - Índice de capacidade em gestão de TI (GestaoTI)

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Projeto Eleições 2018
- ✓ Disponibilizar serviço de atendimento ao eleitor;
- ✓ Realizar pesquisa de qualidade no atendimento ao cidadão
- ✓ Aprimorar a acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense
- ✓ Promover campanhas de conscientização para eleitores
- ✓ Disponibilizar o Guia do Eleitor
- ✓ Aperfeiçoar o serviço de Informação ao Cidadão

PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017



OE1 - GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA



ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 houve superação das metas estabelecidas para a tempestividade de respostas dirigidas à Ouvidoria e ao SIC, também nas ações de promoção da cidadania. Quanto à acessibilidade na Justiça Eleitoral de Santa Catarina alcançamos a meta definida para o exercício. O resultado que mais contribuiu para não alcançarmos a meta estabelecida para o objetivo estratégico refere-se ao corte orçamentário do contrato da empresa de clipagem, com forte impacto na medição do índice de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC e que merecerá adoção de medida de melhoria para o próximo exercício.

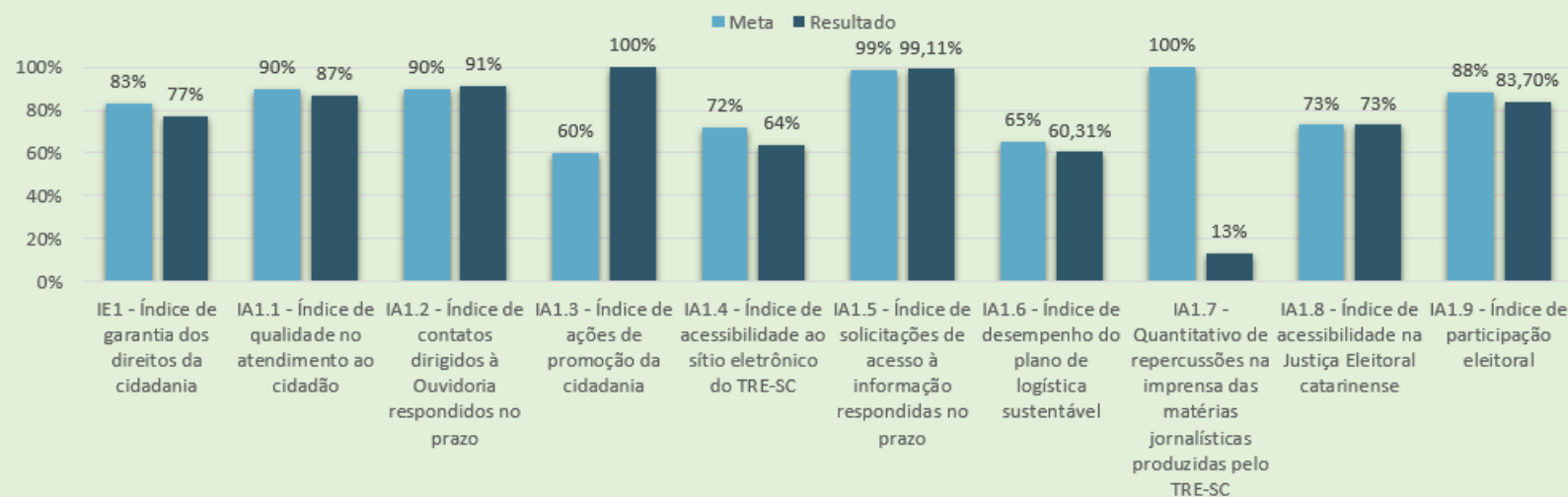
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Eleições 2018 realizadas
- ✓ Disque-Eleitor disponibilizado
- ✓ Pesquisa de qualidade no atendimento ao cidadão realizada
- ✓ Guia do Eleitor disponibilizado

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Planejamento das Eleições 2020
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Aprimorar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Implantação do Documento Nacional de Identidade
- ✓ Atualização da Cadeia de Valor do TRE-SC

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Conscientizar o eleitorado, candidatos e partidos políticos sobre práticas ilícitas nas campanhas eleitorais
- ✓ Julgar com prioridade os processos judiciais que possam importar a não diplomação ou perda do mandato eletivo;
- ✓ Publicar o Plano Anual de Auditoria e o Planejamento de Auditoria de Longo Prazo
- ✓ Realizar as auditorias planejadas pelo Órgão de Controle Interno
- ✓ Implementar as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno

PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho insuficiente para implementar as recomendações de auditoria no prazo e em demanda crescente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017



OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 alcançamos a meta de execução do plano anual de auditoria e de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário, entretanto 3 índices contribuíram para não alcançarmos a meta estabelecida para o objetivo: IA2.2, IA2.4 e IA2.5 e os fatores decorreram da suspensão de implementação de recomendações de auditoria em razão de restrição orçamentária, o que impactou 5 recomendações de auditorias (IA2.5) e metas superestimadas para a primeira instância da Justiça Eleitoral referentes aos índices IA2.2 e IA2.4 e que merecerão adoção de medidas de melhoria para o próximo exercício.

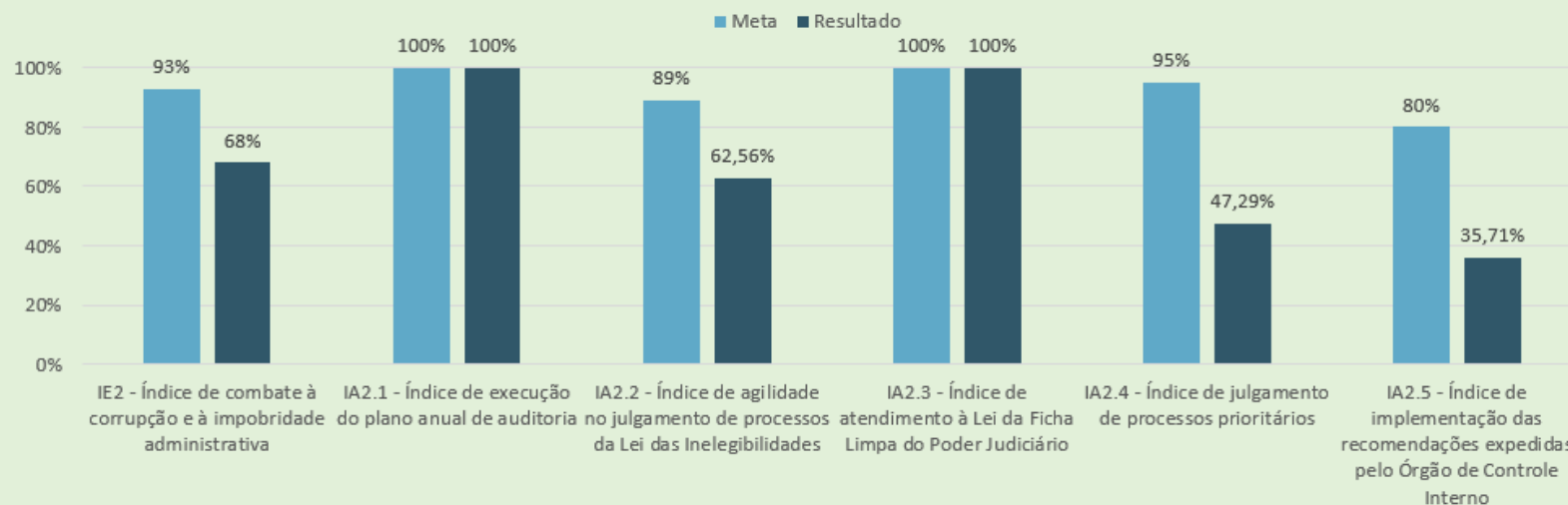
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Campanha: Eleição com participação é eleição sem corrupção
- ✓ Guia do Candidato disponibilizado
- ✓ Plano Anual de Auditoria e Planejamento de Auditoria de Longo Prazo publicados
- ✓ Realização das auditorias planejadas
- ✓ Implementação parcial de recomendações de auditoria

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Atualizar as campanhas de conscientização do eleitorado, candidatos e partidos políticos sobre práticas ilícitas nas campanhas eleitorais
- ✓ Implantar o Processo Judicial Eletrônico na primeira instância, promovendo a celeridade no julgamento de processos prioritários

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Aprimorar continuamente o processo eleitoral;
- ✓ Ampliar o número de eleitores cadastrados biometricamente em Santa Catarina
- ✓ Organização das Eleições 2018
- ✓ Divulgar a realização de procedimentos de auditoria do sistema eleitoral e das urnas eletrônicas
- ✓ Incentivar as entidades públicas e privadas a participar das audiências públicas envolvidas no processo eleitoral
- ✓ Fomentar a participação de mesários voluntários no processo eleitoral
- ✓ Promover a convocação de mesários através do Portal do Eleitor

PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Desconhecimento do eleitor sobre o funcionamento do processo eleitoral e da urna eletrônica gerando desconfiança e descrédito da Sociedade na Justiça Eleitoral



OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL



ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Os índices que contribuíram para o resultado positivo: IA3.1: superamos a meta de cadastramento biométrico de eleitores, IA3.3, alcançamos o quantitativo estabelecido como meta para as entidades participantes no processo eleitoral; IA3.4 e IA3.5: superamos o número de mesários voluntários convocados e de convocações realizadas através do Portal do Eleitor. Em relação ao IA3.3 o valor ficou levemente abaixo da meta principalmente em função da importação dos dados biométricos do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina (IGP) e por ser a primeira eleição em que todos municípios utilizaram a identificação biométrica. Nas próximas eleições as digitais importadas e não reconhecidas não farão parte do cadastro eleitoral fazendo com que o indicador convirja para o valor esperado.

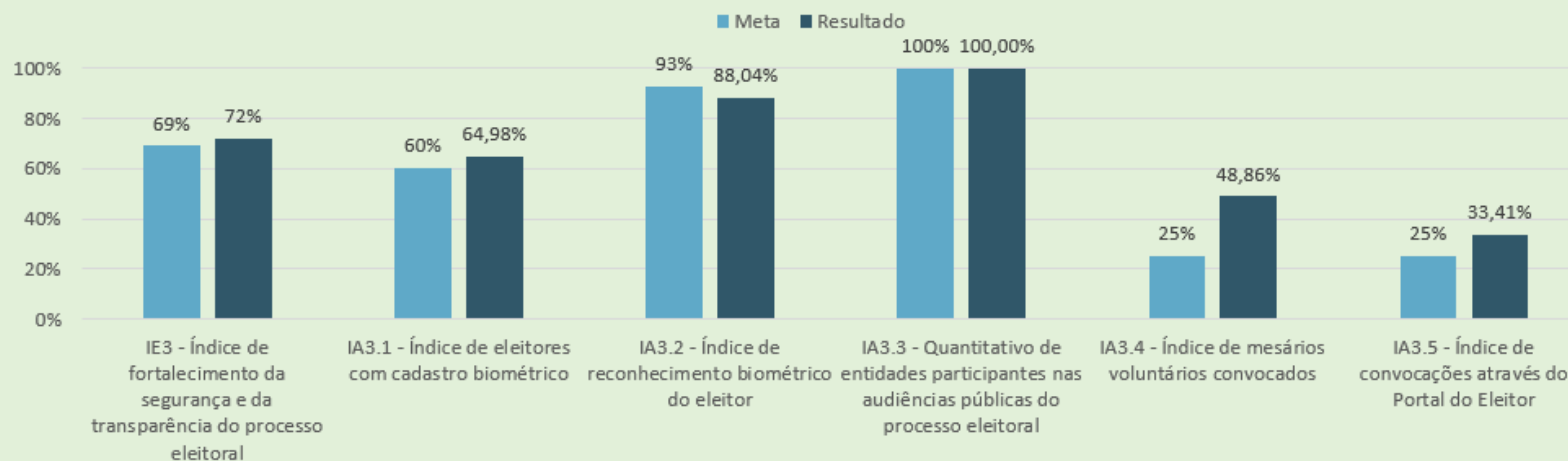
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Eleições 2018 realizadas e avaliadas;
- ✓ Expansão do número de eleitores cadastrados biometricamente;
- ✓ Auditorias do processo eleitoral realizadas e divulgadas
- ✓ Entidades incentivadas a participar das audiências públicas do processo eleitoral;
- ✓ Aumento da participação de mesários voluntários
- ✓ Aumento de mesários convocados através do Portal do Eleitor

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Implementar medidas para aprimoramento contínuo do processo eleitoral
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Promover campanhas sobre a segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica
- ✓ Aumentar a credibilidade da Justiça Eleitoral catarinense perante à Sociedade.

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Perseguir o alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e as específicas da Justiça Eleitoral aprovadas nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça
- ✓ Implantar o Processo Judicial eletrônico
- ✓ Julgar os processos judiciais e administrativos

PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Julgamento de processos de grande complexidade em prazos inviáveis de cumprimento da meta definida (3 meses para recursos e 6 meses para originários), especialmente em ano eleitoral
- ✓ Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017



OE4 – Celeridade e Produtividade NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL



ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o IA4.1 – índice que mede a agilidade de julgamento de processos judiciais. Entretanto, o resultado dos indicadores IA4.3, e IA4.3 ficaram aquém da meta, prejudicando o desempenho do objetivo estratégico no exercício e isso deveu-se ao acúmulo de processos em ano eleitoral (IA4.2). É importante destacar a necessidade de ser dado tratamento diferenciado quanto aos processos em trâmite em anos eleitorais e anos não eleitorais, haja vista o grande número de ações que entram no ano de eleição e ao IA4.3 – julgamento de processos de grande complexidade e em prazos inviáveis de cumprimento da meta definida. Esse resultado merecerá adoção de medidas de melhoria para aperfeiçoamento do resultado no próximo exercício.

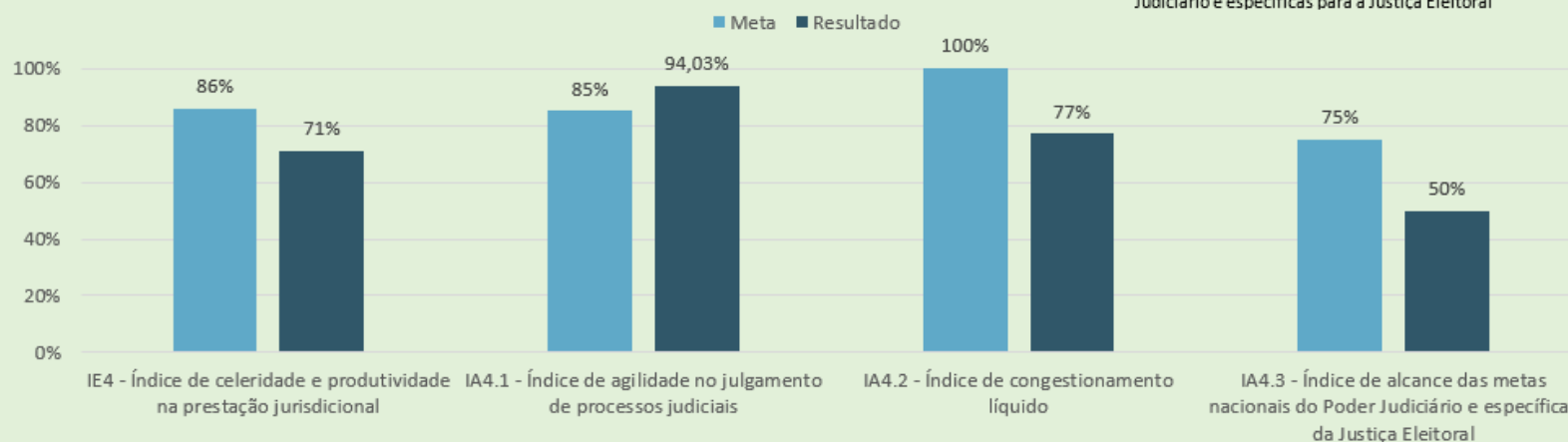
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Identificação clara dos processos mais antigos com foco na prioridade de tramitação e julgamento dos processos
- ✓ Monitoramento mensal, por meio de relatórios automatizados, da distribuição de feitos e julgamentos efetuados
- ✓ Cientificação, aos juízes, do resultado do monitoramento realizado

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar e incrementar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Implantar o Processo Judicial Eletrônico na primeira instância, promovendo a celeridade no julgamento dos processos judiciais e administrativos
- ✓ Aprimorar o glossário das metas específicas para a Justiça eleitoral
- ✓ Implementar requisitos para o Selo Justiça em Números e para atendimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e específicas para a Justiça Eleitoral

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Executar o Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral de Santa Catarina
- ✓ Executar a Política de Segurança da Informação
- ✓ Assegurar o direito fundamental de acesso à informação em conformidade com os princípios básicos da administração pública e legislação vigente;
- ✓ Implementar boas práticas em segurança da informação

PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017

OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO



ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 alcançamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Os índices que contribuíram para o resultado positivo no exercício IA5.1, IA5.2 e IA5.4, evoluímos na maturidade em gestão documental, na maturidade em segurança da informação e na transparência da Justiça Eleitoral catarinense. Em relação a classificação documental, medida pelo IA5.3, a meta não foi alcançada no exercício em razão de que apenas 130 (68,42%) das 190 unidades consultadas responderam ao levantamento de informações realizado, ou seja, para o cálculo, foi considerado que 60 unidades (31,58%) não realizaram a classificação documental, fato que deslocou o resultado obtido para baixo.

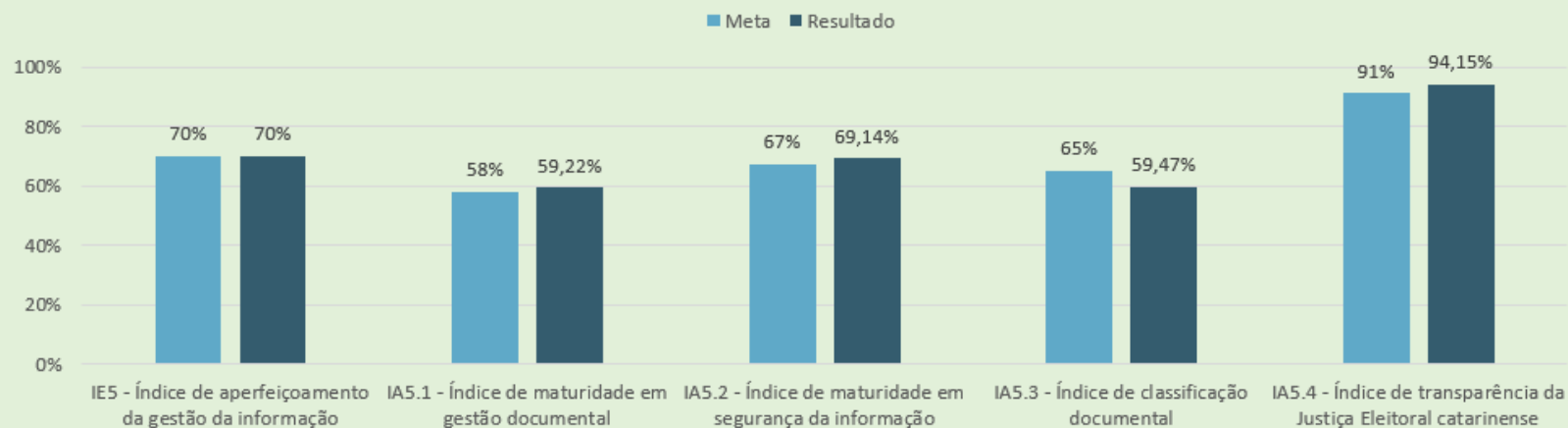
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Aprimoramento da gestão documental da Justiça Eleitoral catarinense
- ✓ Aprimoramento da segurança da informação;
- ✓ Melhoria na Transparência no sítio do Tribunal no índice que mescla questões dos questionários do TCU e CNJ.

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar e incrementar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Implementar requisitos para o Ranking da Transparência do Poder Judiciário

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Implementar boas práticas em governança e gestão de pessoas;
- ✓ Incrementar ações para desenvolver o Programa de Qualidade de Vida
- ✓ Implantar a Gestão por Competências
- ✓ Promover a capacitação contínua dos gestores e a formação de novos líderes



OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS



PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017

ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 superamos a meta para o IA6.1 - índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas) e alcançamos a meta estabelecida para o IA6.3 - índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento, apesar dos resultados positivos nesses índices, não conseguimos alcançar a meta estabelecida para o objetivo estratégico no exercício e isso deveu-se principalmente em razão do corte orçamentário para a realização de capacitação e também em razão da forma de elaboração do plano que comprometeu a meta, tornando-a inalcançável o que demandará ajustes para o próximo exercício. Foi suspensa a medição neste exercício do IA6.5, motivada pela necessidade de se manter uma reserva orçamentária para a alteração do contrato de plano de saúde dos servidores.

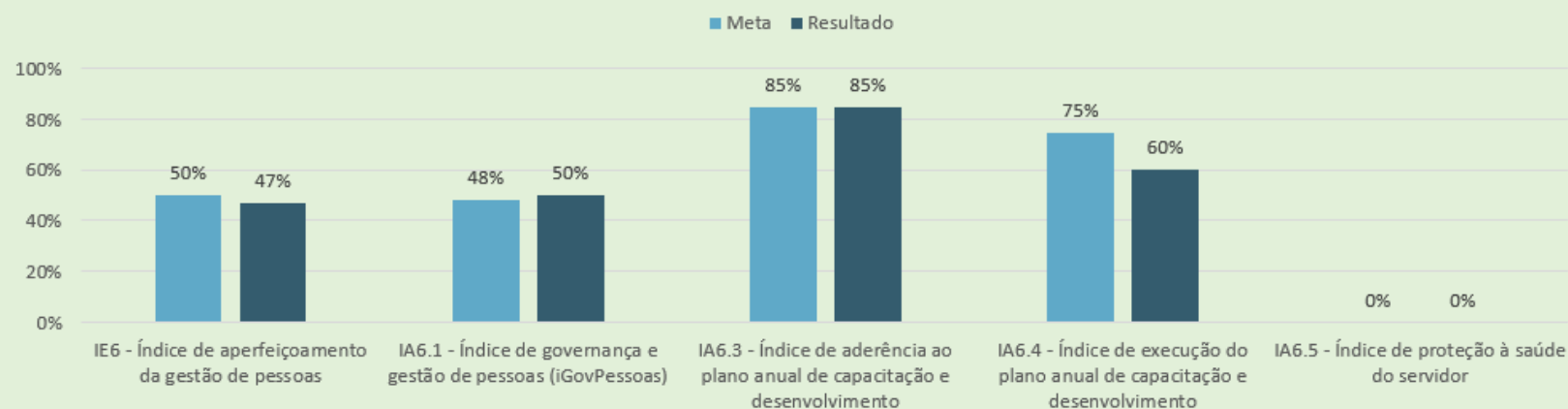
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Instituição do Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- ✓ Instituição do Programa Gestão por Competências;
- ✓ Realização das capacitações previstas no PACD

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar e incrementar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Evolução do Programa Gestão por competências no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense
- ✓ Execução do programa Desenvolve

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Aprimorar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos.
- ✓ Garantir a disponibilização de recursos orçamentários para iniciativas estratégicas, priorizando a sua aplicação para o cumprimento do planejamento estratégico do TRES



OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA



PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017

ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo os índices: IA7.2 – índice de execução do orçamento estratégico e o IA7.3 – índice de economia com a realização de pregões, incluído a partir deste exercício. Em relação ao índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário, neste exercício o planejamento orçamentário não correspondeu ao efetivamente executado em decorrência de variáveis externas não previstas. Dentre estas variáveis destaca-se o contingenciamento de crédito orçamentário no valor de R\$ 820.616,00 (oitocentos e vinte mil, seiscentos e dezesseis reais), sendo R\$ 730.616,00 (setecentos e trinta mil, seiscentos e dezesseis reais) no orçamento de custeios e R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento de investimentos e o pagamento de despesas com limpeza e conservação de imóveis, locação de imóveis e manutenção predial em valores acima do previsto o que demandou o remanejamento orçamentário de outros itens programados.

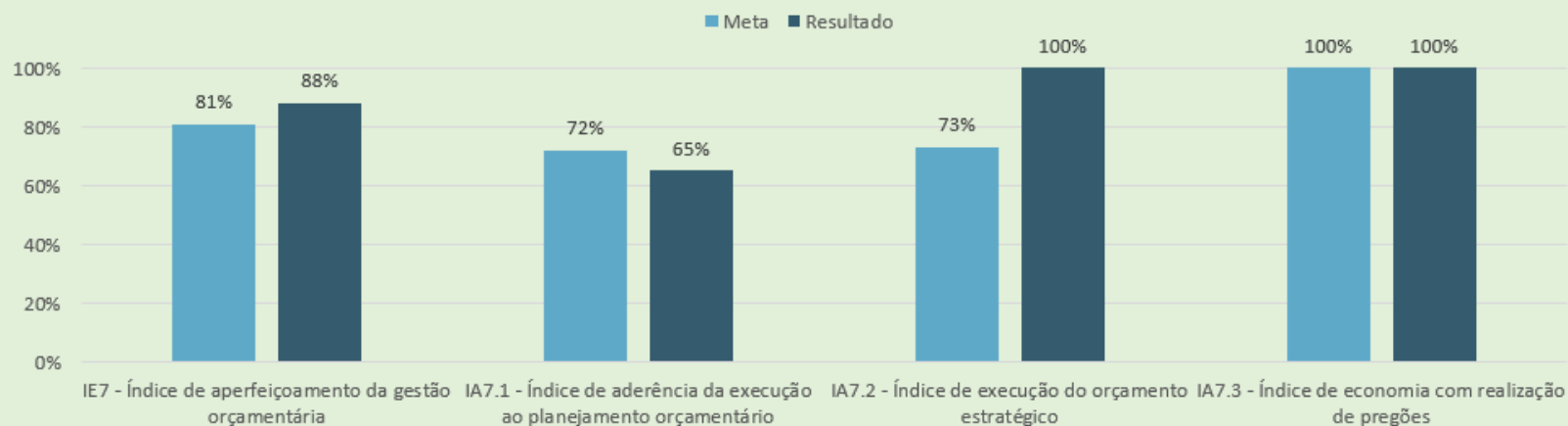
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Aumento da execução do orçamento estratégico
- ✓ Aumento da economia com realização de pregões

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar e incrementar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Implementar boas práticas em governança pública
- ✓ Aperfeiçoar a governança de aquisições e contratações
- ✓ Estabelecer e divulgar o sistema de governança da organização
- ✓ Instituir o Plano de Continuidade de Negócio
- ✓ Implantar processo para gestão dos riscos organizacionais

PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017



OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA



ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo a superação dos índices que medem a governança geral do TRE-SC, as iniciativas estratégicas implementadas, a adequação ao planejamento das contratações, a agilidade nas modalidades de contratações, a maturidade em gestão de riscos, a satisfação e qualidade com os trabalhos realizados pela auditoria interna, o mapeamento de processos de trabalho e o planejamento e gestão de contratações. Em relação ao IA8.5, apesar do não atingimento da meta verifica-se uma considerável melhora no desempenho em relação ao exercício 2017, resultado do processo de aprendizado relativo às práticas estabelecidas pela Portaria P n. 094/2017, que estabeleceu o processo formal de trabalho das contratações do TRESC, de modo que a expectativa é de que esse desempenho continue em ascensão nos próximos exercícios.

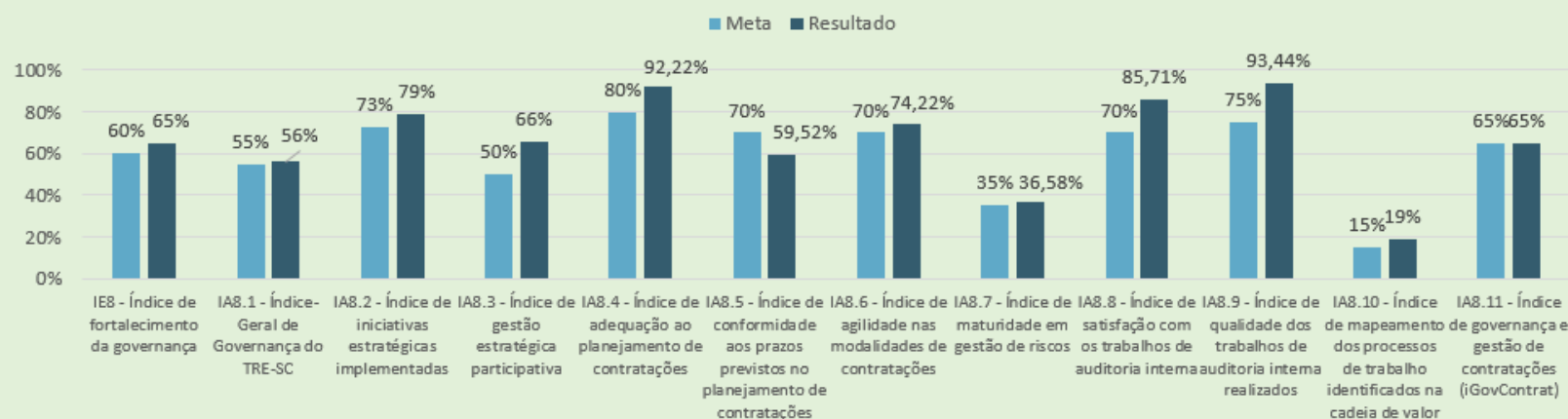
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Aperfeiçoamento da estratégia institucional, com ampliação do prazo de vigência em 1 ano (até 2021)
- ✓ estabelecimento de novo conjunto de indicadores e metas.
- ✓ Elevação do grau de maturidade em governança e gestão
- ✓ Inclusão do índice de maturidade em gestão de riscos;
- ✓ Estabelecimento do Sistema de Governança da Justiça Eleitoral catarinense;
- ✓ Inclusão do índice de mapeamento dos processos de trabalho identificados na Cadeia de Valor
- ✓ Inclusão do indicador de satisfação com os trabalhos de auditoria interna
- ✓ Inclusão do indicador de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar e incrementar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Implementar o processo formal de trabalho para gestão de contratos

INDICADORES



PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA O OBJETIVO NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Implementar boas práticas em governança e gestão de TIC;
- ✓ Monitorar o desempenho do planejamento estratégico de



OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- ✓ Força de trabalho insuficiente em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e de restrições orçamentárias
- ✓ Emenda Constitucional 95/2016
- ✓ Portaria TSE 671/2017

ANÁLISE DO RESULTADO

Em 2018 superamos a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Os índices que superaram as metas estabelecidas para o exercício e contribuíram para o resultado positivo: IA9.1 – índice de governança e gestão de TI (iGovTI), IA9.3 – índice de conformidade de TI e o IA9.4 – índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI). Em relação ao IA9.2 – índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC, ficou um pouco aquém da meta e isso ocorreu devido ao reflexo do índice de aderência do PACD às necessidades de TIC que não atingiu a meta estabelecida para este exercício.

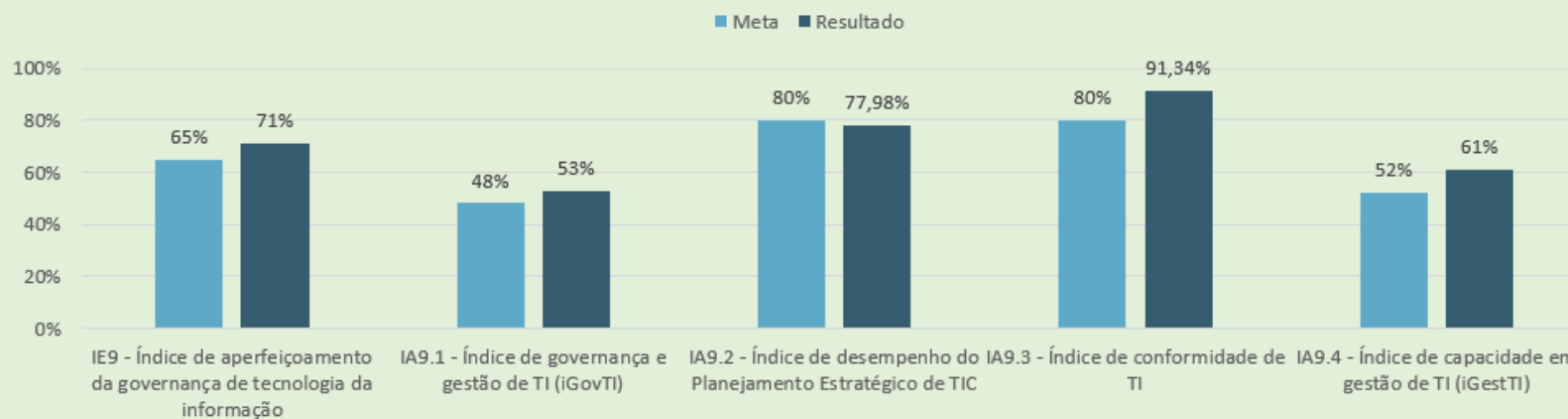
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO 2018

- ✓ Aumento do índice de governança e gestão de TI (iGovTI);
- ✓ Aumento do índice de conformidade de TI
- ✓ Inclusão do indicador Índice de conformidade de TI
- ✓ Inclusão do indicador Índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI)

PERSPECTIVAS FUTURAS

- ✓ Aprimorar e incrementar as iniciativas estratégicas para o objetivo
- ✓ Ajustar as metas do indicador estratégico e de apoio implementando eventuais medidas de melhoria identificadas pelas unidades
- ✓ Incentivo e reconhecimento aos servidores para apresentar ideias inovadoras alinhadas ao objetivo estratégico
- ✓ Ampliação da vigência do Planejamento Estratégico de TI (até 2021)
- ✓ Aprovação do Plano Diretor de TI - 2020

INDICADORES



As principais ações, projetos e programas relacionados aos objetivos estratégicos e que foram executados durante o exercício estão elencados na tabela a seguir:

Principais ações / programas / projetos	Relevância	Valores Aplicados	Resultados	Impactos
Eleições 2018	Cumprimento da missão institucional	R\$17.545.555,56 (orçamento executado com o Projeto Eleições 2018 disponibilizado pelo TSE)	O projeto Eleições 2018 envolveu as 98 Zonas Eleitorais que atendem os 295 municípios do Estado de Santa Catarina em 3708 locais de votação e 15.562 seções eleitorais. Houve acompanhamento estratégico da execução do Projeto com 1304 atividades mapeadas para a Sede do Tribunal e 236 atividades para cada Zona Eleitoral. Estavam aptos para o exercício do direito de votar na Eleição Federal 5.073.479 eleitores e para a Eleição Estadual 5.068.421 eleitores. Cargos/ vagas em disputa: Presidente: 1 vaga Candidatos: 11 Candidatas: 2 Governador: 1 vaga Candidatos: 7 Candidatas: 1 Senador: Vagas: 2 Candidatos: 11 Candidatas: 3 Deputado Federal: 16 vagas Candidatos: 160 Candidatas: 75 Deputado Estadual: 40 vagas Candidatos: 296 Candidatas: 139	Impacta toda a Cadeia de Valor, especialmente os macroprocessos finalísticos da Instituição: Prestação Jurisdicional, Organização de Eleições, Conscientização Política e Educação e Cadastros e Gestão da Informação
Cadastramento biométrico	Aumento do número de eleitores que são identificados por meio de biometria, reduzindo a possibilidade de fraudes	R\$ 1.355.971,00 (orçamento fornecido pelo TSE)	Foram feitos 691.720 atendimentos com cadastramento biométrico.	Aumento na segurança do processo eleitoral e, futuramente, a possibilidade de integração de bases de dados com outros Órgãos Públicos.

Principais ações / programas / projetos	Relevância	Valores Aplicados	Resultados	Impactos
Campanha: Eleição com participação é eleição sem corrupção	O financiamento de campanhas eleitorais das eleições de 2018 representou o processo eleitoral com maior investimento de recursos públicos. Ao par do significativo aumento dos recursos do Fundo Partidário, foi introduzido o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a possibilidade de arrecadar recursos pelo financiamento coletivo. O alto volume de recursos envolvidos, principalmente públicos, demandou a ampla atuação da Justiça Eleitoral em favor da ética, da transparência e contra a corrupção no financiamento daquelas campanhas eleitorais.	R\$ 10.254,00 em produção de materiais gráficos da campanha. R\$ 55.869,78 com despesas de pessoal (pacotes de projetos gráficos e produção audiovisual, com gravação e edição)	10 mil pessoas foram atingidas. Foram desenvolvidas ações junto a todos os públicos direta ou indiretamente envolvidos no processo, desde as entidades organizadas da sociedade civil até os doadores e fornecedores de campanha. Foram incentivadas a adoção de políticas próprias pelas entidades parceiras; foram amplamente divulgados os instrumentos de transparência do financiamento de campanhas e os mecanismos próprios a eventuais denúncias de irregularidades; foi promovida a disseminação de informações em todo o Estado; foi ampliada a base de dados de notas fiscais eletrônicas obtidas junto às fazendas públicas, permitindo aferição mais ampla dos gastos declarados; foram elaboradas e disseminadas orientações técnicas a doadores e fornecedores de campanha eleitoral, promovendo a adoção de práticas corretas e transparentes.	Mobilizou amplamente entidades da sociedade civil, doadores e fornecedores de campanha, partidos políticos e cidadãos, buscando realizar uma eleição com mais ética e transparência no financiamento de campanhas eleitorais.
Celeridade nos processos de cassação.	Média. Considerando a necessidade de acompanhamento de processos judiciais prioritários, foi implementada ferramenta para possibilitar a extração de dados diretamente dos bancos de dados do PJe.	Inovação (busca por nova ferramenta que permitisse extrair dados de banco de dados) e transparência (garantia de acesso a informações processuais).	Foi implementada ferramenta gratuita para acesso direto ao banco de dados do Pje deste Tribunal, a qual possibilitou gerar relatórios de acompanhamento imediatos, conforme a necessidade – iniciativa rara inclusive entre os demais regionais.	Possibilidade de acompanhamento próximo e imediato dos processos judiciais eletrônicos prioritários, por meio de sistema informatizado.

Principais ações / programas / projetos	Relevância	Valores Aplicados	Resultados	Impactos
PJe – implantação de sistemas periféricos	Alta. Considerando a implantação do Pje no Tribunal, a proximidade do período eleitoral exigiu a avaliação/instalação de dois sistemas periféricos fundamentais ao processamento: o Diário da Justiça Eletrônico (TSE) e o Mural Eletrônico (TSE), ambos necessários em razão da tramitação eletrônica de processos e da incompatibilidade dos sistemas atuais utilizados no TRESA com o Pje.	Transparência (garantia de acesso às informações processuais), flexibilidade (descontinuidade de sistema próprio e migração para um sistema nacional) e integração (adoção de sistema nacional).	Após estudos, foi implantado o Mural Eletrônico (TSE) e foi suspensa a implantação do DJE (TSE). A suspensão do DJE decorreu da análise da situação operacional, visto que há sinalização de aquisição de outro DJE pelo TSE e a implantação da versão atual, neste momento, exigiria treinamento de todas as zonas eleitorais do Estado, o que teria que ser repetido quando fosse implantada a nova versão.	A instalação do Mural Eletrônico (TSE) diminuiu muito a necessidade de operação de sistemas diversos (com digitação manual ou por cópia), permitindo, ainda, que o Pje realizasse controle automático de prazos e registros. Com isso, foi possível diminuir a força-tarefa necessária à Eleição. A própria decisão de não implantar o DJE (TSE), apesar de exigir retrabalho de um setor, diminui a demanda por realização de treinamento específico e atualização de plataforma em ano eleitoral, contribuindo indiretamente para a realização da Eleição.
Aprimoramento do planejamento orçamentário	O objetivo em questão reveste-se de fundamental relevância para a estratégia do TRESA, na medida em que o orçamento é fundamental para a viabilização das iniciativas estratégicas do Órgão. No cenário atual, de fortes restrições orçamentárias, o aprimoramento do planejamento orçamentário adquire importância ainda maior, no sentido de orientar a correta alocação dos recursos e, consequentemente, a qualidade do gasto público.	R\$ 48.755.330,50 (Custeio, incluindo Pleitos Eleitorais, e Investimentos)	Constata-se que o objetivo vem sendo atingido, na medida em que a meta estabelecida (80%) para o indicador respectivo foi superada em 10%, atingindo o resultado de 88%. Além disso, constatou-se evolução no Levantamento de Governança realizado pelo TCU em 2018, nos índices específicos relacionados à Governança de Contratações.	O impacto do aperfeiçoamento da gestão orçamentária nos resultados da gestão é positivo, na medida em que ameniza as dificuldades geradas pelas restrições atualmente em vigor, bem como pelos cortes e contingenciamentos orçamentários.

Principais ações / programas / projetos	Relevância	Valores Aplicados	Resultados	Impactos
Auditorias do Processo Eleitoral	As auditorias do processo eleitoral são eventos realizados no mesmo dia das eleições, com o objetivo de demonstrar o funcionamento e a segurança das urnas eletrônicas. Nas Eleições 2018, a Resolução TSE n. 23.550/2017 normatizou as auditorias a serem realizadas, por amostragem, por todos os TREs, quais sejam: I – em ambiente controlado, a <u>auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso</u> (votação paralela) e II – nas seções eleitorais, <u>a verificação da autenticidade e integridade dos sistemas instalados</u> nas urnas. Essas duas auditorias assumem notável importância em tempos de disseminação de notícias falsas pelas redes sociais (<i>"fake news"</i>), pois são abertas ao acompanhamento do público em geral e contam com a participação de representantes de partidos políticos, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público, entre outras instituições. Para conhecimento de toda a sociedade catarinense, o TRESC informou, em edital nos Cartórios Eleitorais e mediante a divulgação no site, com mais de 20 dias de antecedência das eleições, o local onde seria realizada a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio da votação paralela. Ainda, com antecedência maior que 20 dias, expediu ofício aos partidos políticos, comunicando-os sobre o horário e o local onde seria realizado o sorteio das urnas que passariam pelas auditorias por meio da votação paralela e por meio da verificação da	Em Santa Catarina, os valores monetários aplicados na realização das auditorias do processo eleitoral foram relacionados a: - filmagem e transmissão da cerimônia de sorteio das urnas eletrônicas (Ues), no sábado, véspera do pleito, pela intranet e internet, pelo canalTRESC no YouTube; - filmagem, gravação e transmissão da auditoria das Ues por meio da votação paralela, no domingo da eleição, pela internet, via canalTRESC no YouTube; - aquisição de lanche para as crianças convidadas para participarem do preenchimento das cédulas de votação na cerimônia de sorteio das Ues (crianças do Centro Educacional Menino Jesus e filhos de servidores do TRESC). Nas Eleições 2018, não foi realizado processo licitatório para a contratação de equipe de filmagem (áudio e vídeo) para a votação paralela. Por orientação da Secretaria de Administração e Orçamento (SAO), foi utilizado o contrato vigente no TRESC, de responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM). Não foram computados valores monetários para locação de espaço físico para a realização da auditoria das urnas por meio da votação paralela, em virtude de parceria com o TCU para a cessão do espaço. Não foram computadas, ainda, quantidade de homens/hora de servidores envolvidos com os trabalhos de auditoria do processo eleitoral (servidores da Comissão de Auditoria; servidores de outras unidades do TRESC – ASCOM,	As auditorias do processo eleitoral tiveram resultados satisfatórios, tanto no primeiro, como no segundo turno das eleições: - I) as Ues auditadas quanto ao funcionamento sob condições normais de uso (votação paralela) apresentaram coincidência entre os resultados obtidos nos boletins de urna e os dos relatórios emitidos pelo sistema de apoio à votação – SAV. No caso em que ocorreram divergências (apenas uma urna no primeiro turno), as mesmas foram localizadas na filmagem com base no horário da votação e solucionadas; - II) as auditorias realizadas nas seções eleitorais, quanto à verificação da autenticidade e integridade dos sistemas instalados, tiveram pleno êxito nos dois turnos das Eleições 2018, e comprovaram a autenticidade e integridade dos sistemas eleitorais. Todo o processo de auditoria da votação paralela foi acompanhado por auditores externos, contratados pelo TSE. Os resultados das auditorias do processo eleitoral das Eleições 2018 estão disponíveis nas atas de encerramento dos trabalhos, rubricadas pela Comissão de Auditoria e pelos auditores externos, e encontram-se arquivadas Secretaria Judiciária do TRESC.	Embora os resultados das auditorias do processo eleitoral tenham sido exitosos, parecem não ter contribuído efetivamente para o aumento da confiabilidade do processo eleitoral junto à população em geral, que não participou ativamente das auditorias. Um inexpressivo número de eleitores compareceu ao TCU e às seções eleitorais e o número de acessos para o acompanhamento da auditoria pelo YouTube também foi pequeno (cerca de 300 acessos nos dois turnos). O impacto do processo de auditoria para os TREs é significativo, especialmente quando se considera o número de servidores dedicados à organização e preparação das auditorias e, ainda, à sua realização nos finais de semana das eleições. Especialmente em relação à nova auditoria para a verificação da autenticidade e integridade dos sistemas instalados, introduzida pela Res. TSE n. 23.550/2017, houve a necessidade de capacitação de servidores das Zes para a sua operacionalização que, em Santa Catarina, foi feita através de um EaD desenvolvido pela Comissão de Auditoria, em parceria com a ASCOM e a EJESC. Esta auditoria impactou os cartórios eleitorais pois agregou mais atividades a serem realizadas no período eleitoral e, principalmente, no domingo das eleições. Um impacto positivo no TRESC é a participação de crianças de 11 a 14 anos na cerimônia de sorteio das Ues, na véspera do pleito. Elas são recepcionadas com um café da manhã, assistem a uma

	autenticidade e integridade dos sistemas eleitorais instalados. No segundo turno das Eleições 2018, foram auditadas 5 urnas eletrônicas por meio da votação paralela (amostragem superior à requerida pela Res. TSE n. 23.550/2017). No primeiro e segundo turnos, as auditorias aconteceram no edifício que abriga o Tribunal de Contas da União – TCU, situado à Rua São Francisco, 234, no Centro da capital. O local foi aberto ao público, das 8 às 17 horas, e contava com total acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais. Houve transmissão simultânea dessa auditoria pelo YouTube, no canal TRESC. As auditorias para a verificação da autenticidade e integridade dos sistemas instalados nas urnas eletrônicas foram feitas em 8 (oito) seções eleitorais do interior do Estado, sorteadas no sábado, véspera do pleito. Essas auditorias ocorreram às 7 horas e foram realizadas por servidor da Justiça Eleitoral, acompanhado pelo Juiz Eleitoral, pelo representante do Ministério Público, além de outras instituições e do público presente nos locais.	STI, EJESC; horas de treinamento de servidores das Zonas Eleitorais; horas de deslocamento às seções eleitorais; etc.).		apresentação sobre as auditorias do processo eleitoral e participam do preenchimento das cédulas de papel que serão utilizadas nas urnas a serem auditadas. É uma experiência que tem grande significado, pois demonstra, pelo trabalho voluntário, o espírito participativo e o civismo das crianças.
--	---	--	--	---

Principais ações / programas / projetos	Relevância	Valores Aplicados	Resultados	Impactos
Campanha: O Voto é meu. Meu futuro. Minha escolha.	Engajou jovens eleitores no processo democrático, levando-os até as urnas para o exercício do voto. Além disso, esclareceu suas dúvidas sobre o processo eleitoral e buscou conscientizá-los da importância de buscar informações sobre os candidatos e o processo eleitoral em si.	R\$ 78.292,66 em pacotes de projetos gráficos e produção audiovisual, com gravação e edição	110 mil pessoas foram alcançadas pela campanha, proporcionando que 26.499 jovens menores de 18 anos fizessem a sua primeira inscrição eleitoral	A inovação da campanha não está só no incentivo de jovens eleitores a fazerem o título e participarem da eleição, mas sim em integrá-los na produção da própria campanha. Alunos de escolas públicas e particulares, além de filhos de servidores, foram os protagonistas dos vídeos, materiais gráficos, materiais para web e redes sociais, entre outros produzidos para a campanha. No dia da eleição, alguns jovens engajaram-se em trabalhos realizados pelas Unidades do TRE-SC, ampliando o conhecimento sobre as questões eleitorais
Pesquisa qualidade no atendimento ao Cidadão	Percepção da qualidade dos serviços	Não há custos específicos	Foram recebidos 354 formulários, perfazendo um percentual de 87% de aprovação dos serviços.	Permite identificar falhas na prestação dos serviços e sua correção.
Disque Eleitor	Melhoria na prestação de serviços ao eleitor	Teleatendimento: R\$ 45.868,17. Linha 0800: R\$ 53.710,37.	Atendimento de cerca de 15.260 ligações relacionadas ao primeiro turno e 3.767, ao segundo turno	Estabelecimento de canal direto de comunicação com eleitor, permitindo que usufrua dos serviços eleitorais e, exerça o voto com maior tranquilidade.
Implantação da Política de Segurança da Informação (PSI)	Observância das normas de segurança da informação estabelecidas para a Justiça Eleitoral. Adoção de boas práticas relacionadas à proteção da informação (NBR/ISO). Aperfeiçoamento de políticas e práticas para a efetiva gestão da informação.	Segurança, confidencialidade, integridade e disponibilidade. *Em se tratando de valor monetário, o custo foi apenas de homem/hora dos servidores envolvidos	Política de Segurança da Informação implantada. Acompanhamento dos indicadores - meta do IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação (67%) foi ultrapassada (69,14%). Designação de Gestor da Comissão de Segurança da Informação. Designação de Gestor de Segurança da Informação. Designação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR).	Repercussão direta no alcance do OE5 - Aperfeiçoamento da Gestão da Informação.

Principais ações / programas / projetos	Relevância	Valores Aplicados	Resultados	Impactos
Campanha: Mesário Universitário	Plano local de ações visando a construção e manutenção de parcerias estratégicas.	Envolver estudantes de cursos de graduação em projetos de cidadania, proporcionando a conversão de trabalhos prestados à justiça Eleitoral em horas de atividade acadêmica extracurricular.	Em 2018 foram trabalhados com 38 convênios firmados com Universidades da capital e do interior do Estado, multiplicando os benefícios do convênio para 41 municípios.	Mudança de postura dos Universitários, os quais passam a entender a dinâmica da Justiça Eleitoral e suas atividades.
Campanha: Mesário Voluntário	Fomentar a participação voluntária de auxiliares que atuam no dia da eleição e ampliar inscritos no portal do eleitor	Valores por mesário convocado: Pagamento de benefício de alimentação (R\$ 22,00 para almoço e 8,00 para o lanche Convocação: Serviço de entrega de convocação em área urbana R\$ 12,32 Serviço de entrega de convocação em área rural: R\$ 19,38 Portal do eleitor: sem custo.	48,86% foi o resultado alcançado no IA3.4 Índice de mesários voluntários convocados. 33,41% foi o resultado alcançado no IA3.5 – Índice de convocações através do Portal do Eleitor	Economia de recursos na convocação de mesários que se inscreveram como voluntários por meio do Portal do Eleitor Ampliação do número de mesários universitários cadastrados no Portal do Eleitor
Campanha: Mulheres na política: Elas podem. O país precisa.	Atividades educativas e formativas, relacionadas aos temas de Cidadania, com inclusão e multiplicação por parceiros.	Trata-se de uma campanha esclarecedora, de inclusão, pensada e gerada para ressaltar a grandiosidade das mulheres e a necessidade de que estas passem a integrar a engrenagem política de nosso País. A soma do orçamento aplicado a essa atividade foi de R\$ 5.000,00 para impressão das cartilhas desenvolvidas para a campanha.	Foram realizados 10 eventos, alcançando um público de 2.433 pessoas. Foram distribuídas cartilhas e material de apoio.	Reflexões e mudanças comportamentais, sob a ótica da importância de sua participação no processo eleitoral representativo.
Biometria – Integração dos dados	Alta	não houve valores aplicados	Foram importadas 345.830 biometrias do Instituto Geral de Perícias de SC.	A identificação biométrica de mais 345.830 eleitores nas Eleições 2018, o que contribuiu para maior segurança do processo eleitoral. Outro impacto é a redução de custos pois torna-se desnecessária a coleta biométrica desses eleitores.

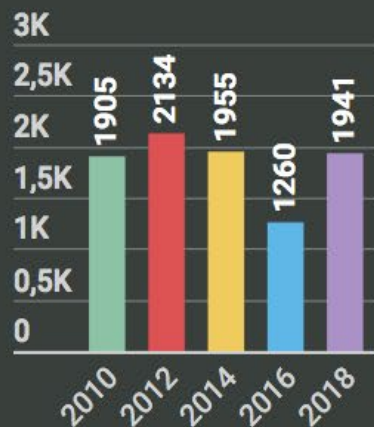
Parte IV

Prestação Jurisdiccional

iniciativas 2018/2019 para

desburocratização do Processo Judicial

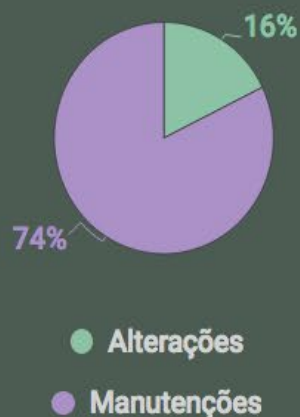
Distribuição processual



#1 PJe implantado

Ganhos: redução dos trabalhos mecânicos; redução de força-tarefa necessária; transparência da tramitação processual.

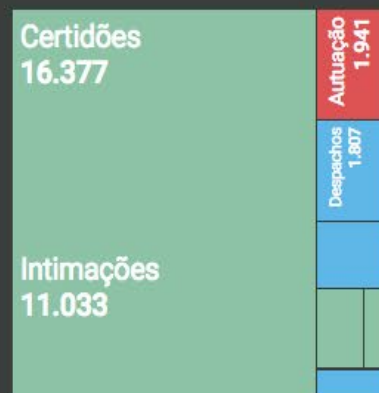
Dispositivos do RITRESC alterados



#2 RITRESC alterado

Ganhos: 82 dispositivos regimentais atualizados; adaptação ao CPC/2015; modernização de rotinas de trabalho; discussão especializada dos dispositivos alterados.

Atos processuais



#3 Tramitação ágil

Ganhos: redução do tempo de tramitação; julgamentos nos prazos legais.



Dados processuais 2018/2019

Total de atuações	1.941
Despachos	1.807
Decisões	1.172
Acórdãos	543
Total pronunciamentos judiciais	3.394
Atos relativos a citações	561
Atos relativos a intimações	11.033
Editais	863
Certidões	16.377
Total atos cartorários	28.834



cada processo

autuado* gerou



2,26 atos

do órgão judicial



19,05 atos

do cartório judicial

* estatística referente a processos já arquivados



134 sessões jurisdicionais



1715 decisões proferidas



543 acórdãos



22 resoluções



1941 processos eletrônicos



41 processos físicos

desburocratização do Processo Judicial



Ganhos diretos identificados



Registros Candidatos

Tempo médio julgamento : 27 dias

78% julgados em até 30 dias

100% julgados até a data da eleição



Representações

Tempo médio julgamento: 10 dias

63% julgados em até 10 dias

91% julgados em até 20 dias



RITRESC

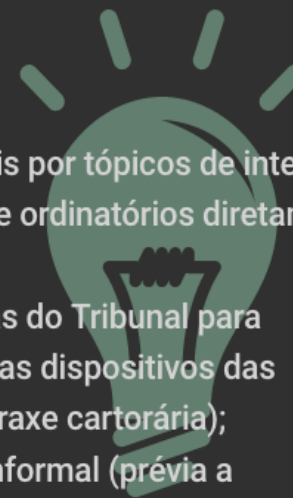
100% do Regimento
adequado ao CPC



FT Judicial

Redução da força-tarefa para
apenas 3 pessoas

Estratégias utilizadas



1. Discussão das alterações regimentais por tópicos de interesse;
2. Impulsionamento de atos meramente ordinatórios diretamente por servidores;
3. Não edição de resoluções específicas do Tribunal para tramitação processual (utilizando apenas dispositivos das resoluções do TSE, em conjunto com praxe cartorária);
4. Encaminhamento de comunicação informal (prévia a diligências) aos partidos e coligações sobre documentação faltante em RCand;
5. Julgamento monocrático de processos com baixa complexidade;
6. Utilização de força-tarefa mínima para os períodos de grande volume;
7. Inclusão de todas as classes processuais no PJe;
8. Diretriz de utilização de sistemas nacionais (sem necessidade de desenvolvimento local);
9. Utilização de base de treinamento local para o PJe;
10. Treinamento no PJe de acordo com a necessidade de cada setor, de forma escalonada;
11. Alocação de FC-1 temporárias para assessoria aos juízes auxiliares;
12. Reuniões setoriais com servidores para discussão sobre as resoluções TSE (bate-papo legal).

OUTRAS AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2018/2019

Iniciativa: Acompanhamento do trâmite processual nas zonas eleitorais

Principais unidades impactadas: Corregedoria e zonas eleitorais.

Sinopse: Com o objetivo de acompanhar a movimentação processual em 1º grau e assegurar a desejada celeridade e o cumprimento das Metas impostas pelo Conselho Nacional de Justiça, a Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais da Corregedoria analisou, durante o ano de 2018, cerca de dez mil processos que tramitaram nas zonas.

Dessa análise, resultou a expedição de trinta e três mensagens eletrônicas aos cartórios e solicitação de providências em seis oportunidades. Registre-se que o baixo número é resultado direto da atuação preventiva da Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais da Corregedoria, por meio da expedição de orientações aos cartórios eleitorais que se mantem atentos à importância da celeridade processual.

OUTRAS INICIATIVAS

Iniciativa: Exame de regularidade de contas partidárias

Principais unidades impactadas: SCIA, SJ, Tribunal pleno, partidos políticos, advogados e respectivos contadores.

Sinopse: Quanto às contas do exercício financeiro de 2016 dos órgãos estaduais dos partidos políticos, com o fim de subsidiar tecnicamente o julgamento realizado pelo Tribunal, foram elaborados 20 relatórios de exame para expedição de diligências, 21 pareceres conclusivos e 1 parecer pós-conclusivo. Em relação às contas do exercício financeiro de 2017, prestadas em 2018, foram realizados 29 exames preliminares e elaborados 14 relatórios de exame para expedição de diligências. Foram elaborados relatórios de exame e pareceres em 15 pedidos de regularização de contas anuais julgadas não prestadas apresentadas ao Tribunal. A orientação aos órgãos estaduais dos partidos políticos

sobre as normas e os sistemas relativos às prestações de contas anuais foi realizada por meio de reunião realizada em 18/04/2018 e da disponibilização de informações técnicas no site do Tribunal na internet, além do atendimento presencial. A orientação às zonas eleitorais quanto às normas e os sistemas relativos às contas partidárias anuais e quanto ao exame técnico das contas dos órgãos municipais dos partidos políticos foi realizada por meio da realização do curso EAD “Análise de prestação de contas anual” e da disponibilização na intranet do Tribunal de instruções e papéis de trabalho. Relevância/ganhos: A atividade atende à obrigação legal de exame de contas partidárias estabelecida na Constituição Federal e na Lei n. 9.096/1995, subsidiando tecnicamente o julgamento de mérito da corte sobre a regularidade de contas.

Iniciativa: Sistema Integra

Principais unidades impactadas: Secretaria da Corregedoria Eleitoral e Zonas Eleitorais

Sinopse: O sistema Integra, em operação há anos, também foi objeto de melhorias no exercício de 2018. Foram promovidas adequações necessárias para integração com os sistemas que provêem as informações intercambiadas do Tribunal de Justiça de Santa Catarina com intuito de aprimorar e agilizar o processo de tratamento dessas ocorrências aqui em nosso Regional. Como resultado desse convênio institucional para intercâmbio de informações, foram processadas 58.473 ocorrências de condenação criminal e 60.209 ocorrências de óbitos durante no exercício transato.

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2019/2020



Iniciativa: Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe no 1º grau

Sinopse: Por determinação do TSE, deverá ser implantado até dezembro de 2019, o PJe – processo judicial eletrônico. Em razão das suas competências, caberá à Corregedoria coordenar os trabalhos de treinamento, suporte e implantação.

Iniciativa: Aprimoramento da segurança da informação nos ativos da sala de sessões

Sinopse: Instituição da gestão de riscos com o objetivo de mitigar indisponibilidades associadas aos ativos de TI utilizados durante as sessões plenárias.



Iniciativa: Novas demandas jurisdicionais

Dimensionar equipamentos, pessoal e estrutura para absorver o processamento e julgamento de crimes eleitorais conexos a crimes de corrupção ativa e passiva, de evasão de divisas (Lei n. 7.492/1986), de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998), e os delitos praticados por organizações criminosas (Leis n. 12.850/2013), independentemente do caráter transnacional ou não das infrações, decorrentes da decisão proferida pelo STF no Inquérito n. 4435.

Iniciativa: Manual de Prática Cartorária

Sinopse: Revisão do Manual de Prática, a fim de que ele reflita os novos procedimentos a serem adotados pelos cartórios eleitorais, a partir da implantação do PJe.

Gestão Judiciária

alterações regimentais e/ou procedimentais



Uniformização da Jurisprudência

- Criação da Súmula do Tribunal
- Padronização do fluxo de decisões monocráticas
- Implantação de banco de precedentes

Manual do Acórdão

Racionalização da produção de acórdãos, com estabelecimento de fluxos procedimentais e padronização de forma e dispositivo das decisões plenárias e monocráticas



Reorganização da força de trabalho

Com a racionalização e a redução dos trabalhos mecânicos, fruto da implantação do PJe, é necessário redirecionar as equipes e especializar o trabalho para permitir maior celeridade na tramitação processual

Teletrabalho

Implantação de projeto-piloto na área judiciária com vistas a realizar atividades judiciais (assessoramento e processamento) remotamente, por meio da utilização do PJe e tecnologias afins



Implantação de sistemas

Implantação dos sistemas nacionais periféricos integrados ao PJe:

- SJUR/ITAR (jurisprudência e inteiro teor)
- DJE (diário da justiça eleitoral eletrônico)

GANHOS ALMEJADOS

(1) estabilização da jurisprudência; (2) redução do tempo de produção de decisões; (3) eliminação de trabalhos mecânicos; (4) racionalização do registro de decisões; (5) redução de custos; (6) aumento da qualidade do trabalho dos servidores; (7) flexibilização da jornada de trabalho; (8) aumento da produtividade.

Parte V

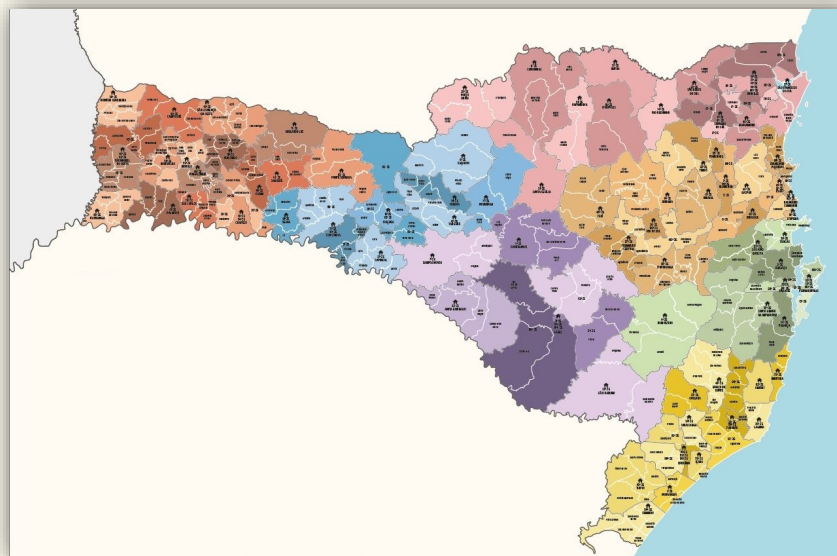
Organização de Eleições

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2018/2019

Iniciativa: Acompanhamento do Projeto Eleições 2018

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Fazendo uso de um conjunto de ferramentas tecnológicas e das melhores práticas em gerenciamento de projetos desenvolvidas pelo Project Management Institute (PMI), as estruturas de apoio à governança do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina se encarregaram de promover a comunicação interna sobre o calendário de atividades do projeto na sede e em cada uma das Zonas Eleitorais, resolvendo situações excepcionais e garantindo, a cada etapa, a sincronização de ações e a realização de todos os escopos do projeto.



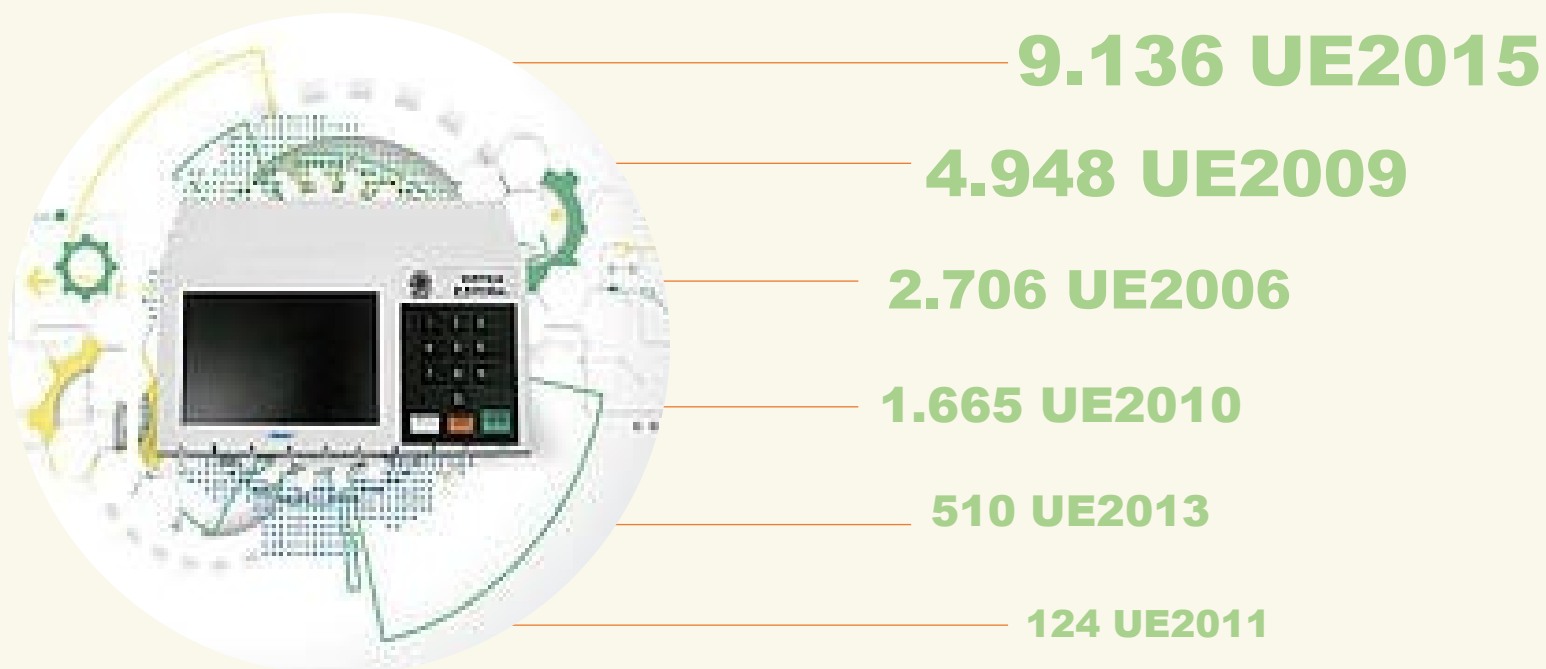
NÚMEROS DO PROJETO ELEIÇÕES 2018

1.424 Atividades para Sede

258 Atividades para cada Zona Eleitoral



MODELOS DE URNA ELETRÔNICA UTILIZADOS NO PROJETO ELEIÇÕES 2018



Iniciativa: Avaliação das Eleições 2018

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: Em um procedimento estruturado na forma de múltiplas etapas, a avaliação do Projeto Eleições teve início pela disponibilização, ao longo de todo o período eleitoral, de um formulário eletrônico no qual foram recebidas 784 manifestações de servidores das Zonas Eleitorais e da Sede. Esse conjunto de informações foi disponibilizado aos 40 grupos temáticos de servidores participantes da I Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense, que - após minudente análise interna, defendida em duas plenárias - as refinaram na forma de relatórios analíticos e de breves exposições que destacaram os 5 principais aspectos de cada tema analisado, com ênfase na identificação de oportunidades de melhoria. Esse conjunto de informações segue para o processo de inicialização do conteúdo do planejamento das Eleições 2020, no qual o Grupo de Trabalho para apoio às atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos das Eleições (GAPE) centralizará a análise (envolvendo unidades técnicas e servidores especialistas) da qual resultará a lista de melhorias a serem implementadas, bem como o rol de inovações que exigirão estudo aprofundado para posterior incorporação ao Projeto.

SISTEMAS, SITES E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA ELEITORAL

Iniciativa: Aprimoramento dos Sistemas de Apoio às Eleições

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: Realizada a avaliação das Eleições Gerais de 2018, obteve-se um rol de propostas de melhorias para os sistemas de apoio às eleições. Assim, pretende-se iniciar a manutenção evolutiva desses sistemas ainda neste ano.

Iniciativa: Projetos de Sistemas para Apoio às Eleições

Principais unidades impactadas: Coordenadoria de Eleições e Zonas Eleitorais

O TRESP conta com um rol de soluções tecnológicas voltadas para apoiar as equipes técnicas no planejamento, organização e execução de atividades eleitorais. Em cada pleito novas soluções são desenvolvidas e as soluções já adotadas em eleições anteriores são incrementadas com novas funcionalidades. Em 2018, as seguintes soluções foram objeto de desenvolvimento pela STI:

Sigma: Solução para gerenciamento dos locais estratégicos para as eleições, linhas telefônicas e distribuição de materiais eleitorais.

Sistema Rotas: Gerencia as rotas de distribuição e recolhimento de urnas e mídias de resultado, garantindo a segurança no processo de entregas desses equipamentos desde a saída do cartório eleitoral até o local de votação.

Auge: Apoia a entrega e o recebimento das mídias a serem veiculadas no horário eleitoral gratuito, garantindo a segurança necessária para esse processo de suporte à propaganda partidária.

QRUEL: Aplicativo Android desenvolvido para apoio à auditoria da carga das urnas, imprimindo maior celeridade e segurança ao processo, além de dispensar os controles realizados em papel em eleições passadas.

Diplomação de Eleitos: Processo automatizado que permitiu a elaboração, a conferência e a assinatura digital, pelo Presidente, de aproximadamente 500 diplomas em meio eletrônico. O TRESA foi o primeiro Tribunal a disponibilizar, na Internet, seus diplomas eleitorais, assinados digitalmente pela autoridade competente.

Integração com TRF4 para Emissão de Certidões para Fins Eleitorais: Para agilizar o processo de registro de candidaturas o TRESA firmou convênio com o TRF4 para emissão automatizada de certidões para fins eleitorais por aquele Tribunal Federal. Em 2018, foram emitidas 1.511 certidões por meio desse processo, importadas automaticamente no sistema de Candidaturas no TSE, sem a necessidade de intervenção humana ou necessidade do comparecimento do candidato a unidades da Justiça Federal.

Solução para Resposta aos Eleitores: Em decorrência do forte impacto que as *fake news* provocaram durante o processo eleitoral - tendo suscitado diversas dúvidas e causado a manifestação de vários eleitores quanto a problemas ocorridos durante a votação -, foi elaborado um complexo sistema para verificação estatística dos dados das seções eleitorais com intuito de respaldar as respostas para as manifestações recebidas dos eleitores. A partir dessa solução foi possível responder individualmente a 628 manifestações referentes ao primeiro turno e 307 manifestações do segundo.

Iniciativa: Suporte e atualização de sistemas eleitorais.

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

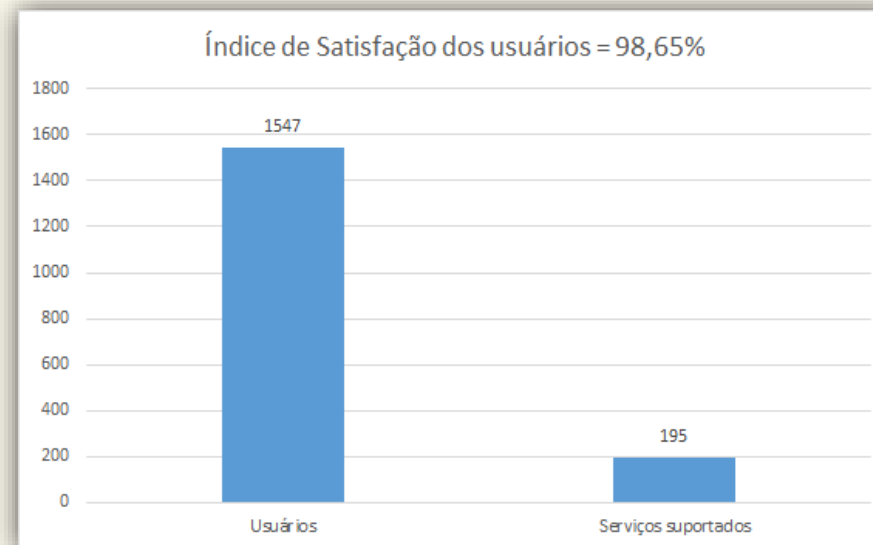
Sinopse: Prestação de suporte aos usuários, preparação de roteiros, testes em sistemas, necessários para a execução das eleições.

Relevância/ganhos: Reduzir o número de intercorrências em sistemas, dúvida de usuários, trazendo mais eficiência ao processo eleitoral.

Iniciativa: QrToth

Principais unidades impactadas: Coordenadoria de Eleições

A Secretaria de Tecnologia da Informação esteve à frente de um processo de inovação na apuração dos resultados das eleições na comunidade. O piloto foi executado nas últimas eleições da OAB, a qual envolveu 111 seções em vários municípios do Estado. A ideia foi utilizar-se da tecnologia QRCode para transmissão dos resultados logo após o encerramento da votação diretamente do local de votação, sem a necessidade de transporte físico da mídia de resultado. O QRCode é impresso junto com o Boletim de Urna, emitido após o encerramento da votação na seção eleitoral. Esse código gráfico possui todos os resultados daquela seção e é protegido por criptografia, o que assegura que somente pessoas autorizadas pela Justiça Eleitoral podem ter acesso a essas informações. Como fruto da aplicação dessa inovação, obteve-se os primeiros resultados das seções eleitorais a partir de 2 minutos do encerramento da votação. Concluiu-se, após a execução desta aplicação piloto, que tal modelo poderia ser utilizado institucionalmente nas eleições na comunidade e, outrossim, cogitar a viabilidade para adoção nas eleições oficiais pelo TSE.



Iniciativa: Sistema Justifica**Principais unidades impactadas: Secretaria da Corregedoria Eleitoral e Zonas Eleitorais**

O sistema Justifica foi concebido para permitir aos eleitores justificarem sua ausência às urnas, após o dia do pleito, via Internet, em um processo exclusivamente eletrônico e sem necessidade de deslocamento até o cartório eleitoral. A solução foi capitaneada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, sendo desenvolvida colaborativamente com os Regionais do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal para as Eleições Gerais de 2014, ocasião em que também foi adotada por outros Regionais. Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral instituiu o sistema Justifica como solução nacional, passando a ser adotado por toda Justiça Eleitoral, inclusive para os eleitores que emigraram e moram no exterior. Para viabilizar a solução para essa abrangência, foi necessário um trabalho exaustivo de nossa equipe técnica de Tecnologia da Informação, em conjunto com a equipe do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de prover a infraestrutura necessária para atendimento das justificativas dentro do prazo estabelecido por Lei. Como resultado dos trabalhos, foram recebidas aproximadamente 720 mil justificativas para o primeiro e segundo turno das Eleições Gerais de 2018, sendo também considerado como o projeto colaborativo de maior sucesso na Justiça Eleitoral. Tal iniciativa está prevista na iniciativa 31- IN31 - do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), instituído pela Portaria DG N. 56/2018.

Iniciativa: Gestão do Horário Eleitoral Gratuito**Principais unidades impactadas: Corregedoria, Secretaria de Tecnologia da Informação e público externo**

Sinopse: Para transmissão do Horário Eleitoral Gratuito, coube à Corregedoria a) realização de reuniões prévias com veículos de imprensa para alinhamento técnico; b) organização de roteiro; c) gestão do sistema Auge. A transmissão envolve o alinhamento entre todos os partidos e coligações concorrentes ao pleito, emissoras de tv e rádios aptas à geração dos programas e o cadastramento de todas as rádios.

Iniciativa: Gestão do Sistema Pardal

Unidades impactadas: CRE, zonas eleitorais e público externo

Sinopse: A Corregedoria promoveu a triagem das denúncias enviadas pelos eleitores, arquivando de imediato aquelas que não continham elementos mínimos ou já haviam sido processadas. Com essa iniciativa, evitou-se o acúmulo de mais uma atividade nos cartórios eleitorais, que somente receberam aquelas que efetivamente exigiam processamento. Foram analisadas 2.282 (duas mil, duzentas e oitenta e duas) denúncias.

Iniciativa: Evolução do Sistema Convoc

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

O sistema Convoc, desenvolvido como ferramenta essencial para convocação de auxiliares eleitorais, é um dos sistemas mais antigos em uso na Justiça Eleitoral catarinense. Cabe ressaltar que, nesses mais de 20 anos de utilização do sistema, em cada eleição uma série de inovações vêm sendo incorporadas ao sistema, de acordo com as percepções das Zonas

Eleitorais obtidas durante o processo de convocação em cada circunscrição. Nas Eleições Gerais de 2018 foram disponibilizadas diversas melhorias no sistema, dentre as quais se destacam: a) maior flexibilidade no agendamento das reuniões com mesários; b) Integração com o treinamento EaD do TSE para emissão de certidões de participação; c) Integração com os Correios para pagamento dos vale-postais para os convocados. Foram emitidas em torno de 77 mil convocações pelo sistema, sendo entregues por 3 maneiras distintas: Correios, Oficial de Justiça e Portal do Eleitor; e, dando sequência ao processo, foram gerados automaticamente o registro de comparecimento ou ausência à convocação nos respectivos cadastros na base nacional de eleitores, conforme exigido pela legislação vigente. Tal iniciativa está prevista na iniciativa 04- IN04 - do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), instituído pela Portaria DG N. 56/2018.

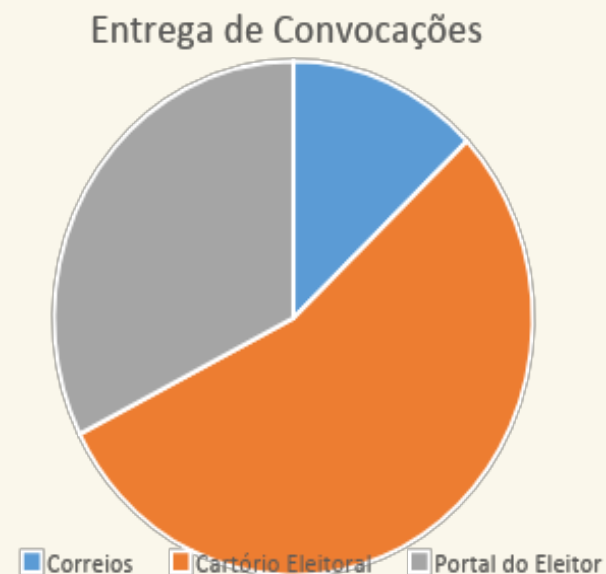


Iniciativa: Ampliação do uso do Portal do Eleitor para convocação

Principais unidades impactadas: Eleitores e Zonas Eleitorais



O Portal do Eleitor foi concebido para ser um canal de aproximação entre os eleitores e a Justiça Eleitoral catarinense, disponibilizando informações e serviços na Internet que possam facilitar o acesso do eleitor a essa Justiça especializada. Um dos primeiros serviços disponibilizados aos eleitores são correlatos à convocação de auxiliares eleitorais e emissão das respectivas certidões de desempenho desses serviços, quando efetivamente prestados. A possibilidade da convocação eletrônica via Internet, mediante a solução Portal do Eleitor, além de imprimir grande agilidade no processo de entrega e confirmação do recebimento da convocação, resulta também em grande economia financeira, tendo em vista que esse tipo de convocação não gera custos de entrega ao Tribunal, conforme apresentado abaixo.



Valor economizado com convocações via Portal do Eleitor: **R\$ 350.000,00**

Iniciativa: Relatório “Impedidos de Votar”

Unidades impactadas: CRE e zonas eleitorais

Sinopse: Por iniciativa da Corregedoria, foi concebido e implementado pelo Tribunal Superior Eleitoral, para todas as zonas eleitorais do Brasil, relatório inédito destinado a sistematizar as informações de eleitores incluídos no caderno de votação, mas que posteriormente sofreram impedimento ao voto (restrições aos direitos políticos, óbitos, transferência temporária da seção eleitoral). Com tal trabalho, os cartórios puderam operar de maneira mais sistemática as atualizações dos cadernos de votação com impedimentos ao voto. O trabalho foi premiado com a segunda colocação no Prêmio Conecta, categoria “processo”, segmento Sede do TRESC.

Iniciativa: Teste em Campo Regional dos sistemas Candidaturas e Propaganda Eleitoral (evento nacional)

Principais unidades impactadas: Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação

Sinopse: A realização do Teste em Campo Regional dos sistemas Candidaturas e Propaganda eleitoral - evento de abrangência nacional realizado neste Tribunal - visou oferecer ao Tribunal Superior Eleitoral as condições necessárias para a realização do evento em ambiente de TRE, para a apresentação e treinamento nos sistemas utilizados nas eleições. Em contrapartida, o TRESC pode garantir a participação de maior número de servidores/colaboradores no referido evento, já que deixou de incidir o pagamento de diárias e passagens, além de obter uma maior aproximação com as equipes técnicas do TSE.

Iniciativa: Preparação do ambiente e gerenciamento das atividades técnicas do sistema JE Connect.

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: Preparação de sistemas, validação de certificados de segurança, definição de critérios, elaboração de roteiros e orientações, bem como prestação de suporte à instalação de mais de 140 pontos de transmissão de dados instalados em locais de votação, tendo como principal ganho a agilização da entrega do resultado das eleições.

Iniciativa: Elaboração e publicação do “Manual de Propaganda Eleitoral” e da “Cartilha de Propaganda Eleitoral”

Unidades impactadas: CRE, zonas eleitorais e público externo

Sinopse: Foram disponibilizados novos Manuais de Propaganda Eleitoral e a Cartilha de Propaganda Eleitoral cuja finalidade foi tornar mais acessíveis, especialmente ao público externo, as normas que regulam o direito de propaganda, contribuindo para que a disputa eleitoral seja mais justa e equilibrada.

URNAS E INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ELEITORAL

Iniciativa: Atualização do parque de urnas

Principais unidades impactadas: Secretaria de Tecnologia da Informação, Zonas Eleitorais

Sinopse: Com o intento de atualizar o parque de urnas, ainda que parcialmente, foi apresentada proposta ao Tribunal Superior Eleitoral para a movimentação nacional das urnas eletrônicas, a partir da implementação de novo modelo baseado em dois níveis de contingência. A iniciativa levou em consideração que TREs com parque atualizado mantinham urnas de modelos novos destacadas para contingências, enquanto outros trabalhavam com modelos antigos utilizados em votação. A proposta de SC foi aceita e o TSE determinou e patrocinou o remanejamento nacional do parque de urnas. O modelo proposto foi integralmente aplicado em Santa Catarina nas eleições 2018, com sucesso, sendo que as urnas mais novas foram utilizadas para votação e as de modelo 2006 foram destinadas às contingências e às mesas receptoras de justificativa. Vale ressaltar que, de 2015 a 2018, obtivemos a substituição de 13.065 urnas modelo 2006 por urnas de modelos mais recentes. Ademais, com o remanejamento ocorrido em 2018, obtivemos o acréscimo de 1.089 unidades ao parque de SC, garantindo a quantidade suficiente para a realização das eleições 2018 com segurança e tranquilidade. A título de registro, cumpre informar o número total de urnas remanejadas no Brasil resultou em 39.093.

Iniciativa: Sistema para controle de endereçamento de urnas eletrônicas no depósito central

Principais unidades impactadas: Coordenadoria de Eleições

Sinopse: A partir da adoção do novo sistema para controle do armazenamento das urnas eletrônicas no depósito central foi aprimorado o gerenciamento desses ativos, na medida em que se implantou o registro individualizado da localização de cada equipamento.

ORGANIZAÇÃO, LOGÍSTICA, SERVIÇOS E AMBIENTES ELEITORAIS

Iniciativa: Agregação de Seções com análise individualizada por seção eleitoral

Principais unidades impactadas: Zonas eleitorais

Com o objetivo de definir o limite do número de eleitores por seção agregada, foi promovido estudo individualizado dos tempos médios de votação em cada seção. Assim, procurou-se minimizar o risco de ocorrência de filas durante a realização da votação, já que, em virtude das restrições orçamentárias, não houve viabilidade para a ampliação dos números de urnas eletrônicas ou para a instalação de novas seções eleitorais. Com efeito, nesse contexto, mostrou-se necessário criar-se mecanismos de contenção de gastos, sem prejuízo do nível de qualidade e conforto para o exercício do voto

Iniciativa: Preparação da infraestrutura de ambientes internos.

Principais unidades impactadas: Sede

Sinopse: Preparação de ambientes necessários ao desenvolvimento das eleições (teste em campo sistema de candidaturas, ambiente da votação paralela, laboratório para tratamento de *fake news*, ambiente de divulgação de resultados, central de atendimento aos eleitores, totalização das eleições).

Relevância/ganhos: Ganhos de eficiência na prestação dos serviços necessários à eleição.

Iniciativa: Disque-Eleitor

Unidades Impactadas: Corregedoria, Secretaria de Administração e Orçamento e Secretaria de Gestão de Pessoas e zonas eleitorais.

Sinopse: O “Disque-Eleitor” constitui serviço contínuo de tele atendimento ao cidadão, disponibilizado pela Justiça Eleitoral catarinense. É de caráter perene e está sob a responsabilidade da Corregedoria Regional Eleitoral. A fim de atender a intensificação da demanda por esclarecimentos e informações decorrente da proximidade do pleito, a capacidade de atendimento do Disque Eleitor é ampliada, sendo agregados outros 60 (sessenta) atendentes (dentre eles, servidores, estagiários e aposentados), que atuam em revezamento nas semanas que antecedem o primeiro e o segundo turnos. A ampliação do Disque-Eleitor viabilizou o atendimento, no primeiro turno, de 15.260 chamados e, no segundo turno, de outros 3.652, tendo como mais frequentes as buscas por esclarecimentos e informações acerca dos locais de votação, da situação eleitoral, da realização de capacitação à distância para mesários, do voto em trânsito, dos procedimentos para saque do vale postal e de justificativas de ausência às urnas e aos trabalhos eleitorais.



Iniciativa: Planejamento do apoio às Eleições unificadas dos conselhos tutelares

Principais unidades impactadas: Secretaria de Tecnologia da Informação, zonas eleitorais

Sinopse: Estão em andamento as providências para centralizar o apoio às eleições unificadas dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conselhos Tutelares). Considerando que as eleições para conselhos tutelares ocorrerão em todos os municípios do Estado em uma mesma data, a centralização de tratativas e definição de critérios para o apoio da Justiça Eleitoral ao evento objetiva garantir a padronização dos procedimentos a serem adotados pelos conselhos. Nessa oportunidade, modelo inédito de votação usando tecnologia *blockchain* (criptomoedas) será apresentado, e, dependendo do resultado, poderá ser replicado futuramente a outras eleições comunitárias.

PESSOAS E GRUPOS



Iniciativas: Composição de forças-tarefas e grupos de trabalho para as Eleições 2018

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral catarinense

Sinopse: O Plano de Gerenciamento de Recursos Humanos das Eleições de 2018 teve como objetivos identificar a necessidade de recursos humanos adicionais nas atividades críticas do projeto; definir o perfil dos recursos necessários; propor a capacitação adequada; e identificar e apoiar os cartórios eleitorais com carência de pessoal no período eleitoral. Foi realizado levantamento nas diversas unidades do TRESC sobre a necessidade de reforço da força de trabalho, com a finalidade de compor forças-tarefa, grupos de trabalho ou, ainda, indicar servidores para auxiliar temporariamente nas atividades críticas voltadas para as Eleições 2018. As zonas eleitorais de Itajaí (16ª e 97ª ZE) receberam auxílio por tempo mais prolongado, com a designação de servidores (padrinhos/madrinhas) responsáveis pelo acompanhamento das atividades durante o período eleitoral. Ao todo, foram mobilizados 377 servidores para a composição de 12 atividades constituídas por forças-tarefas. Relevância/ganhos: Atividades críticas para as quais foi encaminhada força de trabalho suplementar: fechamento do cadastro eleitoral, conferência da configuração das urnas eletrônicas e treinamento dos TAVIs, Disque-Eleitor, auditoria da votação eletrônica, implantação do JE-Conect na Capital, Análise das prestações de contas, e atividades da Comissão de Cerimonial. Também foram indicados servidores para assessorar os Juízes Auxiliares e auxiliar o processamento judicial dos registros de candidatura.

Iniciativa: Grupo de Trabalho (GT) - Mesários.

Sinopse: Promover as ações relativas à capacitação de mesários e de multiplicadores. A demanda impôs constante atuação do GT com as diversas unidades da Sede do TRESP, em razão da necessidade do alinhamento institucional na produção de informações destinadas aos eleitores convocados. Além das atividades referentes aos treinamentos em si, presenciais e em EAD, foram implicados outros aspectos decorrentes da convocação (v.g., alimentação, direito a dias de folga em dobro). A campanha "mesário voluntário" foi atualizada no site do TRESP, iniciativa que foi premiada com a primeira colocação no Prêmio Conecta, categoria "inovação e marketing", segmento sede do TRESP.

CONTAS ELEITORAIS

Iniciativa: Exame de regularidade de contas eleitorais

Principais unidades impactadas: SCIA, SJ, Tribunal pleno, partidos políticos, candidatos, advogados e respectivos contadores.

Sinopse: Emissão de pareceres técnicos com o objetivo de avaliar a regularidade das prestações de contas de candidatos à campanha eleitoral de 2018, com o fim de subsidiar tecnicamente o julgamento das contas realizado pelo Tribunal. No período foram emitidos pareceres técnicos nas diversas fases de processamento das contas, conforme segue:

Candidatos	Pareceres		
	Diligência	Conclusivo	Pós-conclusivo
Eleitos	59	59	27
Suplentes	30	30	10
Não eleitos	405	80	-

Com vistas ao cumprimento dos prazos fixados para exame de contas, foi necessário capacitar (por meio de treinamento em EaD e presencial sobre normas e procedimentos de análise das prestações de contas) e gerenciar as atividades de força-tarefa especificamente constituída para essa finalidade (distribuição e controle na execução das tarefas), composta por 34 membros. Estão em exame 248 processos de prestação de contas de candidatos não eleitos para expedição de diligências e 277 processos em produção de parecer técnico conclusivo.

Iniciativa: Prestação de suporte técnico sobre normas de contas eleitorais

Principais unidades impactadas: SCIA, Zonas Eleitorais, partidos políticos, candidatos, advogados e respectivos contadores.

Sinopse: Orientação técnica às zonas eleitorais e ao público externo sobre as normas relativas às contas eleitorais, buscando dirimir suas dúvidas. No período foram realizados 893 atendimentos ao atendimento aos cartórios eleitorais e público externo, assim distribuídos:

Forma de atendimento	Quantidade
SAC – Eleitoral	634
Email suportecontas@tre-sc.jus.br	259

Para prestação de suporte técnico foram ainda realizadas reuniões com representantes dos partidos políticos sobre as normas e sobre os procedimentos de entrega das prestações de contas de campanha.

Iniciativa: Aperfeiçoamento das normas para nomeação de Juntas Eleitorais

Principais unidades impactadas: Coordenadoria de Eleições, Zonas Eleitorais.

Sinopse: Com o objetivo de desburocratizar o processo de indicação dos membros para a composição das Juntas Eleitorais, foi proposta uma nova regulamentação dos critérios e dos procedimentos para a nomeação dos respectivos componentes, aprovada pelo Tribunal. A partir da nova sistemática, houve a desburocratização do processo de indicação de membros para as juntas, além da definição de regras objetivas para a substituição dos titulares por suplentes ou novos juízes designados para as respectivas zonas eleitorais

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2019/2020

Iniciativa: Planejamento das Eleições 2020



Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral em Santa Catarina

Sinopse: A 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense marcou o início das atividades de planejamento das Eleições 2020. A busca por oportunidades de melhoria e a ênfase na inovação, com participação direta de Zonas Eleitorais e unidades, marcarão o novo ciclo, a ser gerenciado pelo Grupo de Trabalho para apoio às atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos das Eleições (GAPE), responsável - nesta etapa - por centralizar a operacionalização das atividades necessárias a fomentar, analisar e consolidar os artefatos de planejamento, tendo em vista a melhoria contínua do projeto.



Iniciativa: Antecipar adequação de locais de votação

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração e Orçamento.

Sinopse: Antecipar o pedido de providências aos mantenedores dos locais de votação Governo do Estado/Secretaria de Educação, para adequação daqueles em situação precária. Assim, com a antecipação de vistorias aos locais de votação, bem como a coleta de informações referentes aos registros das ocorrências alusivas ao pleito de 2018, será possível identificar com antecedência as questões de acessibilidade e estrutura dos locais, de forma a comunicar os problemas existentes aos mantenedores em tempo hábil para realização das obras de adequação.

**Iniciativa: Aperfeiçoar modelo de recolhimento de urnas e mídias para totalização de resultados**

Principais unidades impactadas: Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração e Orçamento, zonas eleitorais

Sinopse: Tendo por objetivo a otimização de recursos, assim como a minoração dos riscos inerentes ao modelo atual de recolhimento das urnas e das mídias para a totalização de resultados - que se sujeita a intempéries, acidentes, e depende de mão de obra oferecida pela empresa contratada -, a STI pretende aperfeiçoar o atual modelo. A ideia consiste em aproximar os cartórios eleitorais da elaboração do projeto, com o compartilhamento de soluções locais e ampliação do rol de locais estratégicos para transmissão remota de boletins de urna.

**Iniciativa: Eleições unificadas dos conselhos tutelares**

Principais unidades impactadas: Secretaria de Tecnologia da Informação, zonas eleitorais

Sinopse: Realizar o apoio centralizado na Sede do TRESA às Eleições Unificadas dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conselhos Tutelares) considerando que as eleições para conselhos tutelares ocorrerão em todos os municípios do Estado em uma mesma data, a centralização de tratativas e definição de critérios para o apoio da Justiça Eleitoral ao evento objetiva garantir a padronização dos procedimentos a serem adotados pelos conselhos. Nessa oportunidade, modelo inédito de votação usando tecnologia *blockchain* (criptomoedas) será apresentado, e, dependendo do resultado, poderá ser replicado futuramente a outras eleições comunitárias.

Iniciativa: Ampliação do número de seções para votação de presos provisórios

Principais unidades Impactadas: CRE, STI e zonas eleitorais

Sinopse: Por meio de Termo de cooperação com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, a Procuradoria Regional Eleitoral, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de Santa Catarina foi possível para ampliar o exercício do direito de voto dos presos provisórios. Na etapa de alistamento, foram regularizadas 1.149 (um mil, cento e quarenta e nove) inscrições eleitorais, envolvendo 33 zonas eleitorais. Como resultado final, compareceram à eleição nessas unidades, em primeiro turno, 587 eleitores, e, em segundo turno, 566 eleitores.

**Iniciativa: Integrar Grupos de Trabalho do TSE - requisitos de sistema e minutas de resoluções**

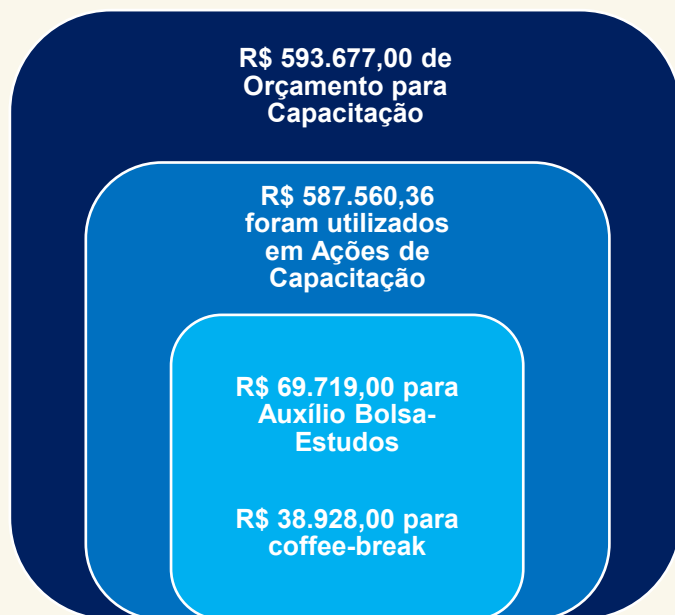
Principais unidades impactadas: Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria Judiciária, Secretaria de Tecnologia da Informação, zonas eleitorais

Sinopse: Tendo em vista integrar o processo de construção de melhorias nas normas e sistemas eleitorais, pretende-se participar da elaboração das minutas de resolução do TSE nos temas atos preparatórios, registro de candidaturas e propaganda eleitoral, bem como fornecer requisitos para melhoria dos sistemas informatizados e procedimentos. Ademais, tal medida estreitará a aproximação com as equipes estratégicas e técnicas do TSE.

Parte VI

Conscientização Política e Educação

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2018/2019



Durante o ano de 2018 ocorreram 83 eventos, que mantiveram estrita ligação aos eixos indicadores, atingindo, ao final do exercício, um público de aproximadamente 15.296 pessoas.

Os eventos mantiveram coerência com o calendário eleitoral e foram executados aproveitando os assuntos e possibilidades abertas fornecidas através do referido calendário. Em suma, o ano eleitoral promoveu um excelente meio de disseminação das ações de cidadania, possibilitando a multiplicação de programas/campanhas por todo o Estado catarinense.

107 Ações de Capacitação com 3.671 participações	
81 presenciais	26 a distância
• 32 <i>in Company</i>	• 21 internos
• 49 externos (19 na Capital)	• 5 externos

A relevância/ganhos estão na adequação às demandas dos servidores desta Regional; propagação do conhecimento a um maior contingente de servidores; bem como racionalização dos recursos disponibilizados.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

INICIATIVA: Eleição com participação é eleição sem corrupção.



UNIDADES IMPACTADAS: SCIA, imprensa, cidadãos, partidos políticos, candidatos, entidades da sociedade civil, doadores e fornecedores de campanha

DESCRIÇÃO: a campanha teve como foco o combate à corrupção no financiamento das campanhas eleitorais e foi realizada durante as eleições de 2018. Durante a campanha foram abordados os aspectos positivos de uma eleição sem corrupção (ao invés dos malefícios das práticas ilícitas). Entidades da sociedade civil, doadores e fornecedores de campanha, partidos políticos e cidadãos foram mobilizados para realizar uma eleição com mais ética e transparência. A atuação se deu em parceria com instituições públicas e privadas, realizando ações concretas dirigidas a eleitores, prefeituras, partidos políticos, imprensa, entre outros públicos. Dez mil pessoas foram atingidas diretamente pela campanha. Um dos destaques da campanha ficou por conta de 1 vídeo para TV e 1 vídeo de apresentação da campanha. O VT “Eleição com” foi veiculado nas emissoras de TV e redes sociais. O vídeo de apresentação da campanha foi exibido no TSE, em

reuniões com parceiros e está no YouTube para informação do público externo.

A campanha foi materializada no desenvolvimento de ações específicas:

1. Lavratura de carta de compromisso entre as instituições participantes, com vistas à mobilização da sociedade organizada a favor da transparência no financiamento das campanhas eleitorais e contra a corrupção.
2. Divulgação de instruções para doadores e fornecedores
3. Divulgação do sistema de informações voluntárias da Justiça Eleitoral, do sistema de divulgação de financiamento de campanhas (DivulgaCandContas) e da Sala de Atendimento ao Cidadão (MPF)
4. Divulgação da obtenção de notas fiscais eletrônicas junto ao Estado e Municípios para subsidiar o exame das prestações de contas de campanha eleitoral
5. Reunião com os diretórios regionais dos partidos políticos para divulgação das principais inovações normativas relativas ao financiamento de campanhas eleitorais para as eleições de 2018 e lançamento do Manual de Prestação de Contas Partidárias, com as alterações introduzidas pela Resolução TSE n. 23.546/2017

6. Realização de eventos regionais para divulgação das principais inovações normativas relativas ao financiamento de campanhas eleitorais para as eleições de 2018 junto a diretórios partidários municipais, lideranças locais, Zonas Eleitorais, advogados e profissionais da contabilidade

7. Certificação das entidades participantes

A campanha foi encampada pelo Tribunal Superior Eleitoral e adotada nacionalmente como ação institucional da Justiça Eleitoral em relação à matéria. Nesse viés, foi disponibilizada a todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

INICIATIVA: Informação é Responsabilidade - Combate às Fake News.

UNIDADES IMPACTADAS: Sociedade

DESCRIÇÃO: com uma identidade visual provocativa e mais informal, a campanha teve uma excelente repercussão em todo o país, uma vez que o próprio TSE adotou os vídeos e cards produzidos para esclarecer as principais notícias falsas que circularam nas redes sociais, sobretudo, no WhatsApp. Isso refletiu em uma atuação rápida e pontual da equipe que ficou responsável por analisar o conteúdo das Fake News. Foram produzidos 32 posts, divulgados nas redes sociais, com diversos compartilhamentos, além de 6 vídeos publicados no canal do Youtube, que também foram amplamente disseminados no WhatsApp, e a criação de uma página dentro do site do TRESA,

que concentrou a divulgação de todas as peças elaboradas durante a ação de combate às Fake News

INICIATIVA: Se é fake não é news.



UNIDADES IMPACTADAS: público externo (partidos políticos, instituições públicas, formadores de opinião, universidades, etc.) e imprensa

DESCRIÇÃO: campanha que combateu notícias falsas e sua grande repercussão nas mídias sociais. Além de slogan criativo, a campanha foi a primeira na Justiça Eleitoral brasileira - lançada no mês de maio - que teve como objetivo orientar os eleitores a evitar a divulgação de notícias falsas, sobretudo no período eleitoral. Nesse sentido, foram produzidos 10 cards para as redes sociais, destacando algumas ações online de incentivo aos cidadãos para que verificassem a veracidade das notícias compartilhadas. Foram, ainda, produzidos 6 vídeos para conscientização dos eleitores quanto aos riscos apresentados pela publicação de Fake News, cuja divulgação se concentrou nas redes sociais.

O TRESA firmou convênio com a Fecomércio, que patrocinou a impressão de aproximadamente 5.000 cartazes e 55.000 folders, os quais foram distribuídos para diversos órgãos como: Polícia Federal, Ministério Público Federal, Agência Brasileira de

Inteligência, UFSC, UDESC, entre outros. Também houve o patrocínio de alguns cards da campanha, que foram impulsionados nas redes sociais da Fecomércio (Facebook e Instagram), entre os dias 11/9 e a 26/10, alcançando mais de 400 mil catarinenses.



INICIATIVA: O voto é meu. Meu futuro. Minha escolha.



UNIDADES IMPACTADAS: público externo (jovens eleitores), EJESC, Zonas Eleitorais.

DESCRIÇÃO: campanha de incentivo ao primeiro título eleitoral e à participação de jovens nas Eleições 2018, cujo objetivo foi integrá-los na produção da própria campanha. Alunos de escolas públicas

e particulares, além de filhos de servidores, foram os protagonistas dos vídeos, materiais gráficos, materiais para web e redes sociais, entre outros produzidos para a campanha. No dia da eleição, alguns jovens engajaram-se em trabalhos realizados pelas Unidades da Sede, ampliando o conhecimento sobre as questões eleitorais.

A campanha se desenvolveu em 3 etapas:

- 1ª) março a abril – focada no alistamento eleitoral de jovens entre 15 e 18 anos;
- 2ª) setembro a outubro – conscientização desses novos eleitores sobre diversos aspectos do processo eleitoral;
- 3ª) novembro – entrega de certificados aos jovens que voluntariamente participaram do projeto, inclusive com a adesão de filhos de servidores.

Foram produzidos diversos materiais gráficos e audiovisuais, como vídeos, gifs e cards para publicação nas redes sociais do TRESC (Youtube, Facebook e Instagram). As ações de divulgação se dividiram entre 3 postagens semanais em cada rede (vídeo, imagens estáticas e GIFs), stories (Facebook e Instagram), e mensagens via Whatsapp. Quanto aos vídeos, no total, foram produzidos 28 para redes sociais e TV, 3 de apresentação da campanha e 1 vídeo clipe para a certificação.

A realização da 1ª fase da campanha “O Voto é Meu, Meu Futuro. Minha Escolha” ocorreu em 36 ações, alcançando um público alvo de 4.213 estudantes.

Ação ativa e presencial, a qual visa o despertar dos jovens sobre a preciosa oportunidade proporcionada pelo exercício do voto e de como isso efetivamente impacta na sua realidade; Ação que promove cidadania, fortalece a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral e desenvolve parcerias.



A multiplicação da Campanha “O voto é Meu, Meu Futuro. Minha Escolha”- 2ª fase ocorreu em 4 ações pelo interior do Estado e alcançou 1.107 alunos com painéis, debates, palestras, encontros acadêmicos e apresentações, todos com distribuição de materiais de apoio, desenvolvido pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral.





Iniciativa: Programa “Eleitor do Futuro”

Principais unidades impactadas: EJESC

Sinopse: Educação de crianças e jovens, introduzindo e sedimentando os conhecimentos do sistema eleitoral brasileiro, por meio de atividades pedagógicas diversas, com início nas explicações teóricas e atividades práticas e dinâmicas de escolha de partidos, seus nomes, logotipo, ideologia, utilizando, inclusive, propaganda e produção de audiovisuais estendendo-se às novas tecnologias e interação com redes sociais, debates de proposta e, por fim, simulações de eleições com urnas eletrônicas.

O Programa Eleitor do Futuro, além das noções teóricas, proporcionou aos alunos uma experiência prática, por meio de uma

dinâmica com a urna eleitoral (módulo simulação eleição – candidatos *avatares*), criando o primeiro contato com o equipamento, trazendo para mais próximo de seu dia a dia o exercício do sufrágio nacional, desmitificando um importante instrumento de participação no processo democrático brasileiro. A multiplicação do Programa “Eleitor do Futuro” ocorreu em 25 ações, alcançando 6.149 alunos.

Em dezembro de 2018, o TRESCE, por intermédio da Escola Judiciária Eleitoral, firmou convênio com a Secretaria de Estado da Educação, objetivando estabelecer as relações bilaterais, com vistas à implantação e ao desenvolvimento das Ações de Cidadania desenvolvidas pela EJESC, sob a ótica da inclusão social, política e econômica das crianças e jovens matriculados na rede pública do ensino médio, e despertar consciência cívica, por meio de reflexões, num contexto social e interdisciplinar, acerca de seus direitos e da importância do desenvolvimento de políticas públicas para a educação e para o desenvolvimento da sociedade brasileira; a atuação da Justiça Eleitoral na educação política dos futuros eleitores vem promovendo o senso de cidadania e fortalecendo a imagem e credibilidade da Justiça Eleitoral.

Iniciativa: Programa “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense” – (Universitários)

Principais unidades impactadas: EJESC; SJ

Público alvo: Universitários.

Sinopse: projeto “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense”, buscou atender as demandas das universidades que solicitaram visita ao TRESC.

No módulo interno de execução, o Projeto é executado em parceria com a Secretaria Judiciária, que fica responsável pela palestra sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral, além de organizar a visita guiada ao Centro de Memórias e a participação dos alunos na Sessão Plenária de julgamentos. São expedidos certificados de 2 horas-aula ou 4 horas-aula, conforme as atividades realizadas.

Relevância/ganhos: experiência curricular, entendimento sobre o processo eleitoral e funcionamento da Justiça Eleitoral; ação que promove cidadania, fortalece a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral.

Iniciativa: Programa “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense” – (Ensino básico)

Principais unidades impactadas: EJESC; CGI

Público alvo: Alunos da rede de ensino básico, Associações e demais organizações que promovem o ensino e educação no Estado.

Sinopse: o programa foi executado em parceria com a CGI e visa incentivar a participação política dos jovens no processo democrático brasileiro, recepcionando-os ao ambiente da Justiça Eleitoral (Edifício sede), onde participam de uma palestra sobre a organização da Justiça Eleitoral e atividades realizadas no dia a dia deste Regional, com apresentação de vídeos e PPTs. Na sequência, os alunos seguem em uma visita guiada ao Centro de Memória Des. Adão Bernardes. Por meio desse valioso acervo, é possível acompanhar a evolução dos títulos eleitorais (o título mais antigo é de 1890, anterior à criação do TRESC), das urnas – desde a de madeira até a urna eletrônica, das cédulas eleitorais, dos sistemas de apuração e de alistamento, além de móveis e objetos que representam diversas épocas da Justiça Eleitoral catarinense. A multiplicação do Programa “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense” ocorreu em 4 ações, alcançando 218 alunos do ensino fundamental (5º e 6º séries).

Relevância/ganhos: mudanças comportamentais, atitude e consciência cívica. Aumento na percepção do processo eleitoral e ganho sob a ótica da construção de princípios de cidadania; ação que promove cidadania, fortalece a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral.

Iniciativa: Campanha “Justiça Eleitoral Itinerante”

Principais unidades impactadas: PRES.; EJESC; ASCOM; SCIA

Público alvo: Universitários.

Sinopse: motivada após a apresentação da campanha Justiça Eleitoral Itinerante do TSE, cujo palco do evento foi o TRESP, a EJESC e a presidência do TRE saíram em missão pelo interior do Estado de Santa Catarina, multiplicando a ação de cidadania em outras cinco cidades do interior do Estado. O projeto apresentou uma dinâmica voltada aos Universitários, que puderam conhecer as campanhas em desenvolvimento pela EJESC e se inteirar daquelas preparadas para o ano eleitoral.

A multiplicação da Campanha “Justiça Eleitoral Itinerante” ocorreu em cinco ações, alcançando um público de 1.176 universitários.

Relevância/ganhos: esclarecimentos sobre o processo eleitoral, Fake News, Segurança da urna eletrônica, Prestação de Contas, Fiscalização e Corrupção; fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial sua transparência e à segurança do processo eleitoral, buscando, ainda, ampliar a reflexão e o diálogo entre os agentes que praticam ou irão praticar o Direito Eleitoral, possibilitando o aperfeiçoamento profissional em prol do fortalecimento do sistema político/eleitoral, bem como da democracia brasileira.

Iniciativa: Mulheres na política. Elas podem. O País precisa.

Principais unidades impactadas: PRES; EJESC

Público alvo: Mulheres e sociedade em geral.

Sinopse: considerando o status de campanha permanente, sua inserção foi constante e em todos os eventos possíveis, institucionais ou privados, de forma a garantir sua divulgação. Foi disseminada nos Seminários, Congressos, Painéis, Debates nas Universidades, Associações e Escolas.

“Mulheres na Política - Elas Podem. O País Precisa” é uma Campanha que faz um alerta ao engajamento das mulheres na política, promovendo grande destaque para a importância de sua presença na política brasileira, garantindo seus direitos como cidadãs, apesar de totalizarem mais de 50% dos eleitores no país, ainda se mostra pouco expressiva sua representatividade política no cenário brasileiro.

A multiplicação da Campanha "Mulheres na política - Elas podem. O país precisa" realizou-se em 10 ações, alcançando um público de 2.433 pessoas.

Relevância/ganhos: incentivar as mulheres para que tomem a iniciativa de filiarem-se a um partido político e participarem das eleições para mudarem a realidade da representação política no nosso país.

Iniciativa: Programa "Mesário Universitário"

Principais unidades impactadas: EJESC; ZEs

Público alvo: Estudantes de cursos de graduação superior.

Sinopse: o Programa Mesário Universitário buscou envolver estudantes de cursos de graduação superior em projetos de cidadania, com os trabalhos prestados à Justiça Eleitoral convertidos em horas de atividade acadêmica extracurricular, cuja validação se deu pela celebração de convênio entre o TRESC ou Juízos Eleitorais e as Universidades.

Em 2018, o Programa foi o carro chefe para a captação de voluntários aos serviços eleitorais necessários para o ano eleitoral. A EJESC firmou 08 (oito) convênios para o apoio aos Cartórios

Eleitorais, dentre eles com a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC), Fundações de ensino e outras faculdades locais. Os Cartórios, por sua vez, sob a coordenação da EJESC firmaram/atualizaram outros 30 (trinta) convênios, alcançando assim, 41 municípios do Estado, contemplando aproximadamente 130.000 acadêmicos, propensos usuários dos benefícios ofertados pelo Programa Mesário Universitário.

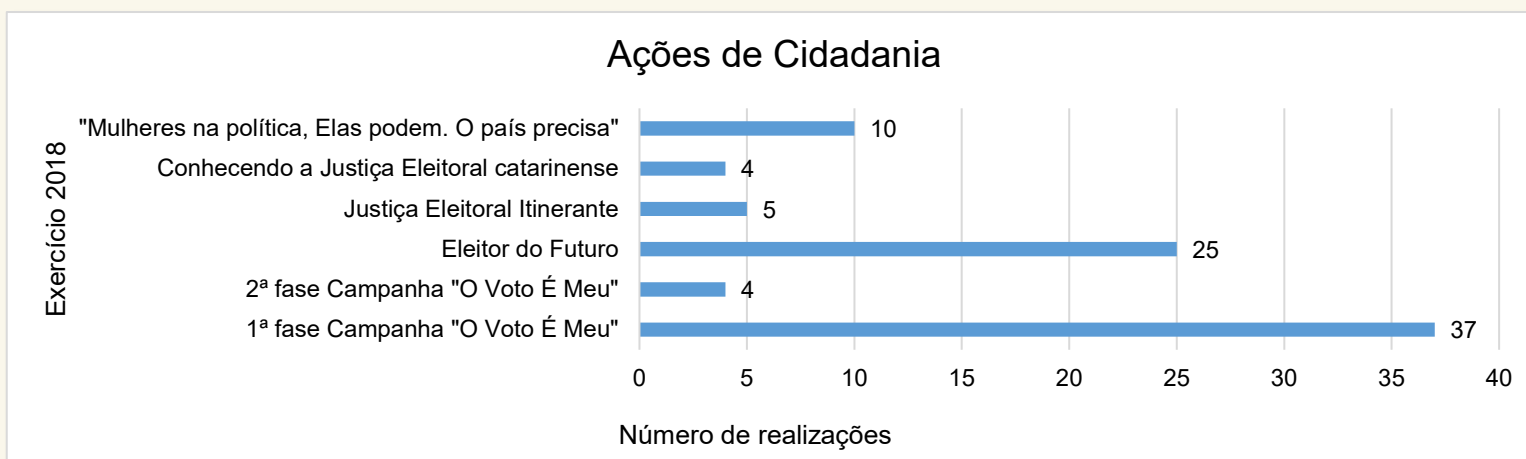
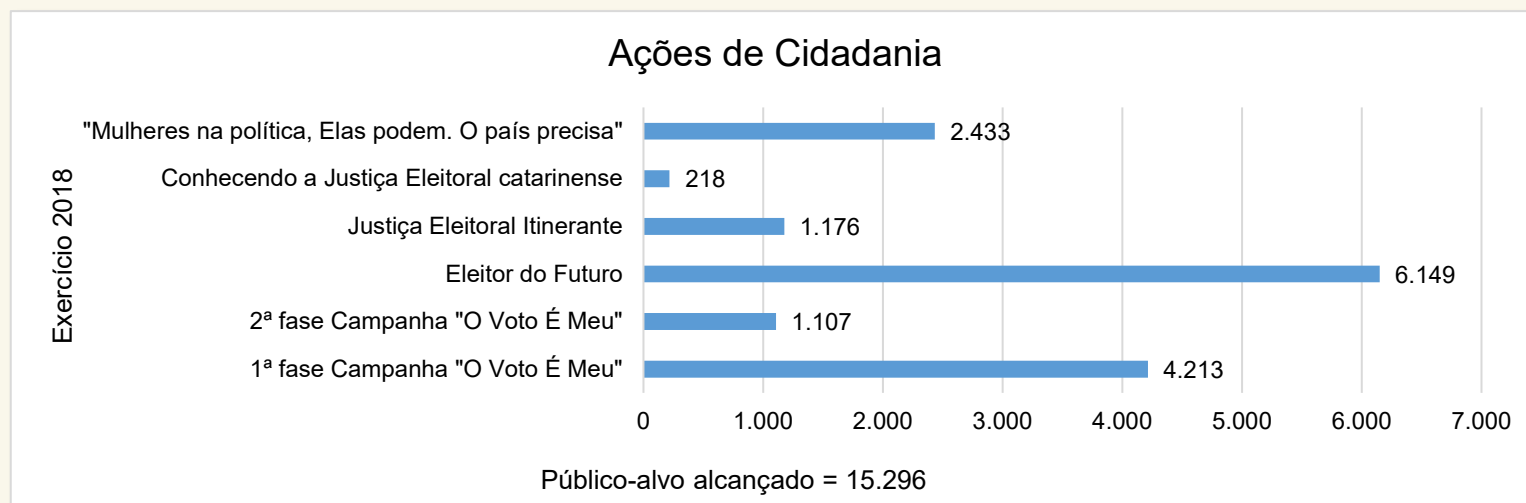
Relevância/ganhos: Qualificação na prestação dos serviços eleitorais durante o pleito; oportunidade em descobrir os bastidores da logística aplicada na preparação do pleito, validação das horas trabalhadas em horas complementares e recursos humanos com qualificação para os trabalhos eleitorais.

MESÁRIO UNIVERSITÁRIO

Convênios celebrados pela EJESC no exercício de 2018					
	Unidade de ensino	Instituição (IES)	Sigla	Abrangência	Origem
1	CESUSC - COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SANTA CATARINA LTDA	FACULDADE CESUSC	CESUSC	Florianópolis SC	TRE/EJESC
2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SC UDESC	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)	UDESC	Florianópolis, Lages, Joinville, Ibirama, Coqueiros, Chapecó, São Bento do Sul, Laguna, Balneário Camboriú	TRE/EJESC
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	UFSC	Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville.	TRE/EJESC
4	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S/A	ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA (ESEC)	ESEC	Campus (São José)	TRE/EJESC
5	ASSUPERO - ENSINO SUPERIOR S/S LTDA.	FACULDADE DE SANTA CATARINA (FASC)	FASC	São José SC	TRE/EJESC
6	AESGF – ENSINO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS	IINSTITUTO SUPERIOR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - IESGF	IESGF	Florianópolis, São José/SC	TRE/EJESC
7	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – FUNC	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Mafra, Porto União e Rio Negrinho	TRE/JESC
8	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	Itajaí, Piçarras, Biguaçu, Florianópolis, São José, Tijuca, Penha (unidade)	TRE/EJESC

Convênios em vigor no Estado de Santa Catarina					
	Unidade de ensino	Instituição (IES)	Sigla	Abrangência	Origem
1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	UNISUL	Araranguá	1ª ZE
2	SOCIEDADE BLUMENAUENSE DE ENSINO SUPERIOR	INSTITUTO BLUMENAUENSE DE ENSINO SUPERIOR	IBES SOCIESC	Blumenau	3ª ZE
3	FUNDAÇÃO UNIVIERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	Blumenau	3ª ZE
4	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.	UNIASSELVI	Blumenau	3ª ZE
5	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE	CENTRO EDUCACIONAL DE BRUSQUE	UNIFEBE	Brusque	5ª ZE
6	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE	CENTRO EDUCACIONAL DE BRUSQUE	UNIFEBE	Brusque	86ª ZE
7	ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA	ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA	ESUCRI	Criciúma	10ª ZE
8	FACULDADE SATC	FACULDADE SATC	FASATC	Criciúma	10ª ZE
9	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNOESC	Joaçaba	18ª ZE
10	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUAENSE - FERJ	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE SANTA CATARINA	FERJ	Joinville	19ª ZE
11	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	Joinville, São Francisco do Sul e São Bento do Sul	19ª/76ª/105/95/96ª ZEs
12	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	FACVEST	Lages	21ª/93ª/104ª ZE
13	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	UNIPLAC	Lages	21ª/93ª/104ª ZEs
14	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – FUNC	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	FUNC	Mafra, Canoinhas, Curitiba, Concórdia, Porto União e Rio Negrinho	8ª/9ª/11ª/22ª/25ª/74ª/90ª ZEs
15	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	FEBAVE	Orleans	23ª ZE
16	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE PALHOÇA S/S LTDA	FACULDADE DE TECNOLOGIA NOVA PALHOÇA	FATENP	Palhoça	24ª ZE

17	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAI	UNIDAVI	Rio do Sul	26ª/102ª ZEs
18	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	UNIASSELVI	Indaial	15ª/32ª ZEs
19	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA – FUCRI	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENES - UNESC	UNESC	Criciúma	34ª ZE
20	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE – FEBAVE	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE – UNIBAVE	UNIBAVE	Orleans	34ª ZE
21	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC	UNOESC	Videira	36ª ZE
22	FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA – FURI	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES-URI	URI	Palmitos	41ª ZE
23	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	Taió, Rio do Sul, Ituporanga, Presidente Getúlio	46ª ZE
24	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE – FUNDESTE	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	Chapecó	49ª ZE
25	CENTRO UNIVERSITÁRIO DESENVOLVIMENTO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	UNIDAVI	Rio do Sul	57ª ZE
26	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	Joaçaba	63ª ZE
27	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	Xanxerê	63ª ZE
28	SINERGIA SISTEMA DE ENSINO LTDA	FACULDADE SINERGIA	SINERGIA	Navegantes	68ª ZE
29	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	UNC	Rio Negrinho -Mafra	74ª ZE
30	UNIDADE CENTRAL DE EDUCAÇÃO FAI FACULDADES	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI	FAI	Itapiranga	65ª ZE



EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Cadastro de instrutores

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: incremento de banco de dados de instrutores aptos a atuar como formadores, com vistas à construção de um banco de palestrantes bem-conceituados e bem avaliados, para ministrar cursos aos servidores de magistrados da justiça eleitoral catarinense.

Capacitar e dar continuidade aos assuntos relevantes da Justiça Eleitoral, com o aproveitamento do cadastro da ENFAM, o que torna o processo de escolha de instrutores mais segura, consolidando a EJESC como referência e excelência em assunto eleitoral.

Iniciativa: Participação na Rede de Gestores

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: participação em reuniões, visando à criação de uma rede de gestores de capacitação de órgãos federais e estaduais para promover o intercâmbio das ações de capacitação de interesse comum às instituições partícipes.

Otimização dos recursos orçamentários, materiais e de força de trabalho; potencialização do resultado das ações de capacitação; geração/sistematização dos conteúdos e práticas de objetos de aprendizagem.

Iniciativa: Rede de Gestores em Capacitação

Principais unidades impactadas: TRESA

Sinopse: participação em reuniões para tratativas para a criação de uma rede de gestores de capacitação de órgãos federais e estaduais por meio da assinatura de Acordo de Cooperação Técnica.

Potencializar o resultado das ações de capacitação desenvolvidas pelas instituições partícipes; buscar o uso racional de materiais, equipamentos, força de trabalho, imóveis, instalações e contratos, dentro dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade; otimizar recursos orçamentários; gerar/sistematizar conteúdos e práticas de objetos de aprendizagem; executar estudos técnicos e outras ações de interesse comum aos partícipes; e, realizar o intercâmbio de experiências entre os partícipes quanto à capacitação de servidores.

Iniciativa: Criação de comunidade na internet para a Rede de Gestores

Principais unidades impactadas: EJESC

Sinopse: disponibilização de uma comunidade no ambiente de EaD na internet para agregar todas as informações das instituições participantes da rede de gestores de capacitação.

Aglutinar informações de todos os órgãos participantes e colaborar com a comunicação.

Iniciativa: Reformulação de cursos em contrapartida à realização de cursos de Libras pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE

Principais unidades impactadas: CGI, EJESC

Sinopse: os cursos de “Gestão Documental” e “Formação de Tutores” foram totalmente reformulados em 2018, em virtude de constarem como contrapartida do TRESP para a realização de cursos de Libras pela Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. Otimização dos recursos orçamentários, materiais e de força de trabalho.

Iniciativa: Reformulação de cursos em contrapartida à realização de cursos de Libras pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE

Principais unidades impactadas: CGI, EJESC

Sinopse: os cursos de “Gestão Documental” e “Formação de Tutores” foram totalmente reformulados em 2018, em virtude de constarem como contrapartida do TRESP para a realização de cursos de Libras pela Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE. Otimização dos recursos orçamentários, materiais e de força de trabalho.

Iniciativa: Regulamentação da instrutoria interna

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: estabelecimento de gratificação concedida ao servidor por encargo de curso, quando atuar como instrutor interno em evento organizado pelo TRESP, realizado presencialmente ou à distância.

Incentivo à instrutoria interna a servidor que possui *expertise* nas matérias relacionadas à atuação da Justiça Eleitoral, e por consequência, aprimoramento da capacitação e treinamento dos demais servidores.

Iniciativa: Ficha pedagógica e plano de ensino nos cursos promovidos pela EJESC

Principais unidades impactadas: EJESC

Sinopse: adoção da ficha pedagógica e do respectivo plano de ensino quando da contratação de cursos pelo TRESC, nos moldes praticados pela Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional.

Iniciativa: Cursos presenciais e a distância

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: *In company*. Com contratação de acordo com as necessidades do Tribunal; externo, com contratação mediante solicitação das unidades; e instrutoria interna, com ministração de cursos por servidores nas respectivas áreas de atuação. Cursos a Distância (EaD): interno, construído pelas unidades conteudistas e desenvolvimento integral pela EJESC, com a disponibilização no ambiente Moodle; e externo, com a contratação no mercado, mediante solicitação das unidades e/ou com vista à redução de custos com deslocamento dos servidores.

Do orçamento aprovado (R\$ 593.677,00), foram utilizados R\$ 587.560,36 para ações de capacitação: R\$ 69.719,00 para o auxílio bolsa-estudos destinado às pós-graduações; R\$ 38.928,00 à aquisição de cartão alimentação para fornecimento de lanches nos eventos.

Até 19.12.2018, foram promovidas 107 ações de capacitação, das quais 81 eventos presenciais e 26 a distância (05 contratados e 21 internos), estimando-se um total de 3.659 participações.

Das ações presenciais, 32 foram realizadas na modalidade *in company* e 49 cursos externos. Destes, 19 realizados na Capital, não havendo, assim, despesas com diárias, indenização de transporte ou passagens.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional, com a racionalização de recursos disponibilizados e beneficiando um maior contingente de interessados.

Iniciativa: Cursos presenciais

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: realização de cursos *in Company*, com contratação de acordo com as necessidades do Tribunal; externos, com contratação mediante solicitação das Unidades; e instrutoria interna, com ministração de cursos por servidores nas respectivas áreas de atuação.

Iniciativa: Disponibilização de material dos cursos a distância no ambiente virtual da internet

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: os materiais dos cursos internos à distância foram disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem na Internet.

Flexibilidade na consulta dos conteúdos dos cursos a distância a qualquer tempo.

Iniciativa: Incremento na utilização de novas tecnologias nos cursos em EaD

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: desenvolveu-se pela primeira vez um curso com a utilização de interações, produzidas por meio do software de artefatos educacionais H5P. Trata-se do curso de “Práticas Cartorárias: atos processuais”, o qual obteve *feedback* positivo pelo uso das interações. Segundo os estudantes, as interações colaboraram com a aprendizagem de conteúdos com grau de dificuldade maior, a exemplo da contagem de prazos. Diante do êxito, atividades interativas também foram desenvolvidas para o curso de “Práticas Cartorárias II – processo crime”.

Facilitação do processo de aprendizagem, considerando que os cursos se tornaram mais práticos e didáticos.

Disponibilização de cursos ministrados presencialmente no ambiente de educação a distância

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: foi mantida a política de disponibilização de cursos no ambiente de Educação a Distância originalmente ministrados presencialmente. Foram mantidos abertos os cursos: “Atualização em Processo Penal”, em “Direito Constitucional” e no “Novo Código de Processo Civil” até o mês de maio de 2018; e “Excelência no Atendimento ao Cliente”, “*Media Training*” e “Biometria – Novos colaboradores” ao longo de todo o ano.

Propagação do conhecimento a um maior contingente de servidores; flexibilidade na realização dos cursos a qualquer tempo, sem prazo de finalização.

Iniciativa: Compartilhamento de cursos EaD internos com outros órgãos

Principais unidades impactadas: EJESC

Sinopse: Disseminação de conhecimento e cursos para outros órgãos, principalmente TREs. Foram 20 compartilhamentos de cursos, alcançando Tribunais Regionais Eleitorais de 9 Estados da Federação: Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima, além da Fundação Catarinense de Educação Especial, conforme quadro a seguir:

Cursos compartilhados	Órgãos atendidos
Auditoria de Urnas Eletrônicas	TRE-MT, TRE-PA, TRE-RO
Técnicos de Urna: Mídias e Urnas Eletrônicas	TRE-MT, TRE-RR, TRE-RJ
Operadores de JE-Connect	TRE-AP, TRE-MT
Operadores de Totalização	TRE-AP, TRE-MT
Biometria - Atendimento: Novos Colaboradores	TRE-MT
Partidos Políticos: Registro de Candidaturas	TRE-AP, TRE-ES, TRE-MT, TRE-RO
Geração de Mídias e Urnas Eletrônicas	TRE-AP, TRE-PA, TRE-MT
Gestão da Informação: Gestão Documental	TRE-PR, FCEE
Prestação de Contas Anual	TRE-GO

Além destes compartilhamentos, alguns TREs fizeram solicitação de uso de materiais oferecidos nos cursos a distância da EJESC. Foram eles: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Roraima e São Paulo. Os Tribunais Regionais Eleitorais do Piauí e da Paraíba mostraram interesse em analisar os cursos, mas não solicitaram compartilhamento.

Relevância/ganhos: potencialização do resultado das ações de capacitação; geração/sistematização dos conteúdos e práticas de objetos de aprendizagem; otimização dos recursos orçamentários, materiais e de força de trabalho.

Iniciativa: Desenvolvimento de nova identidade visual para o ambiente virtual de aprendizagem

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: a Assistência de EAD no final do ano de 2018 iniciou estudos para aplicar nova identidade visual no ambiente virtual de aprendizagem, de modo a compatibilizá-lo com a última versão do Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem, a ser instalado no decorrer do 2019 em virtude de obsolescência de vários componentes. O ambiente de EAD na internet sofreu atualização entre o primeiro e segundo turno das eleições em virtude de aplicação de atualizações de segurança.

Melhorias na acessibilidade dos conteúdos; aplicação de layout responsivo; revisão e reorganização de conteúdos; melhoria na diferenciação dos ambientes intranet e internet pelos usuários.

Iniciativa: Pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral

Principais unidades impactadas: Sede, Zonas Eleitorais e profissionais do direito

Sinopse: curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, modalidade presencial, viabilizado pela celebração de termo de convênio entre o TRESA e a UNIVALI. Início em 07.4.2017 e término em 1º.12.2018, com aulas quinzenais, às sextas-feiras à noite e aos sábados pela manhã e à tarde, realizadas nas dependências da EJESC, contou com 24 alunos, entre servidores do TRESA e advogados da área do Direito Eleitoral.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional, a elevação do conhecimento e a formação continuada dos servidores e de profissionais do direito eleitoral.

Iniciativa: Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Judiciária Eleitoral

Principais unidades impactadas: Sede, Zonas Eleitorais e profissionais do direito

Sinopse: curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, modalidade EaD, viabilizado por meio de termo de convênio entre o TRESA e a UNIVALI. Início no 1º semestre de 2018 e previsão de término em junho de 2019. Carga horária de 400 horas/aula, distribuídas em 3 módulos segmentados de 120 horas/aula cada, além do TCC de 40 horas/aula, além de 2 encontros presenciais de 10 horas/cada. As disciplinas serão ofertadas ambiente virtual da UNIVALI e os encontros presenciais serão realizados no seu polo de apoio em Florianópolis. O curso é segmentado nos módulos Conceito (Gerenciamento de Equipes e Gestão de Conflitos, Direitos Políticos Fundamentais e Sistemas Eleitorais), Ferramentas (Estratégia e Governança, Gestão Estratégica da Comunicação, Inovação no Serviço Público, entre outras) e Soluções (Planejamento de Eleições, Boas Práticas Cartorárias e Processo Judicial Eletrônico). Servidores especialistas do TRESA atuarão como professores conteudistas e professores tutores, contratados.

Iniciativa: Lançamento de uma edição da Resenha Eleitoral

Principais unidades impactadas: TRESC

Sinopse: preparação para a publicação de uma edição da Resenha Eleitoral – em consonância com o Termo de Cooperação com a UNIVALI e com a Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ) –, observando os requisitos mínimos exigidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), área Direito, para que o periódico seja considerado científico, destacando-se a implementação da avaliação *por pares*, pelo método *Double Blind Review*, pelo qual os artigos de cada número são anonimamente avaliados por pelo menos dois pareceristas especialistas, com elevada titulação acadêmica, sempre com o propósito no desenvolvimento de pesquisa de cunho pragmático, de maneira democrática e participativa, observada a missão da revista, alinhada aos objetivos do Planejamento Estratégico da EJESC: democratizar a divulgação de conhecimento científico na área eleitoral, por meio da publicação de trabalhos inéditos que promovam a transformação baseada na convergência entre teoria e prática.

Fomentar a produção individual ou coletiva de estudos na área jurídica, em especial nas inerentes à seara eleitoral, com vistas a reverter no aprimoramento de sua dogmática e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pela Justiça Eleitoral.

Iniciativa: Elaboração PADC 2019

Principais unidades impactadas: Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores e EJESC

Sinopse: auxílio na elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento – PADC e na realização de estudos para propor melhorias nas áreas pedagógicas e educacional para atender as necessidades de treinamento e capacitação dos servidores, a fim de atingir os objetivos estratégicos institucionais e atender ao disposto na Resolução CNJ n. 192/2014 – Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores da Justiça Eleitoral.

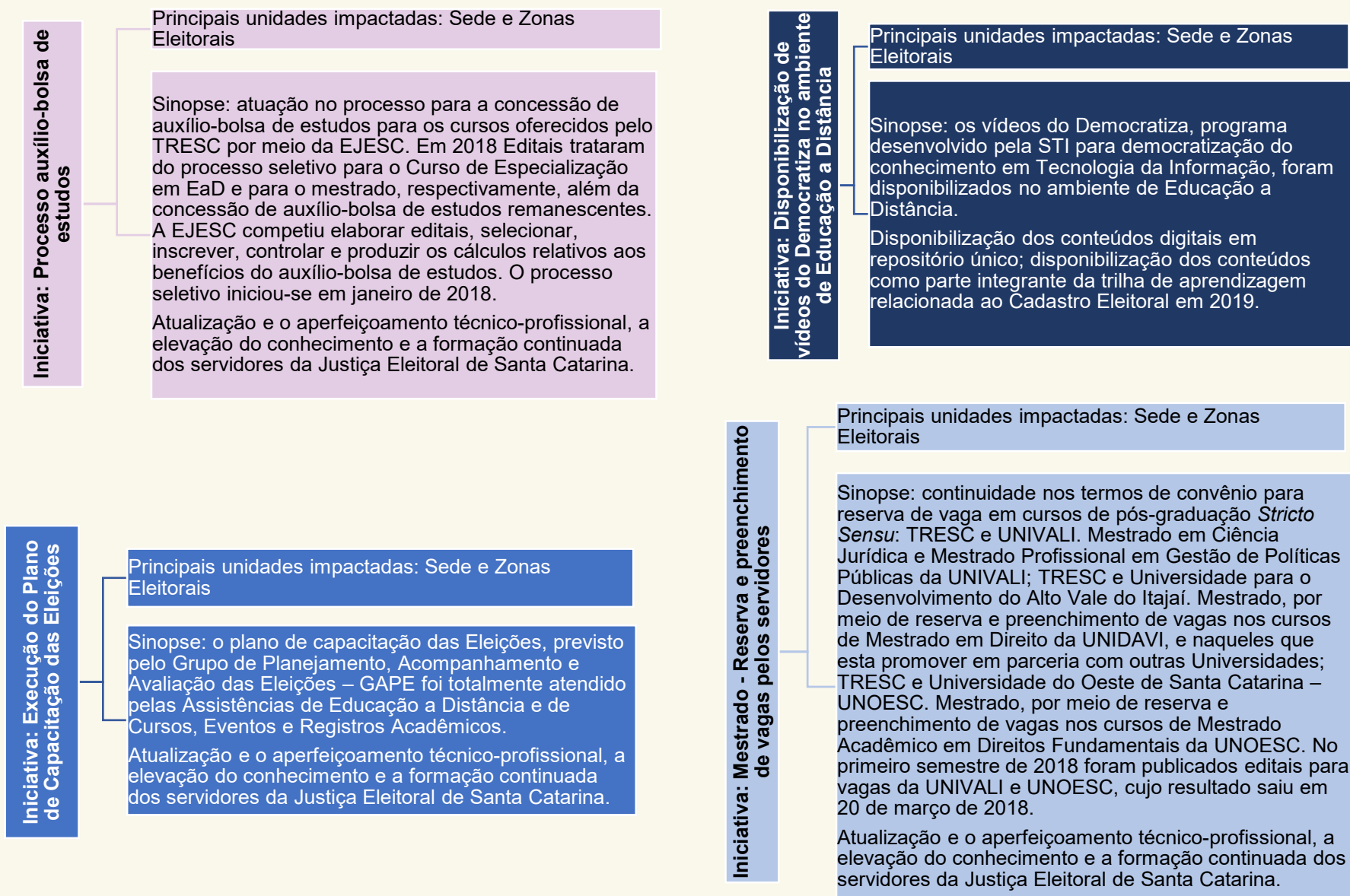
Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional.

Iniciativa: Curso de formação continuada para magistrados

Principais unidades impactadas: magistrados

Sinopse: curso presencial sobre Financiamento Partidário e de Campanhas Eleitorais – realizado com base em termo de cooperação firmado entre o TRESC e a Academia Judicial, vinculada ao Centro de Estudos Jurídicos do TJ-SC (CEJUR) –, desenvolvido pela EJESC e CEJUR, em conformidade com as normas da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Realizado nos dias 19 e 20.6, com carga horária de 16h, na sede do TRESC e ministrado pela servidora do TRESC Denise Goulart Schlickmann, Secretária de Controle Interno e Auditoria.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional, a elevação do conhecimento e a formação continuada dos magistrados catarinenses.

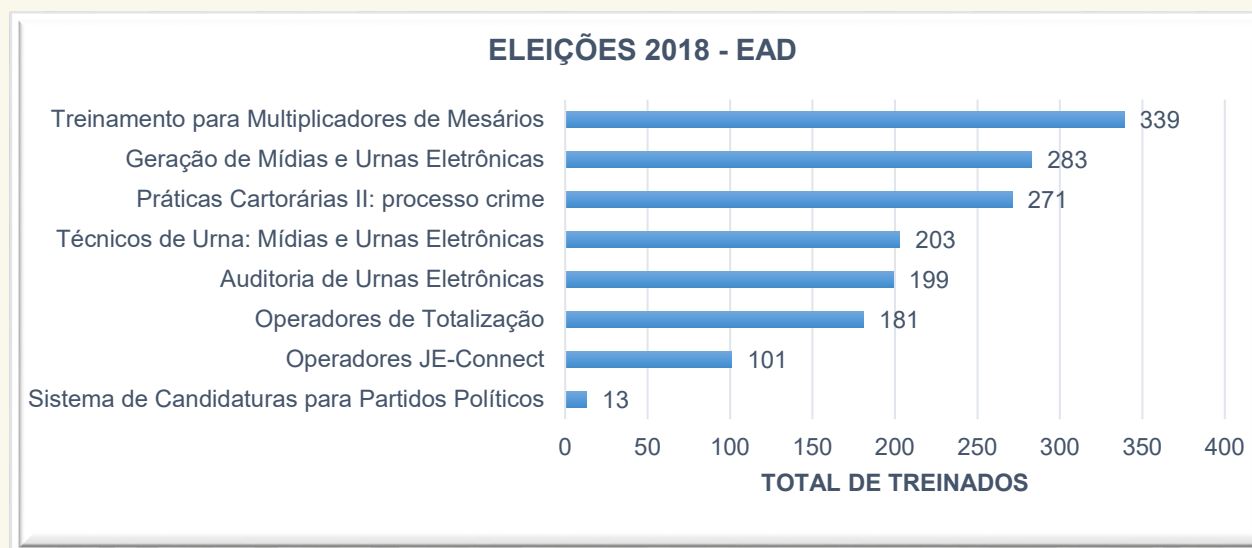


Iniciativa: Produção interna de cursos a distância para o plano de ações de capacitação a distância das Eleições

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Em observância ao plano de capacitação das Eleições, previsto pelo Grupo de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação das Eleições - GAPE, foram realizados 6 (seis) cursos em EAD pela Assistência de Educação a Distância, bem como foi desenvolvido e aplicado um curso adicional, relacionado à Auditoria de Urnas Eletrônicas. Também, o curso de Geração de Mídias e Urnas Eletrônicas foi totalmente reformulado para ser aplicado a público diverso do planejado a pedido dos Cartórios Eleitorais, os técnicos de urna. Deste modo, foram desenvolvidos e executados 8 (oito) cursos em 8 turmas, totalizando 100 horas de treinamento e 1.590 alunos capacitados.

As ações de capacitação desenvolvidas em EAD foram:



Os cursos em EAD relacionados à Prestação de Contas, embora previstos no Plano de Capacitação de Eleições 2018, foram parcialmente executados pelo Tribunal Superior Eleitoral e não constam no gráfico anterior.

A relevância/ganhos estão na propagação do conhecimento a um maior contingente de servidores; bem como racionalização dos recursos disponibilizados.

Iniciativa: Capacitação sobre exercício do poder de polícia

Unidades impactadas: CRE, zonas eleitorais, EJESC e público externo

A Corregedoria promoveu a orientação dos chefes de cartório acerca das regras aplicáveis à propaganda eleitoral, especialmente nos procedimentos relativos ao exercício do poder de polícia em relação à propaganda, a fim de uniformizar o tratamento de denúncias de propaganda irregular. Também foi elaborado um vídeo com as regras de propaganda, para que os juízes pudessem utilizar nas reuniões com os partidos políticos.

Iniciativa: Vídeo sobre os principais crimes eleitorais nos dias que antecedem o pleito

Unidades impactadas: CRE, ASCOM e polícia militar

A Corregedoria produziu o conteúdo para edição de vídeo dirigido aos polícias militares, visando a orientação uniforme de toda a corporação que iria atuar no dia do pleito, a fim de passar informações acerca do que era ou não permitido, garantindo a atuação apenas nos casos em que esta se fizesse necessária.

Iniciativa: Cursos Elaborados

Unidades impactadas: CRE, zonas eleitorais e EJESC

Relevância/ganho: com o objetivo de capacitar os servidores dos cartórios no processamento das ações eleitorais foi elaborado curso em EaD, abordando os principais temas de prática cartorária processual. Referido curso alcançou um total de trezentos e treze alunos, tendo recebido expressivas manifestações de satisfação com o conteúdo.

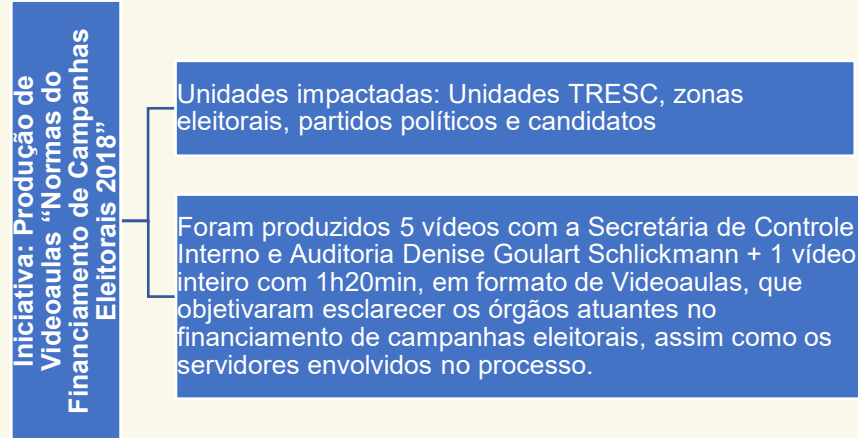
Trezentos e trinta e dois servidores também foram capacitados no "Curso de prática cartorária das ações e procedimentos eleitorais de natureza criminal", totalmente elaborado pela Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais.

Iniciativa: Atualização e disponibilização do curso "Aplicação do Fundo Partidário – participação das mulheres"

Principais unidades impactadas: SCIA, EJESC

Sinopse: em vista de alterações legislativas, o curso "Aplicação do Fundo Partidário – participação das mulheres" foi atualizado pelo setor conteudista e ficou aberto para realização durante todo o ano de 2018 nos sites do TRESA e do TSE, totalizando a inscrição de 526 cidadãos e a emissão de 256 certificados.

Incentivo à participação feminina na política; conscientização e orientação das eleitoras e das agremiações partidárias acerca das normas afetas à aplicação do fundo partidário.



AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS – 2019/2020

CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

Iniciativa: Programa “Eleitor do Futuro e formação política do jovem eleitor”

Principais unidades impactadas: EJESC

Público alvo: Alunos da rede de ensino pública e privada, Associações e demais organizações que promovem ações sociais no Estado.

Desenvolvimento de ações, com tema cidadania, visando inclusão social, política e econômica de crianças e jovens que estejam matriculados na rede de ensino básico do Estado de Santa Catarina, bem com o despertar para a consciência cívica, num contexto social e interdisciplinar, trabalhando direitos e a importância do desenvolvimento de políticas públicas para a educação e para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Considerando os resultados positivos de 2018, o qual alcançou um público-alvo de aproximadamente 6.149 alunos, em vinte e cinco ações, envolvendo escolas da rede pública e privada de todo o Estado de Santa Catarina, pretende-se incrementar a estratégia, firmando convênio com a Secretaria do Estado de Educação - SEDSC, objetivando estabelecer as relações entre a Escola Judiciária e a Secretaria do Estado de Educação, com vistas à implantação e ao desenvolvimento das Ações de Cidadania desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC), dentre elas o Programa Eleitor do Futuro. Nesse sentido,

seria possível a colaboração no projeto pedagógico e elaboração do material e peças de divulgação, que fará parte do material de apoio e reforço ao público-alvo selecionado para as ações.

Com relação ao setor da rede privada, pretende-se dar continuidade na divulgação do Programa Eleitor do Futuro, mantendo os atendimentos e pedidos de execução durante todo o ano letivo.

Ainda no mesmo setor, pretende-se incrementar a estratégia, propondo junto às Escolas o agendamento no próprio calendário escolar, a realização das Ações de Cidadania propostas pela EJESC e durante todo o ano letivo, iniciando com o Programa Eleitor do Futuro.

Já no setor do ensino médio, a ação poderá contemplar o alistamento de jovens com mais e 16 anos, por meio de atendimento volante, respeitadas as demais demandas prioritárias dos cartórios (biometria e implantação do processo judicial eletrônico).

Políticas de multiplicação do Programa tendem a ser criadas para o próximo exercício, visando a execução do Programa através dos próprios agentes públicos (magistrados e servidores eleitorais) sediados no interior do Estado, disseminando informações que contribuam na formação de consciência crítica na nova geração de eleitores. Como estratégia, pretende-se avançar na criação de um

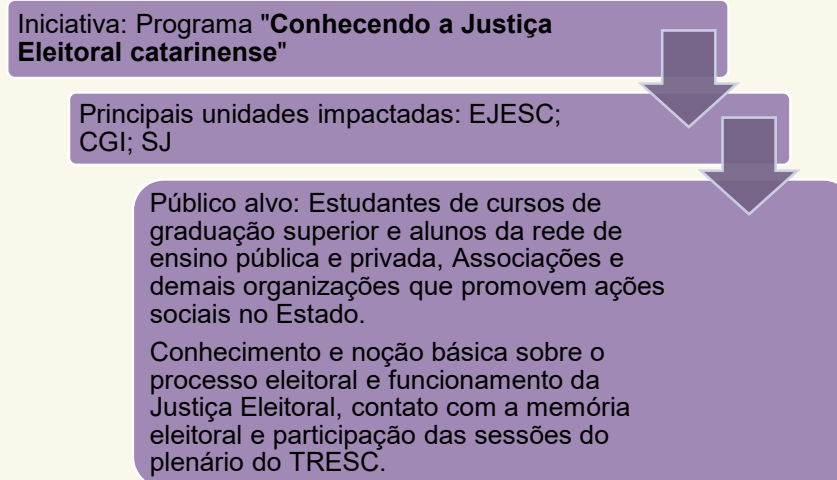
banco de informações e ferramentas virtuais padronizadas, incluindo a formatação de material padronizado (*power point*, vídeos), os quais poderão ser disponibilizados aos cartórios eleitorais que agendariam visitas nas escolas. Nas escolas de ensino médio, a ação poderá contemplar o alistamento de jovens com mais e 16 anos, por meio de atendimento volante, respeitadas as demais demandas prioritárias dos cartórios (biometria e implantação do processo judicial eletrônico).

Pretende-se, ainda, como janela de oportunidade, promover a execução do Programa em eventos compartilhados com a Presidência do TRESC, que versem sobre cidadania, fortalecimento da imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral, otimizando ao máximo a multiplicação dos eventos em parceria dos demais.

Sob a ótica dos materiais de apoio para as ações voltadas ao público-alvo entre 6º e 9º ano, o Programa ainda dispõe de material confeccionado e utilizado durante o exercício de 2018 – *passatempo Coquetel* – “Vote certo, vote seguro!” e “Com o seu voto, a democracia avança”.

Para as ações novas e voltadas a um público diferenciado, pretende-se trabalhar na elaboração de um novo material padronizado para disseminação do Programa por Juízes e Servidores. Com esse apoio, poderemos disseminar as ações voltadas ao fortalecimento da imagem do Justiça Eleitoral e ações de cidadania em todo o território catarinense.

O Programa Eleitor do Futuro é a principal porta de acesso para a realização do Programa Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinenses (versão módulo externo), cuja execução do Programa se dá na própria Escola, ou (versão módulo interno), onde a execução fica por conta da visita ao TRESC, ambas sob a coordenação da EJESC.



Para o setor da rede de ensino público/privada do ensino fundamental, planeja-se a continuidade do Programa “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense”(módulo interno), dando sequência no atendimento das demandas escolares que fazem contato direto com a EJESC, após terem tomado conhecimento do Programa por meio do website da EJESC ou pela cadeia de gestores das Unidades de Ensino, bem como pela promoção da ação entre Escola e TRESC, iniciada com o convite realizado quando da execução do Programa Eleitor do Futuro em parceria com a

Secretaria de Estado de Educação, configurando, assim, a continuidade nas ações de cidadania promovidas e coordenadas pela Escola Judiciária Eleitoral.

Para o setor da rede de ensino público/privada do ensino médio, planeja-se pela continuidade do Programa “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense”(módulo interno), buscando atender as demandas que solicitam visita ao TRESP. O Programa, coordenado pela EJESC, será executado nos mesmos moldes e em parceria com a Secretaria Judiciária, a qual ficará responsável pela palestra sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral, além de organizar a visita guiada ao Centro de Memórias e a participação dos alunos na Sessão Plenária de julgamentos. Serão expedidos certificados de 2 horas-aula ou 4 horas-aula, conforme as atividades realizadas. Planeja-se, ainda, estimular o envolvimento de outras Unidades deste Tribunal, tais como as Áreas Administrativa e de Planejamento, ao desenvolvimento de ações similares, que integrem a linha pedagógica do Programa, aprimorando a apresentação das atividades realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Iniciativa: Campanha "Mulheres na política - Elas podem. O país precisa"

Principais unidades impactadas: PRES;
EJESC

Público alvo: Mulheres e sociedade em geral.

Incentivo às mulheres para que tomem a iniciativa de filiarem-se a um partido político e participem das eleições para mudarem a realidade da representação política no nosso país; ação que promove cidadania, fortalece a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral.

Dentro do programa já consolidado “Mulheres na Política-Elas podem. O País Precisa”, pretende-se retomar o debate sobre o tema, observando o resultado das Eleições 2018 e ampliando a reflexão para assegurar maior inclusão das mulheres no pleito municipal de 2020.

Incrementando a estratégia de divulgação, propõe-se sua inserção em todos os eventos possíveis, públicos e privados, de forma a garantir sua contínua divulgação. Seminários, Congressos, Painéis com especialistas na área, Colóquios, Debates em Universidades, Associações e Escolas farão parte da metodologia aplicada pela EJESC na divulgação do programa.

Pretende-se, ainda, interiorizar a campanha com a parceria das Zonas Eleitorais da Capital, no interior do Estado, incentivando e promovendo o engajamento de magistrados e servidores na

multiplicação da Campanha. Para isso, a confecção de um material padrão de divulgação para Juízes e Servidores será confeccionado.

Iniciativa: Programa "Mesário Universitário"

Principais unidades impactadas: EJESC; ZEs

Público alvo: Estudantes de cursos de graduação superior.

Aprimoramento da qualidade da prestação do serviço eleitoral; conhecimento por parte dos acadêmicos sobre as atividades envolvidas nos atos preparatórios de uma eleição; fortalecimento da imagem da Justiça Eleitoral e desenvolvimento de parcerias estratégicas.

O Programa "Mesário Universitário" vêm envolvendo estudantes de todo o Estado Catarinenses, dos mais diversos cursos de graduação. O Programa se inicia com a celebração de convênio com a Universidade interessada, abrindo oportunidade para seus acadêmicos prestarem serviços à Justiça Eleitoral e como contrapartida, obterem a conversão das horas trabalhadas em horas complementares, exigidas na grade curricular do acadêmico. Como estratégia de divulgação, pretende-se dar continuidade à campanha, por meio de palestras temáticas e debates nas Universidades. Orientações aos Cartórios Eleitorais para

celebrarem convênios com a Universidades locais também será pauta para 2019, no sentido de dar continuidade ao Programa.

Pretende-se, ainda, elaborar um concurso interno premiando os Cartórios Eleitorais com o maior número de adesões nos trabalhos eleitorais, via Portal do Eleitor, relacionados aos trabalhos desenvolvidos de divulgação do programa Mesário Universitário.

A EJESC dará continuidade no processo de celebração de convênios entre Universidades do Estado e o TRESA (EJESC-AAI), coordenando, minutando, realizando mala direta, visitas técnicas e demais ações necessárias para o crescimento do Programa.

Iniciativa: "Campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do Processo Eleitoral"

Principais unidades impactadas: EJESC

Público alvo: Público em geral

Ação que promove cidadania, fortalece a imagem e a credibilidade da Justiça Eleitoral e desenvolve parcerias.

Considerando a instrução da meta nacional n. 2 (deliberada na Reunião Preparatória para o XI Encontro do Poder Judiciário, que orienta as EJEs) : "Promover ações voltadas ao esclarecimento

sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente”, propõe-se como estratégia para 2019, a celebração de convênios ou acordos de cooperação com instituições, governamentais ou não, para fomentar, difundir e ampliar ações educativas que versem sobre leis, normas e procedimentos afetos às eleições de 2020 e procedimentos relacionados.

Na mesma esteira, se faz necessário a criação de políticas de avaliação de reação, capazes de aferir, por meio da opinião dos participantes, o nível de organização e/ou logística do evento; qualidade do material didático utilizado (quando aplicável); apreensão do conteúdo por parte do participante; atuação do instrutor (quando aplicável); avaliação geral do evento, abrindo ao final sugestão de melhorias.

Iniciativa: Congresso Catarinense de Direito Eleitoral

Principais unidades impactadas: Sede, zonas eleitorais, juízes e promotores eleitorais

Sinopse: reedição do Congresso realizado em 2016 e 2017 e, em 2019, agora com foco nas Eleições Municipais 2020. Previsto para ser realizado em outubro de 2019, quando já estarão definidas as normas que nortearão o pleito vindouro.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional de servidores, magistrados e promotores eleitorais

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Iniciativa: Certificação de servidores conteudistas e tutores

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: a Assistência de Educação a Distância implantará a política de emissão de certificação aos servidores que atuarem como conteudistas e tutores nos cursos oferecidos no ambiente EAD de modo a valorizar a atuação destes servidores nestas atividades.

Incentivo à instrutoria interna por servidores que possuem *expertise* nas matérias relacionadas à atuação da Justiça Eleitoral; melhoria na capacitação dos servidores.

Iniciativa: Estudos para incentivo da participação dos servidores nos cursos em EaD

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: pretende-se iniciar estudos no sentido de valorizar os esforços dos servidores na realização de capacitações na modalidade a distância, propondo incentivos à realização deste tipo de treinamento que geralmente concorrem com as atividades ordinárias dos ambientes de trabalho.

Melhoria na capacitação dos servidores; redução de dúvidas e equívocos na realização das atividades laborativas.

Iniciativa: Execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PADC)

Principais unidades impactadas: Sede, zonas eleitorais, juízes e promotores eleitorais

Sinopse: priorização na realização de capacitação via treinamentos virtuais, de modo a alcançar um maior número de interessados.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional, com a racionalização de recursos disponibilizados e beneficiando um maior contingente de interessados.

Iniciativa: Capacitação de instrutores

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: os instrutores dos cursos internos são servidores do TRESC, especialistas nos temas, mas que nem sempre detêm a metodologia de ensino adequada à disseminação do conhecimento para o público a que se destina. Pretende-se capacitá-los em metodologia de ensino.

Melhorias nos cursos produzidos internamente e nas aulas ministradas pelos instrutores; aprimoramento na capacitação dos servidores.

**Iniciativa: Capacitação no Sistema PJe -
Processo Judicial Eletrônico**

Principais unidades impactadas: Sede e
Zonas Eleitorais

Sinopse: a implantação do PJe nas ZEs é projeto prioritário do TRESP em 2019, com influência direta para as eleições municipais de 2020. A EJPSC participará ativamente desse processo por meio da capacitação de mais de 400 pessoas, dentre servidores, juízes e promotores. Além disso, a capacitação envolverá também o público externo – advogados e partidos políticos – os quais deverão ser integrados e sensibilizados com a nova sistemática de trabalho.

Ambientação do público-alvo na nova sistemática de trabalho; utilização adequada das principais funcionalidades da plataforma; redução das dúvidas.

**Iniciativa: Implantação de nova versão do
software Moodle**

Principais unidades impactadas: Sede e
Zonas Eleitorais

Sinopse: em continuidade ao projeto de desenvolvimento de nova identidade visual para o ambiente virtual de aprendizagem, a Assistência de Educação a Distância implantará em 2019 a nova versão do software Moodle nos ambientes virtuais de aprendizagem da internet e intranet. A utilização de versão mais atualizada do Moodle possui foco na usabilidade e na experiência do usuário.

Utilização de ferramentas mais modernas nos cursos ofertados, tornando a experiência de aprendizagem mais efetiva e simples aos estudantes; melhoria na diferenciação dos ambientes intranet e internet pelos usuários.

**Iniciativa: Incremento na utilização de
novas tecnologias**

Principais unidades impactadas: Sede e
Zonas Eleitorais

Sinopse: para o ano de 2019 já estão em andamento ações que visam incrementar o uso de novas tecnologias, tais como interações significativas, criadas através do software H5P - já utilizadas no ano de 2018 nos cursos de “Práticas Cartorárias I e II” e extremamente bem recebidas pelos estudantes – além de testes do uso do *microlearning* nas ações educativas que visam familiarizar os servidores com novas tecnologias como o PJe.

Melhorias no processo de aprendizagem, tornando-o mais efetivo.

Iniciativa: Participação na Rede de Gestores

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: em continuidade à iniciativa de formação de uma rede de compartilhamento de ensino, pretende-se a assinatura de termo de convênio entre órgãos federais e estaduais interessados, por meio da qual sejam articuladas ações de capacitação, de treinamento e de atividades de estudos visando à otimização de recursos nessas áreas.

Otimização dos recursos orçamentários, materiais e de força de trabalho; potencialização do resultado das ações de capacitação; geração/sistematização dos conteúdos e práticas de objetos de aprendizagem.

Iniciativa: Capacitação de instrutores

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Sinopse: os instrutores dos cursos internos são servidores do TRESC, especialistas nos temas, mas que nem sempre detêm a metodologia de ensino adequada à disseminação do conhecimento para o público a que se destina. Pretende-se capacitá-los em *metodologia de ensino*.

Melhorias nos cursos produzidos internamente e nas aulas ministradas pelos instrutores; aprimoramento na capacitação dos servidores.

Iniciativa: Implantação do Processo Judiciário Eletrônico nas Zonas Eleitorais

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: apoio à capacitação de mais de 400 pessoas, dentre servidores, juízes e promotores eleitorais, além do público externo (advogados e representantes de partidos políticos) para que sejam integrados e sensibilizados com a nova sistemática, a qual impactará nas rotinas de trabalho dos cartórios eleitorais, com influência direta no pleito de 2020.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional, a elevação do conhecimento e a formação continuada dos servidores, magistrados e promotores eleitorais, além de operadores do direito eleitoral e de representantes de agremiações partidárias.

Iniciativa: formação de magistrados

Principais unidades impactadas: magistrados eleitorais

Sinopse: promover cursos de formação inicial e continuada aos juízes como eleitorais, em especial na preparação para as Eleições Municipais 2020, com foco na sua valorização e integração. A partir de 2017, com o Projeto Pedagógico n. 151 - *Curso de Financiamento Partidário e de Campanhas Eleitorais*, será uma das metas deste plano. Está prevista a disponibilização de um curso básico sobre informações que permitam conhecer o funcionamento dos cartórios eleitorais, suas normativas, temas e conteúdos necessários que farão parte do cotidiano do juiz e darão as condições necessárias para julgar matéria eleitoral. Outros cursos deverão ser formatados com os temas mais críticos da Eleição.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional de magistrados, de forma presencial ou à distância (EaD).

Iniciativa: Encontro presencial da pós-graduação *lato sensu* em Gestão Judiciária Eleitoral - EaD

Principais unidades impactadas: Sede, zonas eleitorais e juízes eleitorais

Sinopse: contemplar disciplinas customizadas, a fim de atender às necessidades da Justiça Eleitoral de primeiro grau, cuja elaboração contará com a participação direta de técnicos deste Tribunal, com vistas a abarcar os magistrados e servidores lotados no interior. Embora o curso seja na modalidade à distância (EaD), contará com 2 encontros presenciais de 10h/aula cada. As atividades presenciais obrigatórias serão realizadas no polo de apoio presencial da UNIVALI em Florianópolis.

Atualização e o aperfeiçoamento técnico-profissional de servidores, magistrados eleitorais, com a discussão de temas relevantes apresentados durante o curso, com a presença de alguns dos professores que atuaram, tornando possível a interação e a troca de conhecimento.

Iniciativa: Lançamento de uma edição da Resenha Eleitoral

Principais unidades impactadas: TRES

Sinopse: preparação para a publicação da edição da Resenha Eleitoral (Volume 21, n.2) – em consonância com o Termo de Cooperação com a UNIVALI e com a Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ) –, observando os requisitos mínimos exigidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), área Direito, para que o periódico seja considerado científico, destacando-se a implementação da avaliação *por pares*, pelo método *Double Blind Review*, pelo qual os artigos de cada número são anonimamente avaliados por pelo menos dois pareceristas especialistas, com elevada titulação acadêmica, sempre com o propósito no desenvolvimento de pesquisa de cunho pragmático, de maneira democrática e participativa, observada a missão da revista, alinhada aos objetivos do Planejamento Estratégico da EJESC: democratizar a divulgação de conhecimento científico na área eleitoral, por meio da publicação de trabalhos inéditos que promovam a transformação baseada na convergência entre teoria e prática.

Fomentar a produção individual ou coletiva de estudos na área jurídica, em especial nas inerentes à seara eleitoral, com vistas a reverter no aprimoramento de sua dogmática e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos pela Justiça Eleitoral.

Parte VII

Cadastros e Gestão da Informação

ações e projetos estratégicos - 2018/2019

BIOMETRIA E CADASTROS ELEITORAIS

INICIATIVA: VT Biometria convênio IGP

Principais unidades impactadas: público interno e público externo

DESCRIÇÃO: foi produzido 1 vídeo para emissoras de TV com a finalidade de divulgar para o grande público que além daqueles que foram até o cartório eleitoral e fizeram o cadastramento biométrico, outros tiveram seus dados importados do Instituto Geral de Perícias, com base na carteira de identidade. Uma parceria entre TRE e Governo do Estado.

Iniciativa: Fechamento do Cadastro

Principais unidades impactadas: CRE, STI, SGP e zonas eleitorais

Relevância/ganhos: planejamento, organização e acompanhamento das atividades executadas pelos cartórios no fechamento do cadastro.

Em 2018, foram atendidos mais de sessenta mil eleitores nos últimos três dias do prazo, cabendo à Corregedoria: o fornecimento de subsídios à Administração para o remanejamento extraordinário de recursos, materiais e pessoas da Sede para os cartórios eleitorais; a preparação da equipe de apoio; a prestação de orientações aos cartórios eleitorais, inclusive via "Conexão TRE" e o acompanhamento do atendimento até a finalização dos trabalhos.

Iniciativa: Agendamento

Principais unidades impactadas: CRE, STI, Zonas Eleitorais e público externo

Relevância/ganhos: dando seguimento à política de incentivo ao agendamento, como medida destinada a dar mais eficiência aos serviços e assegurar melhor aproveitamento dos recursos públicos, constata-se que, no ano de 2018, 263.002 pessoas solicitaram agendamento por meio do Sistema próprio, o que representa cerca de um terço do total de alistamentos promovidos no mesmo período.

Iniciativa: Planejamento da Revisão de Eleitorado

Principais unidades impactadas: Corregedoria, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração e Orçamento e Secretaria de Gestão de Pessoas e zonas eleitorais

Relevância/ganhos: a Corregedoria elaborou o planejamento das revisões eleitorais com coleta de dados biométricos, a fim de atender a meta do TSE de cadastrar 100% do eleitorado do Estado de Santa Catarina até 2021.

As zonas eleitorais foram instadas a promover o levantamento dos dados de todos os municípios ainda não revisados, com informações sobre proporção entre eleitorado e população,

distâncias, meios de transporte, necessidade de postos de atendimento, dentre outras.

Ao mesmo tempo, foi realizado levantamento da quantidade de eleitores em comparação com a população estimada dos municípios. A partir da análise criteriosa de todos os dados coletados, foram definidas cento e vinte e duas cidades que se submeterão à revisão eleitoral neste ano de 2019.

Iniciativa: Formalização e acompanhamento das Revisões

Principais unidades impactadas: Corregedoria, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração e Orçamento e Secretaria de Gestão de Pessoas e zonas eleitorais
Relevância/ganhos: definidos os municípios, iniciou-se a formalização com expedição de 51 provimentos, além de todas as orientações necessárias à execução dos trabalhos.

Foi criado espaço específico na Intranet do Tribunal para concentração de dados estatísticos, cronogramas de trabalho, normas e orientações pertinentes ao assunto.

Iniciadas as revisões, compete à Corregedoria analisar os dados estatísticos diários e determinar as medidas necessárias ao cumprimento das Metas estabelecidas.

Iniciativa: Acompanhamento das revisões de eleitorado

Principais unidades impactadas: CRE e zonas eleitorais

Acompanhamento dos trabalhos de revisão de eleitorado em 122 municípios, a fim de garantir o cumprimento dos prazos e metas estabelecidas.

Iniciativa: Homologação das revisões de eleitorado

Principais unidades impactadas: CRE e zonas eleitorais

Após o término dos trabalhos de atendimento ao eleitor, todos os processos serão analisados pela Corregedoria, para fins de homologação perante a Corte do Tribunal, o que será feito por meio de Acórdão.

Iniciativa: Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: **instalação de 18 postos de atendimento biométrico** para ampliar ainda mais a capilaridade da Justiça Eleitoral no atendimento aos eleitores (continuação de projeto iniciado em 2018).

Relevância/ganhos: aumentar o número de eleitores com biometria coletada para proporcionar o fortalecimento da segurança do processo eleitoral

Iniciativa: Teste em Campo Regional do sistema FILIA (evento nacional)

Principais unidades impactadas: Secretaria de Tecnologia da Informação

A exemplo do teste em campo dos sistemas utilizados nas Eleições 2018, a STI almeja oferecer ao TSE as condições necessárias para a realização, em âmbito nacional, do Teste em Campo Regional do sistema FILIA, para apresentação e treinamento dos TREs no novo sistema de registro de filiação partidária, capacitando os Regionais como multiplicadores.

Tal iniciativa possibilitará a participação de um número maior de servidores no evento, dada a desnecessidade de pagamento de diárias e passagens. Além disso, permitirá uma maior aproximação com as equipes técnicas do TSE.

WEB

Atualização da Internet

Principais unidades impactadas: Corregedoria, Secretaria de Administração e Orçamento e Secretaria de Gestão de Pessoas e zonas eleitorais

Periodicamente, a Corregedoria analisa e identifica a necessidade de melhorias nas informações disponibilizadas aos eleitores no site

do Tribunal. Esse monitoramento contínuo permite que o layout seja revisto de modo a destacar os serviços mais relevantes a cada etapa do processo eleitoral, como por exemplo, o fechamento do cadastro, cadastramento biométrico, propaganda eleitoral, dentre outras

Iniciativa: Reestruturação da Intranet

Principais unidades impactadas: **Sede e Zonas Eleitorais**

Com objetivo de facilitar o acesso à informação e serviços, além de aprimorar a comunicação entre as unidades da Justiça Eleitoral catarinense, foi promovido um projeto para reestruturação da Intranet Corporativa.

Dentre as inovações implantadas, pode-se destacar: o organização do conteúdo voltado para o público alvo; aprimoramento do mecanismo de busca textual de conteúdos; instituição da base de conhecimento para disseminação de orientações e procedimentos.

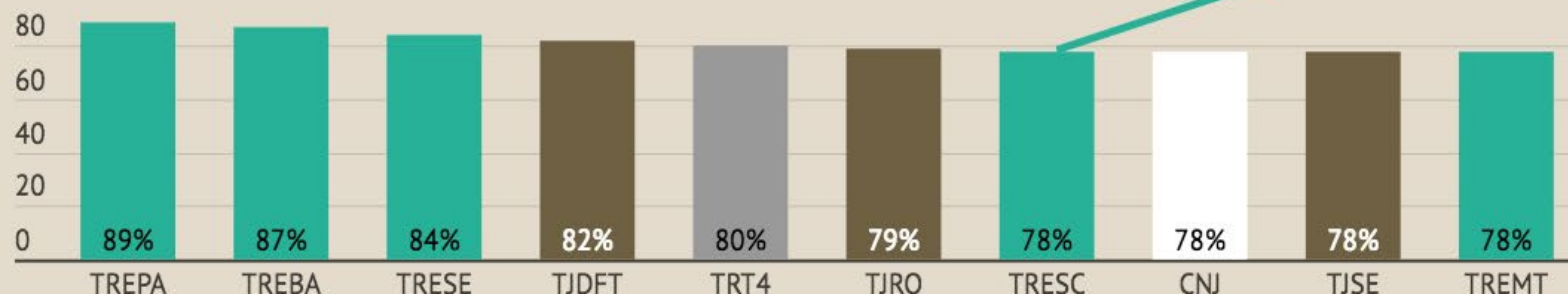
Em 2018, foram registrados mais de **2 milhões e 300 mil acessos** à Intranet pelos servidores, sendo que nos meses que antecederam as eleições a média mensal de acessos aproximou-se de **400 mil**.

Processo de Classificação da informação (SCIA)

No exercício de 2018 a classificação documental foi realizada sobre 100% do acervo da unidade.

2018/2019: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

RANKING DE TRANSPARÊNCIA



78,83%

7º lugar no ranking de transparência do CNJ (dos 93)
4º lugar entre os tribunais eleitorais (dos 27)

ATUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DIGITAIS

Clipping Jurídicos publicados

50

Pesquisas (legislação e jurisprudência) respondidas online

240

Jurisprudência (páginas atualizadas)

736

Legislação (páginas atualizadas)

4722

DJESC (matérias publicadas)

9291

ACESSO AOS SERVIÇOS DIGITAIS



322.146



157.299



42.241



27.020



26.735

● Tire suas dúvidas ● Legislação ● Publicações (guias e manuais)
● DJESC ● Jurisprudência

SUSTENTABILIDADE

20.803 documentos

produzidos e indexados
em meio digital

20t de papel

descaracterizado e reciclado por
70 descartes

ARQUIVO CENTRAL



1/2 do espaço do Arquivo Central ocupado (776 metros lineares disponíveis)

47% dos documentos arquivados já estão classificados (2,1 milhões de páginas)

900mil páginas do arquivo já digitalizadas e disponíveis

NOVAS INSTALAÇÕES DA BIBLIOTECA



Novas instalações viabilizadas por servidores da Casa, de baixo custo financeiro (R\$ 48mil), para adaptar a biblioteca aos novos formatos de uso (acesso digital, nova sala de reuniões, espaços compartilhados para eventos) e às exigências de acessibilidade para cadeirantes.

IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL

Novo portal digital da biblioteca, com investimentos prioritários em livros digitais (ebooks) e aquisição de biblioteca digital de livros e periódicos.



Gestão da Informação

iniciativas para fortalecimento da imagem institucional do Tribunal e aprimoramento da gestão do conhecimento



Livro Memória da Justiça Eleitoral catarinense

Confecção de livro sobre a memória da Justiça Eleitoral catarinense, com a participação de Moacir Pereira como autor, recuperando a história e fomentando o exercício da cidadania

Governança Judicial e Administrativa

Adequação de normas, práticas e sistemas com vistas ao completo atendimento dos critérios estabelecidos por órgãos de controle externo ao Tribunal



Modernização do Museu

Publicação dos planos e políticas do Centro de Memória Adão Bernardes, com aquisição de novo mobiliário para a exposição permanente e desenvolvimento do Portal do Museu na internet.

Centralização do acervo documental

Recolhimento dos documentos permanentes dos Cartórios Eleitorais para o Arquivo Central, implantação de repositório único de documentos (inclusive multimídia) e produção nato-digital de documentos oficiais



Adequação técnico-normativa das normas

Padronizar a elaboração de normas administrativas, prestando auxílio às unidades no início do processo, revisando as propostas de normas novas ou alteradoras.

GANHOS ALMEJADOS

(1) fortalecimento da imagem institucional; (2) alinhamento à governança judicial nacional; (3) defesa da evolução da urna eletrônica e seu impacto nas eleições; (4) liberação de espaço físico; (5) redução da aquisição de papel; (6) migração para o ambiente digital; (7) gerenciamento automático do ciclo de vida documental; (8) desativação do SADP; (9) encerramento da produção de documentos físicos; (10) garantia da coerência das normas administrativas.

Iniciativa: Sistema de acompanhamento tático das metas de cadastramento biométrico

Principais unidades impactadas: Corregedoria, Assessoria de Planejamento, ASCOM, Zonas Eleitorais

Sinopse: após a aprovação das metas de cadastramento biométrico para o período 2019-2020, a Assessoria de Planejamento atualizará o sistema de consolidação e divulgação interna dos indicadores de atendimento biométrico nas Zonas Eleitorais catarinense, permitindo a análise das oportunidades de intensificação de divulgação, as ações corretivas e outras medidas de gestão a serem tomadas por iniciativa das Zonas Eleitorais e das Unidades.

Iniciativa: Biometria 2019-2020

As metas da Biometria, para o período que vai até o fechamento do cadastro eleitoral para as Eleições 2020, foram definidas pelo Tribunal Pleno, em Resolução, considerando a contribuição catarinense para as metas nacionais mantidas pelo TSE, e mantendo a proporcionalidade com o histórico de atendimentos nos ciclos anteriores.

Os 122 municípios que passarão por revisão do eleitorado terão como meta alcançar um total de 85% de eleitores biometrizados, e os demais 111 municípios que ainda não passaram por revisão deverão atender a 45% dos seus eleitores (no caso das sedes de Zona Eleitoral) ou a 29% (demais municípios).

Quanto aos municípios que já passaram por revisões de eleitorado biométricas anteriormente, a meta corresponde a manter-se dentro das projeções médias de incremento do eleitorado baseado no crescimento demográfico.

A coordenação é compartilhada entre a Secretaria da Corregedoria (revisões) e a Direção-Geral (demais casos), com acompanhamento estatístico apoiado pela Assessoria de Planejamento.

Todas as áreas do Tribunal contribuem, seja com atividades de sua atribuição ou com a cessão de recursos, de modo a apoiar o chamamento e atendimento de eleitores, que ocorre em todas as Zonas Eleitorais catarinenses.

Parte VIII

Orçamento/Finanças

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2018/2019

Em virtude do lapso temporal entre a elaboração da proposta orçamentária (março de 2017) e o início do exercício orçamentário/financeiro de 2018, bem como do contingenciamento orçamentário no valor de **R\$ 820.616,00 (oitocentos e vinte mil, seiscentos e dezesseis reais)** – sendo **R\$ 730.616,00 (setecentos e trinta mil, seiscentos e dezesseis reais)** no orçamento de custeios e **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)** no orçamento de investimentos –, o orçamento de 2018 foi adequado à nova realidade orçamentária/financeira, o que resultou em um índice de aderência ao previamente orçado no percentual de **70%**.

Da análise da execução orçamentária/financeira das Ações Orçamentárias e por Elemento de Despesa, verifica-se que as despesas decorrentes do pagamento das remunerações de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas Civis, dos Benefícios Assistências e Assistência Médica e Odontológica aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Civis e Obrigações Patronais sobre a remuneração de Pessoal Ativo, no montante de **R\$ 181.645.975,00 (cento e oitenta e um milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais)**, representou **80,14%** das despesas pagas em 2018.

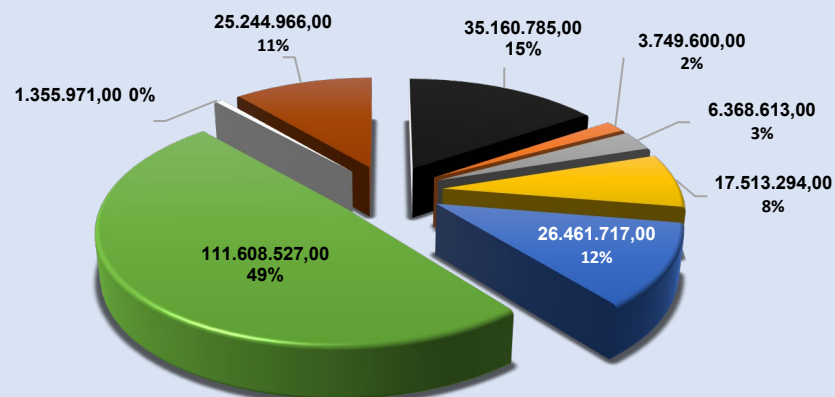
Com relação à execução orçamentário/financeira do orçamento de custeios por elemento de despesa, verifica-se que os gastos estão concentrados na Natureza da Despesa 3.3.90.39 e 3.3.91.39 –

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no montante liquidado em 2018 de **R\$ 26.814.677,50 (vinte e seis milhões, oitocentos e quatorze mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos)**. Destaca-se que, nesse Elemento de Despesa, estão concentradas as despesas com a manutenção do órgão, dentre elas as despesas com locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, serviços de vigilância, conexão de internet entre a sede do TRESC e os Cartórios Eleitorais e manutenção predial.

Houve, em 2018, um acréscimo no nível de gastos com Pessoal Ativo e Custeios no valor de **R\$ 25.244.966,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais)**, em virtude da organização e realização das Eleições de 2018, sendo este valor composto por **R\$ 17.999.810,00 (dezessete milhões, novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e dez reais)** com despesas liquidadas e custeio e **R\$ 7.245.156,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e seis reais)** com despesas liquidadas de Pessoal Ativo.

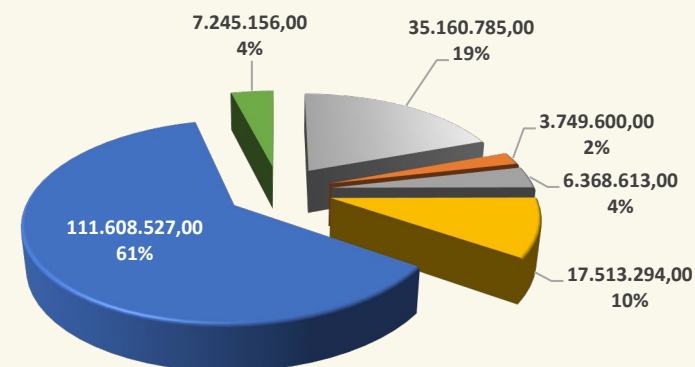
Programa de Trabalho Despesas Liquidadas - R\$

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional
- Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - No Estado de Santa Catarina
- Benefícios Obrigatórios aos Servidores - No Estado de Santa Catarina
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional
- Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado de Santa Catarina
- Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado de Santa Catarina
- Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional
- Gestão do Processo Eleitoral / Pleitos Eleitorais - Nacional



Gastos com Pessoal - R\$

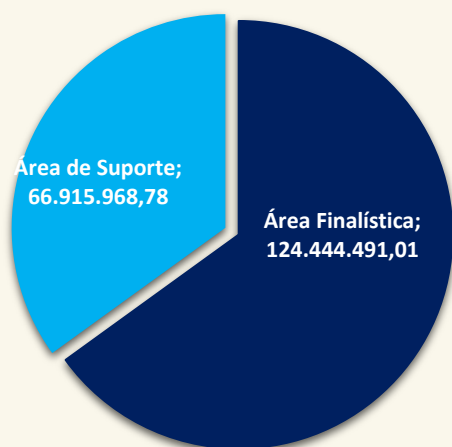
- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional
- Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - No Estado de Santa Catarina
- Benefícios Obrigatórios aos Servidores - No Estado de Santa Catarina
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional
- Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado de Santa Catarina
- Gestão do Processo Eleitoral / Pleitos Eleitorais - Nacional



Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

Custos das Áreas Finalísticas e de Suporte (R\$)



Como principal desafio tem-se a manutenção das atividades da Justiça Eleitoral Catarinense frente à limitação orçamentária dos últimos anos, buscando preservar a excelência dos serviços prestados por esta Corte à sociedade catarinense, adequando a disponibilidade orçamentária à manutenção do órgão e à implantação de projetos que tragam benefícios reais.

Como ação futura destaca-se a implantação dos Planos de Aquisições, que visam vincular o orçamento do TRESC ao efetivamente planejado, evitando desperdícios. Ressalta-se, também, a iniciativa da administração deste órgão em negociar

com os fornecedores, principalmente de serviços, a manutenção dos preços praticados, ou seja, a renúncia aos reajustes previstos em contrato.

Com a implantação, em 2018, dos Planos de Aquisições deste Tribunal – cuja divisão se dá entre orçamento de custeio e investimento para a manutenção do órgão, orçamento de custeio e investimento para as atividades de Tecnologia da Informação (TI) e orçamento de custeio de Pleitos Eleitorais –, a proposta orçamentária para ano de 2019 foi elaborada seguindo parâmetros definidos nesses Planos, o que resultará, salvo haja novo contingenciamento orçamentário, em maior aderência ao planejado.

Cabe ressaltar que o orçamento para o ano de 2019 está adequado para atender às necessidades de manutenção do órgão, sem sobra orçamentária relevante para o desenvolvimento de novos projetos. Para ilustrar os efeitos da limitação orçamentária em 2019, verifica-se que o orçamento líquido de investimento para o ano de 2018 foi de **R\$ 3.940.843,00 (três milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e quarenta e três reais)** e o orçamento inicial para o ano de 2019 é de **R\$ 694.825,00 (seiscentos em noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais)**, ou seja, **uma redução de 82,37%**. Verifica-se, também, que o orçamento de custeios para o ano de 2019 foi acrescido, em relação ao mesmo orçamento de 2018, em **R\$ 566.266,00 (quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais)**, ou seja, **2,35%**.

Evolução da Execução Orçamentária da Despesa por Função (R\$)

Descrição da Função	Função	Empenhado				Liquidado				Pago			
		2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Previdência Social	09	26.145.575,00	28.449.209,00	32.497.206,00	35.210.785,00	26.095.575,00	28.377.418,00	32.467.206,00	35.160.785,00	26.095.575,00	28.377.418,00	32.467.206,00	35.160.785,00
Judiciária	02	142.632.841,00	164.729.555,00	163.825.465,00	194.684.686,00	139.031.096,00	164.386.527,00	163.132.603,00	192.302.688,00	137.505.729,00	162.800.371,00	162.640.944,00	191.498.034,00
TOTAL		168.778.416,00	193.178.764,00	196.322.671,00	229.895.471,00	165.126.671,00	192.763.945,00	195.599.809,00	227.463.473,00	163.601.304,00	191.177.789,00	195.108.150,00	226.658.819,00

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo ND	Grupo ND	Elemento de Despesa	Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Não Processados
1	Pessoal	3.1.90.01	Aposentadorias	25.856.641,21	25.856.641,21	25.856.641,21	-
1	Pessoal	3.1.90.03	Pensões Cíveis	9.304.143,87	9.304.143,87	9.304.143,87	-
1	Pessoal	3.1.90.07	Contribuição à Entidades Fechadas de Previdência	248.126,25	248.126,25	248.126,25	-
1	Pessoal	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	110.234.453,62	110.234.453,62	110.234.453,62	-
1	Pessoal	3.3.91.13	Obrigações Patronais (Operação Intra-Orçamentária)	17.459.792,10	17.459.792,10	17.459.792,10	-
1	Pessoal	3.3.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	8.290.336,70	8.140.336,70	8.140.336,70	150.000,00
1	Pessoal	3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	1.476.839,32	230.765,84	230.765,84	1.246.073,48
1	Pessoal	3.1.91.92	Despesas de Exercícios Anteriores (Operação Intra-Orçamentária)	83.502,27	53.502,27	53.502,27	30.000,00
3	Custeios	3.3.90.08	Outros Benefícios Assistências do Servidor	939.091,84	919.091,84	919.091,84	20.000,00
3	Custeios	3.3.90.14	Diárias Pessoal - Civil	1.059.795,17	1.059.795,17	1.059.795,17	-
3	Custeios	3.3.90.30	Material de Consumo	2.824.198,84	2.747.115,84	2.744.470,85	77.083,00
3	Custeios	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	281.365,10	281.365,10	281.365,10	-
3	Custeios	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.387.823,81	1.387.823,81	1.353.899,63	-
3	Custeios	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	26.913.690,50	26.713.575,10	26.646.804,43	200.115,40
3	Custeios	3.3.91.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Operação Intra-Orçamentária)	116.102,40	101.102,40	101.102,40	15.000,00
3	Custeios	3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	7.727.068,30	7.716.993,47	7.039.851,40	10.074,83
3	Custeios	3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	5.365.909,32	5.365.909,32	5.365.909,32	-
3	Custeios	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	153.083,80	152.838,80	152.838,80	245,00
3	Custeios	3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas (Operação Intra-Orçamentária)	7.191,24	7.191,24	7.191,24	-
3	Custeios	3.3.90.48	Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	1.389.143,25	1.329.143,25	1.329.143,25	60.000,00
3	Custeios	3.3.90.49	Auxílio-Transporte	11.901,49	11.901,49	11.901,49	-
3	Custeios	3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	216.302,95	193.367,41	193.367,41	22.935,54
3	Custeios	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	4.650.025,72	4.642.888,32	4.642.888,32	7.137,40
4	Investimentos	4.4.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	390.915,48	297.827,48	295.570,47	93.088,00
4	Investimentos	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	3.504.934,44	3.004.690,02	2.982.772,89	500.244,42
4	Investimentos	4.4.90.93	Indenizações e Restituições	3.092,22	3.092,22	3.092,22	-
Total				229.895.471,21	227.463.474,14	226.658.818,09	2.431.997,07

Gestão de custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução n. 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria n. 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria n. 157/2011 da Secretaria do Tesouro

Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens

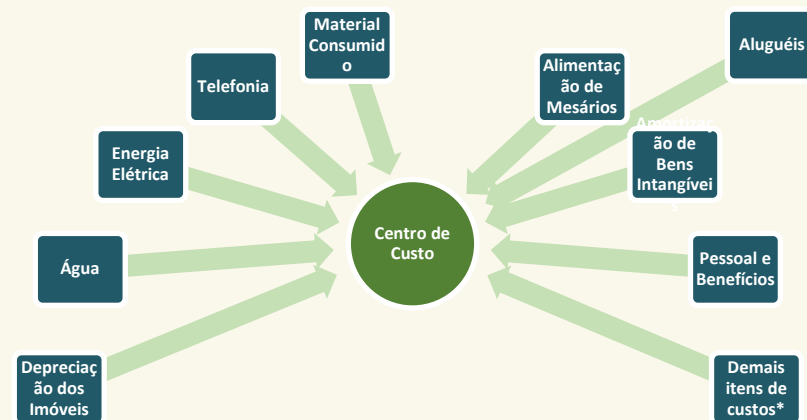
de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:

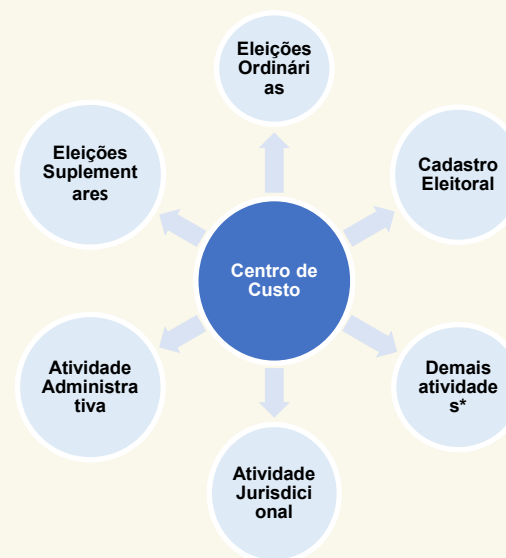


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral:



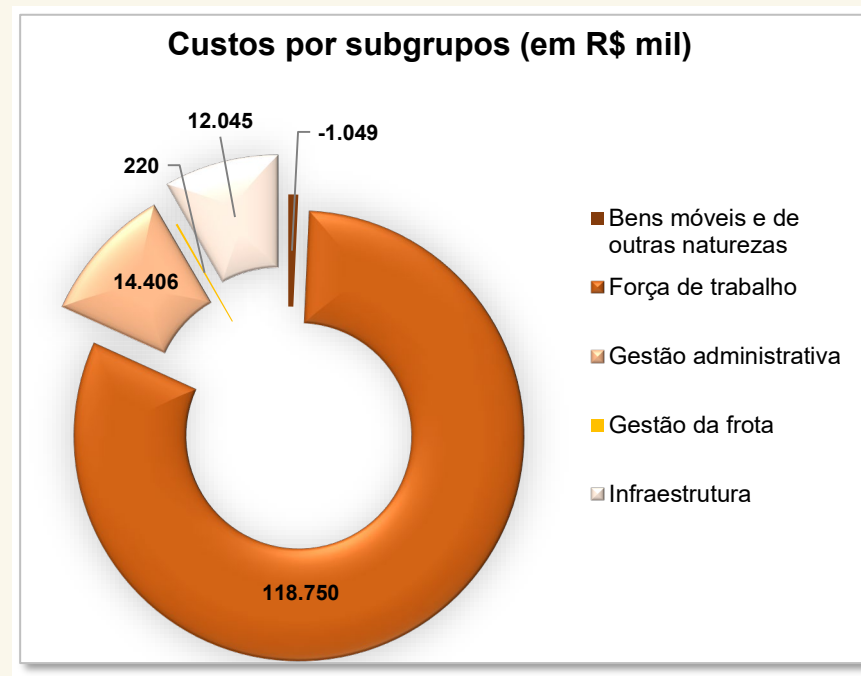
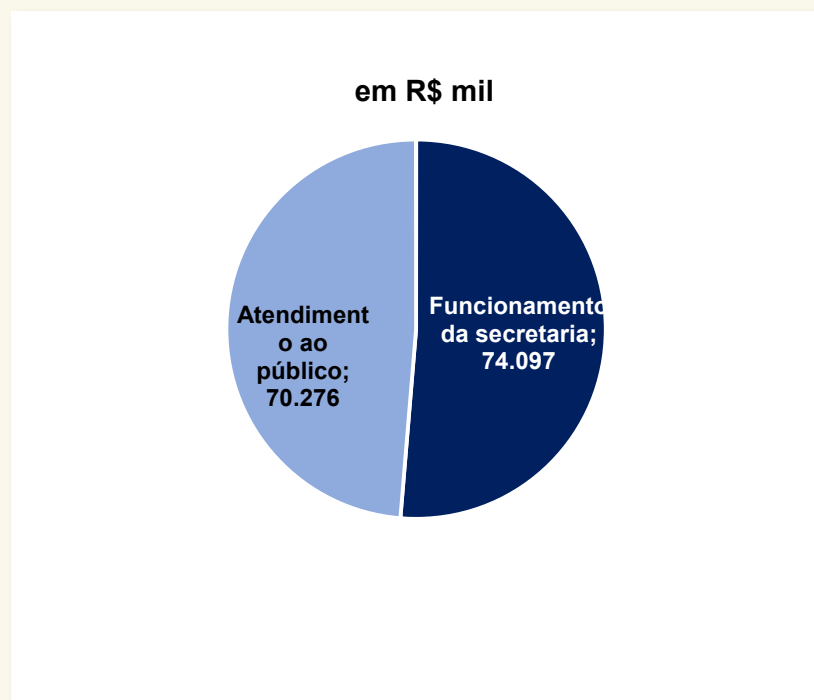
No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

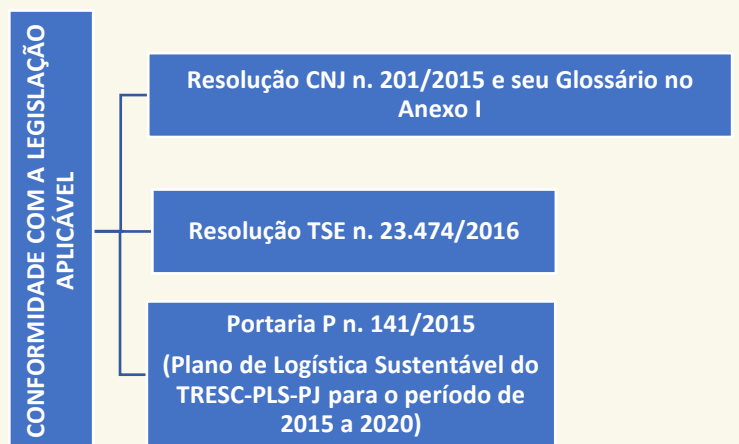
Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos

centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas. No que diz respeito aos custos de 2018, os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir: Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

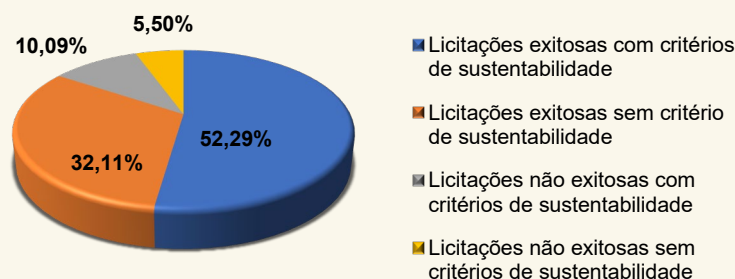


Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, configurando-se como principal desafio para os anos vindouros a incorporação de novas técnicas e ferramentas, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

Sustentabilidade ambiental



CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS 2018



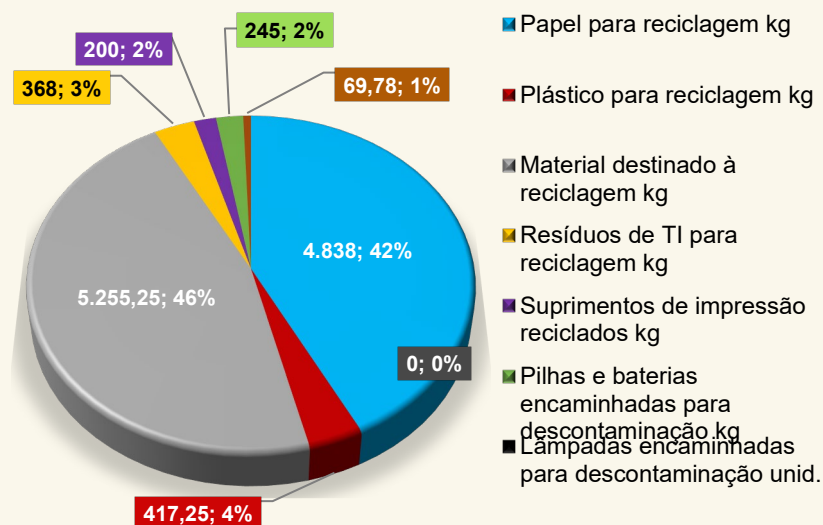
O gráfico das contratações sustentáveis em 2018, assim entendidas como aquelas em que foi observado ao menos um critério de sustentabilidade, indica que o percentual de licitações exitosas nesse aspecto foi 52,29%, representando 57 licitações de um total de 109 realizadas no ano de 2018. Todavia, se considerar o total de licitações exitosas e não exitosas em que foram estabelecidos critérios de sustentabilidade o percentual é de 62,38% do total de licitações realizadas em 2018.

Foram estabelecidas diversas ações para redução de consumo de recursos naturais, no Plano de Logística Sustentável, sendo a maioria de ação continuada, sem prejuízo de sempre se buscar ampliar esse rol e torná-lo o mais eficiente possível. Entre outras podemos destacar as seguintes:

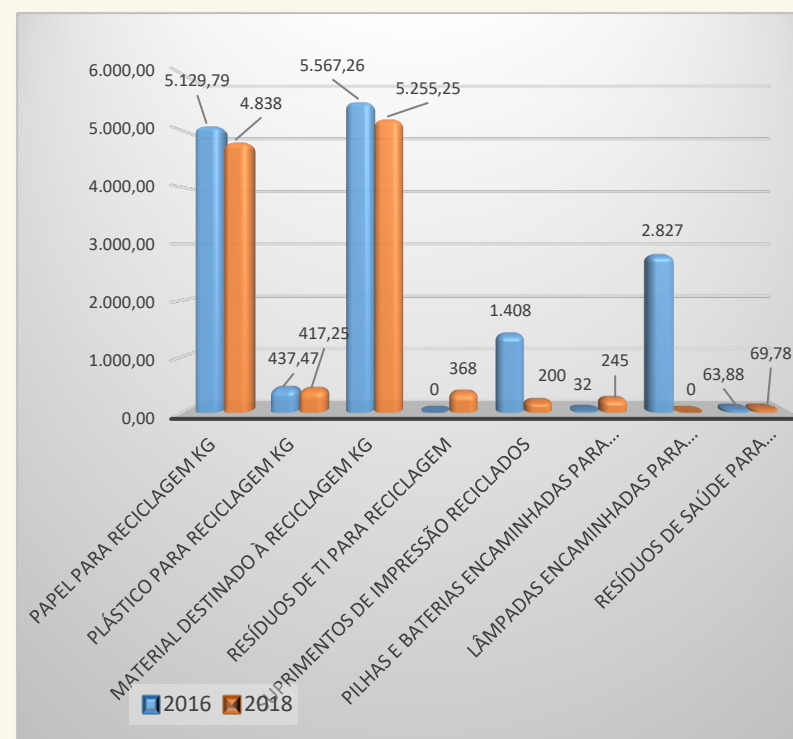
- Reduzir o consumo do papel e suprimentos de impressão;
- Usar papel reciclado ou não clorado para impressão de documentos em versão sujeita a revisão ou não definitiva;
- Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional;
- Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos;
- Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão;

- Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas;
- Substituir o uso de copos descartáveis por dispositivos retornáveis duráveis ou biodegradáveis;
- Substituir o consumo de água engarrafada em recipientes plásticos por garrações de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros;
- Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza;
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo;
- Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente;
- Fechar as portas e janelas quando o ar condicionado estiver ligado;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação e iluminação natural;
- Manter o contrato de energia adequado à real demanda de energia elétrica;
- Adquirir materiais e equipamentos elétricos com critérios de eficiência energética;
- Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para redução do consumo;
- Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a legislação pertinente;
- Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos não recicláveis;
- Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho saudável e seguro;
- Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas;
- Promover atividades de integração e de qualidade de vida;
- Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol;
- Estabelecer rotinas de manutenção preventiva nos veículos;
- Monitorar o gasto com contratos de motoristas;
- Implantar telefonia VoIP em substituição às linhas de voz
- Estimular contratações sustentáveis, ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade na especificação do objeto;
- Sensibilizar e capacitar os servidores em educação socioambiental;
- Promover a capacitação de servidores na temática da sustentabilidade;
- Efetuar o levantamento dos imóveis que necessitam de reformas e mudança de layout.

No que tange à gestão de resíduos, o gráfico abaixo demonstra a quantidade e percentual representativo de todos os resíduos produzidos em 2018, sendo que outras espécies de resíduos estão previstas no Plano de Logística Sustentável, tais como metais, vidro e madeira, todavia, não foram produzidos pelo TRESC no período:



Ainda quanto à gestão de resíduos, de modo a se verificar as reduções alcançadas é preciso compará-las com outro ano de referência. Tendo em vista que 2018 foi ano eleitoral, seu ano de referência seria 2016, considerando sobretudo a sazonalidade das atividades da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 25 da Resolução TSE n. 23.474/2016 e Glossário de Resolução n. 201 do CNJ:



Iniciativa: Execução Orçamentária 2018

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: aplicação dos recursos disponibilizados pela LOA

Relevância/ganhos: aderência da execução ao planejamento orçamentário e execução equilibrada ao longo do exercício.

Estatísticas: 2.460 notas de empenho, 235 pré-empenhos, 515 informações orçamentárias em PAs. Orçamento executado: R\$ 229.895.471,21.

Iniciativa: Execução Financeira 2018

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: pagamentos de agentes políticos, servidores e empresas contratadas.

Relevância/ganhos: considerando o teto da despesa pública estabelecido pela Emenda Constitucional n. 95, a maximização dos pagamentos no exercício de 2018, mediante força-tarefa que atuou até o dia 28.12.2018, propiciou a inscrição de apenas R\$ 781.332,65 de despesas de custeios e investimentos em restos a pagar para 2019, o que garantiu que o limite financeiro para o exercício corrente seja superior ao orçamento, que poderá ser integralmente aplicado. Estatísticas: 6.891 procedimentos administrativos de pagamento, 1.290 procedimentos de pagamento de diárias, 80 suprimentos de fundos, 15.402 ordens bancárias, 2.781 DARFs, 1.824 GPS, 720 GRUs, 1.526 reembolsos, 6.499 notas de pagamento de fornecedores, 165 folhas de pagamento.

Tema/área: Folhas de pagamento

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: foram elaboradas, no período de março de 2018 a março de 2019:

- 13 folhas de pagamento de autoridades eleitorais, sendo 12 normais e 1 suplementar, totalizando o montante aproximado de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais). Em média, são trezentas

autoridades eleitorais mensais (entre titulares e substitutos) que recebem pela folha de pagamento.

- 5 folhas de pagamento de serviço extraordinário dos servidores do quadro suplementar (removidos, cedidos e requisitados), totalizando o montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais);

- 5 folhas de pagamento suplementares de exercício anterior para os servidores do quadro suplementar, perfazendo o montante de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

- 52 folhas de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas (normais e suplementares – serviço extraordinário, exercício anterior, gratificação natalina, reembolso de despesa médica unimed, auxílio alimentação, substituições, progressões, etc), totalizando o montante aproximado de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões);

Registra-se que, no mês de dezembro de cada exercício, o volume de elaboração de folhas suplementares aumenta consideravelmente, tendo em vista a necessidade de executar o orçamento antes de findar o ano. Em dezembro de 2018, foram elaboradas 11 folhas de pagamento suplementares, além da folha normal.

Relevância: a elaboração das folhas de pagamento é atividade complexa que responde pela execução de 76,67% (setenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) do orçamento de pessoal total, proporcionando aos servidores e autoridades eleitorais a efetividade no pagamento.

Iniciativa: Planejamento Orçamentário 2019

Principais unidades impactadas: SAO e Comitê de Aquisições

Sinopse: elaboração da Proposta Orçamentária para 2019 e adequação ao limite estabelecido pelo Poder Executivo

Relevância/ganhos: considerando o atual cenário de restrições orçamentárias decorrente da Emenda Constitucional n. 95, o trabalho colaborativo é fundamental para a priorização dos recursos de modo a assegurar o atendimento dos objetivos institucionais do TRESP.

Iniciativa: Controle de custos por imóvel

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: alimentação do Sistema de Gerenciamento de Custos – SIGEC, definindo-se cada imóvel ocupado pelo TRESP como centro de custos.

Relevância/ganhos: a estratégia de individualizar os custos de pessoal, maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos

Iniciativa: Vídeos - Orçamento de Eleições

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais, Assessoria de Planejamento, Secretaria de Administração e Orçamento

Sinopse: durante a realização da I Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense, em março de 2019, detectou-se que o alcance de várias das sugestões de melhorias ao projeto Eleições era limitado pela compreensão insuficiente do funcionamento do orçamento público e, em especial, da execução do orçamento de eleições. Atendendo a sugestões recebidas das Zonas Eleitorais, a Assessoria de Planejamento produziu e disseminou uma série de 3 vídeos explicativos apresentando como é elaborado e executado o orçamento de pleitos, como funcionam os cortes e restrições orçamentárias, e detalhando alguns dos principais desembolsos relacionados a eleições.

ORÇAMENTO APROVADO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ANO 2018

Categoria do Gasto	Orçamento Autorizado	Suplementação Receb/conced.	Crédito Contingenciado	Crédito Empenhado	Emp./ Orç.	Crédito Pré-empenhado	Saldo	Saldo/ Orç.
Custeio								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	22.150.482,76	-	-	22.718.198,66	102,56%	-	(567.715,90)	-2,56%
- Implantação do Sistema de Automação do Voto	1.453.245,00	-	-	1.297.245,00	89,27%	-	156.000,00	10,73%
- Concurso Público - Fonte 0150	-	-	-	-	0,00%	-	-	0,00%
- Pleitos Eleitorais - Manutenção de UE	472.560,00	-	-	472.560,00	0,00%	-	-	0,00%
- Pleitos Eleitorais	18.290.023,78	-	-	18.195.032,90	99,48%	-	94.990,88	0,52%
Investimentos	2.941.942,38	488.742,00	-	3.898.942,14	113,65%	-	(468.257,76)	-13,65%
Conscientização e Promoção da Educ. Política								
Custeio								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	99.000,00	-	-	32.232,34	32,56%	-	66.767,66	67,44%
Projeto de Gestão Documental								
Custeio								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	183.692,62	-	-	-	0,00%	-	183.692,62	100,00%
Implantar Solução de Inventário e de Segurança do Acervo da Biblioteca do TRESP								
Custeio								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	-	-	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
Investimentos								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	115.158,62	-	-	-	0,00%	-	115.158,62	100,00%
Desenvolver sistema de Gestão Orçamentária								
Investimentos								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	288.000,00	-	-	-	0,00%	-	288.000,00	100,00%
Implantar o Serviço VOIP								
Custeios								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	-	-	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
Investimentos								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	107.000,00	-	-	-	0,00%	-	107.000,00	100,00%
ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS								
Custeios								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	133.563,00	-	-	-	0,00%	-	133.563,00	100,00%
Projeto de Gestão Documental								
Custeio								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	183.692,62	-	-	-	0,00%	-	183.692,62	100,00%
Assistência Médica e Odontológica	3.749.600,00	-	-	3.749.600,00	100,00%	-	-	0,00%
Auxílio Pré-Escolar	896.068,00	-	-	896.068,00	100,00%	-	-	0,00%

Auxílio Transporte	19.900,00	-	-	19.900,00	100,00%	-	-	0,00%
Auxílio Alimentação	5.464.557,00	-	-	5.464.557,00	100,00%	-	-	0,00%
Capacitação de Recursos Humanos	593.677,00	-	-	593.677,00	100,00%	-	-	0,00%
Auxílio Funeral e Natalidade de Civis	146.844,00	-	-	61.610,15	41,96%	-	85.233,85	58,04%
Pessoal Ativo								
- Gestão e Administração do Programa	106.868.067,00	-	-	103.927.000,00	97,25%	-	2.941.067,00	2,75%
- Pleitos Eleitorais	8.517.901,01	-	-	7.744.059,21	90,92%	-	773.841,80	9,08%
- Obrigação Patronal - Pessoal Ativo	19.573.079,00	-	-	16.518.551,00	84,39%	-	3.054.528,00	15,61%
Pessoal Inativo e Pensionistas Civis	34.009.290,00	-	-	27.307.305,42	80,29%	-	6.701.984,58	19,71%
TOTAL	226.257.343,79	488.742,00	-	212.896.538,82	93,89%	-	13.849.546,97	6,11%



CONTRATAÇÕES PARA AS ELEIÇÕES 2018

realizadas a partir de março/2018

PAE	Contrato/NE					
Protocolo	Tipo	Número	Objeto	Empresa	Valor Contratado	
616182017	NE - NOTA DE EMPENHO	0608/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELEITORAIS - ABRAÇADEIRA EM NYLON.	RC TEIVE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME	R\$ 3.780,00	À vista
616182017	NE - NOTA DE EMPENHO	0611/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELEITORAIS - LIMPADOR MULTIUSO.	PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. EPP	R\$ 2.740,00	À vista
616182017	NE - NOTA DE EMPENHO	0610/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELEITORAIS - ELÁSTICO N. 18, EM LÁTEX.	ACS COMÉRCIO DE COPIADORAS LTDA. ME	R\$ 1.395,00	À vista
616182017	NE - NOTA DE EMPENHO	0609/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELEITORAIS - CÉDULAS ELEITORAIS PARA O 1º E 2º TURNO.	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA. - ME	R\$ 28.000,00	À vista
204702018	NE - NOTA DE EMPENHO	0771/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS ELEIÇÕES - CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, 2,5 MM - ARP 008/2018.	POTÊNCIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	R\$ 7.091,80	À vista
204712018	NE - NOTA DE EMPENHO	0773/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS ELEIÇÕES - PLUGUE FÊMEA 2P COM SAÍDA AXIAL	SANDRO PRESTES DE SOUZA 98871560949	R\$ 2.702,00	À vista
204552018	NE - NOTA DE EMPENHO	0774/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS ELEIÇÕES - PLUGUE MACHO 2P - ARP 003/2018.	MGS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA.	R\$ 3.757,00	À vista
203332018	NE - NOTA DE EMPENHO	0794/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS ELEIÇÕES - ADAPTADORES PARA TOMADA - ARP 001/2018.	NAUIRES ANTÔNIO DOS SANTOS 52286967687	R\$ 4.431,32	À vista
203752018	NE - NOTA DE EMPENHO	0772/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS ELEIÇÕES - CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, 2,5 MM - ARP 007/2018.	PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME	R\$ 6.367,00	À vista
616182017	NE - NOTA DE EMPENHO	0606/2018	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELEITORAIS - ALMOFADA COLETORA DE IMPRESSÃO DIGITAL.	STAMP CARIMBOS LTDA.	R\$ 56.400,00	À vista
283442018	NE - NOTA DE EMPENHO	1105/2018	LOCAÇÃO DE SALAS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO DE CHEFES DE CARTÓRIO NOS DIAS 31.07.2018 E 01.08.2018, EM FLORIANÓPOLIS/SC	AGPS - HOTELARIA LTDA. - EPP	R\$ 4.128,00	À vista
236162018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0071/2018	FORNECIMENTO CARTÃO REFEIÇÃO, NA MODALIDADE CARTÃO ELETRÔNICO	M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA.	R\$ 53.503,99	À vista
312082018	NE - NOTA DE EMPENHO	1104/2018	AQUISIÇÃO 100 (CEM) LÂMPADAS 15W, INCANDESCENTES, PARA AS ELEIÇÕES/2018 - ARP 006/2018.	NACIONAL COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA. ME	R\$ 193,00	À vista
312562018	NE - NOTA DE EMPENHO	1103/2018	AQUISIÇÃO 1.000 (UM MIL) ADAPTADORES DE TOMADA 2 P + T PARA AS ELEIÇÕES DE 2018 - ARP 001/2018.	NAUIRES ANTÔNIO DOS SANTOS 52286967687	R\$ 1.770,00	À vista



CONTRATAÇÕES PARA AS ELEIÇÕES 2018

realizadas a partir de março/2018

PAE	Contrato/NE					
Protocolo	Tipo	Número	Objeto	Empresa	Valor Contratado	
169112018	NE - NOTA DE EMPENHO	1030/2018	AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE TELEFONE COM HEADSET	PA COMERCIO E SERVIÇOS GERAIS EIRELI - ME	R\$ 5.498,49	À vista
169112018	NE - NOTA DE EMPENHO	1028/2018	AQUISIÇÃO DE APARELHOS HEADSET BIAURICULAR COM MICROFONE INTEGRADO	AGEM TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA. - EPP	R\$ 1.800,00	À vista
182242018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0036/2018	FORNECIMENTO DE CABINAS DE VOTAÇÃO	EXATA EVOLUTION COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA. ME	R\$ 84.333,60	À vista
146932018	NE - NOTA DE EMPENHO	1133/2018	AQUISIÇÃO DE FONES DE OUVIDO - ELEIÇÕES 2018	AGEM TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA. - EPP	R\$ 36.590,40	À vista
228832018	NE - NOTA DE EMPENHO	1113/2018	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO GRÁFICA DAS CARTILHAS PARA INSTRUÇÃO DE MESÁRIOS NAS ELEIÇÕES DE 2018	ALFA PRINT EDITORA E GRAFICA LTDA. - ME	R\$ 24.400,00	À vista
170002018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0060/2018	LOCAÇÃO DE DOIS GRUPOS GERADORES, INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESINSTALAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES 2018	JG COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELLI - EPP	R\$ 12.600,00	Estimado total
145252018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0080/2018	SERVIÇOS DE APOIO À REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2018, MEDIANTE O RECRUTAMENTO, ALOCAÇÃO E GESTÃO DE POSTOS DE TRABALHO ESPECIALIZADOS (TÉCNICOS DE APOIO AO VOTO INFORMATIZADO - TAVIS) PARA ATUAÇÃO NOS CARTÓRIOS ELEITORAIS	INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA. (SC)	R\$ 3.369.825,00	Estimado mensal
146892018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0086/2018	SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS E MATERIAIS ELEITORAIS AOS LOCAIS DE VOTAÇÃO/APURAÇÃO E COLETA DE ENVELOPES COM AS MÍDIAS DE RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2018	REUNIDAS TURISMO S/A	R\$ 3.568.380,00	Estimado total
255252018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0076/2018	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS PARA O 1º E 2º TURNO, SE HOUVER, DAS ELEIÇÕES DE 2018	ENGENHARIA DE EVENTOS LTDA.	R\$ 8.900,00	À vista
403712018	NE - NOTA DE EMPENHO	1590/2018	AQUISIÇÃO DE PORTA-CERTIFICADOS (CAPAS) PARA ACONDICIONAMENTO DOS DIPLOMAS QUE SERÃO ENTREGUES AOS CANDIDATOS ELEITOS NO PLEITO DE 2018	MARIALENE SIMIONI DE LIMA ME	R\$ 2.548,00	À vista
405702018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0110/2018	FORNECIMENTO DE CARTÃO REFEIÇÃO, NA MODALIDADE CARTÃO ELETRÔNICO	LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.	R\$ 29.999,98	À vista
276842018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0066/2018	LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL PARA O ARMAZENAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS DO CARTÓRIO ELEITORAL DE ABELARDO LUZ (71ª ZE)	LEOCIR LUIZ LAMBERT	R\$ 1.300,00	Mensal
266032018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0065/2018	LOCAÇÃO DE 2 (DUAS) SALAS COMERCIAIS PARA ARMAZENAR AS URNAS ELETRÔNICAS DO CARTÓRIO ELEITORAL DE SOMBRIÓ (54ª ZE)	IVANOR BARDINI	R\$ 1.600,00	Mensal



CONTRATAÇÕES PARA AS ELEIÇÕES 2018

realizadas a partir de março/2018

PAE	Contrato/NE					
Protocolo	Tipo	Número	Objeto	Empresa	Valor Contratado	
406312018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0098/2018	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	LOCALIZA CAR RENTAL S/A	R\$ 17.442,11	À vista
217242018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0075/2018	LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA O ARMAZENAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE JOAÇABA (18ª E 85ª ZEs)	JOAÇABA IMÓVEIS LTDA.	R\$ 2.400,00	Mensal
317102018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0099/2018	LOCAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR	RECOMPER PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. ME	R\$ 10.000,00	À vista
263172018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0068/2018	LOCAÇÃO DE 2 (DUAS) SALAS COMERCIAIS PARA O ARMAZENAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (56ª E 103ª ZEs)	ROSIN EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 9.500,00	Mensal
200772018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0064/2018	LOCAÇÃO DE 8 (OITO) SALAS COMERCIAIS PARA O ARMAZENAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS DE BLUMENAU (3ª E 88ª ZEs)	MELATI PARTICIPAÇÕES LTDA.	R\$ 8.000,00	Mensal
256442018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0067/2018	LOCAÇÃO DE LINHAS TELEFÔNICAS FIXAS PARA AS ELEIÇÕES 2018	OI S/A	R\$ 77.804,82	Estimado total
403742018	NE - NOTA DE EMPENHO	1483/2018	AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS METÁLICAS CONTENDO O NOME DE CADA CANDIDATO ELEITO E O CARGO	ARTE MÁXIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 2.450,00	À vista
109162018	CONTRATO - SERVIÇO CONTÍNUO	0054/2018	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO (JORNALISMO)	BRASILRECRUTA MÃO DE OBRA EIRELI EPP	R\$ 8.254,98	Estimado mensal
387262018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0096/2018	AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PARA URNAS ELETRÔNICAS	MAX FELIPE HOYER DA SILVA COSTA ME	R\$ 158.554,80	À vista
184472018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0038/2018	AQUISIÇÃO DE BOBINAS DE PAPEL PARA AS IMPRESSORAS DAS URNAS ELETRÔNICAS	SILFER COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE ARTEFATOS DE PAPÉIS EIRELI	R\$ 123.044,50	À vista
224472018	CONTRATO - PRONTA ENTREGA	0047/2018	AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE CHUMBO-ÁCIDO SELADAS PARA URNAS ELETRÔNICAS MODELOS 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 E 2015	OKAY TECHNOLOGY COMÉRCIO DO BRASIL LTDA. ME	R\$ 271.313,20	À vista



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Administração e Orçamento
Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

ORÇAMENTO APROVADO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ANO 2019

Atualizado até 01/04/2019

Categoria do Gasto	Orçamento Autorizado	Suplementação Receb/conced.	Crédito Contingenciado	Crédito Empenhado	Emp./ Orç.	Crédito Pré-empenhado	Saldo a empenhar	Saldo/ Orç.
Custeio								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	24.119.789,00	420.000,00	-	17.911.822,36	72,99%	185.952,06	6.442.014,58	26,25%
- Implantação do Sistema de Automação do Voto	482.500,00	-	-	-	0,00%	-	482.500,00	100,00%
- Concurso Público - Fonte 0150	-	-	-	-	0,00%	-	-	0,00%
- Pleitos Eleitorais - Manutenção de UE	500.000,00	-	-	500.000,00	0,00%	-	-	0,00%
- Pleitos Eleitorais	-	-	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
Investimentos	694.825,00	3.380.500,00	-	54.076,42	1,33%	-	4.021.248,58	98,67%
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	-	-	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
ELEIÇÕES PARAMETRIZADAS								
Custeios								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	40.000,00	-	-	972,16	2,43%	-	39.027,84	97,57%
Assistência Médica e Odontológica	3.730.680,00	-	-	350.000,00	9,38%	-	3.380.680,00	90,62%
Auxílio Pré-Escolar	958.534,00	-	-	958.534,00	100,00%	-	-	0,00%
Auxílio Transporte	17.408,00	-	-	10.000,00	57,44%	-	7.408,00	42,56%
Auxílio Alimentação	5.438.639,00	-	-	5.438.639,00	100,00%	-	-	0,00%
Capacitação de Recursos Humanos	481.201,00	-	-	128.775,00	26,76%	-	352.426,00	73,24%
Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis	146.844,00	-	-	80.866,54	55,07%	-	65.977,46	44,93%
Pessoal Ativo								
- Gestão e Administração do Programa	112.521.356,00	-	-	112.491.000,00	99,97%	-	30.356,00	0,03%
- Pleitos Eleitorais	-	-	-	-	#DIV/0!	-	-	#DIV/0!
- Obrigação Patronal - Pessoal Ativo	17.856.800,00	-	-	17.400.000,00	97,44%	-	456.800,00	2,56%
Pessoal Inativo e Pensionistas Cíveis	35.038.861,00	-	-	35.038.861,00	100,00%	-	-	0,00%
TOTAL	202.027.437,00	3.800.500,00	-	190.363.546,48	92,49%	185.952,06	15.278.438,46	7,42%

ORÇAMENTO APROVADO NA AÇÃO JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ANO 2019

Categoria do Gasto	Orçamento Autorizado	Suplementação Receb/conced.	Crédito Contingenciado	Crédito Empenhado	Emp./ Orç.	Crédito Pré-empenhado	Saldo a empenhar	Saldo/ Orç.
Custeio - 20GP								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	24.159.789,00	420.000,00	0,00	17.912.794,52	72,88%	185.952,06	6.481.042,42	26,37%
Investimentos - 20GP								
- Julgamento de Causas e Gestão Administrativa	694.825,00	3.380.500,00	0,00	54.076,42	0,00%	0,00	4.021.248,58	98,67%
TOTAL	24.854.614,00	3.800.500,00	-	17.966.870,94	62,70%	185.952,06	10.502.291,00	36,65%

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2019/2020

Iniciativa: Sistema de Execução Orçamentária

Principais unidades impactadas: Secretaria de Administração e Orçamento

Dando continuidade à automação do processo de gestão do orçamento, a solução proporcionará mecanismo para acompanhamento da contratação das demandas previstas na proposta orçamentária, bem como o controle do saldo orçamentário durante o período de execução.

Iniciativa: Sistema para Execução Financeira do Orçamento

Principais unidades impactadas: Secretaria de Administração e Orçamento

Esse projeto desenvolverá uma solução para concluir o ciclo de soluções para gestão orçamentária.

Seu enfoque será na execução financeira e gestão de contratos, liquidação e fatura.

Iniciativa: Planejamento Orçamentário 2020

Principais unidades impactadas: SAO e Comitê de Aquisições

Sinopse: elaboração da Proposta Orçamentária para 2020 e adequação ao limite estabelecido pelo Poder Executivo

Relevância/ganhos: considerando o atual cenário de restrições orçamentárias decorrente da Emenda Constitucional n. 95, o trabalho colaborativo é fundamental para a priorização dos recursos de modo a assegurar o atendimento dos objetivos institucionais do TRESC.

Iniciativa: Execução Orçamentária 2019

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: aplicação dos recursos disponibilizados pela LOA

Relevância/ganhos: aderência da execução ao planejamento orçamentário e execução equilibrada ao longo do exercício.

Iniciativa: Execução Financeira 2019

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: pagamentos de agentes políticos, servidores e empresas contratadas.

Relevância/ganhos: considerando o teto da despesa pública estabelecido pela Emenda Constitucional n. 95, a maximização dos pagamentos no exercício de 2019 propiciará a inscrição de valor em restos a pagar que garanta que o limite financeiro para o exercício seguinte seja superior ao orçamento, que poderá ser integralmente aplicado.

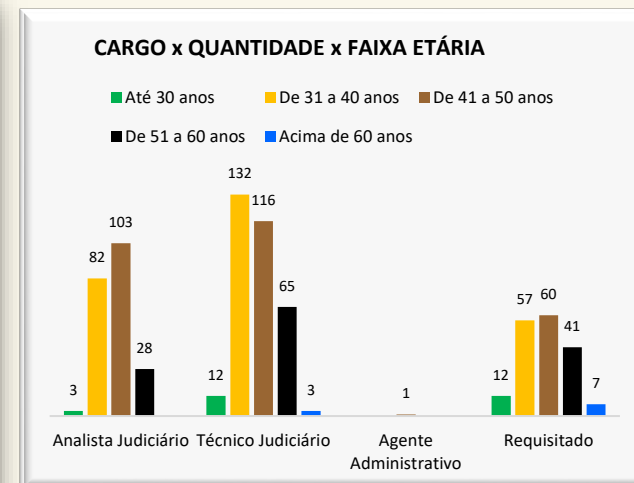
Parte IX

Gestão de Pessoas

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2019/2020

Gestão de pessoas

QUANTITATIVOS DE CARGOS X TIPOS DE LOTAÇÃO					
Cargos	Outros tribunais	Sede	Zonas Eleitorais	Servidor sem Lotação (licenciado)	Soma
CARGO EFETIVO CONCURSO	47	235	195	4	481
Analista Judiciário	17	91	83	2	193
Técnico Judiciário	30	144	112	2	288
LOTACÃO PROVISÓRIA	-	5	6	-	11
Agente Administrativo	-	-	1	-	1
Analista Judiciário	-	3	-	-	3
Técnico Judiciário	-	2	5	-	7
REMOVIDO	-	23	29	-	52
Analista Judiciário	-	8	11	-	19
Técnico Judiciário	-	15	18	-	33
REQUISITADO	-	1	177	-	178
Analista Judiciário	-	1	-	-	1
***	-	-	177	-	177
SOMA	47	264	407	4	722



QUANTITATIVOS DE CARGOS x REMUNERAÇÃO POR FAIXA SALARIAL					
CARGOS		a) R\$ 0,01 a 10.000,00	b) R\$ 10000,01 a 20.000,00	c) acima de R\$ 20.000,01	SOMA
CARGO EFETIVO CONCURSO	Analista Judiciário	-	96	97	193
	Técnico Judiciário	46	233	8	287
LOTACÃO PROVISÓRIA	Analista Judiciário	2	-	-	2
	Técnico Judiciário	2	-	-	2
REMOVIDO	Analista Judiciário	13	-	-	13
	Técnico Judiciário	21	-	-	21
REQUISITADO	Analista Judiciário	1	-	-	1
SOMA		85	329	105	519

QUANTITATIVO DE CARGOS X GÊNERO					
CARGOS	F	M	Soma	Perc Fem	Perc Masc
CARGO EFETIVO CONCURSO	218	263	481	30,19%	36,43%
Analista Judiciário	96	97	193	13,30%	13,43%
Técnico Judiciário	122	166	288	16,90%	22,99%
LOTACÃO PROVISÓRIA	6	5	11	0,83%	0,69%
Agente Administrativo	-	1	1	0,00%	0,14%
Analista Judiciário	1	2	3	0,14%	0,28%
Técnico Judiciário	5	2	7	0,69%	0,28%
REMOVIDO	19	33	52	2,63%	4,57%
Analista Judiciário	9	10	19	1,25%	1,39%
Técnico Judiciário	10	23	33	1,39%	3,19%
REQUISITADO	120	58	178	16,62%	8,03%
Analista Judiciário	-	1	1	0,00%	0,14%
***	120	57	177	16,62%	7,89%
SOMA	363	359	722	50,28%	49,72%

QUANTITATIVOS DE CARGOS X DEFICIÊNCIA							
Cargos	AFONIA	AUDITIVA	DISTROFIA	MOTORA	VISUAL	-	SOMA
CARGO EFETIVO CONCURSO	1	1	1	6	3	469	481
Analista Judiciário	-	-	-	-	1	192	193
Técnico Judiciário	1	1	1	6	2	277	288
LOTACÃO PROVISÓRIA	-	-	-	-	-	11	11
Agente Administrativo	-	-	-	-	-	1	1
Analista Judiciário	-	-	-	-	-	3	3
Técnico Judiciário	-	-	-	-	-	7	7
REMOVEDO	-	-	-	-	-	52	52
Analista Judiciário	-	-	-	-	-	19	19
Técnico Judiciário	-	-	-	-	-	33	33
REQUISITADO	-	-	-	-	-	178	178
Analista Judiciário	-	-	-	-	-	1	1
***	-	-	-	-	-	177	177
SOMA	1	1	1	6	3	710	722

Instrução de procedimentos (matéria de pessoal)

PAEs instruídos	1.386
PAEs autuados	413
Processos físicos instruídos	51
Processos físicos autuados	19

PAE n. 38.949/2018

Estabeleceu o entendimento e a documentação a serem adotados nas averbações de tempo de serviço para fins de disponibilidade, em conformidade com as normas regentes

AVALIAÇÕES DA CONFORMIDADE LEGAL NOS PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS

Controle e acompanhamento da entrega das declarações de bens e renda

Registros de informações no Sistema e-Pessoal do TCU

Acompanhamento de concessões de benefícios e licenças

É permanentemente atualizada na *intranet* do Tribunal a legislação relativa a direitos e deveres dos servidores, e foram publicadas diversas notícias no exercício de 2018 para a sua ampla divulgação.

Ocorreu diminuição no quantitativo de servidores efetivos em função da vacância de 6 (seis) cargos por aposentadorias, 3 (três) por posse em cargo inacumulável, 1 (um) por exoneração e 1 (um) por falecimento, tendo havido mais egressos do que ingressos, ante a impossibilidade de provimento de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral, determinada pela Portaria TSE n. 671, de 13.9.2017, alterada pelas Portarias TSE n. 574, de 3.7.2018, e n. 1.091, de 12.12.2018.

Considerando a totalidade de cargos vagos (dos quais hoje apenas 6 são passíveis de provimento) e tendo em vista a inexistência de concurso público em vigência — com exceção de um, destinado à especialidade “Arquitetura” –, a fim de minimizar em curto prazo o déficit de força de trabalho, há tratativas para aproveitamento dos candidatos aprovados no Concurso Público n. 1/2017 realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Estima-se que, com essa providência, em 2019 será possível suprir os claros de lotação existentes nas Zonas Eleitorais, sendo providos os cargos que restaram vagos nos cartórios eleitorais com a conclusão dos concursos de remoção homologados em fevereiro de 2019.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Diante do cenário restritivo quanto ao incremento da força de trabalho, lançou-se mão de estratégias de alocação de pessoal, tais como a classificação das zonas eleitorais de acordo com um sistema de pontuação – o qual permite identificar aquelas mais críticas e, portanto, com prioridade para recebimento de servidores – e a formação de equipes de apoio e forças-tarefas compostas por servidores deslocados em caráter temporário para unidades com atividades consideradas críticas.

Procurou-se, ainda, prover unidades com necessidade de servidores em áreas especializadas, por meio da abertura de concurso público para o cargo de Analista Judiciário – Área de Apoio Especializado – Arquitetura (concluído em 2017 e prorrogado por mais 2 anos em 2019) e, na ausência de previsão orçamentária para realização de concurso, pela iniciativa de redistribuir um cargo vago, para receber um cargo ocupado de Analista Judiciário - Área de Apoio Especializado – Medicina (tramitando).

Um dos grandes desafios é a conclusão e a implementação do **Programa de Gestão por Competências**, implementado pela Portaria P n. 162/2018, que abrange três grandes projetos: (a) Gestão por Competência, constituído pelo mapeamento de atividades, mapeamento de competências, levantamento do Perfil da Unidade e levantamento do Perfil do Servidor; (b) Dimensionamento da Força de Trabalho e (c) Levantamento das Ocupações Críticas; todos já iniciados em 2018 e com previsão de conclusão, na sede do Tribunal, para meados de julho de 2019, e de expansão subsequente para as Zonas Eleitorais deste Estado.

Espera-se que até 2020 estejam implementados o mapeamento das competências e dos processos de trabalho, além da seleção e da alocação de servidores por perfil e competências. Ainda, estima-se que seja iniciado o estudo de implantação da avaliação de desempenho por competências e a implantação das trilhas de aprendizagem por competências em substituição ao plano de capacitação e desenvolvimento de servidores-PACD.

A implantação desses projetos trará grande ganho para a Administração, na medida em que servirá de subsídio para a tomada de decisão e de base técnica para a proposição de mudanças estruturais tidas como necessárias.

Além das 100 (cem) vagas permanentes de estágio, distribuídas entre a Sede e os Cartórios Eleitorais, em 2018 foram disponibilizadas 160 (cento e sessenta) vagas aos cartórios durante o período de revisão eleitoral, 105 (cento e cinco) vagas durante o

período eleitoral, bem como 20 (vinte) vagas, de abril a novembro, por meio de convênio realizado com a ALESC.

Para 2019 foram liberadas 140 (cento e quarenta) novas vagas de estágio para atender à revisão eleitoral, uma vez que as vagas de estágio relativas às eleições 2018 deixaram de existir. Além dessas vagas, em 2019 os cartórios eleitorais passaram a contar com o apoio de com 66 (sessenta e seis) estagiários, mediante a celebração de convênios com prefeituras e instituições de ensino.

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição

Do Demonstrativo das Despesas com Pessoal, verifica-se variação expressiva de valor no item Adicionais “Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade” e “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade”, comparados os dados apresentados em 2017 com os do exercício 2018, em decorrência do acréscimo das despesas em ano eleitoral, em especial com o pagamento de serviço extraordinário aos servidores.

Quanto ao item Benefícios Assistenciais e Previdenciários “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade”, informa-se que os valores constantes apresentam variação expressiva de valor em decorrência de pagamento de Auxílio-alimentação para requisitados.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2018	0,00	0,00	11.811.510,91	0,00	124.432,82	0,00	0,00	0,00	0,00	11.935.943,73
	2017	0,00	0,00	11.978.886,31	0,00	56.829,76	0,00	0,00	0,00	0,00	12.035.716,07
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade (*)											
Exercícios	2018	74.680.005,88	10.528.027,51	7.556.825,15	10.592.879,42	8.468.609,30	3.312.192,03	775.418,00	165.453,56	0,00	116.079.410,85
	2017	68.718.226,56	10.563.123,60	7.134.976,33	5.302.242,38	6.769.334,80	3.065.267,77	934.455,36	357.005,75	0,00	102.844.632,55
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade (*)											
Exercícios	2018	0,00	817.592,42	86.486,31	1.159.768,91	448.475,33	35.838,72	317.071,24	66.602,54	0,00	2.931.835,47
	2017	0,00	849.291,15	91.182,00	46.460,31	305.821,02	1.263,86	377.839,33	57.202,32	0,00	1.729.059,99
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativo de Pagamento do Sistema Folha SGRH do TRE-SC (ano 2017)

Quanto ao item Adicionais “Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade” e “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade” informa-se que os valores constantes apresentam variação expressiva de valor em decorrência de ano eleitoral.

Quanto ao item Benefícios Assistenciais e Previdenciários “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade” informa-se que os valores constantes apresentam variação expressiva de valor em decorrência de pagamento de Auxílio-alimentação para requisitados.

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

Tem-se consciência de que a política de avaliação de desempenho possui um papel importante para o desenvolvimento de uma cultura voltada para resultados, já que o alinhamento de objetivos individuais e das equipes às metas da organização implica o maior envolvimento dos servidores, que passam a se sentir pessoalmente responsáveis pelo desempenho da organização.

A alteração da forma atualmente utilizada para avaliação de desempenho é um projeto para os próximos exercícios, com início dos estudos previstos para logo após a conclusão da primeira etapa de implantação da Gestão por Competências na sede do Tribunal. Dentre as propostas, está a realização de avaliação periódica de desempenho para a totalidade dos servidores, independentemente do estágio na carreira.

Hoje, a avaliação de desempenho, no modelo 180 graus, compreende a autoavaliação do servidor (peso 1) e a avaliação do superior imediato (peso 2), com sistema de pontuação de 0 a 3 em questões objetivas, nas quais o servidor e sua chefia imediata avaliam assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade e responsabilidade, bem como, abre

espaço para avaliação da lotação e a necessidade de capacitação. A avaliação de desempenho é realizada anualmente com a finalidade de verificar a aptidão do servidor para o exercício das atribuições do cargo efetivo, no período do estágio probatório, bem como para subsidiar a concessão de progressão funcional e promoção. Em 2018, 39 servidores foram promovidos e 270 servidores progrediram na carreira.

A avaliação do servidor no período de estágio probatório é realizada em 4 (quatro) etapas: ao término do 6º mês, 12º mês, 24º mês e 32º mês, contadas a partir do início do exercício no cargo. Em 2018, 11 servidores tiveram homologada a conclusão da Avaliação de Desempenho durante o Estágio Probatório.

No tocante ao tópico tabela de remuneração, informa-se que este Tribunal, em conformidade com a Resolução CNJ n. 102/2009 e suas alterações posteriores, publica no seu sítio as informações relativas à estrutura remuneratória, quantitativos de cargos, relação de servidores e detalhamento da folha de pagamento ([http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/despesas-e-outras-informacoes/anexo-iii-estrutura-](http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/despesas-e-outras-informacoes/anexo-iii-estrutura-remuneratoria/index.html)

[remuneratoria/index.html](http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/despesas-e-outras-informacoes/anexo-iii-estrutura-remuneratoria/index.html)), promovendo, dessa forma, a transparência da gestão e mecanismo de controle social.

A Lei n. 11.416/2006 determina, no art. 5º, § 1º, que 80% das funções comissionadas deverão ser exercidas por servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Judiciário. Para o percentual restante poderão ser designados servidores efetivos de outras carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos.

Assim, no quesito de percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores ativos, pode-se notar que o TRESC tem observado a norma, pois, no dia 31 de dezembro de 2018, dos 35 (trinta e cinco) cargos em comissão existentes no TRESC (CJs), 34 (trinta e quatro) eram ocupados por servidores efetivos do quadro de pessoal do próprio Tribunal e 1 (um) era ocupado por uma servidora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em exercício provisório neste Tribunal, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Apoio Especializado Psicologia. Além disso, todos os servidores ocupantes dos cargos de Chefe de Cartório (1º grau) e Chefe de Seção (2º grau), ambos de nível FC-6, são servidores de carreira da Justiça Eleitoral, do quadro de pessoal deste

TRESC ou removidos de outros Regionais Eleitorais.

O bom desempenho da organização está intimamente ligado à valorização das pessoas que nela atuam, havendo trabalhado intensamente no exercício 2018 para propiciar a igualdade de oportunidade a todos os seus servidores, seja por meio da mediação e gestão de conflitos, da escuta ao servidor e do estabelecimento de canal direto com a SGP, da execução das etapas da gestão por competência, do levantamento anual das necessidades de capacitação, das políticas de saúde e qualidade de vida no trabalho, da realização periódica de pesquisa de clima e da promoção de ações para a melhoria do clima organizacional.

Capacitação: estratégia e números

O Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento/PACD 2018 foi desenvolvido com base no levantamento de necessidades de capacitação dos servidores e contou com a participação direta das unidades orgânicas. Foi dividido nas seguintes modalidades:

Cursos presenciais: *in Company*, externo e instrutoria interna (ministrado por servidores do Tribunal).

Cursos a distância (Ead): interno (construído e desenvolvido pelo TRESC e disponibilizado no ambiente *Moodle*) e externo (contratado no mercado).



107 Ações de Capacitação com 3.671 participações	
81 presenciais	26 a distância
• 32 <i>in Company</i>	• 21 internos
• 49 externos (19 na Capital)	• 5 externos

Iniciativa: Realização do Fórum II Desenvolve da Justiça Eleitoral

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: evento externo – Experiências Compartilhadas em Gestão de Pessoas, promovido pelo TRESC nos dias 27, 28 e 29 de março de 2019.

Relevância/ganhos: contou com a participação de 23 TREs e do TSE, o qual demandou sete meses de organização por parte da equipe da SGP.

Iniciativa: Contratação do novo plano de saúde

Principais unidades impactadas: SGP e SAO

Sinopse: com início da vigência em 1º de maio de 2018, a nova contratação com o plano de saúde alterou a modalidade de custo operacional para pré-pagamento, modificando significativamente as rotinas da Seção de Saúde da Coordenadoria de Pessoal. A nova regulamentação do Programa de Assistência à Saúde (PAS) se deu pela Portaria P n. 86/2018 e pelas Ordens de Serviço SGP n. 001/2008 e n. 002/2018, promovendo atualização e inovação nas regras então vigentes.

Para realizar a migração de todos os beneficiários do plano custo operacional para a nova modalidade, o servidor foi instado optar por um dos doze tipos de contratos de plano de saúde firmados com a Unimed Grande Florianópolis. Novos procedimentos e controles foram implementados, com a criação de formulários no Sistema Breve como “Plano de Saúde – Movimentação Cadastral” e “Plano de Saúde – Mudança de Opção”.

Relevância/ganhos: segurança orçamentária/financeira ao Tribunal e aos próprios beneficiários, considerando a concreta previsibilidade de gastos mensais a partir da nova contratação.

Iniciativa: Portal do Servidor

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Foi implantado também nesta gestão, o Portal do Servidor, sistema desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, cujo enfoque é disponibilizar para os servidores o acesso a seus dados cadastrais, frequência e contracheques, além de outros serviços correlatos à sua vida funcional.

Iniciativa: Apresentação dos resultados da pesquisa de Clima Organizacional e constituição de grupos focais para debate.

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: apresentação aos gestores e servidores do TRESC dos resultados da pesquisa de Clima Organizacional realizada em 2017, a qual obteve quatrocentas respostas de 58,8% do total de servidores e requisitados das Zonas Eleitorais e da Sede.

Com a finalidade de analisar os quesitos considerados menos satisfatórios e promover a participação dos servidores, foi realizada uma série de encontros coordenados pelos servidores da SGP, no período de 21 a 27 de junho de 2018, com a constituição de grupos focais, nos quais os servidores puderam destacar as ações tidas como prioritárias/essenciais a serem consideradas pela Administração.

Relevância/ganhos: incremento dos canais de comunicação da Administração e expansão do Programa de Gestão por Competências, alçado ao status de iniciativa prioritária da Administração para o ciclo 2018-2019.

Tema/área: Mediação de conflitos

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: foram realizados 18 encontros para mediação de conflitos, compreendendo unidades da Sede e Zonas Eleitorais, nos quais foram ouvidas cerca de 30 pessoas. Além disso, por determinação da Presidência, foram instauradas 3 Investigações preliminares que resultaram em arquivamento por ausência de justa causa à instauração de outro procedimento, com recomendação de acompanhamento posterior da equipe da CDO, para melhoria do relacionamento interpessoal dos servidores envolvidos.

Relevância/ganhos: o resultado obtido com as mediações foi positivo, considerando a complexidade das situações. Cabe ressaltar que uma unidade obteve melhora significativa no clima organizacional, em benefício de onze colaboradores, conforme retorno e agradecimento do Chefe de Cartório. Outra unidade teve solução parcial e permanece sob acompanhamento e avaliação. Há ainda uma terceira unidade que se encontra em processo de mediação.

Iniciativa: Avaliação de desligamento

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: em 2018, foi criado o formulário eletrônico BREVE de Avaliação de Desligamento, em cumprimento a uma das iniciativas estratégicas do Eixo Competência e Desempenho do Programa Desenvolve.

A coleta das informações, efetivada por meio de 12 avaliações no período, considera os servidores que tenham (1) requerido aposentadoria, (2) tomado posse em outro cargo inacumulável e (3) sido redistribuídos.

Relevância/ganhos: essa iniciativa tem o objetivo de avaliar a percepção do servidor em relação aos pontos positivos e negativos

da instituição no que se refere à estrutura física, ao ambiente de trabalho, ao clima organizacional, ao relacionamento interpessoal, além de consolidar propostas e sugestões de melhorias.

Iniciativa: Homenagem aos servidores aposentados

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: considerando o Eixo de Qualidade de Vida do Programa Desenvolve e a necessidade de promover ações que contribuam para a valorização e o bem-estar físico e emocional dos servidores ativos e inativos, esta Seção realizou o evento de homenagem a 5 servidores aposentados, destacando a dedicação e os bons préstimos de cada um à Justiça Eleitoral, com a entrega de uma placa de agradecimento.

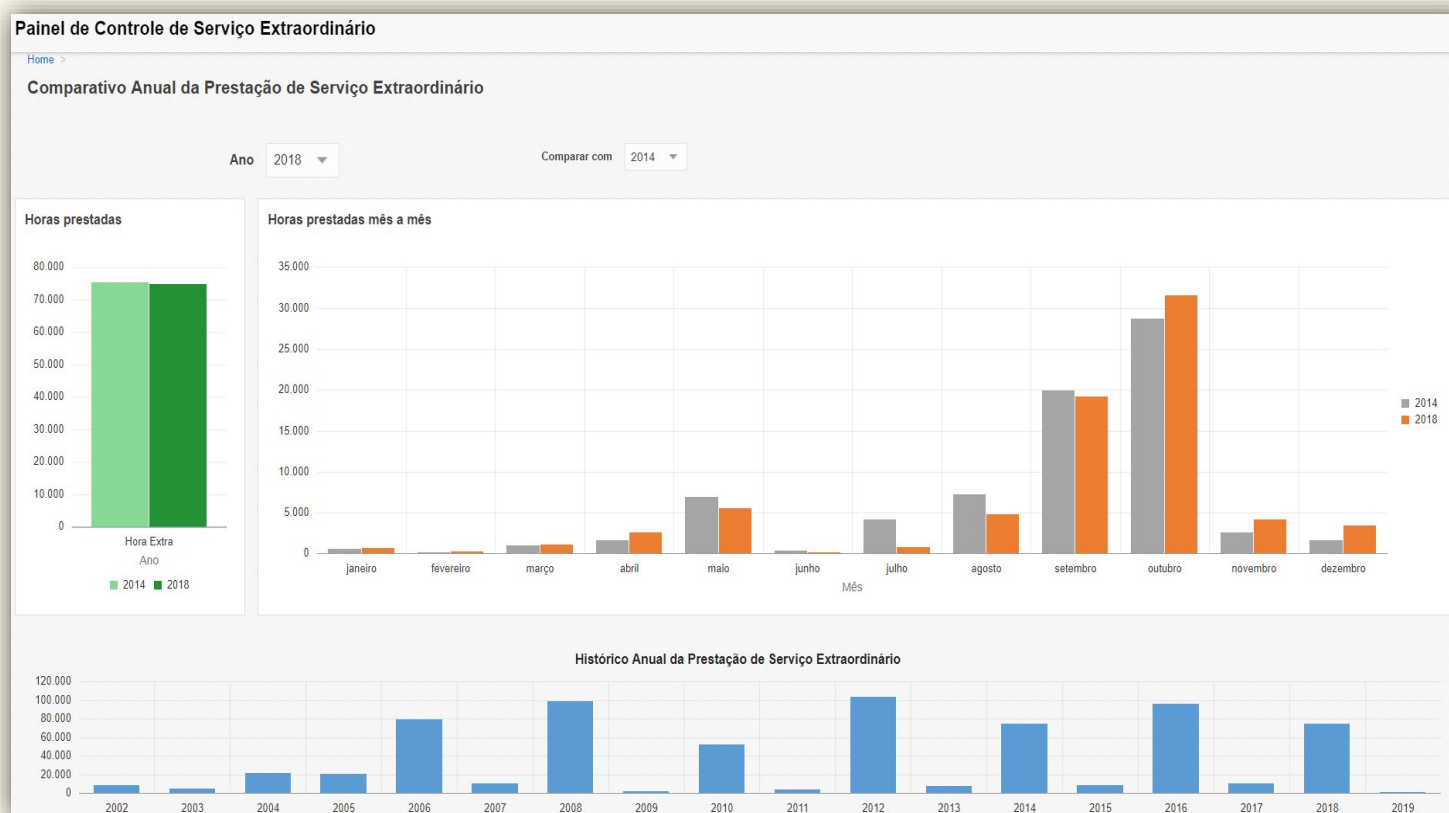
Relevância/ganhos: esta ação, iniciada em 2018, deverá ser repetida atualmente, estando prevista também a realização de homenagem aos servidores com mais de vinte e cinco anos de trabalho junto à Justiça Eleitoral.

Iniciativa: Painel de Controle do Serviço Extraordinário

Principais unidades impactadas: Secretaria de Gestão de Pessoas

Com intuito de prover uma ferramenta de gestão para monitorar a utilização do recurso de serviço extraordinário, foi implementado um Painel de Controle que disponibiliza um conjunto de indicadores para avaliar o emprego de serviços extraordinários pelas unidades no transcorrer do período eleitoral.

A solução possibilitou que fossem cotejados os dados das Eleições Gerais 2018 com dados de pleitos anteriores, a fim de munir o gestor de informações para facilitar o processo decisório para assegurar o uso adequado desses recursos.



Iniciativa: Publicidade aos projetos em gestão de pessoas desenvolvidos por meio do Programa Desenvolve

Principais unidades impactadas: Todas

Sinopse: as submarcas do Programa Desenvolve têm como objetivo definir uma identidade visual para cada eixo, bem como para os projetos em andamento.

Relevância/ganhos: a elaboração das submarcas do Programa Desenvolve acarretará em maior publicidade do programa, bem como de seus projetos. O objetivo é promover as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas de forma que seus projetos possam abarcar um número cada vez maior de servidores.

Iniciativa: Campanha “Faz bem cuidar de si mesmo”

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: desde o lançamento da campanha, na sessão administrativa de 23 de agosto, até 28 de outubro de 2018 (data do segundo turno de eleição), foram publicados 48 informes na *intranet*, disponibilizando-se informações sobre fatores desencadeantes do estresse, para fomentar a consciência, o autocuidado e o autogerenciamento do servidor em torno de quatro temas: psicoemocional (Faz bem cuidar da mente), odontológico (Faz bem cuidar da saúde bucal), nutricional (Faz bem cuidar da alimentação) e físico corporal (Faz bem cuidar do corpo).

Relevância/ganhos: a iniciativa visou a orientar os servidores e colaboradores, durante o período eleitoral, a buscar meios para obter uma melhor qualidade de vida, tendo em vista o acúmulo de trabalho. As mensagens estão armazenadas no Portal Saúde para consultas futuras.

Iniciativa: Convênio com o TRT da 12ª Região/Saúde

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: colaboração entre os Órgãos convenientes na realização de perícias e juntas médicas, quando não houver médicos oficiais nos Quadros de Pessoal de um dos Tribunais; em situações de não autorização de provimento desses cargos, ou, nas hipóteses em que a autorização existir, até a nomeação de novo médico; e, ainda, em caso de impedimento e/ou afastamento de médico do Quadro sem possibilidade de substituição por outro servidor de mesmo cargo.

Relevância/ganhos: redução de custos e a continuidade dos serviços prestados pelo corpo técnico em saúde.

Iniciativa: Propostas de regulamentações e alterações de atos normativos

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: foram propostas regulamentações e alterações de atos normativos, dentre as quais destacam-se:

1. A prorrogação da licença-paternidade (Portaria P n. 204/2018), oportunizando aos servidores a prorrogação da licença-paternidade por 15 dias, além dos 5 previstos na Lei n.8.112/1990;
2. A regulamentação dos horários especiais (Portaria P n. 135/2018) que, além de atualizar a concessão do horário especial aos servidores estudantes mediante compensação, adequando-a com decisões administrativas a respeito da matéria, normatizou a concessão de horário especial aos servidores com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica do Tribunal, dispensada a compensação de horário;

3. A nova regulamentação do Programa de Assistência à Saúde (Portaria P n. 86/2018 e Ordens de Serviço SGP n. 001/2018 e n. 002/2018); e

4. Como medida de cautela, ante a ausência temporária de equipe médica no Tribunal, a regulamentação da dispensa de realização de perícia médica oficial na concessão de licença para tratamento de saúde e por motivo de doença em pessoa da família, quando o afastamento for inferior a quinze dias, consecutivos ou não, referentes à(s) licença(s) da mesma espécie, no interstício de doze meses, a contar do primeiro dia do afastamento (Portaria P n. 216/2018).

Iniciativa: Uniformização de entendimento acerca do instituto da Disponibilidade

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: por conta de divergências na interpretação sobre o instituto da disponibilidade em processos de averbação de tempo de serviço/contribuição dos servidores, a Direção-Geral determinou que se procedesse a estudos com o fim de uniformizar o entendimento a respeito do tema. Os estudos foram realizados pela Coordenadoria de Pagamento e de Legislação (CPL) e encaminhados à análise das unidades técnicas, e, em 29.9.2018, firmou-se, em decisão da Presidência do Tribunal, o entendimento a ser adotado e a documentação a ser exigida nesses procedimentos. A seguir, 99 procedimentos de averbação de tempo de serviço/contribuição que estavam sobrestados no Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas foram encaminhados para análise da CPL.

Iniciativa: Orientação e instrução nos processamentos de aposentadoria e pensão civil

Principais unidades impactadas: SGP, SCIA

Sinopse: dentre os trabalhos de maior volume e complexidade realizados pela CPL no último ano (março de 2018 a março de 2019), destacam-se aqueles afetos à concessão de um total de 18 aposentadorias e 4 pensões, que demandaram dedicação intensa por envolverem uma série de atividades, como elaboração dos cálculos de tempo de contribuição, mapas de tempo de serviço/contribuição, instrução dos procedimentos administrativos com a legislação correlata, disponibilização aos servidores das informações quanto aos implementos das condições para aposentadorias e abono de permanência, informação ao TCU por meio do preenchimento dos formulários no sistema e-Pessoal, além das orientações relativas aos direitos de aposentadoria. Dentre os cálculos complexos realizados, destacam-se os de aposentadoria, que totalizaram 13 memórias de cálculo de proventos pela integralidade e 5 pela média aritmética simples, sendo que essas últimas, diante da alta complexidade, por cautela, esta Seção solicitou o envio dos autos à Secretaria de Controle Interno e Auditoria para ratificação/retificação do valor apurado da média salarial concedida ao servidor aposentado, a fim de evitar prejuízo futuro ao servidor e respaldar a Administração perante o órgão de controle externo.

Somado a isso, o fato de estarem tramitando, no ano em curso, duas propostas de Emenda Constitucional, acarretou aumento significativo do volume das demandas da Unidade, decorrente de questionamentos e solicitações de previsão da data de aposentadoria por parte dos servidores.

Tema/área: Migração de regime previdenciário, com ou sem adesão à FUNPRESP-Jud

Principais unidades impactadas: SGP

Iniciativas: - orientações aos servidores acerca da opção para o novo regime de previdência do servidor público federal e da migração à Funpresp-Jud, com ou sem adesão, e da concessão do benefício especial;

- instrução de, aproximadamente, 101 procedimentos administrativos formalizados de migração de regime de previdência.

Sinopse: a SGP foi responsável pela elaboração dos cálculos do benefício especial e do valor de contribuição à FUNPRESP-JUD, solicitados pelos servidores para a tomada de decisão quanto à opção de migração para o novo regime de previdência do servidor público federal. Houve intensa demanda de atividades à véspera do fim do prazo para a opção (28.7.2018), e, novamente, na proximidade do término da prorrogação (29.3.2019), que abrangeram desde o esclarecimento das dúvidas levantadas pelos servidores até a publicação de sucessivas notícias no portal Servidores, visando a dar maior publicidade aos principais desdobramentos decorrentes da migração.

Relevância/ganhos: todas as solicitações de cálculos foram atendidas em tempo hábil, possibilitando, dessa forma, que o servidor tomasse sua decisão com maior segurança.

Iniciativa: Concessão da licença paternidade, gestante e adotante, inclusive ao servidor do sexo masculino, e estabilidade de ocupantes de FC/CJ.

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: regulamentação da concessão das licenças paternidade, gestante e adotante em um mesmo ato normativo, prevendo a

possibilidade de prorrogação da licença paternidade por 15 dias, além dos 5 previstos em lei, bem como o direito à licença adotante de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, às servidoras mulheres e aos servidores do sexo masculino. Regulamentação da estabilidade dos servidores ocupantes de cargo em comissão e função comissionada durante o gozo das licenças, estendendo a estabilidade à gestante desde a concepção até 30 dias após o término da licença à gestante e sua prorrogação.

Relevância: oportunizar aos servidores adotantes, desde que a adoção não seja feita em conjunto com cônjuge ou convivente em união estável que usufrua benefício análogo por prazo equivalente ou que não exerça atividade remunerada regular, maior período de convivência com a criança adotada, para fins de sua adaptação ao novo lar. A estabilidade cria maior segurança aos servidores no período de seus afastamentos.

Iniciativa: Ações promovidas pela Comissão de Ética deste Tribunal

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas

Sinopse: a teor das competências descritas no art. 14 da Portaria P n. 35/2016 (Código de Ética Profissional), destacam-se as principais atividades desempenhadas pela Comissão de Ética no último exercício:

- Divulgação e orientação aos servidores acerca do conceito de "vestimenta adequada", nos termos da decisão proferida nos autos do PAE 11.250/2016;

- Divulgação de orientações a respeito de Assédio Moral no Serviço Público;

- Atuação em conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional/SGP em situações de conflitos interpessoais reportados por servidores da sede e zonas eleitorais;

- Divulgação de orientação aos servidores do TRESP acerca do Provimento n. 71, de 13.06.2018, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou o uso do *e-mail* institucional e manifestação nas redes sociais pelos membros, servidores e estagiários do Poder Judiciário; e

- Resposta a consultas de servidores quanto às normas de conduta ética, aos deveres e às vedações estabelecidos Código de Ética Profissional do TRESP (Portaria P n. 35/2016).

Relevância/ganhos: as ações promovidas pela Comissão de Ética visam a garantir que os servidores desempenhem suas funções com conduta ética compatível com a prestação do serviço público.

Iniciativa: Desenvolvimento das Competências e da Gestão do Desempenho

Principais unidades impactadas: SGP

Sinopse: projeto Piloto executado na Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional com o objetivo de testar e avaliar os instrumentos e a metodologia a serem utilizados no processo de implantação do Programa de Gestão por Competências. Também foram avaliados o período de tempo necessário para o

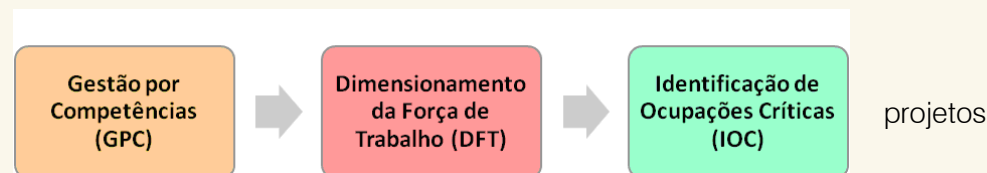
levantamento dos dados com propósito de definir o cronograma de expansão da implantação do mencionado Programa no TRESP.

Relevância/ganhos: com base na experiência do projeto piloto, estabeleceu-se que o Modelo de Gestão por Competências a ser implantado na Justiça Eleitoral catarinense terá dois grandes eixos: 1.Mapeamento das atividades e das competências de todas as unidades do TRESP; 2.Levantamento do perfil de todos os servidores e das unidades TRESP.

Iniciativa: Programa Gestão por Competências

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas

Sinopse: Abrange a implementação de um conjunto de processos ou subsistemas, subdivididos em três grandes interligados: GPC, DFT e IOC.



1. Gestão por Competências:

- Mapeamento das atividades;
- Modelagem das competências técnicas e gerenciais;
- Levantamento do perfil dos servidores e das unidades;
- Alimentação das informações na Wiki;

2. Dimensionamento da Força de Trabalho:

- Mapeamento dos processos de trabalho;
- Registro dos tempos e frequência das atividades;
- Levantamento das percepções do gestor da unidade.

3. Identificação de Ocupações Críticas:

- Identificação das atividades que somente um servidor realize e/ou tenha capacitação para realizar;
- Levantamento das necessidades de desenvolvimento de competências;
- Definição de ações para o compartilhamento e o registro do conhecimento;
- Identificação de instrutores em potencial.

Andamento do Projeto	% realizado
Mapeamento de Atividades	95,79%
Mapeamento de Competências	24,51%
Levantamento do Perfil dos Servidores	34,74%
Levantamento do Perfil das Unidades	38,24%
Dimensionamento da Força de Trabalho	26,51%
Identificação de Ocupações Críticas	47,17%

Ao final da implantação, pretende-se não somente atender às recomendações das normativas dos órgãos superiores, mas também aprimorar os processos e as rotinas de trabalho no TRESA. Além disso, o modelo servirá como importante instrumento para viabilizar a adoção de critérios objetivos para a alocação e remanejamento de servidores, para a implementação de uma avaliação de desempenho mais eficaz, bem como para o (re)dimensionamento da força de trabalho e para a adequação do programa de desenvolvimento dos servidores, vinculando-o, de forma definitiva, às ações estratégicas do Tribunal.

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Cerimonial e Eventos (Portaria DG 347/2016, alterada pela Portaria DG 72/2017)	• Adolfo Luiz Poluceno Possamai; • Almir Lopes da Silva; • Ana Cristina Salles Valente; • André Salvador Bordin; • Andréa Bernadete Tobias Granja; • Andréia Ramos dos Santos; • Ângela Paula Taffarel Souto Mayor; • Beatriz Bertoncini Ungaretti; • Beatriz Prudêncio Soares; • Betina Isabel Duarte; • Carine Paula Petry; • Caroline Alves do Nascimento; • Claudia Mazzali Jorge de Souza Kresch; • Cintia Buzzarello Haase; • Daiana Paula Morais; • Daniela Mara Zacchi Campos; • Eraldo Luís Bubniak; • Felícia Tauois Pereira; • Fernanda Letícia da Silveira Gonçalves; • Flavio Lanza; • Gabriel Parmeggiani Costa; • Gabriela de Souza Guedes; • Gustavo Heinz Schmidt Wiggers; • Helaine Sperandio da Silva • Isabella Bertoncini; • José Alberto Moraes; • José Luis de David Vargas; • Josiani Regina Rosa; • Juliana Felipe Bartras; • Juliana Tavares Martins; • Kamile Bianca Rensi Schacht; • Kelly Rosana Yassuda; • Klesiane Schmitt Pauli • Kris Nereid Ferreira Lima; • Luciana Ferreira;

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
	• Lucimara Bianchi; • Márcia Maria Vargas Rojas Bonoldi; • Marcio Carneiro Leite da Costa; • Maria Gabriela Mendes de Souza; • Monique Pitsica; • Nádia Issa Musse; • Olavo Queiroz Neto; • Palmyra Farinazzo Reis Repette; • Renata Soraya da Silveira Platzer; • Renato Carvalho Ayres; • Rita de Cássia Garcia Lima da Cruz; • Roberto André Raupp; • Samuel Borner; • Sandra Buth Zanon; • Simone Resquetti Tarifa dos Santos; • Synara Côrrea Negrão de Paula.
Licitação (Portaria DG 31/2018)	• Heloísa Helena Bastos Silva Lübke (Presidente); • Jailson Laurentino (Secretário); • Deisi Lúcia Fávero Arend; • Marcos David Fermino; • Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado (Suplente) e • Betina Isabel Duarte (Suplente).
Pregoeiros Oficiais e Equipe de Apoio (Portaria DG 32/2018, alterada pela Portaria DG 243/2018)	• Heloísa Helena Bastos Silva Lübke; • Jailson Laurentino; • Flávio Lanza; • José Luiz Sobierajski Júnior; • Juliana Felipe Bartras; • Betina Isabel Duarte; • Marcos David Fermino e • Roberta Maria de Castro Sepetiba Quezado
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (Portaria P 107/2017 e Portaria P 106/2017)	Defensores Dativos • Ana Cristina Salles Valente; • Ana Lúcia Spíndola Mateus; • Jailson Laurentino; • Juliana Tavares Martins; e

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
	• Luciana da Silva Areias. Grupo destinado para atuar no PAD • Adolfo Luiz Poluceno Possamai; • Ana Claudia Furtado Vidal; • Ana Izabel de Souza Ungaretti; • Ana Paula Bel; • André Luiz Dutra; • Andréia Ramos dos Santos; • Bárbara Leal Affonso Guimarães; • Daiana Paula Souza de Moraes; • Daisy Dal Farra Beck; • Daniella Mara Zacchi Campos; • Fabricio Oliveira do Valle; • Gabriel Fernando Drago Demetrio; • Giovanni Turazzi; • Gonsalo André Agostini Ribeiro; • Grasiela Gaspar Gonçalves; • Helaine Sperandio da Silva; • Jailson Laurentino; • Kamile Bianca Rensi Schacht; • Lúcia Helena Salles Valente Brascher; • Luiz Angelo Daros de Luca; • Marcelo Mendes Pereira; • Marco Aurelio Fevereiro; • Monique Pítsica; • Renata Sílvia Rocha; • Renato de Ávila Pacheco; • Rodrigo Camargo Piva; • Rogério Borges Júnior; • Rogério Camargo Piva; • Samir Claudino Beber; • Vilson Raimundo Rezzadori.
Desfazimento de Materiais Inservíveis (Portaria DG 165/2016)	• Danilo Martins de Faria (Presidente); • Silvia Einloft Pereira; • Maurício Aires Teixeira e • Rogério Valdir da Silva (suplente).

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Investigação e estabelecimento do nexo de causalidade entre trabalho exercido e acidente sofrido por servidores deste Tribunal (Portaria DG 284/2012)	• Amberson Vieira de Assis (Presidente); • Daniella Mara Zacchi Campos; • Jean da Silva Oliveira; • Sérgio Luiz Lopes (Suplente); • Josiani Regina Rosa (Suplente); e • Samara de Souza Pinto Arten Moreira (Suplente).
Comissão Regional de Conservação das Urnas Eletrônicas (Portaria P 138/2017)	• Patricia Hahnert Sardá Lisboa (Presidente); • Jairo Soldatelli de Almeida (Secretário); • João Sebastião de Andrade; • Eduardo Luis Favero Arend; • Marcus Vinícius Pereira Doreto; • Robson Luiz Soares da Conceição (Suplente); e • André Dutra Silva (Suplente).
Comissão de Segurança da Informação (Portaria P 318/2017 e Portaria DG 26/2019)	Representantes Gestor da Comissão: Titular da CGI ou seu substituto • Presidência: Caroline Alves do Nascimento Ana Eloise de Carvalho Flôres (Suplente) • DG: Jailson Laurentino Patrícia Brasil (Suplente) • AEPE: Daniel da Rosa Vargas Augusto César Campos (Suplente) • CRE: O servidor titular da função de Secretário ou seu substituto • SAO: O servidor titular da função de Secretário ou seu substituto • SGP: O servidor titular da função de Secretário ou seu substituto • SJ: O servidor titular da função de Secretário ou seu substituto • STI: O servidor titular da função de Secretário ou seu substituto • ASCOM: O servidor titular da função de Assessor ou seu substituto
Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – GOVTIC (Portaria P 87/2016)	• Álvaro Sampaio Correia Neto (STI) - Presidente; • Renata Beatriz de Fávère (SCRE), • Augusto César Campos (AEPE), • Daniel Schaeffer Sell (SJ); • Eduardo Cardoso (SAO); e • Andréa Bernadete Tobias Granja (SGP).

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Comitê de Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – GESTIC (Portaria P 269/2016)	• Álvaro Sampaio Correia Neto (STI) - Presidente; • Samuel Fernandes Ribeiro (CSC), • Eron Domingues (CSIT), • Carlos José Schmidt Cardoso (SGPTI); e • Eron Domingues (Gestor da Segurança de Informação)
Comitê Gestor Regional para administração do Processo Judicial Eletrônico – Pje (Portaria P 85/2017)	• Hélio David Vieira dos Santos, Juiz Membro do TRESP (Presidente); • Leone Carlos Martins Júnior, Juiz Eleitoral da 100ª Zona Eleitoral; • Marcelo Mota, representante da Procuradoria Regional Eleitoral; • Renata Pereira Guimarães, advogada representante da OAB/SC; • Representante da Defensoria Pública da União; • Renata Beatriz Fávere, representante da Corregedoria Regional Eleitoral; • Sérgio Manoel Martins, Diretor-Geral do TRESP; • Álvaro Sampaio, Secretário da Tecnologia da Informação do TRESP; • Daniel Schaeffer Sell, Secretário Judiciário do TRESP (Secretário).
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD (Portaria P 121/2017)	• Edmar Sá (Presidente); • Sandra Buth Zanon; • Simoni dos Santos Di Bernardi Martins; • Samuel Fernandes Ribeiro; • Daniel da Rosa Vargas; • Rosiane de Souza Catarina; e • Marcelo Mendes Pereira (Secretário). Suplentes: • André Luiz Dutra; • Cyntia Buzzarello Haase; • Deise Lúcia Fávero Arend; • Jean de Silva Oliveira; e • Grasiela Gaspar Gonçalves.
Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) deste Tribunal (Portaria P 119/2015)	• Secretaria de Administração e Orçamento; • Secretaria de Gestão de Pessoas; • Secretaria de Tecnologia da Informação; • Coordenadoria de Contratações e Materiais; e • Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão.

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Comissão de Ética do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Portaria P 37/2016 e alterações posteriores)	• Marilete Maria da Costa (ASSPRES) - Presidente; • Kamile Bianca Renzi Schacht (SGP); • Sheila Brito de Los Santos (SJ) • Eraldo Luís Bubniak (ASSDG) - Suplente; • Olavo Queiroz Neto (SCRE) • Nádia Issa Mussi (COFIC) - Suplente;
Comitê de Aquisições no âmbito Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Portaria P 49/2016)	• Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral; • Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições; • Secretaria Judiciária; • Secretaria de Gestão de Pessoas; • Secretaria de Tecnologia da Informação; e • Secretaria de Administração e Orçamento.
Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA (Portaria P 123/2018 e Portaria DG 254/2016 e alterações posteriores)	• Coordenador-Geral Juiz Fernando Luz da Gama Lobo d'Eça • Presidente: Carolina Testoni Knabben Caubet • Cláudia Regina Damasceno Luciano • Fernanda Letícia da Silveira Gonçalves • Pierina Schmitt Pomarico • Samara de Souza Pinto Arten Moreira • Sérgio Luiz Lopes • Aleto Silva (Suplente) • Cláudio Roberto Januário (Suplente)
Núcleo Socioambiental (Portaria P 118/2015)	• Coordenador de Gestão da Informação; • Coordenador de Contratações e Materiais; • Coordenadora de Infraestrutura e Serviços; • Coordenadora de Educação e Desenvolvimento; e • Coordenador de Suporte e Infraestrutura Tecnológica.
Comitê para apreciação dos pedidos de afastamento para participação em programa de pós-graduação (Portaria P 335/2017)	• Secretária de Gestão de Pessoas; • Assessora Jurídica de Recursos Humanos da Direção-Geral; • Vice-Diretora da EJESC; • Coordenadora de Desenvolvimento Organizacional; e • Coordenador de Pessoal.

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Comitê de Análise e Avaliação do Programa de Gestão por Competências (Portaria P 191/2018, alterada pela Portaria P 19/2019)	• Adolfo Luiz Poluceno Possamai SCRE • Ana Paula Bel SAO • Betina Isabel Duarte SGP • Carlos Eduardo Justen Cartório da 67ª Zona Eleitoral • Carlos José Schmidt Cardoso STI • Felícita Sousa Valverde EJESC • Jairo Ângelo Grisa ASCOM • Jaqueline Fiedler SJ • Karine Borges de Liz SCIA • Palmyra Farinazzo Reis Repette
Comissão de Continuidade de Negócios – CCN (Portaria DG 31/2019)	• Coordenadoria de Infraestrutura e Serviço (CIS) – Coordenação • Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica (CSIT) • Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional (CDO) • Coordenadoria de Gestão da Informação (CGI) • Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral (CRECAD) • Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)
Comissão destinada a proceder à reavaliação/redução ao valor recuperável dos bens que integram o patrimônio deste Tribunal (Portaria DG 217/2011)	• Eduardo Luis Fávero Arend (Presidente), • Carlos Ruas de Araújo (Secretário), • Claudio Roberto Januário, • Fernando Olavo Pacheco, • Josué da Silva Monteiro, • Marcos David Fermino, • Robson Luiz Soares da Conceição, e • Rogério Valdir da Silva.
Comissão de Coleta Seletiva Solidária (Portaria DG 190/2016)	• Luciana Ferreira (Presidente); • Grizelda Arnoldo (Secretária); • Vilson Raimundo Rezzadori
Comissão destinada para proceder à Tomada de Contas do Almoxarifado (Portaria P 224/2018)	• André Hermenegildo Rosa (SAO) (Presidente); • Salete Terezinha Rabuske; e • Rafael Neves da Fontoura Dorneles (Secretário)

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Comissão destinada a desenvolver estudos e elaborar projeto de implantação da Gestão por Competências no âmbito deste Tribunal (Portaria P 191/2018, alterada pela Portaria P 19/2019)	• Carolina Testoni Knabben Caubet (SGP) • Cláudia Gevaerd Fernandes (SAO); • Cláudia Regina Damasceno Luciano (EJESC); • Cristiane Resende Moreira Santos (SAO); • Igor Betim de Freitas (STI); • Jean da Silva Oliveira (SJ); • Juliana Vier Both (ASCOM); • Neuza Seixas Busse (SGP); • Olavo Queiroz Neto (SCRE); • Renata Soraia da Silveira Platzer (SGP).
Comissão de Auditoria de Funcionamento das Urnas Eletrônicas.- Resolução TSE n. 23.458/2015 (Portaria P 127/2018, alterada pela Portaria P 183/2018)	• Jaime Pedro Bunn – Juiz de direito – (Presidente); • Samir Claudino Beber; • Anderson Luiz Corsini; • Rafael Bez Claumann; • Helaine Sperandio da Silva; • Synara Corrêa Negrão de Paula; • Willian Leonardo dos Santos; • Palmyra Farinazzo Reis Repette (Secretária).
Comissão Organizadora do Prêmio de Inovação 2018 (Portaria P 225/2018)	• Guilherme Augusto Delbem (Coordenador); • Renata Soraia da Silveira Platzer; • Carlos Ruas de Araújo; • Tatiany Martins; • Marcelo Mendes Pereira.
Comissão para estudos relacionados à reestruturação da EJESC (Portaria P 20/2019)	• Desembargador Antônio Zoldan da Veiga; • Edmundo Cesar Nunes; • Eduardo Cardoso; • Felícita Sousa Valverde; • Hugo Frederico Vieira Neves; • Samir Claudino Beber; • Sylvia Leandro Marinho.

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
Comissão julgadora responsável pela avaliação das ações inovadoras concorrentes à edição 2019 do Prêmio Conecta (Portaria P 29/2019)	• Paulo Dionísio Fernandes; • Leonardo Marcelino de Godoy; • Carlos Eduardo Justen; • Simone Malta Ladeira; • Augusto César Campos; • Eron Domingues; • José Luiz Sobierajski Júnior; • Maria Tereza Mário Chaul; • Simone dos Santos Di Bernardi Martins.
Planejamento, acompanhamento e avaliação dos Projetos das Eleições – GAPE (Portaria DG 48/2016 e alterações posteriores)	• Coordenação: Titular da Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições; • Secretário do Grupo de Trabalho: Walter Luiz Rausch; • Primeira Secretaria: Titular da Assistência de Planejamento e Avaliação das Eleições. • Segunda Secretaria: Titular da Assistência de Acompanhamento de Eleições e Projetos Estratégicos. • Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral: Adolfo Luiz Poluceno Possamai; • Flávio Lanza (Suplente); • Coordenadoria de Eleições: Guilherme Augusto Delbem • Marnes Filgueira de Carvalho Júnior (Suplente) • Assessorias da Pres., DG e Coordenadoria de Julgamento de Licitações: Jailson Laurentino; • Cláudia Menezes Moure (Suplente); • Assessoria de Comunicação Social: Jairo Ângelo Grisa; • Sylvia Weidemann (Suplente); • Secretaria de Controle Interno e de Auditoria: Gabriela de Souza Guedes; • Ivete Ana Araldi (Suplente); • Secretaria Judiciária: Fernanda Maria Tavares Silva; • Monique Pítsica (Suplente); • Secretaria de Administração e Orçamento: José Luiz Sobierajski Júnior; • Fernando Olavo Pacheco (Suplente); • Secretaria de Gestão de Pessoas: Maria Tereza Mario Chaul; • Ellen Palma Soares (Suplente) • Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral: Claudia Regina Damasceno Luciano;

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
	Cristiane de Resende Moreira Santos (Suplente); - Secretaria de Tecnologia da Informação: Carlos José Schmidt Cardoso; Carlos Gustavo Fisher (Suplente); e - Zonas Eleitorais: Marco Aurelio Fevereiro; Ana Claudia Furtado Vidal (Suplente).
Grupo de Trabalho responsável pelo estudo da proposta de rezonamento das Zonas Eleitorais em Santa Catarina (Portaria P 44/2015)	- Sérgio Manoel Martins (DG) – Presidente; - Renata Beatriz de Fávere (CRE); - Patrícia Hahnert Sardá Lisbôa (CEL); e - Augusto César Campos (APEG) – Secretário.
Grupo de Trabalho responsável pela gestão da intranet e do site do TRESA na internet (Portaria P 149/2017 e alterações posteriores)	Direção Geral: - Augusto César Campos; - Daniel da Rosa Vargas (Suplente); Corregedoria Regional Eleitoral: - Kris Nereide Ferreira Lima; - Giovane Moisés Pacheco (Suplente); Secretaria de Comunicação Social: - Ana Patrícia Tancredo G. Petrelli; - Jairo Ângelo Grisa (Suplente); Secretaria de Controle Interno e Auditoria: - Elton Carioni Carsten; - Marcos Garcia Labadie (Suplente); Secretaria de Administração e Orçamento: - Ana Paula Bel; - Victor Pereira de Castro (Suplente); Secretaria de Gestão de Pessoas: - Vanise Hoffmann (titular) - Renata Soraia da Silveira Platzer (suplente) Secretaria Judiciária: - Rafael Bez Claumann; - Maximiniano Simões Sobral (Suplente);

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
	Secretaria Tecnologia da Informação: • Daniela Ferreira Órdenes; • Helaine Sperandio da Silva (Suplente); Coordenadoria de Soluções Corporativas: • Augusto Gil Chaves Boal (Presidente - suplente); • Samuel Fernandes Ribeiro (Suplente); Seção de Gestão de Conteúdo Web: • Paulo Roberto Miranda dos Santos (Presidente); • Willian Leonardo dos Santos (Suplente); Escola Judiciária Eleitoral de SC: • Cláudia Regina Damasceno Luciano; • Gabriela de Souza Guedes (Suplente); Zonas Eleitorais: • Francisco Claudino; • Karina Bittencourt (Suplente);
Grupo de Trabalho – eSocial (Portaria P 97/2018, alterada pela Portaria P 130/2018)	Titulares • Lucas Augusto Deters (STI) • Klesiane Schmitt Pauli (SGP) • Marcos Bernardo da Silva (SGP) • Josemar Aparecido Gonçalves (SGP) • Márcio Boechat Ferreira (SAO) • Marcos David Fermino (SAO)
Grupo de Trabalho a fim de elaborar uma proposta/programa para avaliar as condições ergonômicas de trabalhos dos servidores do Tribunal – Sede e Cartórios Eleitorais (Portaria DG 210/2014 e alterações posteriores)	• Lucas Augusto Deters (STI) • Klesiane Schmitt Pauli (SGP) • Marcos Bernardo da Silva (SGP) • Josemar Aparecido Gonçalves (SGP) • Márcio Boechat Ferreira (SAO) • Marcos David Fermino (SAO)
Grupo de Trabalho a fim de elaborar estudos e encaminhar propostas para que o TRESC possa avaliar o desempenho organizacional da área de	Membros: • Coordenadoria de Contratações e Materiais – Coordenação; • Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e Eleições (AEPE); • Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços (CIS)

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	COMPOSIÇÃO
aquisições e contratações, definir diretrizes para o gerenciamento e a gestão de riscos nas aquisições e contratações e instituir processos formais de trabalho para planejamento de aquisições e para a gestão dos contratos (Portaria DG 44/2016)	• Coordenadoria de Julgamento de Licitações (CJL) • Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica (CSIT) • Seção de Governança e Planejamento de TI da Coordenadoria de Soluções (CSC);
Grupo de Trabalho - Mesários com a finalidade de promoverem ações referentes à capacitação de mesários e de multiplicadores de mesários (Portaria DG 284/2017)	Titulares: • Kris Nereid Ferreira Lima – CRECAD/SCRE; • Eliane Rodrigues Matos Scharf – CEL/STI; • Marco Antônio Machado Kraus – CPL/SGP; • Cláudia Regina Damasceno Luciano – EJESC. Suplentes: • Rosiane de Souza Catarina – CRECAD/SCRE; • Daniela Ebsan – CEL/STI; • Ayrton Belarmino de Mendonça Moraes Teixeira – CDO/SGP • Felícita Souza Valverde – EJESC

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2019/2020

Principais desafios e ações futuras

Um dos desafios superados em 2018 foi a instituição de uma nova modalidade de plano de saúde aos servidores e dependentes do Tribunal, cujos trabalhos foram efetivados no âmbito da Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas.

A nova modalidade do plano de saúde, cuja principal alteração ocorreu na natureza da contratação, de custo operacional (modalidade em que o Tribunal e os beneficiários são responsáveis pela quitação de todos os procedimentos realizados pelo plano de saúde) para pré-pagamento (modalidade em que há um custo mensal definido e diversas opções de plano de saúde aos beneficiários, tais como: tipo de acomodação, abrangência territorial e percentuais de participação, totalizando doze modalidades) representou uma maior segurança aos beneficiários e ao próprio Tribunal, pois, a partir da adoção da nova modalidade, passou-se a ter uma concreta previsão mensal de custos com o plano de saúde, o que não ocorria no plano anterior.

As problemáticas referem-se à motivação de seus servidores; à prestação de serviço de excelência e à resolução de conflitos.

Os grandes desafios enfrentados em 2018 — ano eleitoral — foram manter a eficiência no funcionamento de todas as atividades Tribunal, apesar da redução do quadro de pessoal resultante do corte orçamentário, e promover a sensibilização e a liberação dos servidores para participar das forças tarefas programadas para viabilizar o pleito eleitoral.

Tem-se como norte, ainda, a necessidade constante de aprimorar seus sistemas informatizados, de forma a propiciar aos executores das atividades maior celeridade, menos riscos e resultado para administração pública.

Um dos grandes desafios é a conclusão e a manutenção do Programa de Gestão por Competências, instituído pela Portaria 162/2018, o qual abarca três grandes projetos: (a) Gestão por Competência, constituído pelo mapeamento de atividades, mapeamento de competências, levantamento do Perfil da Unidade e levantamento do Perfil do Servidor; (b) Dimensionamento da Força de Trabalho e (c) Levantamento das Ocupações Críticas; todos com implantação iniciada em 2018 e previsão de conclusão, na sede do Tribunal, em meados de julho de 2019, com posterior expansão para as Zonas Eleitorais.

Espera-se que em 2020 estejam implementados o mapeamento das competências e dos processos de trabalho, além da seleção e alocação de servidores por perfil e competências.

Ainda, estima-se que seja iniciado o estudo de implantação da avaliação de desempenho por competências e a implantação das trilhas de aprendizagem por competências em substituição ao plano de capacitação e desenvolvimento de servidores-PACD.

A implantação desses projetos trará grande ganho para a Administração na medida em que servirá de subsídio para a tomada de decisão e servirá como base técnica para a proposição de mudanças estruturais avaliadas como necessárias pela Administração.

Iniciativa: Integração com eSocial

Principais unidades impactadas: Secretaria de Gestão de Pessoas

Implantação dos sistemas de gestão de estagiários, juízes e promotores eleitorais que serão disponibilizados pelo TSE para integração com o eSocial, cuja adesão será obrigatória a partir de janeiro de 2020.

Tema/área: Programa Gestão por Competências

Principais unidades impactadas: Sede

Sinopse: continuidade da implementação de um conjunto de processos ou subsistemas, subdivididos em três grandes projetos interligados: Gestão por Competências (GPC), Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) e Identificação de Ocupações Críticas (IOC).

Iniciativa: Teletrabalho

Principais unidades impactadas: Toda a Justiça Eleitoral.

Sinopse: Implantação de projeto-piloto de teletrabalho no âmbito deste Tribunal.

Relevância/ganhos: A implementação do teletrabalho promove a cultura orientada a resultados, na medida em que a redução de tempo e de custos com deslocamento e a flexibilização da jornada possibilitam o aumento da produtividade e da qualidade do trabalho do servidor, com reflexos positivos na economia de recursos físicos do tribunal e, sobretudo, na eficiência e na efetividade dos serviços prestados à sociedade. Da perspectiva da gestão de pessoas, o projeto propicia a melhora do clima organizacional e da qualidade de vida do servidor, bem como a ampliação da acessibilidade dos servidores com deficiência ou dificuldade de deslocamento ao trabalho.

Iniciativa: Reorganização da força de trabalho

Principais unidades impactadas: SJ

Sinopse: em razão da implantação do PJe, reposicionar a força de trabalho dos serviços afetos ao processamento judicial.

Relevância/ganhos: liberação de servidores; redução de trabalhos mecânicos e retrabalho.

Iniciativa: Implantação do SALUS

Principais unidades impactadas: SGP, STI

Sinopse: o sistema será responsável pelo gerenciamento de todo o Programa de Assistência à Saúde (PAS) do Tribunal (inclusão/exclusão de beneficiários, gerenciamento das despesas com o plano de saúde, despesas particulares, despesas das campanhas de saúde, dentre outras).

Relevância/ganhos: informatizar as rotinas de elaboração da folha de pagamento e possibilitar aos beneficiários a consulta das despesas médicas, otimizando as rotinas de movimentação cadastral e da mudança de opção do plano de saúde.

Parte X

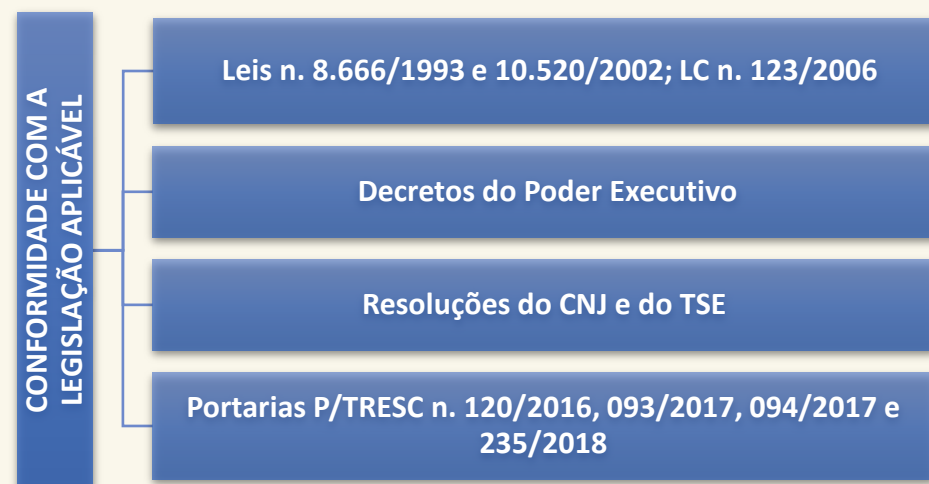
Contratos e

Materiais/Infraestrutura/Administração

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2018/2019

CONTRATOS E MATERIAIS

Gestão de licitação e contratos



Detalhamento dos gastos

Especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

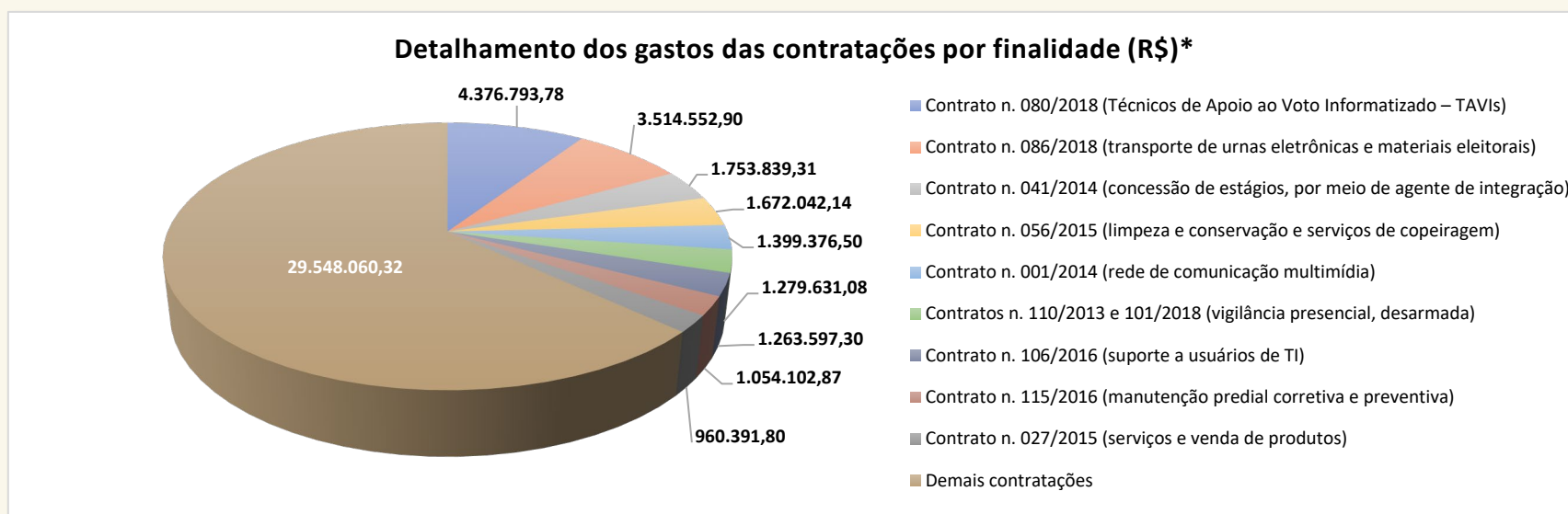
- Serviços de mão de obra terceirizada (limpeza e conservação, vigilância presencial, telefonista, copeiragem, operador de máquina reprográfica, operador de empilhadeira, conservação de urnas eletrônicas, auxiliar de almoxarife, motorista, jardinagem, jornalista, designer gráfico, técnico de áudio e vídeo, manutenção predial, suporte a usuários de TI);
- Manutenção de equipamentos (elevadores, aparelhos de ar condicionado, central telefônica, empilhadeiras, portões, softwares e equipamentos de informática);
- Locação de imóveis;

- Locação de equipamentos (outsourcing de impressão, grupo-gerador);
- Demais contratações contínuas (vigilância eletrônica, concessão de estágios, transporte rodoviário de cargas, coleta e destino final de resíduos infectados, acesso à internet, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação de dados (backbone), fornecimento de passagens aéreas, veiculação publicações legais, seguro predial e de urnas, seguro de veículos, serviços postais, clipagem, cobertura fotográfica, gravação das sessões e eventos, serviço médico-hospitalar e laboratorial, serviços de operacionalização de sistema informatizado para que empresas credenciadas forneçam combustíveis e prestem serviços de manutenção de veículos, lavagem de toalhas, serviços gráficos, assinatura de TV a cabo, fornecimento de carimbos, crachás, água mineral, livros, faixas e banners).

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES, SUA ASSOCIAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E JUSTIFICATIVAS PARA ESSAS CONTRATAÇÕES			
Número do Contrato	Objeto	Alinhamento Estratégico	Nota Explicativa
080/2018	Prestação de serviços de apoio à realização das Eleições de 2018, mediante o recrutamento, alocação e gestão de postos de trabalho especializados (Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado – TAVIs) para atuação nos Cartórios Eleitorais.	- Garantia dos direitos de cidadania (OE1); - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (OE4).	A contratação de empresa especializada em recrutamento, alocação e gestão de postos de trabalho é entendida pela Justiça Eleitoral como sendo a solução mais adequada para a disponibilização de um grande número de profissionais para atuar durante um período restrito.
086/2018	Prestação dos serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas e materiais eleitorais aos locais de votação/apuração e coleta de envelopes de segurança contendo as mídias com o resultado das Eleições 2018.	- Garantia dos direitos de cidadania (OE1); - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3); - Aprimorar continuamente o processo eleitoral (INI3).	A contratação do serviço de transporte de urnas e demais materiais eleitorais justifica-se para possibilitar a entrega simultânea das urnas e cabinas de votação na véspera do pleito, em exíguo período de tempo, a fim de que estejam disponíveis aos mesários de todas as seções eleitorais de Santa Catarina às 7 horas da manhã do dia 1º turno e do 2º turno, quando se inicia a instalação das seções eleitorais.
041/2014	Prestação de serviço de concessão de estágios, por meio de agente de integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio e/ou superior legalmente reconhecidos, cujas áreas de conhecimento estejam diretamente relacionadas com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo Contratante.	- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (OE4); - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas (OE6).	Os serviços de agenciamento integrador de estágio são relevantes, haja vista a especialização no ramo, direcionando o trabalho dos servidores do TRESA às atividades específicas das atribuições de seus cargos, sendo que a seleção, constituição do termo de compromisso de estágio, manutenção, renovação e substituição de estagiários é essencial à continuidade da prestação dos serviços da Justiça Eleitoral.
056/2015	Prestação de serviços especializados e continuados de limpeza e conservação e serviços de copeiragem, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para o prédio sede e anexos I e II do TRESA.	- Incrementar ações para desenvolver o Programa de Qualidade de Vida (INI6.2); - Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho (SGP-OE3).	Os serviços especializados de limpeza e conservação e copeiragem consistem em atividade acessória da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e traduzem-se em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas Unidades. A sua execução indireta é recomendada pela

			conveniência e econômica, bem como pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do TRESA.
001/2014	Prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gerência da rede de comunicação multimídia do TRESA, abrangendo a Sede do Tribunal e seus respectivos Cartórios Eleitorais, as Centrais de Atendimento ao Eleitor e seus Anexos, formando o "backbone secundário" da Justiça Eleitoral Catarinense.	- Manter enlace de dados adequados às demandas dos cartórios (AE 03); - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais (AE04); - Manter parque tecnológico atualizado (AE06); - Implantação de infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (IN27).	Grande parte dos serviços prestados pelas unidades da Justiça Eleitoral são apoiados por sistemas computacionais, tais como PJE, ELO, PAE, CAND, ROTAS, SPCE, entre outros. O funcionamento desses sistemas depende majoritariamente da interligação de rede de longa distância entre os computadores dos usuários e os equipamentos servidores hospedados nos Datacenters do TRESA e do TSE, conexão esta, estabelecida por meio de enlaces de dados.
110/2013 e 101/2018	Prestação de serviços de vigilância presencial, desarmada, para a sede do TRESA, Anexo I e Cartórios Eleitorais de São José/Arquivo.	- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3).	A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel da sede do TRESA, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.
106/2016	Prestação de serviços especializados e continuados de suporte a usuários de TI, sendo composto, em linhas gerais, pelo serviço de suporte técnico aos usuários (service desk), pela manutenção de equipamentos e infraestrutura e pelo auxílio no controle de ativos de TI, assim como pela supervisão do atendimento.	O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas: - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (OE9); - Satisfação dos usuários de TIC (RE1); - Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (RE2); - Migração do sistema operacional e centralização da autenticação dos usuários dos cartórios eleitorais (IN13); - Substituição de nobreaks na sede do TRESA (IN16); - Implantação de infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (IN17); - Manter parque tecnológico atualizado (AE06).	O TRESA possui em torno de 75% de seus serviços vinculados a sistemas exclusivos da justiça eleitoral, ou seja, desenvolvidos internamente, seja pela equipe do TSE ou do TRESA. O modelo de execução dos serviços com a prestação de suporte em ambiente externo traria prejuízos à agilidade que se deseja para a prestação dos serviços de suporte aos usuários. Por esses fatores, optou-se pela implantação de solução onde a Contratada realize os serviços em ambiente interno e controlado pelos servidores do TRESA.
115/2016	Prestação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em instalações hidrossanitárias, de alvenaria, elétrica e serviços gerais, com operação de sistema de recebimento de requisições de serviços, nos Edifícios Sede e Anexos I e II deste Tribunal (Florianópolis), no Depósito de Urnas, Depósito de Móveis e no Almoxarifado (São José), nos 105 (cento e cinco) Cartórios Eleitorais de todo o Estado de Santa Catarina e, eventualmente, nos demais imóveis	Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia de organização.	Manutenção das instalações e equipamentos em condições de atendimento aos serviços e no intuito de sempre melhor atender demandas de manutenção inerentes a qualquer edificação utilizada pela Justiça Eleitoral.

	que estiverem sendo utilizados pelo TRES.		
027/2015	Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos.	- Garantia dos direitos de cidadania (OE1); - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3); - Aprimorar continuamente o processo eleitoral (INI3).	Imprescindibilidade dos serviços de postagem para o envio, com a devida tempestividade e/ou urgência, conforme o caso, de correspondências a qualquer endereço no território nacional, originárias tanto da Sede do TRES quanto dos 105 Cartórios Eleitorais do Estado. A ECT é a única empresa no mercado, controlada pela União, que presta os serviços acima mencionados, em conformidade com o art. 21, X, da Constituição Federal.

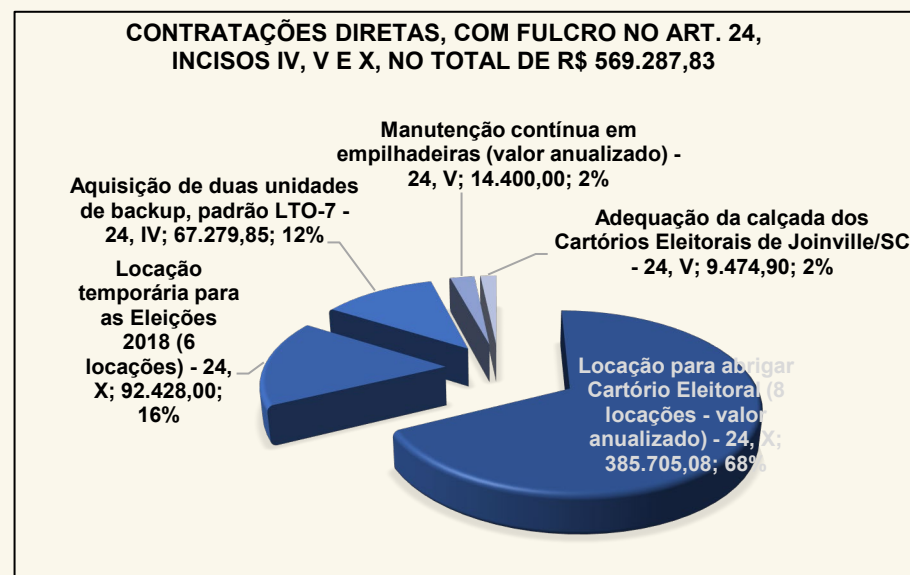
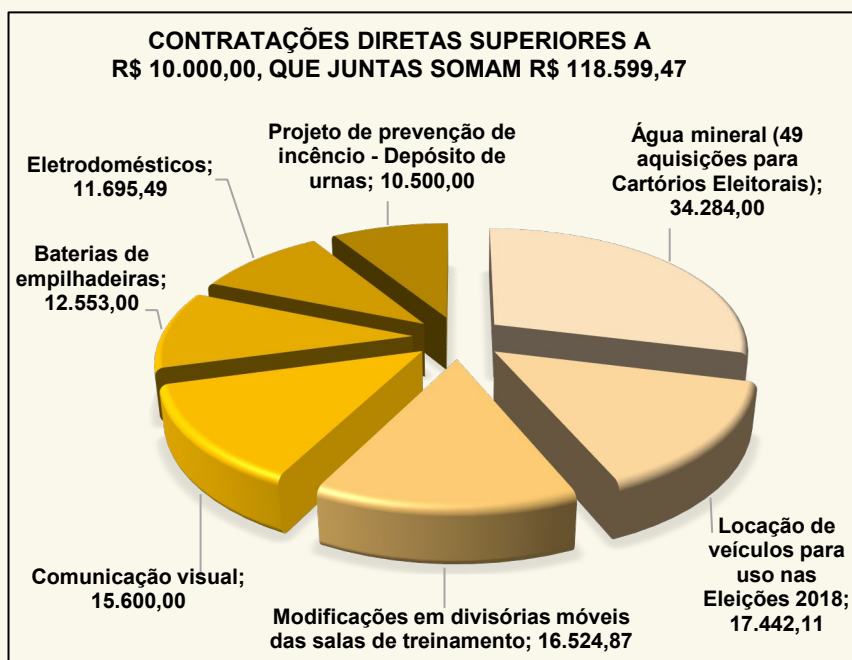


*Dados individualizados em <http://www.tre-sc.jus.br/site/transparencia/contas-publicas/index.html>

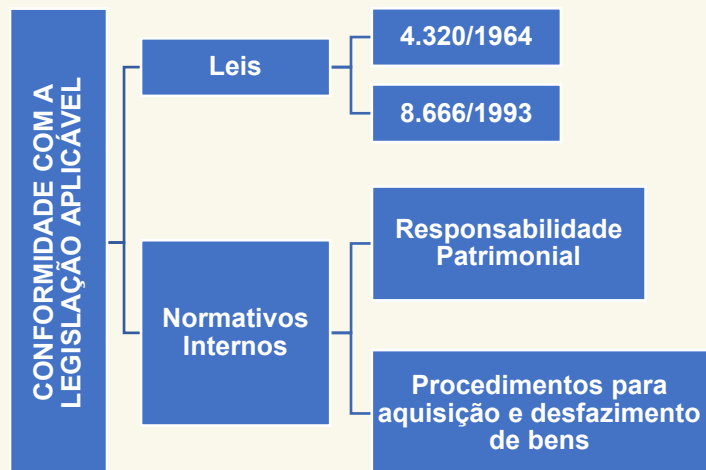
Contratações diretas

As despesas contratadas por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, incisos I e II (dispensa pelo valor), somam R\$ 202.447,09.

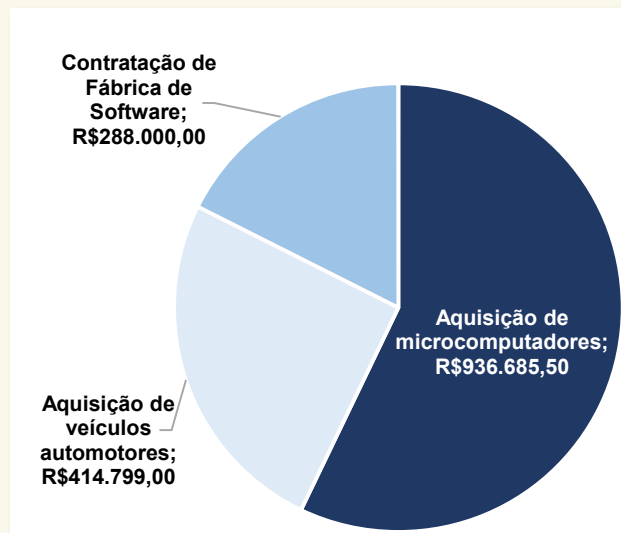
A partir de 19 de julho de 2018, o limite da dispensa de licitação para tais dispositivos foi elevado para R\$ 17.600,00, em razão da entrada em vigor, naquela data, da atualização dos valores estabelecidos no art.23, incisos I e II do *caput* da Lei n. 8.666/1993, por meio do Decreto n. 9.412/2018, fato que contribuiu para elevação do volume de contratações nessa modalidade:



Gestão do patrimônio e infraestrutura



Principais investimentos de capital



Os investimentos na área de TI refletem diretamente na melhoria de sua infraestrutura operacional e técnica, além de atender à crescente demanda na área de desenvolvimento de softwares voltados ao aprimoramento e à celeridade das ações e dos procedimentos executados pelo TRESP para implementar e alcançar seus objetivos estratégicos.

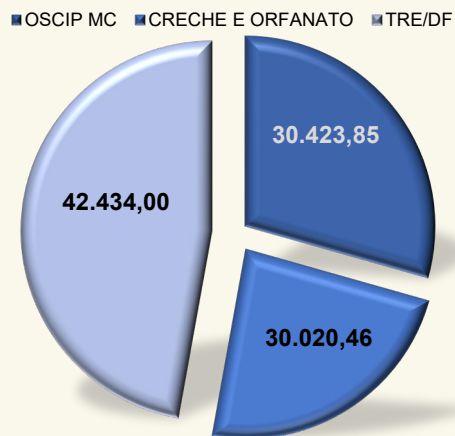
Considera-se demonstrado o custo-benefício dos investimentos e o impacto específico daqueles da área de TI nos objetivos estratégicos.

A aquisição de veículos destinou-se à substituição de carros com mais de 10 anos de utilização, os quais importavam altos custos de manutenção e não ofereciam mais as condições de segurança adequadas à prestação dos serviços.

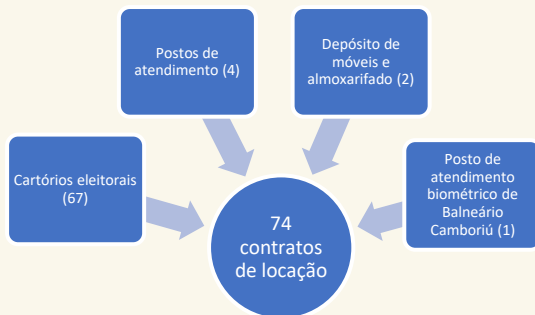
O impacto da aquisição de veículos é verificado na redução dos custos de manutenção, o que atende diretamente ao **Objetivo OE7 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária**.

Desfazimento de ativos (bens doados)

Foi realizada a baixa patrimonial de 1.484 (um mil, quatrocentos e oitenta e quatro) bens permanentes, que totalizou o valor líquido de R\$ 102.878,31:



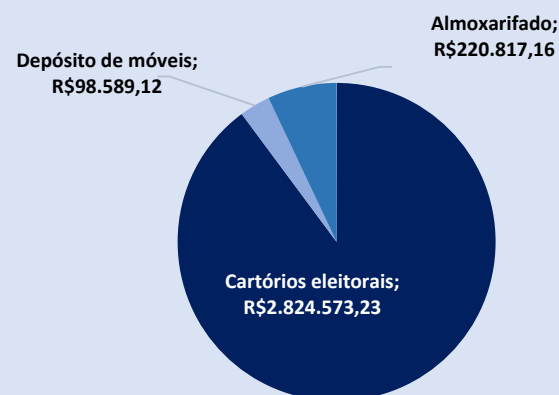
Locações de imóveis e equipamentos



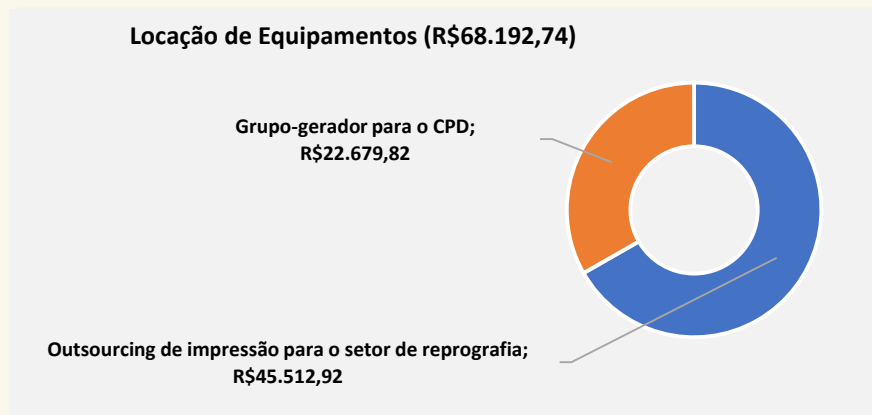
No que se refere aos cartórios eleitorais, cabe esclarecer que, há pouco mais de uma década, praticamente todas as unidades de primeiro grau da Justiça Eleitoral deste Estado encontravam-se instaladas nos fóruns da Justiça Estadual. Contudo, esse Poder passou a requisitar tais espaços para uso próprio, obrigando este Tribunal a buscar novas alternativas.

Há 21 imóveis de propriedade da União ocupados pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina, abrigando 29 cartórios eleitorais. Da experiência dessa última década, pode-se observar que o investimento em estrutura imobiliária própria apresenta boa relação custo-benefício nos municípios que sediam mais de uma zona eleitoral, onde é possível organizar centrais de atendimento ao eleitor, instalando-se mais de um cartório em um só imóvel. Quanto aos demais, constatou-se que, dado o pequeno porte dos imóveis necessários, os custos de locação são baixos, se comparados ao investimento de uma construção. Em média, apurou-se que, para esses municípios, o custo de uma obra equivaleria a mais de 40 anos de locação de um imóvel.

Locação de Imóveis (R\$3.143.979,51)



Acerca do tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados, a política adotada é o custeio direto pelos locadores, nas hipóteses em que os serviços importem aumento ou preservação do valor patrimonial, ficando a cargo deste Tribunal apenas as despesas decorrentes de danos ou defeitos acarretados pelo uso.



Mudanças e desmobilizações relevantes

No que se refere às mudanças e desmobilizações relevantes, foram feitas quatro mudanças de Cartórios Eleitorais (Itapiranga, Orleans, São João Batista e Tijucas) e o fechamento de dois Postos de Atendimento (municípios de Anchieta e Cunha Porã).

Iniciativa: Regulamentação do processo formal de trabalho de gestão dos contratos

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: Padronização do processo de gestão de contratos por meio de ato normativo

Relevância/ganhos: Clareza quanto a todas as formalidades a serem observadas na gestão de contratos e apropriação do conhecimento pela Instituição, facilitando a sua disseminação entre os atores envolvidos.

Iniciativa: Gestão do Plano de Aquisições

Principais unidades impactadas: SAO e Comitê de Aquisições

Sinopse: Controle de aderência ao planejamento e gerenciamento de mudanças

Relevância/ganhos: Transparência e compartilhamento de responsabilidades na gestão de contratações, por meio das deliberações do Comitê de Aquisições, referendadas pela Direção-Geral, no total de 34 em 2018.

Iniciativa: Elaboração do Plano de Aquisições 2019

Principais unidades impactadas: SAO e Comitê de Aquisições

Sinopse: Definição das contratações a serem realizadas em 2019, de acordo com os recursos disponíveis.

Relevância/ganhos: Transparência e compartilhamento de responsabilidades na priorização das contratações, por meio das deliberações do Comitê de Aquisições, referendadas pela Direção-Geral.

Iniciativa: Contratações

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: contratações de serviços e aquisição de materiais para operacionalização das Eleições 2018

Relevância/ganhos: considerando o planejamento elaborado, todas as contratações foram efetivadas tempestivamente por meio de processamento regular, destacando-se os serviços técnicos de apoio ao voto informatizado, transporte de urnas e mídias, alimentação de mesários, linhas telefônicas para suporte, disque-eleitor, além de todos os materiais para as seções eleitorais.

Iniciativa: Alimentação de mesários

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: indenização da alimentação dos mesários por vale-postal

Relevância/ganhos: pela primeira vez foi viabilizada a utilização do vale-postal para pagamento de alimentação de mesários, propiciando maior segurança ao processo eleitoral, na medida em que os valores aplicados importam aproximadamente R\$ 3.000.000,00.

Iniciativa: Materiais

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: remessa de materiais aos Cartórios

Relevância/ganhos: considerando o planejamento elaborado, todos os materiais destinados aos cartórios e seções eleitorais foram entregues com razoável antecedência, permitindo a organização das zonas eleitorais sem sobressaltos.

Iniciativa: Contratações sustentáveis

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: inclusão de requisitos de sustentabilidade em 62,73% dos editais de licitação

Relevância/ganhos: contribuição da Justiça Eleitoral catarinense com a sustentabilidade ambiental.

Iniciativa: Licitações e contratações diretas

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: processamento das contratações por meio de procedimentos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação.

Relevância/ganhos: foi o primeiro exercício em que as contratações foram integralmente geridas sob a égide da Portaria n. 095/2016, que estabelece o processo formal de trabalho para as contratações, verificando-se significativo ganho decorrente do envolvimento das áreas demandantes nas contratações. Estatísticas: 110 pregões eletrônico e 238 contratações diretas (dispensas e inexigibilidades de licitação).

Iniciativa: Gerenciamento de contratações

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: lavratura de contratos, convênios, controle de vigência, processamento de alterações contratuais e registro de penalidades.

Relevância/ganhos: controle sobre toda a fase de execução contratual. Estatísticas: 150 contratos, 209 termos aditivos, 29 apostilas, 29 atas de registro de preços, 11 convênios, 1 termo de cooperação, 1 termo de cessão de uso e processamento de outras 316 contratações por meio de nota de empenho.

Iniciativa: Inventário 2018

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: realização de conferência integral do patrimônio do TRESC em todo o Estado, por meio de aplicativo móvel.

Relevância/ganhos: o uso da tecnologia propicia a total fidedignidade da conferência, além de propiciar agilidade e economia ao processo. Bens inventariados: 43.153.

Iniciativa: Gestão patrimonial

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: controle contábil dos bens patrimoniais

Relevância/ganhos: assegurar a fidedignidade dos dados contábeis em relação ao patrimônio físico. Estatísticas: 43.153 bens inventariados, 13.402 entradas de novos bens, incluindo 9.165 urnas, transferência de 8.576 urnas para outros regionais e para o TSE e 786 baixas patrimoniais.

Iniciativa: Gestão de materiais de consumo

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: regulação de estoque e atendimento de requisições

Relevância/ganhos: garantir a disponibilidade dos materiais necessários ao desempenho das atividades do TRESC e ZEs. Estatísticas: 8.089 volumes despachados, 2.155 requisições atendidas, representando 507.440 materiais enviados, no valor total de R\$ 1.359.103,31.

Iniciativa: Aplicativo Patrimônio

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

O aplicativo Patrimônio foi construído para permitir que a conferência dos bens móveis possa ser realizada de forma colaborativa pelas próprias unidades em substituição ao trabalho que antes era realizado pela Comissão de Inventário.

Neste exercício, foram efetivadas a leitura de aproximadamente 45.000 itens pelas unidades. A solução também despertou interesse de outros Regionais e já foi encaminhada, a pedido, para o Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás.

INFRAESTRUTURA

Iniciativa: Infraestrutura

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: preparação e adequação dos ambientes na sede e cartórios

Relevância/ganhos: considerando o planejamento elaborado, todos os ambientes foram disponibilizados tempestivamente, destacando-se a Sala de Imprensa, o ambiente para realização de auditoria das urnas em condições reais de funcionamento (Votação paralela) e o Disque-Eleitor, além de adequações pontuais em locais de armazenamento de urnas e de votação em todo o Estado.

Iniciativa: Infraestrutura

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: instalação de 15 postos de atendimento para revisões de eleitorado

Relevância/ganhos: propiciar o recadastramento biométrico dos eleitores no município de residência, evitando seu deslocamento à sede da zona eleitoral.

Iniciativa: Ampliação do Depósito de Urnas

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: ampliação da área ocupada na CONAB, em regime de comodato.

Relevância/ganhos: com o crescimento do parque de urnas o espaço anteriormente ocupado passou a ser insuficiente para armazenar a totalidade, razão pela qual este Tribunal promoveu gestão junto à CONAB, para ampliação da área ocupada de forma gratuita, propiciando relevante economia orçamentária.

Iniciativa: Reformas e mudanças

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: mudanças de sede dos cartórios eleitorais de São João Batista, Tijucas, Itapiranga, Orleans e Jaraguá do Sul; reformas nos cartórios de Joinville e Gaspar (imóveis próprios); ampliação do Gabinete da Presidência e reforma das instalações da Biblioteca.

Relevância/ganhos: Melhorias nas instalações da sede e cartórios e, em relação a Jaraguá do Sul, economia anual aproximada de R\$ 165.000,00 com aluguel, considerando a mudança para imóvel próprio da União.

Iniciativa: Apoio de infraestrutura à Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense e II Desenvolve JE

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: preparação de infraestrutura e disponibilização de serviços.

Relevância/ganhos: os três eventos, somados, envolveram cerca de 500 pessoas, tendo sido todos realizados no mês de março de 2019.

ADMINISTRAÇÃO

Iniciativa: Transportes

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: disponibilização de veículos para os auditores de configuração e cartórios

Relevância/ganhos: mediante a celebração de convênio com o TJSC, foi viabilizada a utilização dos veículos das comarcas da Justiça Estadual pelos cartórios eleitorais, o que facilitou sobremaneira os trabalhos, além de propiciar significativa economia. Além disso, foram locados 17 veículos para deslocamento dos auditores de configuração por todo o Estado.

Iniciativa: Renovação da frota de representação e de serviços

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: aquisição de 2 veículos de representação e 3 veículos de serviço

Relevância/ganhos: substituição de veículos antigos, que já não propiciavam as condições necessárias de segurança e importavam alto custo de manutenção.

Iniciativa: Gestão de serviços de apoio

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: gestão dos serviços que dão suporte às atividades desenvolvidas na Sede e nos cartórios eleitorais, quais sejam: vigilância, limpeza, transportes, expedição, copeiragem, jardinagem, reprografia, telefonia, manutenção predial, movimentação e manutenção de móveis e equipamentos, climatização, entre outros.

Relevância/ganhos: propiciar condições de trabalho adequadas, no que se refere a conforto, segurança e ferramental.

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2019/2020

CONTRATOS E MATERIAIS

Iniciativa: Materiais

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: Revisão dos saldos das atas de materiais de biometria, solicitar o reforço do saldo para fornecimento às Zonas Eleitorais e elaborar novos pedidos para 2020.

Relevância/ganhos: antecipação de ações garante a disponibilização dos recursos em tempo hábil, com margem para contornar eventuais contratempos.

Iniciativa: Licitações e contratações diretas

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: processamento das contratações por meio de procedimentos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação.

Relevância/ganhos: viabilização das demandas que exigem contratações para o atingimento dos objetivos institucionais.

Iniciativa: Inventário 2019

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: realização de conferência integral do patrimônio do TRESA em todo o Estado, por meio de aplicativo móvel.

Relevância/ganhos: o uso da tecnologia propicia a total fidedignidade da conferência, além de propiciar agilidade e economia ao processo.

Iniciativa: Gestão patrimonial

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: controle contábil dos bens patrimoniais

Relevância/ganhos: assegurar a fidedignidade dos dados contábeis em relação ao patrimônio físico.

Iniciativa: Gestão de materiais de consumo

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: regulação de estoque e atendimento de requisições

Relevância/ganhos: garantir a disponibilidade dos materiais necessários ao desempenho das atividades do TRESA e ZEs.

Iniciativa: Treinamento EAD Gestão de Contratos

Principais unidades impactadas: SAO e EJESC

Sinopse: treinamento obrigatório de todos os gestores de contratos

Relevância/ganhos: capacitação da totalidade dos servidores na área de gestão de contratos, propiciando o nivelamento do conhecimento e munindo-os das ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções.

Iniciativa: Elaboração do Plano de Aquisições 2020

Principais unidades impactadas: SAO e Comitê de Aquisições

Sinopse: definição das contratações a serem realizadas em 2020, de acordo com os recursos disponíveis.

Relevância/ganhos: transparência e compartilhamento de responsabilidades na priorização das contratações, por meio das deliberações do Comitê de Aquisições, referendadas pela Direção-Geral.

Iniciativa: Gestão do Plano de Aquisições 2019

Principais unidades impactadas: SAO e Comitê de Aquisições

Sinopse: controle de aderência ao planejamento e gerenciamento de mudanças

Relevância/ganhos: transparência e compartilhamento de responsabilidades na gestão de contratações, por meio das deliberações do Comitê de Aquisições, referendadas pela Direção-Geral.

INFRAESTRUTURA

Iniciativa: Infraestrutura

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: instalação de 18 postos de atendimento para revisões de eleitorado

Relevância/ganhos: propiciar o recadastramento biométrico dos eleitores no município de residência, evitando seu deslocamento à sede da zona eleitoral.

Iniciativa: Instalação de Zona Eleitoral em Navegantes

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: instalação de Zona Eleitoral em Navegantes

Relevância/ganhos: a instalação e a manutenção do imóvel serão totalmente custeados pelo Município, permitindo a aproximação da Justiça Eleitoral da população local, sem custos, bem como a realização de revisão do respectivo eleitorado ainda em 2019.

Iniciativa: Mudanças

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: mudança de sede do cartório de Videira

Relevância/ganhos: propiciar acessibilidade aos eleitores.

Iniciativa: Reformas

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: reforma das fachadas e da passarela da sede

Relevância/ganhos: garantir a estabilidade estrutural do edifício e a segurança dos ocupantes.

Iniciativa: Climatização

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: substituição do sistema de climatização do Anexo I

Relevância/ganhos: o sistema atual é obsoleto, instável e é responsável por 70% do consumo da energia do prédio. Com a substituição por sistema *Split inverter* (similar ao da sede), haverá mais conforto térmico e acústico, além de significativa economia de energia.

Iniciativa: Gestão de serviços de apoio

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: gestão dos serviços que dão suporte às atividades desenvolvidas na Sede e nos cartórios eleitorais, quais sejam: vigilância, limpeza, transportes, expedição, copeiragem, jardinagem, reprografia, telefonia, manutenção predial, movimentação e manutenção de móveis e equipamentos, climatização, entre outros.

Relevância/ganhos: propiciar condições de trabalho adequadas, no que se refere a conforto, segurança e ferramental.

ADMINISTRAÇÃO

Iniciativa: Renovação da frota de serviço

Principais unidades impactadas: SAO

Sinopse: aquisição de 7 veículos de serviço

Relevância/ganhos: substituição de veículos antigos, que já não propiciam as condições necessárias de segurança e importam alto custo de manutenção.

Parte XI

Tecnologia da Informação

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2018/2019

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Em observância ao processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação e a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), foi aprovado, em 22 de março pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC) e instituído pela Portaria P n. 89/2016, de 30 de março, com vigência até 2020, tem como objetivos:

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TI (PETIC)	Objetivo Estratégico Institucional (PEI)
Resultados	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC	• Garantia dos direitos de cidadania; • Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional • Aperfeiçoamento da gestão da informação • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	• Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral • Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional • Aperfeiçoamento da gestão da informação • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(RE3) – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional • Aperfeiçoamento da gestão da informação • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Processos Internos	(PI1) Aprimoramento da segurança da informação	• Combate à corrupção e à improbidade administrativa • Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral • Aperfeiçoamento da gestão da informação • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional • Aperfeiçoamento da gestão da informação • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	• Combate à corrupção e à improbidade administrativa • Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral • Aperfeiçoamento da gestão da informação • Aperfeiçoamento da gestão orçamentária • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Pessoas e Recursos	(PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	• Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional • Aperfeiçoamento da gestão de pessoas • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	• Aperfeiçoamento da gestão orçamentária • Fortalecimento da governança • Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O PDTIC 2018 foi aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (GOVTIC) em 21 de março de 2017 e instituído pela Portaria DG n. 109, de 15.05.2017. Dentre as ações planejadas para o alcance dos objetivos estratégicos de TI em 2018 podemos destacar:

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
SISTEMAS		
IN04 - Convoc 2018 - Convocação eletrônica e reestruturação	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
IN05 - Auge 2018 - Manutenção evolutiva	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
IN06 - Sigma 2018 - Manutenção evolutiva	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
IN10 – Sistema de Gestão Orçamentária	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
IN12 - Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação do TRESP	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Em andamento
IN15 - Implantação de solução de service desk	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Concluído
IN17 – Implantar Processo Judicial Eletrônico (PJE)	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos (PI1) Aprimoramento da segurança da informação (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Concluído
AE02 - Aumentar a integração entre os sistemas informatizados	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Em andamento
AE11 - Aumentar a produtividade no desenvolvimento de soluções	(RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	Em andamento
AE14 - Contratar desenvolvimento de sistemas	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	Concluído
IN31 – Solução Nacional de Justificativas	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
INFRAESTRUTURA		
IN27 - Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC	Em andamento
AE03 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	Em andamento
AE06 - Manter parque tecnológico atualizado	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	Em andamento
AE09 - Aprimorar medidas de segurança no Datacenter	(RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (PI1) Aprimoramento da segurança da informação (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Em andamento
GOVERNANÇA E GESTÃO		
AE01 - Revisar o acordo de nível de serviço	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC	Em andamento

AE10 - Implantar ações de nivelamento de TIC do CNJ (Resolução n. 211/2015)	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
AE22 - Implantar processos dos modelos Cobit e ITIL	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
AE26 - Otimizar a gestão da execução orçamentária de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
AE27 - Implantar processo de gestão de contratos de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Concluído
PESSOAS		
AE05 - Difundir conhecimento em TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	Em andamento
AE25 - Definir e acompanhar o plano anual de capacitação de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	Em andamento

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)

O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos membros foram designados pela Portaria P n. 87/2016 e ao qual incumbe, dentre outras, aprovar as ações e investimentos de TI, realizou 19 (dezenove) reuniões em 2018.

Dentre as principais ações do Comitê estão:

- Aprovação do PDTIC 2019 e proposta orçamentária 2019;
- Aprovação dos indicadores de desempenho e conformidade de TI 2017;
- Aprovação da revisão dos riscos e seu plano de tratamento;
- Alterações no Plano de Contratações de TI 2018;
- Aprovação do Plano de Contratações 2019.

As reuniões do GOVTIC para alterações no Plano de Contratações 2018 realizaram exclusão de itens, alteração de valores e inclusão de novas demandas, destacando-se, quanto a esta última, as seguintes: a) aquisição de equipamentos de backup; b) aquisição de switches core, de borda e POE; c) minicomputadores e monitores de vídeo; e d) licença de software VMS para CFTV com implantação e suporte.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GESTIC)

Foi instituído pela Portaria P n. 88/2016, em 30 de março de 2016, e tem como principais atividades:

- Propor ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC) princípios e diretrizes quanto à forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no TRES;C;
- Formular, deliberar e coordenar planos necessários ao alcance dos objetivos de TIC;
- Apresentar periodicamente ao GOVTIC o andamento das ações e iniciativas de TIC;
- Promover a excelência operacional da TIC, o desenvolvimento gerencial e a adoção de instrumentos de acompanhamento de resultados;
- Promover a gestão efetiva dos recursos orçamentários destinados à aquisição e à contratação de equipamentos, softwares e serviços de apoio necessários ao provimento das soluções de TIC;
- Decidir sobre aspectos relacionados à arquitetura e à infraestrutura de TIC;
- Apresentar propostas de investimentos em TIC para o GOVTIC;
- Propor a alocação de recursos orçamentários destinados à TIC, planejando e acompanhando, em articulação com as unidades competentes, o uso desses recursos para contratação de soluções de TI.
- O GESTIC é composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica e da Seção de Governança e Planejamento de TI. No exercício de 2018, foram realizadas 17 (dezesete) reuniões do referido comitê e as dentre as atividades realizadas podemos destacar:
- Avaliação do resultado estratégico do exercício de 2017;

- Levantamento, identificação, classificação e tratamento dos riscos de TI do projeto Eleições 2018;
- Análise dos riscos da contratação de fábrica de software;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2019;
- Revisão do processo de gestão de projetos de TI;
- Avaliação de desempenho e conformidade de TIC;
- Acompanhamento das ações de TI;
- Tratamento dos riscos de TI;
- Acompanhamento das contratações de TI e gestão orçamentária;

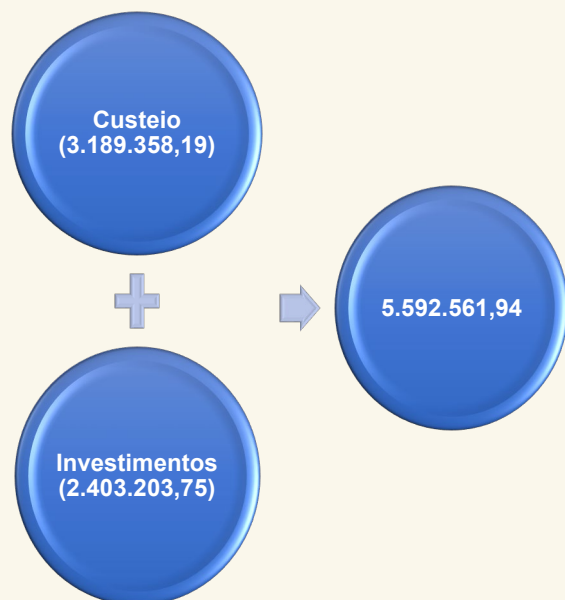
Avaliação de eficácia e adequação dos processos de TI.

Plano de capacitação (Tecnologia da Informação)

O plano de capacitação do pessoal de TI foi instituído como parte integrante do PDTIC em 15 de maio de 2017 por meio da Portaria DG n. 109/2017 onde foram identificadas as ações de capacitação requeridas para o exercício de 2018 conforme abaixo:

Treinamento	Realizado
Tecnologia VoIP	
Segurança da Informação	x
Computação na Nuvem	
Administração Docker	
Programação Python	
Ferramentas de virtualização e sistema operacionais (VMware, Red Hat, check point)	

Recursos aplicados em TI (R\$)



Força de Trabalho de TI



Processos de Gerenciamento de Serviços de TI

Os processos de gerenciamento de serviços de TI abaixo relacionados foram implantados no TRESA tendo como referência a biblioteca ITIL:

Gerenciamento da central de serviços de TI, incidentes e requisições de serviço – formalmente instituída em 2011, a central de serviços de TI é o ponto único de atendimento dos usuários de serviços de TI do TRESA. O atendimento é prestado preferencialmente através da ferramenta de *servicedesk*, *Open-source Ticket Request System (OTRS)*, disponível na intranet ou ainda por telefone ou email específicos. Todo o ciclo de vida das ocorrências (incidentes e requisições) é registrado e mantido na ferramenta. As atividades decorrentes dos processos estão disponíveis na intranet e mantidas em *workflows* específicos da ferramenta.

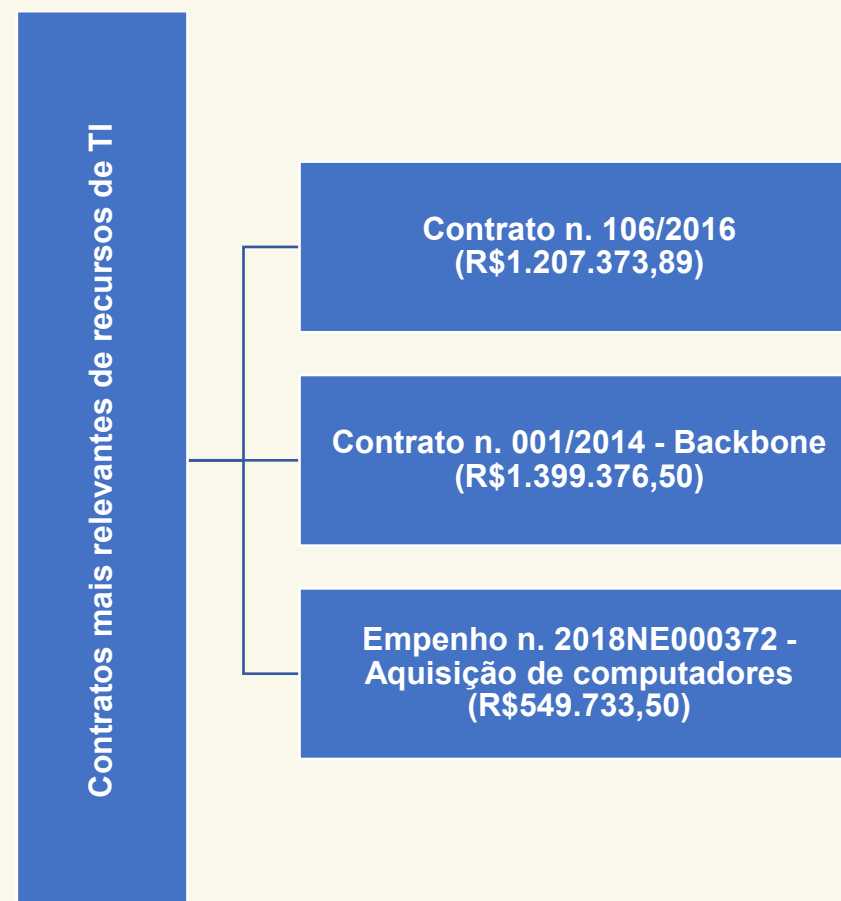
Gerenciamento do catálogo de serviços – o catálogo de serviços foi instituído em 2011 em conjunto com a Central de Serviços de TI. O catálogo de serviços de TI é mantido na ferramenta de *servicedesk*. Sua atualização é constantemente realizada no contexto do fluxo de atividades dos processos de gerenciamento de mudanças e liberação.

Gerenciamento de mudanças e liberações – Todas as mudanças e liberações tem seu ciclo de vida gerenciado pela ferramenta de *servicedesk* incluindo todas as atividades decorrente do processo definido. As mudanças e liberações são integradas as requisições de serviço, incidentes, problemas e catálogo de serviços de TI.

Gerenciamento de configuração e ativos - Na ferramenta de *servicedesk* é mantido o Banco de Dados do Gerenciamento da Configuração – BDCG, sendo alimentado por meio de importações periódicas de outras bases de dados corporativas (recursos humanos e bens patrimoniais) e também pelo registro manual de softwares licenciados, certificados digitais, biblioteca de mídias, entre outros. O BDGC serve como apoio para os demais processos, provendo informações precisas sobre os Itens de Configuração do ambiente de TI do TRESA.

Gerenciamento de problemas - Teve seu processo desenhado em 2011 e é gerenciado na ferramenta de *servicedesk* por meio de um *workflow* que garante que cada registro de problema percorra todo o ciclo de vida preestabelecido do processo, incluindo fase de análise de causa raiz e solução de contorno, além do estudo e aplicação da solução definitiva.

Gerenciamento de níveis de serviços de TI – o acordo dos níveis de serviços de TI foi formalmente instituído em 2012 tendo como níveis o tempo de resposta e solução dos incidentes e requisições com base nas prioridades e impacto dos serviços do catálogo. O monitoramento do cumprimento dos níveis de serviço é realizado com base na ferramenta de *servicedesk* e *datamart* relacionado. Tanto o processo como os níveis de serviços se encontram em revisão.



Medidas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas de TIC

Inclusão da atividade de sustentação da contratação na fase de estudos técnicos preliminares do processo de planejamento de contratações;

Inclusão de orientação e seção específica no *template* do documento de estudos técnicos preliminares chamada “Estratégia de Independência Tecnológica” contendo descrição da forma de transferência de conhecimento tecnológico e direitos de propriedade intelectual e autorais das soluções de TI a serem contratadas;

Inclusão da análise de riscos das contratações no processo de planejamento.

Processo Judicial Eletrônico (PJe)

O sistema do Processo Judicial Eletrônico foi implantado inicialmente em 2017, conforme cronograma estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral, para as classes processuais originárias do Tribunal Regional.



Em 2018, foi ampliado o rol de classes processuais abrangidas pelo sistema e a solução foi adotada integralmente para o registro de candidaturas e prestação de contas nas Eleições Gerais 2018.

Para 2019, está prevista a implantação da solução nacional para o Diário da Justiça Eleitoral, a qual possui integração com o PJE e, a partir do 2º semestre, será iniciada a implantação a solução para o 1º grau de jurisdição, tão logo seja disponibilizada a versão que atualmente está em desenvolvimento no Tribunal Superior Eleitoral.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Iniciativas

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
GESTÃO DE SISTEMAS E ATIVOS ELEITORAIS		
IN04 - Convoc 2018 - Convocação eletrônica e reestruturação	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
IN05 - Auge 2018 - Manutenção evolutiva	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
IN06 - Sigma 2018 - Manutenção evolutiva	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
SOLUÇÕES E TECNOLOGIA		
IN10 – Sistema de Gestão Orçamentária	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
IN12 - Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação do TRESC	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Em andamento
IN17 – Implantar Processo Judicial Eletrônico (PJE)	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Concluído
AE02 - Aumentar a integração entre os sistemas informatizados	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Em andamento
AE11 - Aumentar a produtividade no desenvolvimento de soluções	• (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	Em andamento
AE14 - Contratar desenvolvimento de sistemas	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC	Concluído

	• (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	
IN31 – Solução Nacional de Justificativas	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	Concluído
GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI		
IN15 - Implantação de solução de service desk	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Concluído
AE01 - Revisar o acordo de nível de serviço	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC	Em andamento
GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA		
IN27 - Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC	Em andamento
AE03 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	Em andamento
AE06 - Manter parque tecnológico atualizado	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	Em andamento
GESTÃO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA		
AE09 - Aprimorar medidas de segurança no Datacenter	• (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	Em andamento
GOVERNANÇA DE TI		
AE10 - Implantar ações de nivelamento de TIC do CNJ (Resolução n. 211/2015)	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
AE22 - Implantar processos dos modelos Cobit e ITIL	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação	Em andamento

	• (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	
AE26 - Otimizar a gestão da execução orçamentária de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Em andamento
AE27 - Implantar processo de gestão de contratos de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	Concluído
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		
AE05 - Difundir conhecimento em TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	Em andamento
AE25 - Definir e acompanhar o plano anual de capacitação de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	Em andamento

Resultados

GESTÃO DE SISTEMAS E ATIVOS ELEITORAIS

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados	37,85%	25%	48,86%	Bianual	RIA3.4 = NMVC/TMC x 100%. NMVC - Número de mesários voluntários convocados. TMC - Total de mesários convocados.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor	11,1%	25%	33,41%	Bianual	RIA3.5 = MCPE/TMC 100%. MCPE - Mesários convocados via Portal do Eleitor TMC - Total de mesários convocados.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

SOLUÇÕES E TECNOLOGIA

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
IA1.4 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC	68%	72%	64%	Anual	Ferramenta de medição de acessibilidade. As páginas alvo de medição (ou equivalentes) em um exercício devem considerar a natureza do ano em eleitoral e não eleitoral. Por exemplo: as páginas aferidas em 2016 serão as 10 (dez) mais acessadas no ano de 2014 ou equivalentes. Páginas descontinuadas entre os anos de mesma natureza serão desconsideradas. N° de páginas mais acessadas x 100%/10
Análise Crítica: O índice ficou aquém da meta principalmente pelo envolvimento da equipe técnica no projeto de migração para a plataforma padrão da Justiça Eleitoral em detrimento da melhoria na acessibilidade do sítio atual. Após a implantação, será feita nova medição e caso mantenha-se abaixo da meta, serão estabelecidas medidas corretivas.					
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de sistemas alinhados à arquitetura tecnológica de referência	76,60%	52%	89,90%	Anual	Número de sistemas com arquitetura de referência / número total de sistemas utilizados pelo TRESC * 100
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de sistemas de informação alinhados ao MNI	100%	50%	100%	Anual	Presença dos requisitos do MNI nos sistemas que intercambiam informações de processos judiciais quando aplicável.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	98,12%	90%	98,65%	Anual	Média da avaliação individual do atendimento nas ocorrências.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de segurança e disponibilidade do datacenter	60%	50%	60%	Anual	Presença dos seguintes requisitos de segurança e disponibilidade: 1. Sistema de monitoramento de energia, fumaça e umidade; 2. Sistema de piso elevado; 3. Redundância no fornecimento de energia (gerador); 4. Rede elétrica e lógica com múltiplos caminhos para acesso aos ativos; 5. Controle de acesso seguro (portas corta-fogo, identificação biométrica, monitoramento por CFTV e janelas antivandalismo); 6. 100% dos sistemas essenciais virtualizados; 7. Criptografia em 100% para os links de dados das Unidades do TRE-SC (conexões WAN); 8. Redundância de rede para os links de dados das Unidades do TRE-SC (conexões WAN); 9. 100% dos sistemas essenciais com contrato de suporte para o sistema operacional; 10. 100% dos sistemas essenciais com dados armazenados em storage. Obs.: Cada item representa 10% dos requisitos mínimos.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,26%	99,50%	99,23%	Anual	Percentual de disponibilidade dos serviços essenciais em relação à janela de disponibilidade definida pelo TRESC.
Análise Crítica: O índice convergiu para a meta estabelecida ficando apenas 0,27% aquém do esperado, não sendo necessário nenhuma medida corretiva adicional.					

GESTÃO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de segurança e disponibilidade do datacenter	60%	50%	60%	Anual	Presença dos seguintes requisitos de segurança e disponibilidade: 1. Sistema de monitoramento de energia, fumaça e umidade; 2. Sistema de piso elevado; 3. Redundância no fornecimento de energia (gerador); 4. Rede elétrica e lógica com múltiplos caminhos para acesso aos ativos; 5. Controle de acesso seguro (portas corta-fogo, identificação biométrica, monitoramento por CFTV e janelas antivandalismo); 6. 100% dos sistemas essenciais virtualizados; 7. Criptografia em 100% para os links de dados das Unidades do TRE-SC (conexões WAN); 8. Redundância de rede para os links de dados das Unidades do TRE-SC (conexões WAN); 9. 100% dos sistemas essenciais com contrato de suporte para o sistema operacional; 10. 100% dos sistemas essenciais com dados armazenados em storage. Obs.: Cada item representa 10% dos requisitos mínimos.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de desempenho na implantação dos serviços de segurança de TIC	0%	100%	0%	Anual	Percentual das práticas de gestão de serviços de segurança de TIC existentes no processo definido pelo TRESC. Práticas requeridas (extraídas do Cobit5) : 1. Proteger contra malware; 2. Gerenciar segurança de rede e conectividade; 3. Gerenciar segurança de endpoints; 4. Controlar identidade e acesso lógico; 5. Controlar acesso físico aos ativos de TIC; 6. Gerenciar documentos e dispositivos sensíveis; 7. Monitorar infraestrutura para eventos de segurança. Obs.: Os itens de 1 a 6 representam 10% cada e o item 7 representa 40% das práticas requeridas.
Análise Crítica: A institucionalização e definição formal do processo de gestão dos serviços de segurança de TIC não puderam ser implantadas no ano de 2018 em função do envolvimento da reduzida equipe em atividades eleitorais. Cabe ressaltar que as práticas estão presentes e são realizadas no TRESC.					

GOVERNANÇA DE TI

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional					
IA9.2 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC	80,66%	80%	77,98%	Anual	Média (Valor do indicador/meta do indicador) x 100%. Média aritmética dos valores dos indicadores contidos no PETIC divididos pelas suas respectivas metas.
Análise Crítica: Este indicador é uma composição de outros indicadores de TI sendo o valor medido reflexo daqueles que o compõem. Como por exemplo, o Índice de aderência do PACD às necessidades de TIC que ficou aquém da meta estabelecida.					
IA9.3 - Índice de conformidade de TIC	NM	80%	91,34%	Anual	Índice de alinhamento de infraestrutura de TI + Índice de atendimento ao acordo de nível de serviços + Índice de conformidade às diretrizes de contratações de TI / 3 Os índices são medidos conforme Plano de Avaliação de Desempenho e Conformidade de TI.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
IA9.4 - Índice de capacidade em gestão de TI (iGestTI)	NM	52%	61%	Anual	Relatório Individual de Autoavaliação do TRE-SC disponibilizado pelo TCU referente ao Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública do respectivo exercício.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	72%	65%	71%	Anual	Fórmula: $RIE9 = (IA9.1 \times P) + (IA9.2 \times P) + (IA9.3 \times P) + (IA9.4 \times P)$. RIE9 = Resultado do Indicador Estratégico 9. P = Peso atribuído ao indicador de apoio em anos eleitorais e anos não eleitorais.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
IA9.2 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC	80,66%	80%	77,98%	Anual	Média (Valor do indicador/meta do indicador) x 100%. Média aritmética dos valores dos indicadores contidos no PETIC divididos pelas suas respectivas metas.
Análise Crítica: Este indicador é uma composição de outros indicadores de TI sendo o valor medido reflexo daqueles que o compõem. Como por exemplo, o Índice de aderência do PACD às necessidades de TIC que ficou aquém da meta estabelecida.					
IA9.1 - Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)	63%	48%	53%	Anual	Resultado do índice de governança e gestão de Tecnologia da Informação (iGovTI) disponibilizado pelo TCU em relatório individual de autoavaliação referente ao Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública.

Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de desempenho na implantação da gestão de riscos de TIC	87,50%	100%	100%	Anual	Percentual das práticas de gestão de riscos de TIC existentes no processo definido pelo TRES. Práticas requeridas (extraídas do questionário de governança do TCU 2016): 1. Definir formalmente as diretrizes para gestão dos riscos de TIC aos quais o negócio está exposto; 2. Definir e comunicar formalmente papéis e responsabilidades pela gestão de riscos de TIC; 3. Definir formalmente os níveis de risco de TIC aceitáveis na consecução de seus objetivos (apetite a risco); 4. Identificar os riscos de TIC dos processos críticos de negócio; 5. Avaliar os riscos de TIC dos processos críticos de negócio; 6. Tratar os riscos de TIC dos processos críticos de negócio com base em um plano de tratamento de risco; 7. Executar um processo de gestão de riscos de TIC; 8. Instituir formalmente o processo de gestão de riscos de TIC. Obs.: Cada item representa 12,5% das práticas requeridas
Análise Crítica: O indicador medido alcançou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de acurácia no planejamento das contratações de TIC	62,12%	82%	64,92%	Anual	Média (valor total contratação / valor planejado para contratação) * 100 para cada contratação prevista no plano anual de contratações de TIC.
Análise Crítica: O índice ficou aquém do valor esperado em função das deliberações do Comitê de Governança de TIC para atendimento à demandas não previstas que surgiram ao longo do exercício.					
Índice de acurácia no planejamento orçamentário de TIC	55,54%	82%	50,70%	Anual	Média ((total empenhado / valor orçamento aprovado) para cada categoria do plano interno) * 100
Análise Crítica: O índice ficou aquém do valor esperado em função das deliberações do Comitê de Governança de TIC para atendimento a demandas não previstas que surgiram ao longo do exercício.					

PMO, PROJETO, PROCESSOS E PADRÕES

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de sistemas desenvolvidos e mantidos através da metodologia	16,67%	60%	29,90%	Anual	Média ((Número de sistemas desenvolvidos com a metodologia / número total de sistemas desenvolvidos) e (Número de sistemas mantidos com a metodologia / número total de sistemas que sofreram manutenção pelo TRES)) * 100
Análise Crítica: Constatou-se que a forma de cálculo deste indicador necessita ser adequada pois atualmente não reflete o uso da metodologia de desenvolvimento de sistemas.					
Índice de desempenho do portfólio de soluções corporativas	41%	30%	33%	Anual	Percentual entre as soluções entregues e as demandas do portfólio de soluções corporativas.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2018	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de aderência do PACD às necessidades de TIC	100%	72%	16,67%	Anual	Número de ações de capacitação solicitadas e realizadas / Número de ações de capacitação solicitadas * 100
Análise Crítica: Algumas ações de capacitação requeridas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) se tornaram desnecessárias ao longo do exercício tendo em vista o cancelamento das respectivas iniciativas ou projetos.					

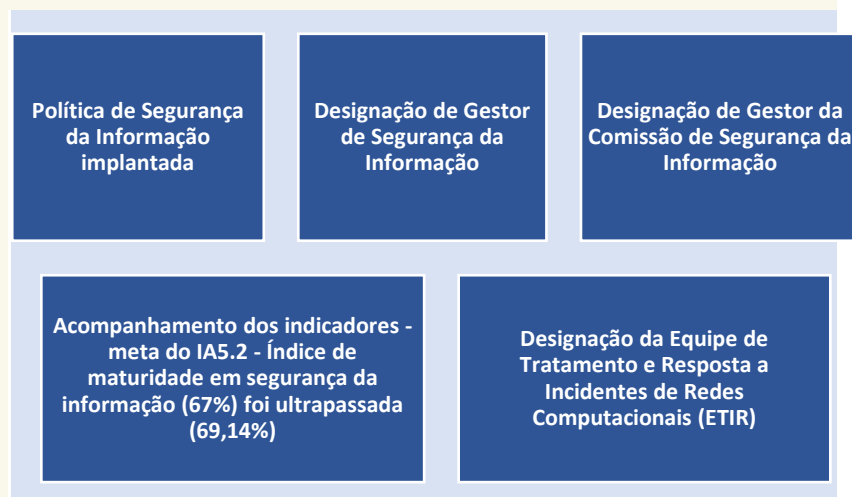
Segurança da Informação

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina possui Comissão de Segurança da Informação (CSI) instituída, que realizou 8 reuniões em 2018. Em algumas delas, deliberou pela retirada de sistemas que apresentavam vulnerabilidades críticas.

Há Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Redes Computacionais (ETIR) formalmente instituída e atuante, com incidentes de segurança da informação tratados em 2018.

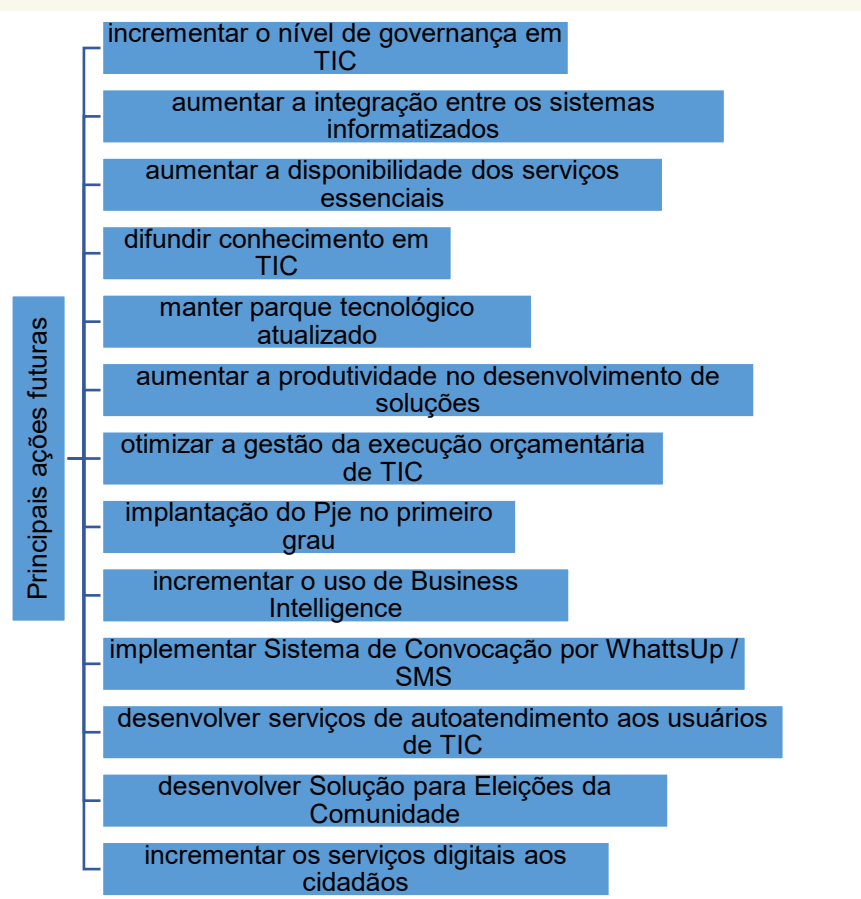
Foram realizadas ações de conscientização aos usuários sob segurança da informação para destacar a importância sobre tema.

Principais realizações no ano de 2018



Principais desafios e ações futuras

Com o quadro de pessoal de TIC inadequado às demandas, os principais desafios são a entrega de soluções em TIC compatíveis com a velocidade demandada pelo negócio e a manutenção dos padrões de governança já alcançados.



Iniciativa: Automação de Processos

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

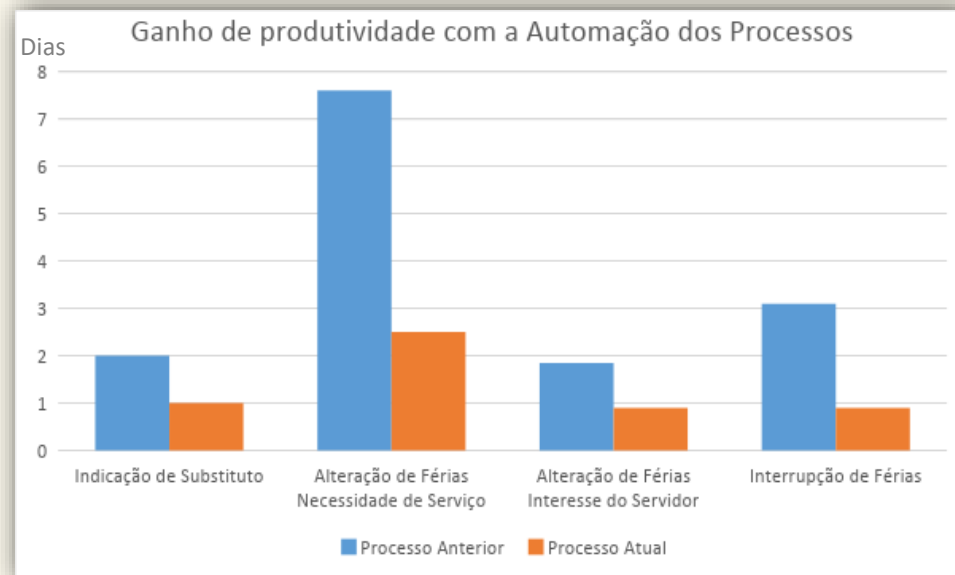
Com objetivo de desburocratizar os processos de trabalho, foi iniciada uma ação estratégica para otimização e automação desses procedimentos a partir de fluxos mapeados no sistema do Processo Administrativo Eletrônico.

A partir desta iniciativa, foram automatizados os seguintes fluxos de trabalho:

- Indicação de Substituto;
- Elaboração de Portaria de Substituição;
- Aquisição;
- Alteração de Férias por Necessidade de Serviço;
- Alteração de Férias por Interesse do Servidor;
- Interrupção de Férias;
- Indicação de Juiz Eleitoral;
- Despacho em Lote;
- Protocolo de Documentos;
- Produção de Documentos Oficiais.

No momento peculiar que estamos vivenciando, em que não é possível repor os cargos vagos decorrentes de aposentadorias, as unidades precisam se reinventar para atender ao número sempre crescente de demandas com um número reduzido de servidores.

Nesse contexto, a otimização e automação de processos tem sido essencial para essa reengenharia dos processos de trabalho. Conforme apresentado na tabela a seguir, observa-se um ganho em torno de 60% de redução do tempo de tramitação dos processos já automatizados em comparação a abordagem anterior.



Iniciativa: Implantação de processos de gerenciamento de serviços de TI

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: atualização dos processos de gerenciamento de ativos, central de serviços, incidentes, segurança, acordo de níveis de serviço, backup, disponibilidade e capacidade

Relevância/ganhos: aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC T e redução das interrupções na oferta dos serviços.

Iniciativa: Preparação do ambiente e gerenciamento das atividades técnicas do sistema JE Connect

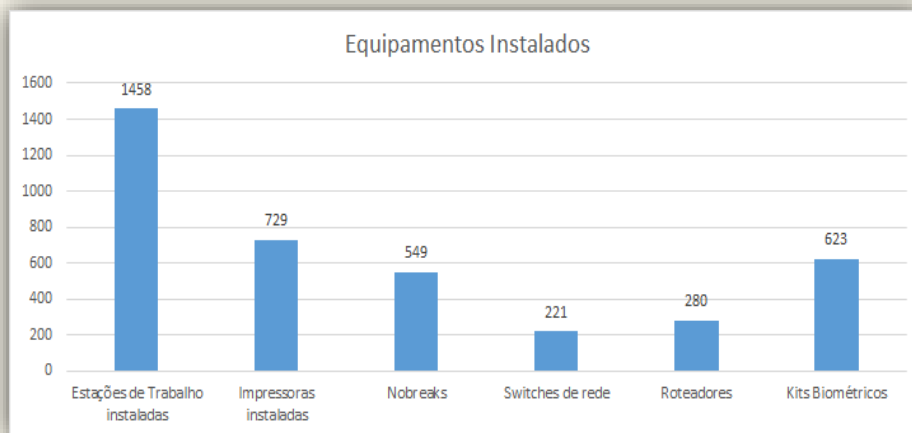
Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: preparação de sistemas, validação de certificados de segurança, definição de critérios, elaboração de roteiros e orientações, bem como prestação de suporte à instalação de mais de 140 pontos de transmissão de dados instalados em locais de votação, com vistas a agilizar a entrega do resultado das eleições.

Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: instalação de 552 equipamentos para prover atualização tecnológica, segurança e prover redundância de equipamentos de rede, para redução das interrupções na oferta dos serviços.

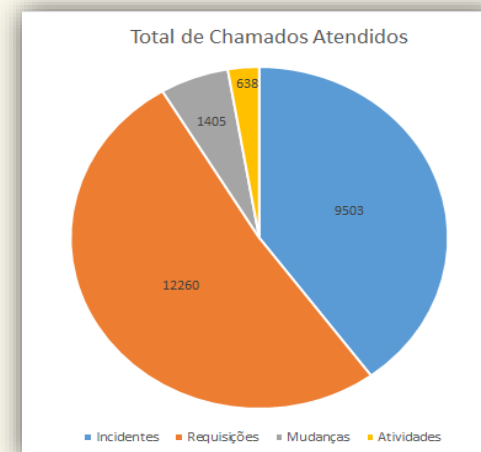


Iniciativa: Implantação de solução de service desk (OTRS).

Principais unidades impactadas: Zonas e Sede

Sinopse: modernização na forma de comunicação e abertura de chamados da TI com os usuários.

Relevância/ganhos: aumento da eficiência do atendimento de TI a um custo de investimento moderado.



Iniciativa: Migração do contrato de suporte especializado

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: modificação na forma de contratação da equipe de suporte especializado aos serviços suplementares de TI, para reduzir custos e manter os níveis de serviço atualmente estabelecidos.

Iniciativa: uso do PAE

A partir do exercício de 2018 todas as auditorias passaram a tramitar por meio do sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PAE). Essa medida busca aprimorar o processamento das auditorias, destacadamente quanto à transparência, economicidade e celeridade.

AÇÕES E PROJETOS ESTRATÉGICOS - 2019/2020

Iniciativa: Migração do site Internet para o Padrão da Justiça Eleitoral

Principais unidades impactadas: Sede

Com intuito de padronizar a identidade visual do sítio do TRESC na Internet, em conformidade com a arquitetura tecnológica já em uso por outros Regionais, este projeto fará uma revisão geral no conteúdo atual para posterior migração destes para o modelo preestabelecido.

Iniciativa: Implantação de Plataforma de Videoconferência com Zonas Eleitorais

Principais unidades impactadas: Sede e Zonas Eleitorais

Este projeto objetiva disponibilizar uma solução para realização de videoconferência entre Sede e Zonas Eleitorais, em substituição ao modelo atual adotado para transmissão do ConexãoTRE e Sessões Plenárias. A nova proposta possibilitará a transmissão bidirecional de áudio e vídeo pelos participantes dos eventos, possibilitando maior integração, mesmo que remotamente. Com a nova plataforma, também será possível a realização de reuniões entre Zonas Eleitorais sem a obrigatoriedade da participação de alguma unidade da Sede. Cabe ressaltar que em 2018 foi realizado com sucesso um evento piloto com a adoção dessa plataforma para repasses de informação para juízes e servidores das Zonas Eleitorais.

Iniciativa: Desburocratização no atendimento aos usuários de TI

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: permissão de mais autonomia aos usuários no gerenciamento dos perfis de acesso aos sistemas

Relevância/ganhos: celeridade de produtividade na prestação jurisdicional

Iniciativa: Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico

Principais unidades impactadas: 14 Zonas Eleitorais

Sinopse: instalação de equipamentos adicionais para manter a continuidade dos serviços durante o fechamento do cadastro.

Relevância/ganhos: celeridade de produtividade na prestação jurisdicional, com redução de filas e garantia aos eleitores de seu direito à cidadania.

Iniciativa: Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: instalação de 15 postos de atendimento biométrico para ampliar ainda mais a capilaridade da Justiça Eleitoral no atendimento aos eleitores.

Relevância/ganhos: aumentar o número de eleitores com biometria coletada para proporcionar o fortalecimento da segurança do processo eleitoral

Iniciativa: Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais

Sinopse: instalação de 17 postos de atendimento volante em presídios.

Relevância/ganhos: garantir o direito ao voto aos presos provisórios.

Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: 9 Zonas Eleitorais

Sinopse: melhoria na infraestrutura de 9 Zonas Eleitorais

Relevância/ganhos: satisfação dos usuários de TIC e aumento da produtividade na prestação jurisdicional.

Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: aquisição de 835 equipamentos de TI para a atualização e modernização do parque de TI

Relevância/ganhos: satisfação dos usuários de TIC e aumento da produtividade na prestação jurisdicional.

Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: disponibilização de monitor adicional aos usuários.

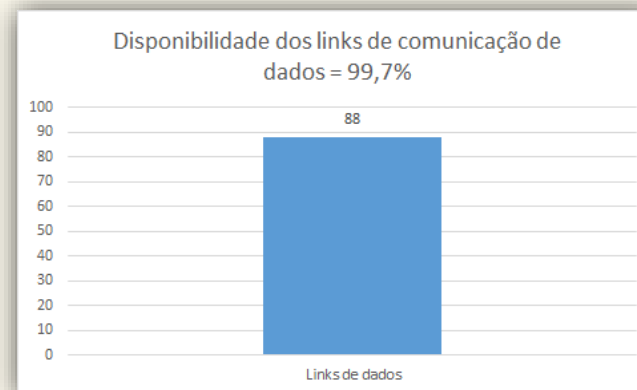
Relevância/ganhos: satisfação dos usuários de TIC e aumento da produtividade na prestação jurisdicional.

Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: instalação de equipamentos de rede, serviços e sistemas mais modernos, com maior capacidade de processamento e atualização tecnológica

Relevância/ganhos: modernização tecnológica dos equipamentos e redução das interrupções na oferta dos serviços.



Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: aquisição de unidades de gravação e armazenamento de dados de backup mais modernos, com maior capacidade de armazenamento.

Relevância/ganhos: modernização tecnológica dos equipamentos e redução das interrupções na oferta dos serviços.

Iniciativa: Atualização de pacotes de segurança em sistemas.

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: ampliar a segurança dos serviços ofertados

Relevância/ganhos: mitigando o risco de invasões aos sistemas utilizados (ex., biometria, servidores de aplicação).

Iniciativa: Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC

Principais unidades impactadas: Zonas Eleitorais e Sede

Sinopse: configuração de equipamentos celulares

Relevância/ganhos: aprimorar a comunicação entre cartório com mesários, imprensa, partidos, advogados e Sede, além de servir como backup da rede de comunicação de dados dos cartórios eleitorais.

Iniciativa: Aproveitamento de dados

Por meio de parceria realizada com o Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, serão agregadas a biometria de 345.830 eleitores ao cadastro eleitoral como resultado da importação da base de dados do registro civil do estado de Santa Catarina, com respectiva validação realizada nas Eleições 2018. Além disso, conforme batimento realizado em junho de 2018, existem mais 584.714 eleitores que podem ter suas biometrias aproveitadas da base de dados do Detran-SC.

Editoração

Daniel da Rosa Vargas

Jaílson Laurentino

Rodrigo Camargo Piva



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina